



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA E CIÊNCIA POLÍTICA

Diane Southier

O populismo lulista
Crítica ao hegemonismo de esquerda

Florianópolis

2022

Diane Southier

O populismo lulista

Crítica ao hegemonismo de esquerda

Tese submetida ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Ciência Política da Universidade Federal de Santa Catarina para a obtenção do título de doutora em Sociologia e Ciência Política, Área: Ciência Política.
Orientador: Prof. Dr. Julian Borba.

Florianópolis

2022

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,
através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Universitária da UFSC.

Southier, Diane
O populismo lulista : Crítica ao hegemonismo de esquerda
/ Diane Southier ; orientador, Julian Borba, 2022.
207 p.

Tese (doutorado) - Universidade Federal de Santa
Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa
de Pós-Graduação em Sociologia e Ciência Política,
Florianópolis, 2022.

Inclui referências.

1. Sociologia e Ciência Política. 2. Lulismo. 3.
Populismo. 4. Hegemonia. 5. Autonomia. I. Borba, Julian .
II. Universidade Federal de Santa Catarina. Programa de Pós
Graduação em Sociologia e Ciência Política. III. Título.

Diane Southier

O populismo lulista. Crítica ao hegemonismo de esquerda.

O presente trabalho em nível de doutorado foi avaliado e aprovado por banca examinadora composta pelos seguintes membros:

Profª. Dra. Kettle Duarte Paes
Universidade Federal do Rio Grande

Prof. Dr. Luís Gustavo Teixeira da Silva
Universidade Federal de Pelotas

Prof. Dr. Luiz Gustavo da Cunha de Souza
Universidade Federal de Santa Catarina

Prof. Dr. Wallace dos Santos de Moraes
Universidade Federal do Rio de Janeiro

Certificamos que esta é a **versão original e final** do trabalho de conclusão que foi julgado adequado para obtenção do título de doutora em Sociologia e Ciência Política, Área: Ciência Política.

Coordenação do Programa de Pós-Graduação

Prof. Dr. Julian Borba
Orientador

Florianópolis, 2022.

*Aos meus professores,
com carinho e rebeldia.*

AUTODEFESA

*Não pretendo cuspir no prato que comi
Nem desprezar os que tanto me ensinaram
Porém, agora, apenas reflitam
Com quem vive no mundo
E convive no presente
A crítica é a base de tudo
E o meu mundo agora é outro
Eu o vejo de forma diferente
Eu vivo no campo
Minha noção de espaço-tempo
Também se mudou
Não me considero uma ressentida
Embora me sinta traída
Pelas gerações que me antecederam
Especialmente a última
Que se propôs a me ensinar
Mas que se resignou no conforto do lar
Eu sei que não é tarefa fácil
Hoje eu mesma sou uma professora
Mais, sou mãe
A mais complexa das “profissões”
Que é levantar uma casa
E construir uma família
Por isso não pretendo omitir o que sei
E nem me fazer de ingênua ou inocente
– ninguém é inocente perante ninguém –
Por isso me dou o direito de falar
Sobre aquilo que não me foi ensinado
Ou que foi, até mesmo, escondido
A vida é a morte
A vida é um caminho
É presente passado e futuro ao mesmo tempo
O mundo é ser estar aqui agora
O planeta é finito e é redondo
A terra é água e é fogo
Urgente é a sobrevivência
E o mais importante
É saber se defender de forma ofensiva
Quem não quiser entender
Que se ofenda...
Ou melhor... já digo logo:
Que se f****!!!*

AGRADECIMENTOS

Agradeço, especialmente, à minha mãe, Anelisa, ao meu irmão, Marlon, à vó Ernesta e ao meu pai, Dirceu (em memória). Agradeço ao Pablo, pai do meu filho, parceiro de trabalho de campo e também meu interlocutor na escrita. E obrigada ao nosso baby, Guilian!

Agradeço também ao restante da família: Tânia, Sandro, Poliana, Raul, dona Ni e seu Osmar.

Aos nossos amigos do coração, que sempre nos acompanham aonde quer que a gente esteja: Aline (nossa dinda e fada “Alien”), Pike (nosso dindo bruxo), Drica, Fabio Aquino, Fabio Marques, Bicho Grilo, Manu e Rafa, Larissa e Ricardo, Natália, Amélia e Renato, Yamini (juntas depois de 15 anos!), Gabriela Pereira e Mezzalira (nossa Alquimia Sonora), Daniel Milk, Douglas Carvalho, Kadosh Miranda, Kassi Bonato e família.

Na Argentina: Daiana Taborda, Marcela González, Vanessa Dourado, Ciro Zar, Brianne, Jimena e Les Dragonos.

No México: Emmanuel Rojas.

Aos amigos de Alfredo Wagner, especialmente: seu Zeca e dona Nega, Edson e Tibela, Dedé, Everton e família, Marcos e família, Tainá, Gordinho e família, Clei, Grazi e família.

Aos meus colegas da pós-graduação: Cassoli, Vinicius Boemia, Maurício, Karina, Cazé, Ricardo, Marcio, João Gabriel, João Francisco e Elton Bruno (em memória).

Ao Grupo de Ativismo Epistemológico da UFSC.

Aos Gramscianos del Paraná: Gaby, Yuí y los Juanes.

Ao Bonde de Pelotas: Luísa, Rapha, Sérgio, Angela e Kettle.

A todos que conhecemos em Curitiba, no Acampamento Marisa Letícia e na Vigília Lula Livre, e aos amigos petistas das caravanas de Santa Catarina.

A todos os “gramscistas” e “laclausistas”, no Brasil e na Argentina.

Ao povo brasileiro, ao Departamento de Sociologia e Ciência Política da Universidade Federal de Santa Catarina, e à Capes, que financiaram e pagaram minha bolsa de estudos em dia.

E, é claro, a todos os meus professores e professoras, com alegre rebeldia. Especialmente: Raúl Burgos, Jacques Mick, Julian Borba, Javier Balsa, Alberto Groisman, Fabio Frosini, Paula Biglieri, Gloria Perelló, Daniel de Mendonça, André Singer, Amurabi Oliveira, Carlos Sell, Ernesto Seidl, Ricardo Virgilino da Silva, Yan de Souza Carreirão, Ary César Minella, Fernando Ponte Sousa, Elizabeth Farias da Silva, Giane Carvalho, Miriam Hartung, Miriam Grossi, Maria Soledad Orchard, Ricardo Müller e Remy Fontana.

Obrigada!!!

RESUMO

Tese de doutorado sobre o movimento político denominado “lulismo”, a partir dos fundamentos teóricos da hegemonia e do populismo de Antonio Gramsci e Ernesto Laclau. Trata-se de trabalho interpretativo da literatura pertinente ao lulismo, no qual examinamos sua definição, periodização e caracterização. Vamos avaliar o grau de populismo do movimento, considerando a relação entre autonomia (mobilização popular e horizontal) e hegemonia (liderança institucional e vertical) nele implicadas. Aqui, o populismo é entendido como um macro exercício de hegemonia, isto é, uma forma de poder consensual e coercitivo (violento) entre o “povo” e as “elites”. O recorte temporal de investigação se estende do início do governo Lula (2003) ao fim do governo Dilma (2016), tendo como base a literatura selecionada sobre o fenômeno do lulismo, que se concentra nesse período. São trazidos, ainda, dados novos para uma interpretação atual do fenômeno, produzidos a partir de pesquisa empírica junto ao Movimento Lula Livre em Curitiba, durante o mês de maio de 2018, logo após a prisão de Lula pela Operação Lava-Jato. Como observado em campo, o lulismo expressa e reproduz distinções sociais e conflitos relativos à estrutura de classes brasileira. Junto à pesquisa de campo, abordamos a construção discursiva/retórica associada ao nome de Lula e seu vínculo com o “povo”, identificando as demandas e as dinâmicas do “povo lulista”. Para tanto, fazemos uma analogia entre o conceito de “ralé” de Jessé Souza (também conhecida como “subproletariado”, no vocabulário de André Singer), e a “plebe” do populismo, classe social mais baixa ou percebida como menos favorecida de uma sociedade. O conceito se articula à ideia mesma de “povo”, cujo símbolo se “encarna” em Lula, tendo estendida a analogia ao seu próprio “Nome”. Isso acontece não só por ele mesmo ser um “homem do povo”, vindo da pobreza, mas pela demanda discursiva central do lulismo: a redução da pobreza, ou a erradicação da miséria e da fome no Brasil, sem confronto com os mais ricos. A hipótese interpretativa é a de que o lulismo, articulado com o petismo, projeto hegemônico de longo prazo do Partido dos Trabalhadores (PT), é um processo histórico de identificação entre Lula e o “povo brasileiro”. Nesse processo, a dimensão vertical de hegemonia e institucionalização, o elitismo lulista, vai pouco a pouco se sobrepondo à dimensão horizontal de autonomia e mobilização popular, até chegar ao contexto do golpe de Estado do *impeachment* de Dilma em 2016, à fraude eleitoral da prisão de Lula em 2018 e a ascensão do populismo de extrema direita de Bolsonaro. Pelo enfraquecimento da articulação autônoma com a sociedade e pela própria lógica de organização estatal e partidária, hegemônica, de “conciliação” com as elites e de “pacificação” do povo, o lulismo se apresenta hoje como um populismo de esquerda passivo e em decadência, caracterizado por um hegemonismo de esquerda. Diante disso, articulamos um conjunto de elementos normativos, propondo uma política autônoma de autodefesa territorial para o povo.

Palavras-chave: Lulismo. Populismo. Autonomia. Hegemonia. Hegemonismo.

RESUMEN

Tesis doctoral sobre el movimiento político denominado “Lulismo”, basada en los fundamentos teóricos de la hegemonía y el populismo de Antonio Gramsci y Ernesto Laclau. Se trata de un trabajo interpretativo de la literatura relevante al lulismo, en el que se examinan cuestiones relacionadas con su definición, periodización y caracterización. Evaluaremos el grado de populismo del movimiento, considerando la relación entre autonomía (movilización popular y horizontal) y hegemonía (liderazgo institucional y vertical) involucradas en el mismo. Aquí, el populismo se entiende como un macro ejercicio de hegemonía, es decir, una forma de poder consensual y coercitivo (violento) entre el “pueblo” y las “élites”. El marco temporal de investigación se extiende desde el inicio del gobierno de Lula (2003) hasta el final del gobierno de Dilma (2016), a partir de la literatura del lulismo seleccionada, que se centra en este período. También se traen datos nuevos para una interpretación actual del fenómeno, producidos a partir de una investigación empírica, con el Movimiento Lula Libre en Curitiba, durante el mes de mayo de 2018, poco después de la detención de Lula por la Operación “Lava-Jato”. Como se observa en el campo, el lulismo expresa y reproduce distinciones sociales y conflictos relacionados con la estructura de clases brasileña. Junto con la investigación empírica, abordamos la construcción discursiva / retórica asociada al nombre de Lula y su vínculo con el “pueblo”, identificando las demandas y dinámicas del “pueblo lulista”. Para ello, hacemos una analogía entre el concepto de la “ralé” de Jessé Souza (también conocida como “subproletariado”, en el vocabulario de André Singer), y la “*plebs*” del populismo, la clase social más baja o percibida como menos favorecida de una sociedad. El concepto está ligado a la idea del propio “pueblo”, cuyo símbolo se “encarna” en Lula, por lo que se extiende la analogía a su propio “Nombre”. Esto sucede no solo porque él mismo es un “hombre del pueblo”, proveniente de la pobreza, sino por la demanda discursiva central del lulismo: la reducción de la pobreza, o la erradicación de la miseria y el hambre en Brasil, sin enfrentar a los más ricos. La hipótesis interpretativa es que el lulismo, articulado al “petismo”, proyecto hegemónico a largo plazo del Partido de los Trabajadores (PT), es un proceso histórico de identificación entre Lula y el “pueblo brasileño”. En este proceso, la dimensión vertical de la hegemonía e institucionalización, el elitismo lulista, se superpone gradualmente a la dimensión horizontal de autonomía y movilización popular, hasta llegar al contexto del golpe de Estado del *impeachment* de Dilma en 2016, el fraude electoral de la prisión de Lula en 2018 y el asenso del populismo de extrema derecha de Bolsonaro. Debido al debilitamiento de la articulación con la sociedad y a la propia lógica de organización estatal y partidaria, hegemónica, de “conciliación” con las élites, y de “pacificación” del pueblo, el lulismo hoy se presenta como un populismo de izquierda pasivo y decadente, caracterizado por un hegemonismo de izquierda. Por tanto, articulamos un conjunto de elementos normativos, proponiendo una política autónoma de autodefensa territorial para el pueblo.

Palabras clave: Lulismo. Populismo. Autonomía. Hegemonía. Hegemonismo.

ABSTRACT

Doctoral thesis on the political movement called “Lulism”, based on the theoretical foundations of hegemony and populism by Antonio Gramsci and Ernesto Laclau. This is an interpretative work on the literature relevant to Lulism, in which we examine its definition, periodization and characterization. We will assess the degree of populism in the movement, considering the relationship between autonomy (popular and horizontal mobilization) and hegemony (institutional and vertical leadership) involved in it. Here, populism is understood as a macro exercise of hegemony, that is, a form of consensual and coercive (violent) power between the “people” and the “elites”. The time frame of investigation extends from the beginning of the Lula government (2003) to the end of the Dilma government (2016), based on the selected literature of Lulism, which is concentrated in this period. New data are also brought for a current interpretation of the phenomenon, produced from empirical research with the Lula Livre Movement in Curitiba, during the month of May 2018, shortly after Lula's arrest by Operation “Lava-Jato” (Carwash Operation). As observed in the field, Lulism expresses and reproduces social distinctions and conflicts related to the Brazilian class structure. Along with empirical research, we approach the discursive / rhetorical construction associated with Lula's name and its link with the “people”, identifying the demands and dynamics of the “lulist people”. For that, we make an analogy between Jessé Souza's concept of “ralé” (also known as “subproletariat”, in André Singer's vocabulary) and the “*plebs*” of populism, the lowest social class or perceived as the least favored of a society. It is linked to the very idea of the “people”, whose symbol is “incarnated” in Lula, having extended the analogy to his own “Name”. This happens not only because he himself is a “man of the people”, coming from poverty, but because of the central discursive demand of Lulism: the reduction of poverty, or the eradication of misery and hunger in Brazil, without confrontation with the richest. The interpretative hypothesis is that Lulism, articulated with “petism”, the long-term hegemonic project of the Worker's Party (Partido dos Trabalhadores – PT), is a historical process of identification between Lula and the “Brazilian people”. In this process, the vertical dimension of hegemony and institutionalization, the Lulist elitism, gradually overlaps the horizontal dimension of autonomy and popular mobilization, until it reaches the context of the coup d'état of Dilma's impeachment in 2016, the electoral fraud of Lula's arrest in 2018 and the ascension of Bolsonaro's far-right populism. Due to the weakening of the autonomous articulation with society and the very logic of hegemonic state and party organization, of “conciliation” with the elites and of “pacification” of the people, Lulism presents itself today as a passive and decadent left populism, characterized by a left-wing hegemonism. Therefore, we articulate a set of normative elements, in which we propose an autonomous politics of territorial self-defense for the people.

Keywords: Lulism. Populism. Autonomy. Hegemony. Hegemonism.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Gramsci não é Madre Teresa de Calcutá.	128
Figura 2 - Militantes esticam faixa na área da Vigília.	138
Figura 3 - Área do interdito policial, com a PF ao fundo.	138
Figura 4 - Saudação Lula Livre na chegada ao Acampamento Marisa Leticia.	139
Figura 5 - Primeiro de Maio na Vigília.	140
Figura 6 - Ato do Primeiro de Maio na praça Santos Andrade, em frente à UFPR.	140
Figura 7 - Casaco do segurança baleado	143
Figura 8 - Marca de 9mm numa barraca.	143
Figura 9 - Mostra de cinema no Acampamento.	145
Figura 10 - Tenda da Comunicação na Vigília Lula Livre.	148
Figura 11 - Fachada da Casa da Democracia.	149
Figura 12 - Cenário da Casa da Democracia.	149
Figura 13 - Grupo Kaingang no Acampamento, sob as lentes de Ricardo Stuckert.	150
Figura 14 - Militantes esticam carta de 30 metros para Lula.	151
Figura 15 - Print da postagem do perfil de Lula no Facebook com foto aérea da carta de 30 metros, 11 mai. 2018.	151
Figura 16 - Convocações para manifestação contrária ao movimento.	153
Figura 17 - A bandeira “Resistência da resistência”.	158
Figura 18 - “Lula não é só um homem, Lula não é só um nome...”, por K. M.	163

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	13
1. A LITERATURA LULISTA	32
2. A LITERATURA POPULISTA	49
2.1 O POPULISMO E AS INSTITUIÇÕES.....	53
2.2 POPULISMO E INCLUSÃO RADICAL.....	56
2.3 HEGEMONIA E POPULISMO: ENTRE O POVO E O PODER.....	60
2.4 POPULISMO E DEMOCRACIA: É LÓGICA OU IDEOLOGIA?.....	65
2.5 O NOME DO POVO: POPULISMO E REPRESENTAÇÃO.....	69
2.6 POPULISMO NO PODER: TENSÕES E CONTRADIÇÕES.....	77
2.7 AUTONOMIA E HEGEMONIA NA AMÉRICA LATINA.....	83
3. O POPULISMO LULISTA	88
3.1 A INCLUSÃO RADICAL DO LULISMO.....	95
3.2 O LULISMO E A GRAMÁTICA POPULISTA.....	97
3.3 A HEGEMONIA LULISTA: ENTRE O CONSENSO E A VIOLÊNCIA.....	122
4. A RALÉ DO LULISMO	131
4.1 O MOVIMENTO LULA LIVRE EM CURITIBA.....	134
4.1.2 Entrada em campo.....	136
4.1.3 Primeiro de Maio, Dia dos Trabalhadores.....	139
4.1.4 O Acampamento Marisa Letícia.....	142
4.1.5 Produção da informação.....	147
4.1.6 A vizinhança.....	151
4.1.7 A ralé do lulismo: conflitos político-organizacionais entre o Acampamento e a Vigília.....	157
4.1.8 Considerações finais: Lula e o lulismo.....	161
5. CONCLUSÃO: LULISMO, POPULISMO, HEGEMONISMO	169
REFERÊNCIAS	184
APÊNDICE: Tese da violência, da autodefesa e do “bundamolismo” de esquerda: um manifesto populista radical	192

INTRODUÇÃO

Esta tese de doutorado é um estudo do movimento político em torno do nome de Luiz Inácio Lula da Silva, com base em literatura sobre o “lulismo”, sobre o “populismo” e em trabalho de campo realizado em maio de 2018 em Curitiba-PR, junto ao Movimento “Lula Livre”. Trata-se de trabalho interpretativo, no qual examinamos questões relativas à definição, periodização e caracterização do lulismo, segundo os fundamentos da teoria da hegemonia e do populismo de Antonio Gramsci e Ernesto Laclau.

Com base nos critérios teóricos, vamos avaliar o “grau” ou o tipo de populismo, bem como o grau de seu polo reciprocamente “oposto”, o institucionalismo, presentes no lulismo. Para tanto, consideramos a relação e o peso das dimensões de autonomia (mobilização popular e horizontal) e hegemonia (liderança institucional e vertical) implicadas no fenômeno.

A analogia com a “ralé” de Jessé Souza, também conhecida como “subproletariado”, no vocabulário de André Singer, é ilustrativa dos conflitos vivenciados em Curitiba pelo lulismo. Como observado em campo, o lulismo expressa e reproduz distinções sociais e conflitos relativos à estrutura de classes brasileira.

Junto à pesquisa de campo, abordamos a construção discursiva/retórica associada ao nome de Lula e seu vínculo com o “povo”, identificando as demandas e as dinâmicas do “povo lulista”, em dois aspectos: o da articulação política na sociedade civil e o da articulação simbólico-discursiva, metafórica, historicamente associada ao nome de Lula.

A “ralé”, ou o “subproletariado”, entre os elementos implicados na construção histórica do povo lulista, serão pensados, aqui, em analogia com a *plebe* (ou *plebs*) do populismo. A plebe é a classe social mais baixa ou percebida como menos favorecida de uma comunidade. Mas ainda que seja apenas uma de suas particularidades, ela se articula à ideia mesma de “povo”.

Vemos que se processa, assim, uma sinonímia entre pobres-plebe (a “ralé”) e o “povo”, cujo símbolo se “encarna” em Lula, tendo estendida a analogia ao seu próprio nome. Isso acontece não só por ele mesmo ser identificado como um “homem do povo”, vindo da pobreza, mas pela demanda historicamente associada ao seu nome – central no lulismo – que aqui consideramos ser a redução da pobreza ou a erradicação da miséria e da fome no Brasil, sem confronto com os mais ricos, de acordo com Singer.

Pelo enfraquecimento da articulação autônoma com a sociedade e pela própria lógica de organização estatal e partidária, hegemônica, de “conciliação” com as elites e de

“pacificação” do povo, o lulismo se apresenta hoje como um populismo de esquerda que aqui caracterizamos como um populismo hegemônico passivo e em decadência.

Se, por um lado, se fortalece ao longo do tempo a identificação de Lula com o “povo”, com a “ralé”, ou com os “pobres”, se desarticula, por outro, a relação do povo lulista organizado com o próprio povo pobre, dada a financeirização dos sindicatos, a institucionalização dos movimentos sociais e o aburguesamento do partido. Isso resulta no enfraquecimento e na passividade geral da esquerda brasileira, diante do populismo de extrema direita, fascista ¹ e genocida ² de Bolsonaro.

A crítica é estendida aos simpatizantes e à intelectualidade lulista, confessa ou não, partidários, acadêmicos e sindicalistas.

Mais difícil do que abordar um tema tão complexo e já super explorado como o populismo é apresentá-lo de uma maneira original, ou que não seja muito clichê, porém sem

¹ Segundo a cientista política pós-marxista Chantal Mouffe, entre os populistas de direita ao redor do mundo “há apenas uma pessoa que merece o título de fascista e é (Jair) Bolsonaro” (Abrevaya, 2018). Para o sociólogo Manuel Castells, Bolsonaro é “um presidente fascista, defensor da ditadura militar, misógino, sexista, racista e xenófobo” (Castells, 2018). Para o filósofo marxista Antonio Negri, Bolsonaro é um “fascista do século 21” (Negri, 2018). E o historiador argentino Federico Finchelstein, especialista em populismo e fascismo, classifica Bolsonaro como “o líder populista que mais se aproximou do fascismo em toda a história” (Pinheiro-Machado, 2020). Já o sociólogo Boaventura de Souza Santos considera Bolsonaro “um neofascista confesso, admirador da ditadura e defensor da eliminação física dos dissidentes políticos” (Santos, 2019). Michael Löwy, marxista brasileiro radicado na França, também prefere falar em “neofascismo” para identificar o bolsonarismo, dizendo que a principal semelhança com o fascismo clássico estaria no seu “autoritarismo”: a “preferência por formas ditatoriais de governo, o culto do Chefe (“Mito”) Salvador da Pátria, o ódio à esquerda e ao movimento operário” (Löwy, 2021). No mesmo artigo, Löwy descarta a denominação de “populismo” para os neofascismos (incluindo o bolsonarismo) e também não acredita que já esteja em curso uma ditadura militar no Brasil. Do nosso ponto de vista, entretanto, não só o bolsonarismo é um populismo de extrema direita (que no vocabulário desta tese é sinônimo de fascismo, um movimento anti-igualitário e excludente de lógica antagonista com retórica e articulação popular), como ele atua em conjunto com forças armadas e milícias no seu autoritarismo. Para uma análise específica do bolsonarismo no campo da teoria do populismo laclausiana, ver: SILVA, M. G.; RODRIGUES, T. C. M. O populismo de direita no Brasil: neoliberalismo e autoritarismo no governo Bolsonaro. DOSSIÊ – O Populismo e a Construção Política do Povo. *Mediações - Revista de Ciências Sociais*. v.26, n.1 - jan./abr. 2021. Disponível em: <https://www.uel.br/revistas/uel/index.php/mediacoes/article/view/42098/pdf>. Acesso em: 27 set. 2021.

Esther Solano, da USP, por sua vez, uma das principais estudiosas do bolsonarismo no Brasil, respondendo às provocações de Pablo Ortellado, também da USP, de que o bolsonarismo não seria fascismo por não ser nacionalista nem xenófobo, faz o seguinte comentário: “Bolsonaro é fascista, sim. Só que é um fascismo que se fundamenta sobretudo no conceito do inimigo interno. [...] Bolsonaro propõe uma nação patriarcal, branca, heteronormativa, onde o inimigo é o negro periférico, a feminista, o político de esquerda, o professor... Bandido bom é bandido morto. Ele mobiliza, sim, uma ideia de nação excludente, só que essencialmente exclui os de dentro que são a principal ameaça. Ele é xenófobo, sim, com venezuelanos, haitianos, bolivianos, mas principalmente com os de dentro. Não tem discurso islamofóbico porque aqui não tem muitos muçulmanos, mas tem discurso anti-indígena, anti-quilombola, anti-nordestino. Ele propõe um país onde só os “homens de bem” sejam cidadãos. O restante somos inimigos, bandidos, portanto aniquiláveis fisicamente ou silenciáveis. Os PeTralhas devem ser metralhados, os professores devem ser censurados, os jovens negros da periferia mortos. Isso é fascismo, sim!”. SOLANO, Esther, 25 set. 2018, em comentário no Facebook. Disponível em: https://m.facebook.com/story.php?story_fbid=10156759475584901&id=799944900, acesso em 11 jan. 2021.

² “Pesquisa revela que Bolsonaro executou uma “estratégia institucional de propagação do coronavírus””. Eliane Brum, *El País*, 21 jan. 2021. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2021-01-21/pesquisa-revela-que-bolsonaro-executou-uma-estrategia-institucional-de-propagacao-do-virus.html>, acesso em 5 mar. 2021.

deixar de apontar a polissemia e as ambiguidades inerentes tanto ao conceito quanto às experiências históricas identificadas sob esse rótulo.

Mais difícil ainda é deixar de expressar opiniões ou juízos de valor sobre o tema, seja para criticá-lo ou para enaltecê-lo, de forma mais ou menos consciente, intencional ou manifesta. De fato, poucos assuntos ao longo da história das ideias têm levantado tanto debate e tantas paixões, indo de posições políticas tão diversas quanto a extrema esquerda e a extrema direita, liberais, democráticas, libertárias, autoritárias, etc.

O intelectual argentino e pós-marxista Ernesto Laclau (Buenos Aires 1935 – 2014 Sevilha), referência para nossa tese e um dos estudiosos mais abordados nessa área, tampouco esteve imune às polêmicas teóricas e políticas sobre o populismo. Na verdade, sua intenção, bastante explícita, sempre foi a de colocar um pouco mais de lenha na fogueira, ciente das disputas envolvidas e, principalmente, da impossibilidade de estabelecer um sentido final ao debate. Apesar disso – ou justamente por isso – é que ele se lançou à arena.

O projeto teórico-político de Laclau começa pelo menos 30 anos antes do lançamento do seu principal livro sobre o assunto, *A Razão Populista*, de 2005. Se o autor, na década de 1970³, já pretendia uma teoria relativamente acabada, ou se imaginava que chegaria aos “*trending topics*” do populismo, é algo sobre o que podemos apenas fazer conjecturas.

O fato é que se alguma coisa pode ligar esses dois momentos na trajetória de Laclau é seu interesse, ou a sua “demanda”, pela *hegemonia*, conceito que ele busca nos escritos do italiano Antonio Gramsci (Ales 1891 – 1973 Roma). Um interesse teórico e político, pois o certo é que, em se tratando de hegemonia, Laclau sempre teve ciência de que sua intervenção não poderia prescindir da articulação entre teoria *E política* – verdadeira *práxis* e, nesse sentido, ele nunca deixou de ser um marxista – caso quisesse se estabelecer como ponto de referência.

A trajetória que vai de um partido político (*Partido Socialista de la Izquierda Nacional - PSIN*), na Argentina, a uma conceituada universidade na Inglaterra (*Essex*), até chegar a um programa de estudos internacionalmente (re)conhecido (*Centre for Ideology and Discourse Analysis*), não poderia ser melhor representada do que com a ideia de hegemonia. Nesse caso, não só num sentido de domínio, mas de influência intelectual.

Laclau travou a batalha no campo das ideias sem nunca esconder suas preferências políticas. E foi por uma lógica política que, na teoria, ele se destacou, tornando-se referência num campo de estudos extremamente heterogêneo e disputado.

Mas o alcance de suas ideias, do nosso ponto de vista, não poderia ter chegado a tanto

³ LACLAU, E. Para uma teoria do populismo. In: *Política e ideologia na teoria marxista: capitalismo, fascismo e populismo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979 [original 1977].

sem o devido tratamento lógico, formal, rigoroso e também muito criativo que aplicou à sua teoria. Apesar da simpatia pelo populismo de esquerda, ou de considerar o populismo, de maneira geral, como a forma da política radical na atualidade ⁴, Laclau procurou entendê-lo como uma *lógica política* – e aqui reside seu potencial teórico-explicativo – que não se restringe a certos traços descritivos ou a ideologias específicas.

O autor compreende o populismo como uma lógica – hegemônica – de construção discursiva do “povo” por meio da igualdade relativa, ou equivalencial, contra a diferença antagônica e relacional: “nós” *versus* “eles”, os “amigos” *versus* os “inimigos”, o “povo” contra o “poder”.

Assim, sua abordagem, bastante ampla e, ao mesmo tempo, específica, confere ao populismo uma “forma” teórica e uma lógica conceitual que só num segundo momento passam ao plano empírico: o populismo é um conceito inicialmente desprovido de conteúdo, é um “significante vazio” – para usar a linguagem de Laclau – que só pode ser “preenchido” diante de experiências políticas práticas. Nisso, ele se difere de outras abordagens do populismo que partem das características de experiências históricas as mais diversas para só em seguida elaborar um conceito, do qual sempre alguma daquelas características lhe transborda ou escapa.

A definição formal de Laclau, entretanto, aparentemente simples enquanto modelo lógico, é, na verdade, bastante complexa em sua estrutura interna. Tentando escapar das visões pejorativas sobre o tema, porém sem deixar de abordá-las, Laclau se envereda em outros campos de estudo para, então, ressignificá-los sobre novas bases.

Quando trata, por exemplo, dos aspectos “emocionais” envolvidos no populismo, em geral criticados de um ponto de vista supostamente racional como uma forma de manipulação – como se política não envolvesse afeto ou como se os seres humanos fossem capazes de separar o coração do intelecto – Laclau convoca a psicanálise. E então já não se trata de uma relação simplesmente manipulativa, mas de uma relação de mão dupla, constitutiva, em que cada parte tem seu peso.

Quando aborda, ainda, os aspectos retóricos do populismo, ele não o faz buscando características de adorno de linguagem, ou de discurso falso, sem peso na realidade. Pois também a retórica ⁵, para Laclau, é constitutiva das relações sociais, assim como o discurso é um seu fundamento.

O estudo da retórica e de suas figuras, principalmente a metáfora e a metonímia, em

⁴ LACLAU, E. Why constructing a people is the main task of radical politics. In: *The rhetorical foundations of society*. London/New York: Verso, 2014a.

⁵ LACLAU, E. *The rhetorical foundations of society*. London/New York: Verso, 2014b.

relação com os processos políticos, demonstra muito mais que a simples elocução de palavras, ou de palavras bem ensaiadas. Representa processos reais de constituição de identidades que só podem ser interpretados por meio do discurso, aqui bem entendido como aquilo que engloba tanto elementos linguísticos – palavras, signos e sons – quanto extralinguísticos – ações, objetos, matéria ⁶.

Assim, Laclau se relaciona com diversos campos teóricos: da política como hegemonia à psicanálise lacaniana e à retórica, passando pela linguística saussuriana e pela filosofia analítica, entre outras. E, numa operação tipicamente hegemônica, ele articula esses campos como elementos heterogêneos que passam a fazer parte de um “todo” relativamente coerente e homogêneo: a “razão” populista.

Em termos de teoria política, ele desconfiava que a abordagem pejorativa sobre o populismo tinha muito mais a ver com certo desprezo elitista ao elemento “popular” do que com uma suposta tendência do populismo ao radicalismo contra as “instituições democráticas”.

O medo liberal do populismo, nesse sentido, não passa muito longe do medo que o identifica como um processo manipulativo do “povo”, embora de forma inversa. Enquanto o primeiro enxerga no populismo uma espécie de desordem, baderna ou ameaça, o segundo enxerga passividade ou ignorância. E onde ambos enxergam estupidez, Laclau enxerga no “povo” um papel ativo.

Embora formal, sua definição busca substância na lógica hegemônica da política de massas contemporânea, no contexto dos regimes ditos democráticos. É o contexto da democracia como significante hegemônico, como nota sua companheira Chantal Mouffe ⁷ (University of Westminster).

Hegemonia, política, populismo e democracia, portanto, acabam se confundindo, já que se relacionam no campo semântico.

Não pretendemos expor nesta tese literatura diversa, ou extensa revisão, sobre o tema do populismo, visto que não é do interesse geral do trabalho. Aqueles que se interessem em

⁶ LACLAU, E.; MOUFFE, C. Além da positividade do social: antagonismos e hegemonia. In: *Hegemonia e estratégia socialista: por uma política democrática radical*. Rio de Janeiro: Intermeios, 2015. pp.178-184 (Articulação e discurso).

⁷ Mouffe, ao defender o populismo de esquerda, diz que ele ecoa as “aspirações de muitas pessoas porque reconhece o papel crucial do discurso democrático no imaginário político das nossas sociedades e porque estabelece – em torno da *democracia como significante hegemônico* – uma cadeia de equivalência entre as diversas lutas contra a subordinação”. (In: MOUFFE, C. *Por un populismo de izquierda*. Buenos Aires: Siglo XXI Editores Argentina, 2018, p.18, grifo nosso).

De um ponto de vista parecido – embora crítico à aposta de Mouffe no populismo de esquerda – para Cas Mudde (University of Georgia), a difusão da retórica e da prática populista (de esquerda ou de direita) seria um sinal do avanço hegemônico da ideia de democracia como soberania popular e governo da maioria, numa era em que o liberalismo vai perdendo espaço diante da crescente percepção cidadã do descrédito e do caráter elitista das instituições. Ver: MUDDE, C. “How populism became the concept that defines our age”. *The Guardian*, 22 nov. 2018. Disponível em: <https://www.theguardian.com/commentisfree/2018/nov/22/populism-concept-defines-our-age>, acesso 18 fev. 2022.

aprofundar conhecimento na área podem acessar coletâneas e estudos diversos no campo. Atualmente, até um *Oxford Handbook of Populism*⁸ já está disponível.

Também não pretendemos uma revisão exaustiva da bibliografia escrita pelo próprio Laclau sobre o populismo ou por seus seguidores⁹. O que articulamos na tese é uma interpretação própria com base no que consideramos mais adequado na teoria, principalmente em relação ao conceito de hegemonia.

Este é o fio condutor do trabalho. A hegemonia, aqui, é central em sua relação com o conceito de populismo, o qual entendemos, a partir de Laclau e Gramsci, como um *macro exercício de hegemonia*, isto é, *uma forma de poder consensual e coercitivo (violento) entre o “povo” e as “elites”*.

Nesse sentido, o conceito de populismo se insere no campo mais amplo do conceito de hegemonia porque ele é uma forma de *articulação* (no plano micro) e de *representação* (no plano macro) com base na “*lógica da equivalência*” e da constituição de um “*significante vazio*” – um representante “universal” – com fronteiras antagônicas. Já a hegemonia diz respeito *também* a processos baseados na “*lógica da diferença*” e da estabilização de um poder, mesmo que contingencial, pois sempre submetido à possível reativação do político pela lógica da equivalência e do antagonismo.

Cabe especificar ainda: o populismo é uma lógica política específica dentro da lógica hegemônica mais ampla. Todo populismo é um processo hegemônico, mas nem toda hegemonia é populista. Isso ocorre porque a lógica hegemônica não se refere apenas ao que poderíamos chamar aqui, seguindo Gramsci, de “grande política” (fundação ou refundação de estados e transformações societárias em larga escala)¹⁰. A hegemonia, como expressão de uma *relação política*, não serve apenas para analisar momentos de ruptura ou instabilidade social a nível macrossocietário: é possível falar de hegemonia(s) em diversos espaços políticos, macros e micros, portanto.

Deve ficar claro que o populismo, enquanto exercício de hegemonia, não é um epifenômeno¹¹ da estrutura de classes, como nas visões mais antigas sobre o tema, e tampouco se dá à margem dela, já que as dimensões material e política estão sempre intrinsecamente

⁸ KALTWASSER, C. R. et al. *The Oxford Handbook of populism*. Oxford University Press, 2017. Disponível em: <https://books.google.com.br/books?id=18ypAQAACAAJ&printsec=frontcover&hl=pt-BR#v=onepage&q&f=false>. Acesso em: 21 set. 2020.

⁹ Para uma revisão nesse sentido, ver o trabalho de KOPTTIKE, H. *Podemos e a hipótese populista na Espanha*. Dissertação de mestrado, UFSC, 2018. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/206167/PSOP0639-D.pdf?sequence=1&isAllowed=y>, acesso em: 18 fev. 2022.

¹⁰ GRAMSCI, A. Caderno 13 (1932-1934). Breves notas sobre a política de Maquiavel. In: *Cadernos do cárcere*. Vol.3. Ed. e Trad. Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000a, p.21.

¹¹ Produto acidental ou acessório de outro processo visto como essencial.

articuladas. Isso diz respeito tanto ao conceito de hegemonia (em Gramsci e Laclau) quanto ao conceito de “povo” (em Laclau e Gramsci).

Qualquer ênfase que possa ser dada ou percebida em uma dimensão ou outra depende do contexto analisado e da ênfase dada pelo próprio intérprete. Ou seja, pode ser uma exigência empírica e/ou uma escolha teórica. O fundamental é que o intérprete esteja ciente da realidade de ambas as dimensões e estabeleça uma relação adequada entre elas.

Em termos metodológicos, o exercício de análise, bem como o próprio exercício político hegemônico, depende de práticas articulatórias que consigam articular diferentes elementos explicativos com vistas a uma concepção adequada do fenômeno em foco, sem essencialismos ¹². Disso deve sair uma leitura específica da realidade, que ofereça uma explicação minimamente coerente em relação a diferentes visões de mundo. Ainda que certa exclusão esteja implicada, isso é algo inerente a qualquer prática articulatória, no contexto hegemônico.

Por isso é que a hegemonia é uma questão de nível, macro ou micro. Quanto mais extensa e vertical a articulação, mais hegemônica. Quanto mais local ou específica, mais autônoma.

Também não pretendemos uma explicação fechada sobre tudo que abordamos nesta tese. Como ficará bastante evidente, a ambiguidade e a ambivalência são a regra. É nesse terreno que caminhamos.

De um capítulo ao outro, ou dentro do mesmo capítulo, repetem-se os tópicos como expressão dessa ambiguidade do fenômeno do populismo, embora também esteja presente um esforço explicativo, com base em analogias e em sinonímias. Ao final, faremos uma tentativa de síntese, num exercício discursivo populista radical, o mais direto possível, que provavelmente será do agrado de poucos, principalmente entre os intelectuais e os partidários. Que assim o seja. Isso só demonstrará nossa própria tese.

A crítica é para quem se sentir criticado. Este é o papel fundamental da própria ciência.

O texto foi construído com algumas doses de ironia e outras tantas de irreverência, como o leitor perspicaz logo perceberá. Isso, porém, não o torna menos “científico”. Afinal, um bom texto, para que, de fato, seja bom, deve recorrer à retórica como recurso explicativo, como forma de convencimento. Partindo de uma teoria política que fala em discurso e retórica como fundamentos da própria realidade, espero que isso não seja visto como um problema, mas

¹² GLYNOS Jason; HOWARTH David; NORVAL Aletta; SPEED, Ewen. Discourse analysis: varieties and methods. *National Centre for Research Methods*, University of Essex, 2009. pp. 12. Disponível em: http://eprints.ncrm.ac.uk/796/1/discourse_analysis_NCRM_014.pdf. Acesso: 9 set. 2021.

encarado com bom humor, como algo criativo.

Esta é uma tese explicitamente política. Não podemos nos esconder atrás de palavras rebuscadas e títulos acadêmicos por toda a vida. A linguagem direta é uma virtude prática do discurso político, como bem o demonstram todos os populismos.

Por isso, um desafio sempre presente na tese foi o de tentar escrevê-la da forma mais curta e objetiva possível. Nisso vemos outro potencial explicativo. É pela metonímia, pela relação, pela analogia, pelo *contexto*, que as palavras vão se articulando, enquanto ganham significados e sentidos. Buscamos uma coerência interna no nosso discurso.

No mundo da digitalização não faria o menor sentido escrever uma tese de 300 páginas que, se já não seria viável para ler, muito menos seria para escrever. O tempo urge e o papel da ciência política deve ser o de levar conhecimento e informação o mais rápido possível. Nisso não se implica necessariamente nenhuma simplificação grosseira do trabalho. Muito pelo contrário: o esforço de síntese, quando bem feito, é uma virtude explicativa. Obviamente, esse exercício também depende da boa vontade interpretativa do leitor, que deve usar toda sua capacidade analítica e criativa durante a leitura.

Como toda tese, a deste trabalho tem um ponto de vista específico, que se tornará evidente ao longo do texto. Partimos de um pressuposto epistemológico político-científico (pressuposto também da teoria do discurso populista laclausiana), ou seja, de que política e ciência não se separam.

Assinalar isso não desabona a cientificidade da tese, já que não existe nenhum ponto de vista neutro sobre o mundo, que não esteja atravessado pela política. E a política que não esteja informada pela ciência, ou seja, pela empiria, também não passa de ilusão ou de uma perigosa fantasia. A práxis é isso, é a teoria com incidência consciente na realidade empírica.

Por isso, dialogamos com a realidade atual e com intelectuais da atualidade. Esta tese não foi escrita somente para a leitura no meio acadêmico e universitário, mas para um público mais amplo. Afinal, é função e dever da universidade produzir e disseminar conhecimento.

A crítica ao populismo lulista e ao hegemonismo de esquerda é uma crítica jovem e irreverente, que deve ser encarada não como uma ofensa, mas como uma provocação para o debate. Tem valor retórico e literário. Afinal, esta é uma tese sobre populismo, na qual procuramos escrever tanto com linguagem acadêmica quanto com linguagem jovem, direta e acessível. Propomos um debate geracional entre os intelectuais do nosso campo. A tese em si é uma demonstração e um exercício discursivo populista, já que a retórica é fundamento da própria teoria do populismo laclausiana, como já foi dito.

O trabalho se justifica, em primeiro lugar, pelo fato de não haver dissertações de

mestrado ou teses de doutorado – pesquisas de fôlego, portanto – com o mesmo olhar para o fenômeno, isto é, que façam uma análise e uma crítica do lulismo com base na teoria do populismo e da hegemonia articuladas de um ponto de vista radical de esquerda. Em segundo lugar, por motivações pessoais, pois tanto o contato com o campo de estudos do populismo e da hegemonia, quanto minha própria vivência, em tempos de “lulismo” e “antilulismo”, me levaram a esse tema.

Minha trajetória intelectual foi marcada desde cedo pela presença do marxismo, que, já na adolescência, me levou a querer estudar ciências sociais. Essa trajetória se inseriu num crescente questionamento dos “pressupostos” marxistas que eu conhecia, e que veio a se intensificar no contato com o pós-marxismo de Laclau e Mouffe, durante a graduação. A complexidade e a produtividade dos problemas abordados por essa vertente teórica deram conta da vontade de continuar trabalhando nessa área, durante o mestrado e o doutorado.

Nela fui me especializando, ao mesmo tempo em que abria horizontes teóricos pela própria diversidade de vertentes de pensamento aí presentes, entre as quais a gramsciana me chamou a maior atenção. Nesse caminho, encontrei parcerias com quem aprender tanto sobre Laclau e Mouffe quanto sobre Gramsci, em especial diálogo com o Prof. Raúl Burgos.

Em junho de 2014, tive a oportunidade de acompanhar o Prof. André Singer (USP) em debate sobre seu *Os sentidos do lulismo*, na UFSC, promovido pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Ciência Política (PPGSP), no âmbito da disciplina *Problemas do Brasil contemporâneo*, do Prof. Jacques Mick.

A partir de 2015, além de contar com as sugestões de Raúl nas bancas de qualificação e defesa da minha dissertação de mestrado ¹³, orientada por Mick no marco da teoria pós-marxista do discurso, cursei algumas disciplinas oferecidas por Burgos no PPGSP, relativas ao nosso tema de estudo: *Democracia Radical e Democracia Agonística no pensamento de Chantal Mouffe*, *Introdução ao pensamento de Ernesto Laclau*, e, por último, uma sobre o conceito de hegemonia nos Cadernos do Cárcere de Gramsci.

Em outubro daquele ano, participei ainda do minicurso do Prof. Álvaro Bianchi (Unicamp) sobre Gramsci na UFSC.

Em 2016, já no doutorado, trabalhei como estagiária docente em optativa oferecida por Burgos à graduação em ciências sociais, também na UFSC: *Teoria da hegemonia: as concepções de Antonio Gramsci e de Ernesto Laclau/Chantal Mouffe em perspectiva*

¹³ SOUTHER, D. *O campo discursivo sobre drogas e o posicionamento de Fernando Henrique Cardoso*. 2016. 225f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política, Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis. 2016. <https://repositorio.ufsc.br/xmlui/bitstream/handle/123456789/167767/339021.pdf?sequence=1&isAllowed=y>

comparativa.

Além dos intelectuais brasileiros, nesta tese dialogamos com vários autores argentinos, muitos dos quais conheci pessoalmente em congressos e pesquisas na área.

Em 2017, nos meses de abril e maio, tive a oportunidade de cursar a *Cátedra Libre Ernesto Laclau*, na Universidade de Buenos Aires (UBA), com o eixo temático *Psicoanálisis, retórica y política. Una introducción al posmarxismo*, a cargo de Paula Biglieri, Gloria Perelló e Luis Blengino. Intercâmbio que planejei e executei por conta própria, apenas com a bolsa mensal de doutorado.

Entre abril e junho daquele ano, participei como ouvinte da disciplina *Teorías de la hegemonía. Perspectivas conceptuales y estrategias metodológicas*, do Prof. Javier Balsa, no Doctorado en Ciencias Humanas y Sociales, da UNQ (Universidad Nacional de Quilmes), em Buenos Aires.

Em La Plata, ainda na Argentina, tive aulas com o italiano Fabio Frosini (Università degli Studi di Urbino), professor convidado para o curso *La política y el poder en el Estado de masas: el analisis de Gramsci en los “Cuadernos de la cárcel”*, do Seminario de Doctorado en Ciencias Sociales, da Universidad Nacional de La Plata, em junho de 2017.

No mesmo mês, acompanhei *Las Jornadas Gramscianas de la Argentina*, articuladas por diversas instituições de ensino na capital de Buenos Aires; o mini curso *Gramsci y la Educación*, a cargo de Hernán Ouviaña; a abertura da *Cátedra Gramsci, marxismo y feminismo*, na UBA; e o *I Congreso Internacional Gramscianos en el Paraná*, em Villa Constitución Província de Santa Fé.

Em julho, apresentei meu pré-projeto de tese no *Seminario Permanente sobre Hegemonía y Discurso*, da UNQ em Quilmes, a cargo do Prof. Javier Balsa. Em seguida, fiz mais uma viagem a Villa Constitución, para ministrar uma oficina sobre Gramsci e a educação, junto aos *Gramscianos del Paraná*.

De volta ao Brasil, participei do minicurso *Teoría da hegemonia e práxis na América Latina*, também a cargo do professor Javier, em novembro de 2017, na UFSC. Na mesma oportunidade, qualificamos o projeto de pesquisa de tese, com Burgos, Balsa e o Prof. Daniel de Mendonça (UFPel).

Um pouco antes, em agosto, participei do *I Colóquio Internacional Antonio Gramsci*, na Unicamp, em Campinas-SP, com apresentação de artigo sobre Gramsci, Laclau e Mouffe.

O mesmo trabalho ¹⁴ apresentei no *II Simpósio Pós-Estruturalismo e Teoria Social:*

¹⁴ SOUTHER, D. Em defesa de Gramsci: por uma leitura crítica de Laclau e Mouffe. *II Simpósio Pós-Estruturalismo e Teoria Social: Ernesto Laclau e seus Interlocutores*, no Grupo de Trabalho 1 – Teoria do Discurso e seus interlocutores. 25 a 27

Ernesto Laclau e seus Interlocutores, ocorrido em setembro de 2017, na Universidade Federal de Pelotas (UFPeL), no Rio Grande do Sul. Em 2015, já havia participado da primeira edição do evento, ainda no marco da pesquisa do mestrado, quando fiquei conhecendo a Prof. Paula Biglieri, da Argentina, que me convidou para cursar a *Cátedra Ernesto Laclau*.

Em 2018, além de ter acompanhado as manifestações políticas em torno da prisão de Lula em Curitiba durante o mês de maio, participei do *I Seminário Sociologia e Política da UFSC*, em setembro, apresentando pela primeira vez *A ralé do lulismo* (capítulo 4 desta tese), já com algumas conclusões preliminares sobre o tema de pesquisa ¹⁵.

Ainda em setembro de 2018, apresentei novamente o trabalho, em fase um pouco mais avançada, no *Encontro Nacional da International Gramsci Society*, também na UFSC, organizado pelo Grupo de Estudos e Pesquisas Antonio Gramsci.

Entre 2019 e 2021, voltei a me aprofundar nas leituras da tese, articulando o presente texto.

Importante comentar que, nesse meio tempo, vivi a experiência de morar por quase dois anos na zona rural do município de Alfredo Wagner-SC, onde me tornei mãe e constituí família. Vivendo de maneira “isolada” e extremamente simples, tive uma visão bem diferente da que eu tinha antes sobre o mundo.

Entre o corte de lenha para nos aquecer do intenso inverno da serra catarinense e os cuidados maternos com meu filho recém-nascido foi que esta tese tomou forma.

Nesse lugar vivi a experiência radical da sobrevivência em meio à natureza. Tive contato com formas de vida (humanas e não-humanas) completamente diferentes das que eu já conhecia. Convivi com homens, mulheres, jovens e velhos com pensamentos e visões de mundo também completamente diferentes dos meus. Aprendi a importância da autonomia, da comunidade e a necessidade da autodefesa: pessoal, territorial e comunitária.

Foi assim que, diante do avanço do bolsonarismo e do passivismo de esquerda no Brasil, impulsionados pela pandemia de coronavírus, radicalizei minhas ideias políticas, desenvolvendo a presente crítica ao hegemonismo de esquerda.

Arrumei brigas e perdi alguns amigos ao longo do caminho, mas também ganhei vida própria e pensamento crítico.

Enfim... Antes de dar entrada ao resumo dos capítulos, cabe dizer ainda que,

de setembro de 2017, UFPeL, Pelotas-RS. Disponível em: <https://wp.ufpel.edu.br/legadolaclau/files/2017/10/Diane-Southier.pdf> Acesso em 22 set. 2020.

¹⁵ SOUTHIER, D. *A “ralé” do lulismo*. Política e pesquisa no movimento Lula Livre em Curitiba. *I Seminário Sociologia e Política da UFSC*, Florianópolis, 20 e 21 set. 2018, Disponível em: <https://ppgsociologia.paginas.ufsc.br/files/2018/11/ANAIS-COMPLETOS-FINAL-compressed.pdf>, acesso em 30 out. 2021, p.321.

independentemente de filiações teóricas ou políticas, vivenciar o Brasil deste momento e dos últimos anos certamente não é uma experiência menor em uma trajetória intelectual e jovem como a minha. É profundo o impacto que desde já se pode sentir no ofício político-científico diante dessa conjuntura: golpe de Estado (*impeachment* de Dilma em 2016), fraude eleitoral (prisão de Lula em 2018), crises política, econômica e social (inflação, desemprego e volta da fome em grande escala), cortes quase totais no orçamento científico, ascensão do (neo)fascismo e a pandemia de coronavírus. Por isso, a intenção de contribuir com o debate de maneira polêmica e bem crítica, a fim de pensar causas e alternativas radicais para o que vivemos.

Assim, no primeiro capítulo, *A literatura lulista*, vamos abrir nosso trabalho fazendo um recorrido na literatura sobre o nosso tema de pesquisa, o “lulismo”. Tanto como escolha teórica quanto como dado empírico, os intelectuais que utilizamos e identificamos se situam quase todos no campo da teoria política marxista, especialmente “gramscista” e “laclausista”, no qual também nos inserimos.

São intelectuais, partidários e/ou universitários brasileiros que partem de uma visão de “esquerda”¹⁶ sobre o fenômeno. Ou seja, todos, explícita ou implicitamente, fazem uma defesa do “povo”, dos “pobres”, dos “trabalhadores”, dos “subalternos” ou dos “de baixo”, mesmo que critiquem o lulismo.

Muitas vezes nossos interlocutores são caracterizados provocativamente, de maneira a nos distanciarmos deles e de colocarmos o debate de uma forma que leigos no lulismo também entendam as disputas no campo de estudos. Parte desta tese é uma análise literária, na qual criticamos o próprio campo, já que nele foi possível perceber várias disputas de sentidos.

Relacionado ao fenômeno em foco, encontramos nessa literatura conceitos como fordismo, rooseveltianismo, desenvolvimentismo, reformismo, varguismo, populismo, revolução passiva, transformismo, etc. São conceitos que fazem parte do mesmo campo semântico de esquerda e que, por isso, podem acabar se confundindo, mesmo que haja disputa de sentidos e tentativas de distinção entre os intelectuais.

No segundo capítulo, *A literatura populista*, vamos de mergulho na teoria do populismo e da hegemonia, tentando articular conceitos tão diversos quanto relacionados uns

¹⁶ De acordo com a definição de Norberto Bobbio, segundo a qual a esquerda se caracterizaria pela busca da igualdade ou da inclusão, enquanto a direita entenderia a desigualdade como algo natural, excluindo os diferentes. Ver: BOBBIO, N. *Direita e esquerda: razões e significados de uma distinção política*. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1995.

com os outros: povo, poder, democracia, revolução passiva, significante vazio, retórica, representação, populismo, institucionalismo, autonomia e hegemonia.

Entre esses conceitos, apesar de abordar o populismo a partir de uma lógica formal, agregamos a ele, para entender o lulismo, a especificidade da inclusão radical de demandas não contadas ¹⁷. Essa inclusão é o que provocaria a “ruptura” de uma determinada ordem institucional pelo populismo.

Em termos de representação política, trabalhamos com uma ideia de encarnação simbólica, ou conteúdo retórico mítico. Nesse aspecto, o nome do líder como significante vazio, e até mesmo sua própria pessoa física, são identificados por essa “encarnação”. Esse deslizamento de sentido é o que pode levar a que experiências populistas apresentem um componente de identificação quase religiosa em torno do líder. Isso é o que veremos no caso do lulismo, especialmente no capítulo do trabalho de campo em Curitiba.

Para abordarmos nosso objeto, incluímos ainda o tema do populismo no poder, seguindo a sugestão de Daniel de Mendonça ¹⁸ sobre o lulismo. Nesse ponto, nos baseamos nas considerações de Joan Miró Artigas ¹⁹, sobre as tensões e contradições entre o populismo e as instituições.

Ainda nesse capítulo teórico, para dar entrada ao “populismo lulista”, discutimos as questões da hegemonia e da autonomia nas experiências populistas de esquerda do início do século XXI na América Latina, segundo a interpretação de Laclau.

É interessante anotar aqui que boa parte da literatura acadêmica sobre o populismo, laclausiana ou não ²⁰, não fala em lulismo ou não considera Lula um populista. Até mesmo o

¹⁷ BARROS, S. Inclusión radical y conflicto en la constitución del pueblo populista. *CONfinés de Relaciones Internacionales y Ciencia Política*, vol. 2, núm. 3, enero-mayo, 2006.

BALSA, J. Las dos lógicas del populismo, su disruptividad y la estrategia socialista. *Revista de ciencias sociales*, segunda época. Nº 17, otoño de 2010.

¹⁸ MENDONÇA, D. Por que não seria o “lulismo” populista? In: MENDONÇA, D.; RODRIGUES, Léo Peixoto. LINHARES, Bianca. (orgs.) *Ernesto Laclau e Seu Legado Transdisciplinar*. Brasília, Intermeios, 2016.

¹⁹ ARTIGAS, J. M. Las tensiones del populismo en el poder. Pueblo e instituciones en la teoría de Ernesto Laclau. *Inguruak*, 62, 2017, pp. 19-38.

²⁰ Carlos de la Torre (UF Center for Latin American Studies), por exemplo, um opositor do populismo de outra vertente teórica, criou uma tipologia dos populismos latino-americanos, com populismo “clássico”, “neoliberal” e “radical”, incluindo Getúlio Vargas e Fernando Collor como populistas clássico e neoliberal, respectivamente, mas omitindo qualquer consideração sobre os governos Lula, embora vários aspectos de sua caracterização sobre o populismo radical sejam a ele aplicáveis. Talvez o autor faça isso por não o considerar radical o suficiente em sua relação com as instituições da democracia liberal (que é o seu modelo ou ponto de partida para analisar quão autoritários ou democráticos são os populismos da América Latina). Ver: DE LA TORRE, C. “Populism in Latin America.” In: KALTWASSER, C. R. et al. *The Oxford Handbook of populism*. Oxford University Press, 2017.

Mudde e Kaltwasser, também de vertente alternativa de estudo do populismo, quando citam o Brasil, mencionam apenas os exemplos de Vargas e Collor, excluindo qualquer comentário sobre Lula. Aparentemente, seria a falta de reformas radicais promovidas pelo lulismo o que o excluiria da lista de experiências populistas. Nesse caso, segundo a nossa interpretação, baseada nesses autores, o lulismo estaria mais para um movimento socialdemocrata, parte integrante da “democracia liberal” burguesa brasileira. Ver: MUDDE, C.; KALTWASSER, C. R. *Populism: a very short introduction*. Oxford University Press, 2017.

próprio Laclau ²¹ hesitava em fazê-lo. Segundo ele, os governos Lula teriam se colocado numa posição intermediária entre as experiências populistas recentes da América Latina, por articular a tradição popular com a tradição liberal (burguesa).

Seria a falta de radicalização, abordada teoricamente por André Singer e boa parte da literatura do lulismo, sob o tema da “conciliação de classes”, que o colocaria numa posição intermediária, entre populismo e instituições?

Com essa dúvida, damos entrada ao terceiro capítulo, *O populismo lulista*. Considerando o populismo como uma questão de grau, situamos o lulismo na indeterminação entre o institucional e o anti-institucional, entre a hegemonia e a autonomia, apontando o desequilíbrio do movimento na relação entre participação popular e centralização burocrática. Na administração do conflito, o lulismo seria um populismo de baixo grau ou de baixa intensidade em relação ao confronto com as instituições e poderes vigentes, por ter se tornado, ele mesmo, parte deles.

Nesse sentido, o populismo lulista poderia ser caracterizado, ainda, como um “elitismo democrático” ²², no sentido da associação e competição do lulismo com as elites políticas, econômicas e violentas do país, sabotado por frações dessas mesmas elites a partir de junho de 2013, com o golpe de Estado ²³ de 2016 e a fraude eleitoral da prisão política de Lula em 2018.

Argumentamos que o próprio populismo, dessa forma, representaria um discurso “elitista democrático”, ou um exercício de poder hegemônico das elites em nome do povo. Nesse ponto, se articulam teoria da hegemonia e teoria do poder ou das elites com a dimensão vertical da representação populista.

Em contraponto a isso, abordamos a inclusão radical do lulismo para explicar como teria irrompido, apesar de seu padrão conciliatório, o antagonismo antes domesticado entre as elites. A inclusão radical da “ralé” ²⁴, por meio da redução da pobreza, de forma geral, representaria, ao mesmo tempo, o sucesso e o fracasso do lulismo: diversas demandas não contadas surgiram e não puderam ser atendidas, porque isso demandaria uma radicalização que não fazia parte do modelo e que não seria da vontade das elites, entre elas o próprio lulismo.

Por isso, uma vez terminado o “consenso”, o lulismo perdia sua função de pacificação

²¹ LACLAU, E. La deriva populista y la centroizquierda latinoamericana. *Revista de la CEPAL*, Santiago de Chile, n.29, ago. 2006.

²² Conforme a interpretação de David Held sobre a teoria das elites. Ver: HELD, D. O elitismo competitivo e a visão tecnocrata. In: *Modelos de democracia*. Belo Horizonte: Paidéia, 1987.

²³ Ver: BIANCHI, Álvaro. *O que é um golpe de estado?* Blog Junho, 2016. Disponível em: <http://blogjunho.com.br/o-que-e-um-golpe-de-estado/>, acesso 18 jun. 2018.

Ver também: JINKINGS, Doria e Cleto [orgs.], *Por que gritamos golpe?*, Ed. Boitempo, 2016.

SOUZA, Jessé. *A radiografia do golpe*. RJ: Leya, 2016.

²⁴ SOUZA, J. *Ralé brasileira: quem é e como vive*. Belo Horizonte: UFMG, 2009, pp.46.

do povo.

Ainda no terceiro capítulo, para aprofundar a demonstração de nossa tese, fazemos uma resenha bem detalhada do último livro de Singer ²⁵, no qual ele aborda a “gramática populista” do lulismo. Assim, seguimos discutindo a caracterização e a periodização do lulismo e sua relação com o populismo e as instituições.

Do nosso ponto de vista, com Singer constatamos dois temas da nossa tese: a falta de mobilização da sociedade por parte do lulismo, pela ênfase hegemônica e seu conseqüente elitismo; e a inclusão radical, referente à redução da pobreza durante os governos Lula e Dilma.

Nesse mesmo tópico, começamos a articular com maior peso nossa crítica ao lulismo, especialmente na sua relação com o PMDB (Partido do Movimento Democrático Brasileiro, atual MDB) e a Operação Lava Jato. Ambos ajudam a explicar a competição entre as elites brasileiras de Estado e o aspecto de “crise” do lulismo, enquanto instituição de elite.

Em torno da “gramática populista”, comentamos, ainda, o problema da nomenclatura dos setores sociais beneficiados pelo lulismo: “subproletariado”, “pobres”, “precariado”, “nova classe média” ou “nova classe trabalhadora”. Do ponto de vista da teoria do discurso populista, importam mais as demandas do que as classificações sociológicas, porque são elas que articulam o “povo” enquanto agente histórico.

No plano político-discursivo, as classes que as abordagens sociológicas ou economicistas tentam categorizar aparecem sempre como demandas, como lemas ou como nomes. São atos discursivos que fazem emergir uma identidade coletiva, levando em conta a materialidade simbólica e prática do discurso. Isto é, na política, as classes não aparecem como grupos ou estratificações fechadas, mas como atos discursivos que articulam diversas demandas democráticas.

No caso do lulismo, argumentamos que sua demanda central era a sua própria contradição, pois não seria possível diminuir a pobreza sem gerar confrontos de classe. Por isso, o caráter de conciliação e de inclusão radical caracterizam o sucesso e, ao mesmo tempo, o próprio limite do lulismo, duas de suas contradições fundamentais.

Então, fica claro que o lulismo no governo era consensual, mas como toda hegemonia envolvia também um poder violento, coercitivo. Como ele era exercido? Com o aparato da república militar-burguesa brasileira, com os meios específicos de violência do Estado: as polícias, os juízes, os órgãos de investigação e as forças militares.

Assim, o lulismo articulou o consenso com os inimigos do povo e, uma vez no poder,

²⁵ SINGER, A. *O lulismo em crise: um quebra-cabeça do período Dilma (2011-2016)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

usou e deu armas que foram usadas contra o povo e contra o próprio lulismo.

Com isso em vista, articulamos nossa interpretação teórica da hegemonia e do populismo ao tema da violência e do Estado, de um ponto de vista populista radical de esquerda.

Sem um programa econômico estratégico e de autonomia para o povo, o populismo de esquerda é absorvido pelas elites econômicas e políticas, enquanto faz uso do poder de violência estatal contra o próprio povo.

Esse tema do uso da violência na política também ficou bastante evidente durante nosso trabalho de campo, junto ao Movimento Lula Livre em Curitiba, em maio de 2018.

No quarto capítulo, *A ralé do lulismo*, são descritos em detalhes os aspectos de insegurança observados no movimento, depois do ataque a tiros disparados por um policial à paisana em direção ao Acampamento Marisa Leticia, no bairro Santa Cândida (Curitiba-PR), perto de onde Lula estava preso, episódio que resultou em um segurança do Acampamento baleado no pescoço. Relacionado a isso, identificamos um aspecto de “martirização” de Lula e dos lulistas, que articulamos à noção de representação simbólica do populismo lulista, como uma “encarnação” religiosa.

Além disso, descrevemos as manifestações culturais e políticas da vizinhança, as dinâmicas internas de organização do movimento, bem como os conflitos percebidos entre os grupos envolvidos. Fazemos, assim, uma analogia entre os nossos interlocutores e a “ralé” brasileira, em termos dos conflitos de classe observados no local. Considera-se que, em vista disso, as distinções sociais presentes no movimento indicam a existência da “ralé” dentro do próprio lulismo, enquanto movimento marginalizado, além de ilustrar as distinções sociais e os conflitos de classe observados entre o movimento como um todo e as características mais gerais da população curitibana naquele local.

Na conclusão, por último, apresentamos nossa crítica ao hegemonismo de esquerda.

Quem não tiver paciência para as teorias dos primeiros capítulos, escritos “para acadêmico ler”, pode pular diretamente ao capítulo 4, à Conclusão e ao Apêndice.

Do nosso ponto de vista, como o populismo, em geral, não articula formas reais de autonomia popular (por exemplo: terras e autodefesa), já que, ao contrário, financia formas de dependência (por exemplo: dívidas e subempregos), sua extensão só pode acabar afiançando novas e mais cruéis formas de opressão ao povo. Trata-se do poder de reação e da lógica antropofágica do capitalismo, que nossos amigos “gramscistas” chamam “revolução passiva”.

Se a emancipação só pode se dar por formas parciais (diríamos “locais”, e nesse ponto

concordamos com Laclau ²⁶), a política populista de esquerda nos atuais regimes de massa (poderíamos chamar “megalomaniaca”, e aqui criticamos o autor) enfrenta sérios problemas teóricos e práticos em relação a qualquer ideal democrático, a não ser do ingênuo e estéril ideal da democracia “liberal” ou “republicana” sob o domínio do capital.

A emancipação real, nessas condições, não pode estar atrelada a formas clientelistas de governo, nem ao fortalecimento das instituições judiciárias ou repressivas do Estado capitalista. A emancipação real, em formas sempre parciais, só pode ser aquela que se orienta no sentido do autogoverno popular e do uso comunitário da terra e dos recursos naturais.

Não é possível a vida autônoma dos indivíduos e dos coletivos, bem como a diminuição da alienação sob um regime de trabalho precário e escravizante, cuja perspectiva seja apenas a de um mero consumidor de produtos, resultado máximo do fetiche capitalista.

“Revolução passiva à brasileira” (Braga; Bianchi, 2005), “hegemonia às avessas” (Oliveira, 2010), “hegemonia da pequena política” (Coutinho, 2010), “neopopulismo de mercado” (Ab’Sáber, 2011), “síntese populista” (Braga, 2012), “populismo no poder” (Mendonça, 2016), “experiência populista não radical” (Pinto, 2017), “ensaio populista” (Rocha, 2017), etc... Por que não ir direto ao ponto? O lulismo é um populismo passivo e em decadência, é um “hegemonismo” de esquerda.

Aqui, uma imagem metafórica ²⁷ seria mais do que perfeita, seria autoexplicativa: apoiaram seus traseiros nas cadeiras dos gabinetes e nos sofás de casa.

Com narrativas e canetadas, o lulismo não enfrentava os inimigos do povo, ao contrário, em uma mão lhes dava a face, e, na outra, as armas. O resultado é a desmobilização geral da esquerda, com a ascensão de um fascismo revolucionário, ou um populismo de extrema direita.

Para piorar, veio a pan(ico)demia, na qual a esquerda hegemônica e burguesa se recusava a sair de casa para protestar contra o governo e até para reivindicar a vacina, e defendia a “quarentena” que, junto ao vírus, travancava a luta de classes em desfavor do povo e amplificava a desigualdade social.

O vírus é real, mas se presta a inúmeras opiniões e mistificações, por mais “científica” que seja a interpretação a ele dada. Os bolsonaristas fanáticos, por exemplo, quando não o negam, veem o vírus como um complô contra o governo. Eles veem tudo ao contrário ou distorcido, invertem todas as lógicas científicas, por isso já não se distingue a verdade dos fatos.

²⁶ LACLAU, E. Da emancipação à liberdade. In: *Emancipação e diferença*. Rio de Janeiro: UERJ, 2011a.

²⁷ Ver a metáfora do “bundamolismo” no Apêndice, ao final desta tese.

Mas, para o Estado militar-burguês, escravocrata ²⁸, patriarcal e teocrático brasileiro²⁹, o vírus é o plano perfeito. É o trabalho que a ditadura militar de 64 não chegou nem a sonhar que poderia fazer. “Matar uns 30 mil”, como dizia Bolsonaro? ³⁰ A esta altura já foram mais de SEISCENTOS E TRINTA MIL MORTOS pela covid, registrados oficialmente, a maioria entre os pobres, mortes que poderiam ter sido evitadas em grande parte se não tivesse havido um descaso proposital do governo. E nunca vamos ter noção real do tamanho do estrago: pelos números escondidos, pela subnotificação, pela censura, pelo aproveitamento da situação e pela manipulação dos dados.

É genocídio que se chama, não é, amigos?

Diante de tudo que estamos vivendo, esta tese é mais do que necessária. Foram mais de seis anos de pesquisa. Depois de mudar da cidade para o campo e virar mãe em plena pandemia, é um alívio que hoje ela esteja finalizada. Por isso, é preciso agradecer. (Repito aqui os agradecimentos, porque nunca é demais lembrar a todos que, de alguma forma, fizeram parte da realização deste trabalho ou, simplesmente, fazem parte da minha vida!)

Agradeço, especialmente, à minha mãe, Anelisa, ao meu irmão, Marlon, à vó Ernesta e ao meu pai, Dirceu (em memória). Agradeço ao Pablo, pai do meu filho, parceiro de trabalho de campo e também meu interlocutor na escrita. E obrigada ao nosso baby, Guilian!

Agradeço também ao restante da família: Tânia, Sandro, Poliana, Raul, dona Ni e seu Osmar.

Aos nossos amigos do coração, que sempre nos acompanham aonde quer que a gente esteja: Aline (nossa dinda e fada “Alien”), Pike (nosso dindo bruxo), Drica, Fabio Aquino, Fabio Marques, Bicho Grilo, Manu e Rafa, Larissa e Ricardo, Natália, Amélia e Renato, Yamini (juntas depois de 15 anos!), Gabriela Pereira e Mezzalira (nossa Alquimia Sonora), Daniel Milk, Douglas Carvalho, Kadosh Miranda, Kassi Bonato e família.

²⁸ Ver: SOUZA, Jessé. *A elite do atraso: da escravidão à Lava-Jato*. Rio de Janeiro: Leya, 2017.

²⁹ Ver: “Quem são os evangélicos calvinistas que avançam silenciosamente no governo Bolsonaro. Eles não são barulhentos como os neopentecostais, mas dominam postos-chave do segundo escalão, como a Capes e secretarias de direitos humanos.” Ronilso Pacheco. *The Intercept Brasil*. 4 de Fevereiro de 2020. Disponível em: <https://theintercept.com/2020/02/04/evangelicos-calvinistas-bolsonaro/>, acesso em 26 mar. 2021.

Ver também: “DINHEIRO PÚBLICO BANCA A FORMAÇÃO DE MISSIONÁRIOS PARA EVANGELIZAR INDÍGENAS”. Fernanda Wenzel, Pedro Papini. *The Intercept Brasil*. 22 de Fevereiro de 2021. Disponível em: <https://theintercept.com/2021/02/22/prouni-formacao-missionarios-evangelizar-indigenas-unimissional/>, acesso em 26 mar. 2021.

³⁰ Em 1999, Bolsonaro defendia que o regime militar deveria ter matado “uns 30 mil”. Ver: <https://www.youtube.com/watch?v=M-tkPPwT9Xw>, acesso em 2 mar. 2021.

Na Argentina: Daiana Taborda, Marcela González, Vanessa Dourado, Ciro Zar, Brianne, Jimena e Les Dragones.

No México: Emmanuel Rojas.

Aos amigos de Alfredo Wagner, especialmente: seu Zeca e dona Nega, Edson e Tibela, Dedé, Everton e família, Marcos e família, Tainá, Gordinho e família, Clei, Grazi e família.

Aos meus colegas da pós-graduação: Cassoli, Vinicius Boemia, Maurício, Karina, Cazé, Ricardo, Marcio, João Gabriel, João Francisco e Elton Bruno (em memória).

Ao Grupo de Ativismo Epistemológico da UFSC.

Aos Gramscianos del Paraná: Gaby, Yuí y los Juanes.

Ao Bonde de Pelotas: Luísa, Rapha, Sérgio, Angela e Kettle.

A todos que conhecemos em Curitiba, no Acampamento Marisa Letícia e na Vigília Lula Livre, e aos amigos petistas das caravanas de Santa Catarina.

A todos os “gramscistas” e “laclausistas”, no Brasil e na Argentina.

Ao povo brasileiro, ao Departamento de Sociologia e Ciência Política da Universidade Federal de Santa Catarina, e à Capes, que financiaram e pagaram minha bolsa de estudos em dia.

E, é claro, a todos os meus professores e professoras, com alegre rebeldia. Especialmente: Raúl Burgos, Jacques Mick, Julian Borba, Javier Balsa, Alberto Groisman, Fabio Frosini, Paula Biglieri, Gloria Perelló, Daniel de Mendonça, André Singer, Amurabi Oliveira, Carlos Sell, Ernesto Seidl, Ricardo Virgilino da Silva, Yan de Souza Carreirão, Ary César Minella, Fernando Ponte Sousa, Elizabeth Farias da Silva, Giane Carvalho, Miriam Hartung, Miriam Grossi, Maria Soledad Orchard, Ricardo Müller e Remy Fontana.

Obrigada e... seguimos!

1. A LITERATURA LULISTA

Então, primeiro, vamos falar de lulismo.

O lulismo é o nome dado por André Singer, um de seus porta-vozes, ao movimento político representado por Lula. Singer é cientista político, intelectual da USP (Universidade de São Paulo) e partidário-crítico do movimento. Foi também porta-voz de Lula durante o governo.

Em 2012, lançou sua primeira obra de fôlego sobre o tema: *Os sentidos do lulismo*³¹. Ali, ele descreveu as formas de representação e de economia política ligadas a Lula. Em termos eleitorais, o lulismo seria a representação do “subproletariado”, a partir do “realinhamento eleitoral” de 2006, quando Lula passou a ser votado em massa pelos pobres.

Segundo Singer (2012), isso foi resultado das políticas de governo adotadas por Lula para redução da pobreza sem confronto com os mais ricos. Assim, do nosso ponto de vista, duas demandas centrais no lulismo teriam sido sendo atendidas: a redução da pobreza e a pacificação do povo.

À medida que ricos ganhavam como nunca com negócios da China (o “boom das commodities”) e pobres melhoravam um pouco de vida (com aumento de renda proporcionado pelo governo e pelo giro da economia), teria ocorrido também uma identificação geral com Lula.

Os pobres se viam representados na imagem e nas maneiras do presidente, enquanto ganhavam alguns trocados. Já os ricos se contentavam com a autonomia do Banco Central e, na prática, comandavam a economia. “Todos estavam felizes”.

O então presidente, ex-operário e eterno sindicalista, novo rico com cara de pobre, virara um símbolo da paz universal. Uma hegemonia, aparentemente, do “consenso”. Era a famosa “conciliação de classes” (na verdade, um consenso entre elites).

Lula significava tudo ao mesmo tempo, ele era “o cara”: seu nome tinha virado um “significante vazio” – cheio, porém, de contradições e ambiguidades.

E o lulismo? Não menos ambíguo. “Pacto conservador”, “reformismo fraco”, “solução arbitral”, “revolução passiva”, “semitransformismo”, “regressivo” e “progressivo” ao mesmo tempo. As definições dadas por Singer são tão confusas quanto sua periodização: a partir de 2006, como realinhamento eleitoral e representação dos pobres? Ou a partir de 2002, como “direção forjada desde fração organizada da classe trabalhadora” (Singer, 2018, p.18)³² e como

³¹ SINGER, A. *Os sentidos do lulismo: Reforma gradual e pacto conservador*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

³² SINGER, A. *O lulismo em crise: um quebra-cabeça do período Dilma (2011-2016)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

governo de coalizão com a burguesia? ³³

Antes, ainda, quando Lula despontara como líder nas greves do ABC no final dos anos 1970? Ou com a penetração do PT (Partido dos Trabalhadores) no nordeste e nas camadas mais pobres a partir de 89?

Seu fim também não se especifica. Nem sua grandeza. O lulismo foi uma “era” ou foi uma “década”? Entrou em “colapso”, “sofreu uma enorme derrota” ou foi “despedaçado”? Quando? Com as manifestações de junho de 2013 ou com o golpe de Estado do *impeachment* de Dilma, em 2016?

Enfim... É um movimento político-eleitoral e/ou um fenômeno sociopolítico ainda em curso?

Na economia política, o lulismo teria sido “rooseveltiano” ou “varguista”? Foi realmente uma “experiência”, um “ensaio desenvolvimentista”, ou nada disso?

Em termos de articulação de classes, demandas sociais ou etnias, quem mais teria sido representado, além de pobres-subproletários e ricos-burgueses? Negros, brancos, indígenas? Intelectuais, partidários, universitários, artistas? Camponeses e ruralistas? E quem teria ascendido socialmente: uma “nova classe média”, uma “nova classe trabalhadora” ou uma nova burguesia/elite de Estado?

E a pergunta que não quer calar... o lulismo é populismo?

Apesar de não dizer explicitamente que o lulismo é populismo, na prática, a abordagem de Singer relaciona os dois diretamente. Ele é da escola marxista do populismo de Francisco Weffort ³⁴, que nos anos 70 fazia uma análise das relações de classe para entender o populismo nacionalista no Brasil.

Além disso, Singer é da escola brasileira de gramscianos, aqui denominados provocativamente como “gramscistas”, e considerava que o lulismo seria uma “revolução passiva”, no sentido de um movimento político sem mobilização da sociedade (Singer, 2012, p.37).

³³ Ver a famosa “Carta ao povo brasileiro”, que ficou conhecida como “carta aos banqueiros”: “Leia íntegra da carta de Lula para acalmar o mercado financeiro”. *Folha online*, 24 jun. 2002. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u33908.shtml>, acesso em: 30 out. 2021.

³⁴ Singer explica que o contato, durante sua formação intelectual, com dois textos (*Raízes sociais do populismo em São Paulo*, de 1965, e *Política de massas*, capítulo primeiro de *O populismo na política brasileira*, de 1978) de Francisco Weffort, de quem foi aluno, teriam sido particularmente importantes em suas reflexões posteriores sobre o lulismo. Essa relação com os textos de Weffort refere-se à utilização deste autor, para entender o populismo, do “método marxiano” de buscar “as determinações mais profundas (raízes) nas relações de classe e, então, reconstruir o real, explicando suas múltiplas determinações” (Singer, 2012, p.259).

Na mesma onda iam Ruy Braga (USP) e Álvaro Bianchi (Unicamp), que falavam em “revolução passiva à brasileira” (2005)³⁵ e “revolução passiva com aspectos progressistas” (Braga, 2010)³⁶. Luiz Werneck Vianna, por sua vez, indicava a ideia de um “Estado de compromisso”³⁷ no lulismo, uma característica de “arbitragem” e negociação entre grupos de interesse.

Outros ilustres “gramscistas”, como Francisco de Oliveira e Carlos Nelson Coutinho, preferiam falar em termos de “hegemonia”, mais um conceito chave da teoria política gramsciana.

Para Oliveira (2010)³⁸, a “hegemonia lulista” seria uma desmobilização dos movimentos sociais e um “transformismo” (outro conceito gramsciano) dos dirigentes sindicalistas e partidários. Estes, engajados na política como atividade de gabinete, teriam participado de uma “hegemonia às avessas”: vieram “de baixo” e chegaram ao Estado para dirigi-lo com o programa dos “de cima”.

Coutinho (2010)³⁹, no mesmo sentido, falava em “hegemonia da pequena política”. Uma política de corredor, do parlamento, afinada ao neoliberalismo e conformada às condições existentes, em detrimento da “grande política”.

Singer concordava em parte, ao considerar que o lulismo seria, de fato, um “reformismo fraco”, lento e desmobilizador, na prática um “semitransformismo”. Mas, enquanto “novidade histórica” e “bloco de poder novo”, teria realizado uma “ruptura real” da articulação de classes no Brasil (Singer, 2012, p.43).

Nessa visão de Singer, o realinhamento eleitoral do lulismo teria provocado, na verdade, um novo conflito no sistema, mas apenas em termos de disputa partidária, introduzindo, assim, a “gramática populista”. De um lado, o PT e o “subproletariado”. Do outro, o PSDB (Partido da Social Democracia Brasileira) e a “classe média”.

Lulismo *versus* anti-lulismo, pobres *versus* ricos.

Os conflitos reais agora fluíam em termos eleitorais, mesmo que as políticas econômicas do PT e do PSDB não fossem assim tão diferentes. Segundo Singer, a “continuidade do ‘pacote FHC’ [câmbio flutuante, metas de inflação e superávit primário] foi

³⁵ BRAGA, R.; BIANCHI, A. Brazil: the Lula government and financial globalization. *Social Forces*, Chapel Hill, v. 83, n. 4, 2005, p.145-62.

³⁶ BRAGA, R. Apresentação. In: OLIVEIRA, F.; BRAGA, R.; RIZEK, C. (orgs.). *Hegemonia às avessas: economia, política e cultura na era da servidão financeira*. São Paulo: Boitempo, 2010.

³⁷ VIANNA, L. W. “O Estado novo do PT”, citado por Singer (2012, p.31).

³⁸ OLIVEIRA, F. Hegemonia às avessas. In: OLIVEIRA, F.; BRAGA, R.; RIZEK, C. (orgs.). *Hegemonia às avessas: economia, política e cultura na era da servidão financeira*. São Paulo: Boitempo, 2010.

³⁹ COUTINHO, C. N. A hegemonia da pequena política. In: OLIVEIRA, F.; BRAGA, R.; RIZEK, C. (orgs.). *Hegemonia às avessas: economia, política e cultura na era da servidão financeira*. São Paulo: Boitempo, 2010.

a condição da burguesia para não haver guerra de classes” (Singer, 2012, p.75). Na prática, um acordo com a elite financeira para que ela continuasse no controle do Banco Central. A permanente guerra de classes brasileira, de qualquer forma, também continuava – desfavorável ao povo – mas agora camuflada pela “pacificação lulista”.

Enquanto isso, as políticas sociais (Bolsa Família, aumento do salário mínimo e acesso ao crédito) garantiam o consumo interno e continham o desemprego, mesmo diante da crise econômica internacional, a partir de 2008. O que importava era evitar a radicalização política da polarização real. Na base, isso era feito com a redução da pobreza. No alto, com o aumento do lucro dos bancos e dos grandes empresários e ruralistas.

O lulismo teria sido, assim, uma espécie de “arbitragem” de classes (como diz Singer, citando Gramsci), entre subproletários e burgueses, supostamente com foco nos primeiros. Um “caso de ‘grande personalidade’ a presidir governo de coalizão” (Singer, 2012, p.201), uma “efetiva representação do subproletariado” (p.81). E, Lula, uma “liderança popular no sentido pleno da palavra” (p.81).

Armando Boito (2013)⁴⁰, cientista político da Unicamp, discordava. Para ele, o lulismo não arbitrava. Na verdade, ele *priorizava* os interesses burgueses.

Teria sido, então, uma dupla representação, de *pobres e ricos ao mesmo tempo*?

Mas... e a “gramática populista” de pobres *versus* ricos?

Na opinião de Tales Ab’Sáber (2011, p.42-44)⁴¹, um lulista desiludido, além de filósofo e psicanalista da Unifesp (Universidade Federal de São Paulo), Lula teria feito uma *tripla* representação carismática: a dos muito pobres, a dos muito ricos, e a da própria burocracia lulista, aliada ao clientelismo e ao patrimonialismo brasileiros – leia-se “corrupção”.

Dizia ele: “... apesar do intenso discurso antielitista e de convocação populista das massas pobres em abstrato, Lula sempre se colocou no espaço público de modo relativamente *soft*, agregador, mediador, cordial, de modo a merecer pessoalmente, no próprio trato quase individual com cada um, o imenso desejo político coletivo a ele delegado e nele condensado” (Ab’Sáber, 2011, p.39).

Assim, pelo incentivo ao consumo de massas com o “carisma pop” de Lula, Ab’Sáber classificava o lulismo como um “governo neopopulista de mercado” (2011, p.20).

Ruy Braga (2012, p.230)⁴² preferia pensar que a “hegemonia lulista” teria sido, na verdade, uma “síntese”: a “superação dialética” do populismo varguista. Para este psolista e

⁴⁰ BOITO, A. O lulismo é uma forma de bonapartismo? Uma crítica às teses de A. Singer. *Crítica marxista*, n.37, 1ª sem., 2013.

⁴¹ AB’SABER, T. *Lulismo, carisma pop e cultura anticrítica*. SP: Hedra, 2011.

⁴² BRAGA, R. *A política do precariado: do populismo à hegemonia lulista*. São Paulo: Boitempo, 2012.

sociólogo do trabalho da USP, o lulismo se inseria no contexto do “fordismo periférico”, como um momento seu.

Rudá Ricci (2013, p.15)⁴³, cientista político da Unicamp, concordava, e também falava em “fordismo”, mas “tardio”: o lulismo teria sido uma “engenharia política estatal fundada na inserção social, pelo consumo, de amplas massas marginalizadas até então da vida social, política e econômica do país”.

Como “sistema de poder”, segundo Ricci (2013, p.13), o lulismo teria vindo junto com a institucionalização dos movimentos sociais saídos da ditadura militar. Dois fenômenos articulados, porém, distintos, que “se encontra[va]m no mesmo novo ciclo estatal-desenvolvimentista do Brasil” (2013, p.28).

Para Ricci, o lulismo teria se esboçado na década de 1990, mas se “forjado” só a partir de 2002, com a primeira eleição de Lula, e ganharia sua “roupagem final” apenas no segundo mandato. Assim, “constituiu-se num demiurgo da finalização da modernização do país iniciada por Getúlio Vargas” (2013, p.27).

Modernização que, segundo Ricci, “os gramscianos denominariam de ‘revolução passiva’, pelo alto, conservadora porque pautada pela hipertrofia do Estado, que administra a vida social, impregna todos os poros da sociedade brasileira e estabelece um pacto social pelo desenvolvimentismo caracterizado pela conciliação de interesses”. Já os lulistas, segundo Ricci, aqueles na condição de operadores, chamaram esse projeto de “desenvolvimentismo social” (2013, p.27).

Marcos Nobre (2013)⁴⁴, filósofo da USP e da Unicamp, também ampliava a percepção histórica sobre o lulismo, criticando Singer. Na verdade, questionava o próprio uso do termo como um conceito que lhe parecia acrítico, focado no personagem “Lula” e no “realinhamento eleitoral”, sem a devida contextualização de seu surgimento.

O fenômeno real, para ele, teria sido o “pemedebismo” da política brasileira, uma trava do modelo de sociedade pretendido pela “redemocratização” do final da ditadura militar. Já o lulismo, apenas um agregado do “condomínio” estatal do PMDB, inserido no “padrão anterior” do “nacional-desenvolvimentismo” (Nobre, 2013, p.188).

O “conservadorismo” do pacto lulista, nesse caso, não teria sido uma característica da base popular, que supostamente desejava mudança dentro da ordem, como pensava Singer, mas do próprio sistema político e socioeconômico brasileiro como um todo. Da crítica de Nobre a

⁴³ RICCI, R. *Lulismo: da era dos movimentos sociais à ascensão da nova classe média brasileira*. Brasília: Fundação Astrojildo Pereira / Rio: Contraponto, 2013.

⁴⁴ NOBRE, M. Anexo – “Pemedebismo” e “lulismo”: um debate com André Singer. In: *Imobilismo em movimento: da abertura democrática ao governo Dilma*. SP: Cia. Das letras, 2013, pp.172-89.

Singer se compreende que a tese do conservadorismo popular acabaria colocando a culpa da desigualdade nos pobres, quando o verdadeiro responsável seria o violento sistema político e societário brasileiro, sempre pronto a reprimir qualquer manifestação libertária ou igualitária.

Afinal, o que deu errado? Se o lulismo era um modelo de conciliação, por que passou a ser atacado pela sociedade e pelas elites a ponto de sofrer um golpe de Estado?

Em 2016, no auge da articulação golpista que derrubou Dilma, os intelectuais do lulismo lançaram uma coletânea de artigos para tentar entender o que estava acontecendo. *As contradições do lulismo. A que ponto chegamos?*, organizada por Singer e Isabel Loureiro (2016), é a terceira e derradeira obra da trilogia do Cenedic-USP sobre a “Era Lula”⁴⁵.

Na apresentação do livro, Singer escreve sobre o lulismo com uma perspectiva mais ampla, tanto do passado quanto do presente. Mantém a ideia de “reformismo fraco” e enfatiza suas virtudes e ambiguidades.

Apresenta também contradições do ponto de vista das “demandas civilizatórias” que saíram da ditadura, atravessaram o neoliberalismo dos anos 90 e “desembocaram no lulismo” (Singer e Loureiro, 2016, p.11). Singer inclui, ainda, os governos Dilma e descreve a sequência de eventos do golpe de Estado de 2016.

Aqui o lulismo começa em 2002, como “condução” da “segunda experiência desenvolvimentista” no Brasil (segunda em relação ao varguismo, que teria sido a primeira). Uma experiência que não realizou nenhuma “transformação estrutural”, segundo o próprio Singer comenta, fosse econômica ou ideológica, na sociedade brasileira (Singer e Loureiro, 2016, p.12).

Nesse sentido, a coletânea de artigos do livro, em sua variedade temática, trata de “comparações esdrúxulas”, como as denominou Francisco de Oliveira, na genealogia do *Ornitórrinco*⁴⁶:

Reindustrialização com oposição dos industriais, assalariamento precário com acesso à universidade, ampliação do crédito educacional com crescimento do ensino superior privado, walmartização do trabalho com internacionalização dos sindicatos, agroecologia com agronegócio, autonomização dos mais pobres com passividade assistencialista, emancipação cultural com empreendedorismo, esperança de inclusão com rebaixamento das expectativas (Singer, Loureiro, 2016, p.13).

⁴⁵ O Cenedic (Centro de Estudos dos Direitos da Cidadania) é vinculado à Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (USP). As outras duas obras da trilogia são *A era da indeterminação* (Oliveira, Rizek, 2007) e *Hegemonia às avessas* (Oliveira, Braga, Rizek, 2010).

⁴⁶ OLIVEIRA, F. *Crítica à razão dualista: o ornitorrinco*. SP: Boitempo, 2003.

No contexto em que a apresentação da coletânea era escrita (abril de 2016), os autores chegavam a falar em “colapso do lulismo”, trabalhando também a ideia de uma “era lulista” (Singer e Loureiro, 2016, p.14).

Por último, vinha à tona novamente o caráter conciliador do fenômeno, naquela altura aparentemente já esgotado. Isso era o que supostamente dava vazão à volta da luta de classes ao centro do palco político brasileiro: “A coexistência aparentemente equilibrada dos contrários começou a explodir com as manifestações de Junho de 2013, que trouxeram subitamente à consciência como o Brasil, apesar de ter melhorado, continuava péssimo” (Singer e Loureiro, 2016, p.19). Daquele momento em diante, “a luta de classes retornou ao vivo e em cores, trazendo consigo, num cenário em que o inesperado surge a cada dia, possibilidades imprevisíveis” (p.19).

E concluem: “Ao que tudo indica, o período lulista [...] desembocou num acirramento das contradições antes matizadas pelo reformismo fraco” (Singer e Loureiro, 2016, p.19).

Em 2016 já se falava, então, em “era lulista”, o que parecia ser algo mais do que só “lulismo”. Isso quer dizer que, ao mesmo tempo em que conceitualmente vai se estendendo no tempo, o significante se estende também em significados.

O próprio Singer, dessa forma, vai abrindo margens de argumentação e interpretação, enfatizando sempre “as *contradições* do lulismo” e apostando na “extrema ambiguidade” do fenômeno, embora sem deixar de lembrar os supostos “avanços” do governo na área social.

Depois, em artigo da mesma coletânea, Singer (2016a, p.26)⁴⁷ se mostra um pouco menos ambicioso na caracterização do lulismo como “segunda experiência desenvolvimentista” no Brasil.

Para não discordar muito da literatura sobre o que seria um “novo” ou um “social desenvolvimentismo”, ele prefere se referir ao primeiro governo Dilma como um “*ensaio desenvolvimentista*”: a tentativa de reindustrialização do país sem base política e social para isso.

Dilma teria se mostrado mais combativa do que Lula no trato com os bancos, tentando reduzir seus lucros, para que a economia brasileira se movimentasse. “Enquanto Lula foi conciliador, Dilma decide entrar em combate com frações de classe poderosas e resistentes”, tensionando “o pacto estabelecido com o setor financeiro”, diz Singer. Além disso, “o governo decidiu publicizar o tema, o que estava igualmente fora do *script* lulista” (2016a, p.33).

Ia ruindo, assim, com o “cerco rentista” e midiático que se seguiu, a “coalizão

⁴⁷ SINGER, A. A (falta de) base para o ensaio desenvolvimentista. In: SINGER, A.; LOUREIRO, I. *As contradições do lulismo: a que ponto chegamos?* SP: Boitempo, 2016a.

industrial-popular” que sustentava o lulismo. A desarticulação se dava, Singer explica, com o afastamento da burguesia industrial, que aos poucos se juntava à “coalizão rentista”. Isso porque, no Brasil, os bancos dominam as empresas, devido à financeirização da economia, que mistura capital industrial e de finanças (Singer, 2016a, p.44-5).

Em 2014, o governo se renderia completamente ao cerco. Praticamente no dia seguinte às eleições presidenciais, Dilma faria o contrário do prometido em campanha (verdadeiro estelionato eleitoral, diga-se de passagem), “dando um cavalo de pau que deixou a esquerda perplexa”, o próprio Singer admite (2016a, p.43).

Juntando-se a isso a fragilização do governo com as manifestações de 2013 e, em 2014, o início midiático da Operação Lava Jato, já estava montado o cenário do golpe.

Em outro artigo, *Por uma frente ampla, democrática e republicana*⁴⁸, ainda de 2016, pensando a articulação do golpe em relação ao lulismo, bem como perspectivas e caminhos a seguir, o “ex-atual” porta-voz do lulismo reafirmava as teses do “ensaio desenvolvimentista” de Dilma e sua coalizão frustrada pelo rentismo. Dizia que, do ponto de vista de uma “esquerda democrática e republicana”, “a lição” que restava era a de que futuramente seria “necessário contar apenas com as forças populares” (Singer, 2016b, p.155).

Para Leda Maria Paulani, contudo, aquilo não era desenvolvimentismo coisa nenhuma. Em *Desenvolvimento, planejamento e investimento público nos cinco mil dias do lulismo* (2017)⁴⁹, a economista da USP discorda da interpretação dos governos PT como desenvolvimentistas, sem importar-se com o prefixo que lhe deem a essa palavra.

Por seu “caráter errático” e de “enorme oscilação” no que diz respeito às políticas econômicas, o governo teria se mantido na maior parte do tempo afinado aos interesses do setor financeiro. Era a manutenção da institucionalidade que impedia a superação dos “entraves” ao desenvolvimento brasileiro, segundo Paulani (2017, p.91).

Sem um projeto, “de preferência nacional, popular e democrático”, diz a economista, que tivesse permitido um planejamento da intervenção econômica desde seu início, o lulismo teria prosseguido “ao sabor da conjuntura, sem ameaçar o *status quo* vigente”: “a inspiração desenvolvimentista e os experimentos heterodoxos aqui e acolá estavam fadados ao fracasso, em meio a uma institucionalidade construída para o benefício da acumulação financeira, a qual, nesses cinco mil dias, não foi enfrentada, de modo decisivo, em nenhum momento”, diz Paulani (2017, p.99).

⁴⁸ SINGER, A. “Por uma frente ampla, democrática e republicana”. In: JINKINGS, I.; DORIA, K.; CLETO, M. (orgs.) *Por que gritamos golpe? Para entender o impeachment e a crise política no Brasil*. SP: Boitempo, 2016b.

⁴⁹ PAULANI, L. “Desenvolvimento, planejamento e investimento público nos cinco mil dias do lulismo”. In: MARINGONI, G.; MEDEIROS, J. (Orgs.) *Cinco mil dias: o Brasil na era do lulismo*. SP: Boitempo / Fundação Lauro Campos, 2017.

Seja como for, Singer continuava falando em “ensaio desenvolvimentista” do lulismo, enfatizando as suas “contradições”, e querendo sempre “reconhecer os avanços promovidos”. O que ele queria era fazer um “justo balanço da experiência lulista” (Singer, 2016b, p.154).

Os acertos do lulismo teriam sido dar emprego, renda e Bolsa Família ao povo (o “subproletariado” ou a “nova classe trabalhadora”). No âmbito dos erros, teria ficado faltando só uma lei que “consolidasse” as chamadas “leis sociais”. Diz Singer: “Se a CLS tivesse passado, hoje a situação seria mais difícil para as forças conservadoras” (2016b, p.154).

Como se uma lei bastasse!

Mas reconhece as “características desmobilizadoras e despolitizantes do lulismo” (2016b, p.154), pela falta de contato com o povo.

Diferente do que vimos anteriormente, Singer desta vez se mostra contrário à ideia de “colapso” do fenômeno. Diz que “o lulismo não terminou, mas está sofrendo uma enorme derrota” (p.155), a qual deveria ser seguida pela construção de uma luta “extra” institucional, combinada à luta institucional. Ele então convoca a “esquerda democrática e republicana” a se unir para “salvar” e “fortalecer” as instituições, sem “abrir mão de nenhuma das duas vertentes” de luta (Singer, 2016b, p.156).

Ruy Braga, um pouco mais crítico que Singer, também já vinha anunciando “o fim do lulismo” com “o retorno da luta de classes”. São os subtítulos do artigo *Terra em transe*⁵⁰, de 2016.

Para além das “banalidades” sobre o lulismo, segundo Braga (2016, p.68), seria necessário prestar atenção no “avesso” do “modelo”: a precarização do trabalho. Assim, o sociólogo resolve misturar um ingrediente a mais na salada de conceitos sobre as classes sociais no Brasil.

Ele se concentra na vivência do que chama de “precarizado” brasileiro, os “proletários precarizados”. Trocando em miúdos, seria o mesmo que “subproletariado”, “pobres”, “ralé”, “povo”, etc... Mas Braga, como um bom intelectual, quer se distinguir com um conceito diferente para chamar só de seu.

Seja como for, ele demonstra como o aumento da formalização e da geração de

⁵⁰ BRAGA, R. Terra em transe: o fim do lulismo e o retorno da luta de classes. In: SINGER, A.; LOUREIRO, I. *As contradições do lulismo*, SP: Boitempo, 2016.

Braga faz uma alusão ao filme brasileiro *Terra em transe* (1967), de Glauber Rocha. Segundo o Wikipedia, “o filme pode ser lido como uma grande parábola da história do Brasil no período 1960-66, na medida em que metaforiza em seus personagens diferentes tendências políticas presentes no Brasil [naquele] contexto. Realiza uma exaustiva crítica de todos aqueles que participaram desse processo, incluindo as diferentes correntes da chamada esquerda brasileira”. (https://pt.wikipedia.org/wiki/Terra_em_Transe). Filme completo aqui: <https://www.youtube.com/watch?v=zYQecb9C0g4>, acesso 19 nov. 2017.

empregos no período lulista veio acompanhado de terceirizações e precarização de salários e direitos. No plano político, a partir de junho de 2013, isso quer dizer que os trabalhadores já estavam ligados das negociações entre sindicatos e Estado. Já sabiam que dali não iriam tirar mais nada. Pois, segundo Braga, “o regime de acumulação apresenta enormes dificuldades em garantir algum tipo de concessão material” (2016, p.71).

Em relação ao lulismo, Braga critica a política sindical entranhada no Estado, e suas relações com o sistema financeiro, na tese do “transformismo” dos dirigentes sindicais. Estes teriam se tornado “verdadeiros administradores do investimento capitalista no país” (Braga, 2016, p.58-9), quando absorvidos pelo aparelho estatal e pelos fundos de pensão.

É o mesmo tema de reflexão de Francisco de Oliveira lá no *Ornitórrinco*, de 2003, sobre a nova classe sindical. Segundo Braga, esses dirigentes teriam deixado de “representar os interesses históricos dos trabalhadores, alinhando-se aos interesses particulares de uma burocracia sindical que rapidamente está[va] se transformando em uma nova burguesia de Estado”. Esse processo de “transformismo”, “tendeu a afastar as antigas lideranças sindicais absorvidas pelas funções administrativas das demandas provenientes do ativismo das bases formadas, sobretudo, pelo proletariado precarizado” (Braga, 2016, p.59).

Nesse contexto, em que os sindicalistas dos fundos de pensão tinham se transformado em “peças-chave”, diz Braga, da máquina estatal brasileira, Junho de 2013 seria o início do “colapso do lulismo como estratégia de pacificação social” (2016, p.65; 71).

Durante o governo, esse aspecto “pacificador” teria se estendido também aos movimentos sociais. Segundo Guilherme Boulos, intelectual do Psol e do MTST (Movimento dos Trabalhadores Sem Teto), a “hegemonia do PT” se baseava num “consenso nacional” de caráter “apaziguador”, e “acima de tudo contraditória” (Boulos; Simões, 2017, p.71). É o que ele escreve sobre o lulismo no artigo *Outra governabilidade era possível – a relação contraditória com o movimento social*, em coautoria com Guilherme Simões (também coordenador do MTST), na coletânea *Cinco mil dias: o Brasil na era do lulismo*, organizada por Maringoni e Medeiros (2017).

O candidato “psolulista” das 50 receitas de Boulos, para continuar dando só as migalhas ao povo, diz que Lula recebia os movimentos no Palácio, acolhia “demandas pontuais” e ainda criava “espaços de participação nas políticas públicas”, mesmo que estes tivessem pouco ou nenhum “poder real de decisão”. Os movimentos, com isso, teriam passado a sentir-se parte de um “projeto em curso”, que, afinal, “desde o princípio haviam ajudado a construir”. E, assim, o governo lograva “manter parte expressiva dos movimentos afinados à [sua] política” (Boulos e Simões, 2017, p.72).

Dessa forma, os movimentos acabariam se reduzindo “a forças auxiliares do processo”, já que o governo se recusava a apostar na mobilização social. “Ao contrário, ter a capacidade de apaziguá-las era um dos atrativos do novo consenso para os donos do Brasil” (Boulos; Simões, 2017, p.72).

A aposta que se fazia era na “conciliação” como estratégia de governo, na qual “a mobilização das forças sociais não encontrava espaço”, dizem os autores (Boulos; Simões, 2017, p.73).

Também na coletânea *Cinco mil dias*, Singer publica *A ideia de lulismo* (2017), reafirmando as conclusões e as previsões do seu primeiro artigo sobre o lulismo, de 2009, *Raízes sociais e ideológicas do lulismo*⁵¹.

No artigo de 2017, que se refere ao período do PT frente ao Executivo brasileiro, englobando, portanto, os governos de Dilma Rousseff, Singer fala do fenômeno ao menos desde o primeiro mandato de Lula, que teria iniciado a “era do lulismo”. E conclui, com um texto atualizado, as mesmas previsões do artigo de 2009. O trecho é longo, mas será rearticulado ao longo da tese, por isso vai na íntegra:

Juiz acima das classes, o lulismo não precisa afirmar que o povo alcançou o poder ou que os dominados “comandam a política”, como na formulação que [Francisco de] Oliveira foi buscar na África do Sul pós-*apartheid*. Ao incorporar pontos de vista tanto conservadores, principalmente o de que a conquista da igualdade não requer um movimento de classe auto-organizado que rompa a ordem capitalista, quanto progressistas, a saber, o de que um Estado fortalecido tem o dever de proteger os mais pobres independentemente do desejo do capital, ele achou em símbolos dos anos 1950 a gramática necessária para a sua construção ideológica. A velha noção de que o conflito entre um Estado popular e elites antipovo se sobrepõe a todos os demais cai como uma luva para um período em que a polaridade esquerda/direita foi empurrada para o fundo do palco. Enunciado por um nordestino saído das entranhas do subproletariado, o discurso popular ganha uma legitimidade que talvez não tenha tido na boca de estancieiros gaúchos. Não espanta que o debate sobre o populismo tenha ressurgido das camadas pré-sal anteriores a 1964, onde parecia destinado a dormir para sempre” (Singer, 2017, p.26)

No prefácio da coletânea *Cinco mil dias*, os organizadores do livro chamam o segundo governo Dilma, que àquela altura já havia sofrido o golpe de Estado, de “o quarto da chamada *linhagem lulista*” (Maringoni; Medeiros, 2017, p.9, grifos dos autores). Citando Singer, dizem: “Os anos que o cientista político André Singer definiu como *lulismo* exprimem uma inédita experiência reformista baseada numa complexa aliança que permitiu avanços, ao mesmo tempo em que preservou as bases materiais da hegemonia burguesa” (Maringoni; Medeiros, 2017, p.9).

Defendem que a principal diferença do lulismo em relação a “qualquer outra *vertente política* em nossa história” (Maringoni; Medeiros, 2017, p.10, grifo nosso) seria sua “profunda

⁵¹ Que também é o primeiro capítulo d’*Os sentidos do lulismo*, com título inspirado no texto de Francisco Weffort, *Raízes sociais do populismo em São Paulo* (de 1965).

ligação com a população pobre”: “nem mesmo Vargas”, dizem, “tinha atrás de si tão formidável contingente de milhões de homens e mulheres organizados e desorganizados a sustentar uma administração”.

Lulismo e varguismo, portanto, novamente em comparação. Mas, nesse caso, os dois se diferenciam tanto pela base social quanto pela força do reformismo de Estado. A “vertente” lulista teria sido bem mais fraca. De qualquer forma, mantinha-se a ordem capitalista.

E segue a comparação. Na mesma coletânea, Vladimir Safatle (2017) também relaciona o lulismo ao populismo varguista. Em *Um problema de imagem*, o filósofo psicanalista da USP, usa a teoria do populismo de Ernesto Laclau para explicar o lulismo. Segundo Safatle, o lulismo teria articulado muitas “demandas” contraditórias que acabariam entrando em conflito umas com as outras, até o ponto do “esgotamento do lulismo como modelo de desenvolvimento econômico e social”, dentro do próprio “esgotamento da Nova república” (2017, p.386).

Incluso na interpretação sobre a conciliação lulista, Safatle considera que não teria havido nenhuma democratização real da República depois da ditadura militar. Segundo ele, o que houve foi “uma confissão impotente do aprisionamento da política brasileira nos mesmos limites estreitos da governabilidade como composição de toda força política com os mesmos atores vindos da ditadura e a mesma massa fisiológica” (Safatle, 2017, p.387).

Enfim... Parece haver praticamente uma unanimidade sobre o caráter “contraditório” do lulismo, na tese geral da “conciliação” como estratégia de governo e “pacificação” do povo. Pois quase todos apontam o caráter conciliador ou pacificador do lulismo, em geral comparando-o com o varguismo, embora sem caracterizá-lo expressamente como populista.

Singer, especificamente, aposta na comparação com o varguismo e outras características que poderiam ser relacionadas ao populismo, mas evita dizer explicitamente que o lulismo seria populista. Faz isso, possivelmente, por compartilhar os preconceitos que rondam o uso do termo, como assinala Daniel de Mendonça (2016) ⁵².

Logo, vamos perceber na literatura selecionada para nosso trabalho que a disputa pelos “sentidos” do lulismo passa por uma disputa de interpretações entre “gramscistas” e “laclausistas”, na qual, apesar de suas relações próximas, acadêmicas ou políticas, os intérpretes buscam se distinguir uns dos outros. Para isso, recorrem à teoria e ao vocabulário que julgam mais adequados, mesmo que no final as explicações sejam bem parecidas e eles se encontrem no mesmo campo semântico.

⁵² MENDONÇA, D. Por que não seria o “lulismo” populista? In: MENDONÇA, D.; RODRIGUES, Léo Peixoto. LINHARES, Bianca. (orgs.) *Ernesto Laclau e Seu Legado Transdisciplinar*. Brasília, Intermeios, 2016.

Camila Rocha (2017)⁵³, por exemplo, falava sobre o lulismo usando a interpretação de Singer, de quem era orientanda na USP, porém o relacionava à teoria laclausiana – ainda que a contragosto de seu orientador. Para ela, o lulismo teria sido um “ensaio populista” duplamente fracassado: na economia “desenvolvimentista”, e na política de “arbitragem” de classes.

A explicação de Rocha é a que desde 2013 já havia uma “proliferação de demandas” não canalizadas pelo sistema político, ao mesmo tempo em que a “lógica conservadora e anti-conflitiva” do lulismo se colocava como obstáculo ao campo popular para uma radicalização política à esquerda.

Por isso, a fronteira política teria se deslocado à direita.

Aqui começa o período de “crise do lulismo”, segundo Rocha, mesma expressão usada por Singer (2018) em seu último livro⁵⁴ sobre o tema.

A disputa presidencial acirrada de 2014 teria então aprofundado a articulação dos segmentos de oposição ao governo, pois, “no auge do lulismo”, diz Rocha, a direita tinha “pouco espaço para se manifestar”. Com a demanda “Fora Dilma”, esses segmentos ganhariam preponderância na articulação de outras demandas sociais, terminando o “ensaio populista do lulismo”.

Contudo, estendendo nosso ponto de vista sobre o fenômeno para vê-lo em associação com o projeto de longo prazo do petismo, como construção e identificação de um “povo” com o nome de Lula – portanto anterior ao realinhamento eleitoral de 2006 – veremos que o que Rocha chama de “ensaio” populista do lulismo, ao não traçar fronteiras, era apenas a continuidade de um modelo conciliatório que evitava o antagonismo.

A radicalização simplesmente não fazia parte do modelo. O antilulismo é que seria responsável pelo estabelecimento das fronteiras, como reação à “inclusão radical” do lulismo, que vamos debater mais à adiante.

Daniel de Mendonça, por sua vez, cientista político da UFPEl, e seguidor da escola do populismo de Ernesto Laclau, em *Por que não seria o “lulismo” populista?*⁵⁵, pretende se contrapor a Singer, afirmando que o lulismo seria “claramente” uma “forma populista de governar”; segundo ele, “uma espécie de populismo no poder” (Mendonça, 2016, s/p.).

Para o autor, mais do que óbvio, seria um “óbvio ululante”, uma “constatação

⁵³ ROCHA, C. *O ensaio populista do lulismo: do Nordeste à periferia de São Paulo*, em comunicação oral no II Simpósio Pós-Estruturalismo e Teoria Social: Ernesto Laclau e seus Interlocutores. Pelotas, 25, 26 e 27 de setembro de 2017.

⁵⁴ SINGER, A. *O lulismo em crise*. Um quebra-cabeça do período Dilma (2011-2016). SP: Cia das letras, 2018.

⁵⁵ MENDONÇA, D. Por que não seria o “lulismo” populista? In: MENDONÇA, D.; RODRIGUES, Léo Peixoto. LINHARES, Bianca. (orgs.) *Ernesto Laclau e Seu Legado Transdisciplinar*. Brasília, Intermeios, 2016.

O autor nos fez a gentileza de enviar seu texto em formato doc. do seu arquivo pessoal, diferente da versão publicada, motivo pelo qual as citações não apresentam referência de páginas.

elementar”, considerar o lulismo como “um tipo de populismo”, tanto na análise de Singer, quanto “no discurso histórico do PT”, ou “na prática de governo de Lula na Presidência”.

Mendonça, então, ratifica a descrição que Singer fornece em *Os sentidos do lulismo*, sobre o surgimento do fenômeno como realinhamento eleitoral a partir de 2006. Discorda dele, porém, no ponto em que, “mesmo Singer tendo quase admitido ser o lulismo uma forma de populismo, ele não completa esse último, óbvio e necessário passo”. Segundo o autor,

Singer convive com o seguinte dilema: mesmo sendo evidente o lulismo ser um tipo de populismo, ele não o admite, insistimos, pelo próprio fato de ser o populismo um termo pejorativo. Se o lulismo não é um tipo de populismo, por que, então, admitir que o fenômeno “trouxe à tona a gramática varguista” ou “polarização entre ricos e pobres, parecida com a do período populista”? Por que admitir que o lulismo opõe “povo” *versus* “antipovo”, o típico antagonismo populista? Por fim: por que justamente dar o nome de “lulismo” a este fenômeno, numa clara referência a outras experiências tais como “chavismo”, “varguismo”, “peronismo”, claramente identificadas como populistas? (2016, s/p.).

Para Mendonça, “aplicando a lógica formal do populismo”, com base em Laclau, “ao discurso historicamente enunciado pelo PT”, poderíamos “concluir que o discurso desse partido sempre foi retoricamente populista, seja na oposição, seja no governo”: “Sem meias palavras, o discurso do lulismo busca representar a ideia de que Lula é o próprio povo no poder”, assevera Mendonça. Por isso é que, para este cientista político, o fenômeno apareceria cheio de contradições, já que um populismo no poder estaria obrigado a negociar com os inimigos do povo.

Esse teria sido o próprio limite do lulismo, antagonizado por seus inimigos. Quando Mendonça escrevia, a articulação golpista já estava na abertura do *impeachment*, e o desfecho já era previsto. Segundo ele, os inimigos do lulismo seriam “os mais poderosos, os grandes meios de comunicação, tais como a Rede Globo de Televisão, os jornais Folha de São Paulo, Estado de São Paulo; os empresários capitaneados pela FIESP [Federação das Indústrias do Estado de São Paulo]; as classes médias, médias altas e ricas” (2016, s/p.).

Fechava-se o cerco, podemos dizer, e *o conflito emergia novamente, não mais domesticado*.

Mendonça, então, não hesita em classificar o lulismo totalmente dentro do paradigma populista laclausiano.

Já do ponto de vista de Céli Pinto, cientista política da UFRGS (Universidade Federal do Rio Grande do Sul), dentro do mesmo paradigma, a experiência brasileira apareceria diluída frente ao “populismo radical latino-americano”. Seria, especificamente, uma “experiência populista *não radical*” (2017) ⁵⁶.

⁵⁶ PINTO, C. Comunicação oral na Mesa Redonda *Teoria do discurso e a conjuntura brasileira e internacional*, com Céli Regina Jardim Pinto, Érica Simone Almeida Resende e Sebastián Barros, no *II Simpósio Pós-Estruturalismo e Teoria Social: Ernesto*

Raúl Burgos (2016)⁵⁷, por sua vez, da UFSC, na intersecção entre “gramscistas” e “laclausistas”, considera que o que estamos vivendo seria a “crise orgânica” do “bloco histórico” surgido na década de 1930 em torno do “projeto nacional-desenvolvimentista” de Getúlio Vargas. Um pacto entre elites que teria envolvido parcialmente a população urbana, excluindo as massas agrárias, que permaneceram sob o domínio latifundiário-oligárquico.

Esse projeto teria se apoiado “simbolicamente” no apelo ao “mito do povo brasileiro” (a suposta “democracia racial” de Gilberto Freyre), mas entrou em crise no final da década de 1970. Surgiria, então, um “novo povo brasileiro”, segundo Burgos, construído entre as “massas” que haviam saído do campo durante a ditadura e as lutas políticas que seguiriam nos anos oitenta.

Para Burgos, essas lutas seriam “uma manifestação explícita” da crise do bloco nacional-desenvolvimentista, expressão de que as classes dominantes já não poderiam governar como antes, e de que as classes dominadas também já não mais o admitiriam. Tudo culmina, entretanto, com a derrota das “Diretas Já”, com a Constituição de 1988 e com a “fraude eleitoral de 1989”, que “amortecem” o “trem em alta velocidade” das lutas sociais anteriores, diz Burgos.

A “aliança neoliberal conservadora” da década de 1990, em seguida, primeiro com Fernando Collor e depois com o PSDB, não resolveria a crise do “bloco”, além de dificultar as reivindicações do “povo” que se esboçava nos anos oitenta.

“Os anos 90 foram também o terreno histórico de uma extraordinária expansão e influência do Partido dos Trabalhadores”, diz Burgos (2016, s/p.), bem como o período do desenvolvimento da estratégia política do PT, colocada em 1991, no documento de seu Primeiro Congresso: “o papel central da disputa da hegemonia”. Segundo Burgos, “no final dessa década, o grupo hegemônico do PT toma uma decisão que representou uma jogada política de risco: a decisão de tentar *governar sob hegemonia dos grupos econômicos e midiáticos dominantes*” (Burgos, 2016, s/p., grifos do autor).

Se eles governaram *sob* a hegemonia dos grupos dominantes, governaram *para* os dominantes... De fato, uma “hegemonia às avessas”, como diria Oliveira. Mas Burgos discorda. E discorda também de Coutinho, em relação à “hegemonia da pequena política”. Prefere falar em “revolução passiva”, reportando-se a Werneck Vianna (2004)⁵⁸.

Laclau e seus Interlocutores. Pelotas, 25, 26 e 27 de setembro de 2017.

⁵⁷ BURGOS, R. Bloco histórico, crise orgânica e emergência do novo povo brasileiro. *Revista Práxis e Hegemonia Popular* (Revista da IGS-B), n.1, setembro de 2016. Disponível em: <http://igsbrasil.org/praxis/ed01/artigos/documentos/RaulBurgosSeminarioUFF2016.pdf>, acesso em: 19 nov. 2017.

⁵⁸ VIANNA, Luiz Werneck. *A revolução passiva: iberismo e americanismo no Brasil*. Rio de Janeiro: Revan, 2004, citado por Burgos (2016).

Esse debate mistura conceitos e possui vasta bibliografia, como temos visto. Mas, do ponto de vista de Vianna, citado por Burgos, a revolução passiva, no vocabulário gramsciano, indicaria “a presença ativa do *portador da antítese*, mesmo que derrotado, o que singulariza uma forma atrasada de uma forma avançada” (Vianna, 2004, citado por Burgos, 2016, s/p., grifo nosso). Nessa interpretação, os governos petistas se localizariam “em algum ponto do espectro ‘avançado’ de revolução passiva” (Burgos, 2016, s/p.).

Para complicar um pouco mais o debate, Burgos escreve, então, provocativamente, sobre uma “*revolução passiva às avessas*”, que indicaria um “processo de transformação pelo alto”. Tal processo não teria partido das classes dominantes, mas como “produto da ocasional e contingente ascensão para funções de governo de forças políticas vinculadas aos interesses das classes subalternas sob condições de hegemonia do projeto conservador centrado na elite oligárquica-financeira e classes aliadas próximas” (Burgos, 2016, s/p.).

Para ele, o próprio “transformismo” teria sido registrado “às avessas”, já que os representantes dos partidos burgueses votavam em “projetos certamente importantes” para o povo. Não faziam isso por “vocaçãõ”, o próprio Burgos admite, “mas por interesses venais” (2016, s/p.).

No plano simbólico, a construção do “novo povo brasileiro” nos anos 80, segundo o autor, teria encontrado tanto nos governos Lula quanto na sua própria figura de líder “um elemento simbólico de identificação”:

Laclau sustenta que esse processo de identificação pode ter a sua síntese numa particularidade que, despiando-se de suas feições particulares (transformando-se num “significante vazio”, na conceituação do autor), projeta-se como representação do todo, “encarna” simbolicamente o conjunto, torna-se “hegemônica”. A particularidade que funde simbolicamente (e politicamente) a cadeia identitária pode ser, evidentemente, um “nome” (“Vargas”, “Perón”, ou outros com menor prestígio, como Hitler ou Mussolini); no caso em pauta, “Lula”. Esse processo de “identificação” – um processo que remete à teorização de Freud, que observa nessa relação uma relação amorosa, libidinal –, não é uma relação de subserviência, de adaptação formal; é uma relação diversa, afetiva, que funde o povo. Penso que essa interpretação não esteja distante do processo que nós estamos vivenciando em relação ao novo povo brasileiro. Neste sentido, a colossal operação de destruição da figura de Lula e das instituições associadas ao seu nome, fundamentalmente o PT, tem a ver com a percepção, por parte da elite dominante, da potencialidade desse processo de construção da nova identidade popular (Burgos, 2016, s/p.).

Em outra chave de leitura sobre o fenômeno, para Ruy Braga, em *A política do precariado: do populismo à hegemonia lulista* (2012), ao contrário, não seria o lulismo o “portador da antítese”, como diz Burgos, mas o que se opõe a ele. Nesse caso, o próprio lulismo já seria uma síntese – no sentido de superação – do populismo varguista (Braga, 2012, p.230).

Para Braga, “as forças golpistas derrubaram o governo Dilma Rousseff”, diz, “não devido ao que este concedeu aos setores populares, mas por aquilo que não foi capaz de entregar aos empresários: um ajuste fiscal ainda mais radical, que exigiria alterar a Constituição Federal,

numa reforma previdenciária regressiva e o fim da proteção trabalhista”. Diante disso, “contraditoriamente, o *impeachment* [...] é um golpe palaciano que fortalecerá o próprio PT”, profere Braga (2016, p.92).

Em resumo... Os traços mais gerais da literatura lulista até aqui se delineiam da seguinte forma. De um lado, os “gramscistas”, que caracterizam o lulismo como “revolução passiva”, “transformismo” ou algum tipo de “hegemonia”, e o relacionam ao varguismo. De outro, os “laclausistas”, que analisam o lulismo ou os governos do PT e sua construção histórica como uma experiência populista, mais ou menos radical, e também o relacionam ao varguismo.

Mas o que seria o populismo para Laclau e a revolução passiva para Gramsci? Estariam relacionados? O que é hegemonia? E como esses conceitos, por sua vez, podem se relacionar ao lulismo?

É o que responderemos nos próximos capítulos.

2. A LITERATURA POPULISTA

*O que transforma o velho no novo
Bendito fruto do povo será
E a única forma que pode ser norma
É nenhuma regra ter
É nunca fazer nada que o mestre mandar
Sempre desobedecer
Nunca reverenciar*

(Belchior, “Como o diabo gosta”, 1976)

Agora, vamos de populismo.

Segundo a nossa leitura da teoria de Ernesto Laclau, o populismo é um discurso político de construção do “povo” como agente histórico. Enquanto discurso, ele se apresenta tanto como um apelo linguístico ou retórico ao povo, quanto como articulação de demandas democráticas. O conceito de discurso, aqui, deve ser bem entendido tanto de forma linguística quanto extralinguística, simbólica e materialmente falando. Ou seja, não se trata de mera locução sem incidência material na realidade. Discurso é matéria, é real.

No caso do populismo, o que vemos é um discurso de antagonismo entre o “povo” e o “poder”, geralmente na lógica maniqueísta do “bem” contra o “mal”: “nós” *versus* “eles”, “amigos” *versus* “inimigos”, ou... o “povo” contra as “elites”, na oposição consagrada atualmente. Todos esses pares antagonísticos constroem uma relação ambígua que ao mesmo tempo reafirma aquilo que pretendem negar. Esta é a lógica do antagonismo.

Do nosso ponto de vista, o antagonismo é um conflito ou uma ameaça, é o confronto ou a guerra mais ou menos aberta. Em tempos de “paz”, não obstante, ele pode se apresentar como um “agonismo”, um conflito “domesticado”, como diz Chantal Mouffe (2005)⁵⁹, no qual os inimigos são tratados como “adversários”.

Já as demandas são os “aliados”, que constituem o “povo”, em termos discursivos. A demanda é um ato político-discursivo que dá existência também política e discursiva a uma insatisfação social. Isso porque, de outro modo, essa insatisfação não apareceria no espaço político e, tampouco, poderia ser objeto de articulação ou de análise política.

Nesse sentido, a ideia de demanda, na teoria do discurso populista de Laclau, se

⁵⁹ Sobre o tema do “agonismo” e da “relação adversarial”, ver MOUFFE, C. *On the political*. London / New York: Routledge, 2005, p.19-20.

contrapõe a uma noção abstrata de interesses determinados desde fora de sua própria construção discursiva, como no caso dos “interesses de classe”, de uma visão marxista economicista.

Assim, a lógica política abordada com a ideia de demanda, “unidade mínima de análise” para Laclau, “pressupõe que o grupo social não é um referente homogêneo final, mas que sua unidade deve antes ser concebida como uma articulação de demandas heterogêneas” (Laclau, 2014a, p.148) ⁶⁰. Ou seja, “o foco na demanda por si só implica um questionamento da fixidez da identidade política dos grupos sociais” (Laclau, 2013, p.12-3) ⁶¹.

No caso de demandas isoladas, que ele chama de “demandas democráticas” (2013, p.124), elas são inicialmente solicitações dirigidas ao poder institucional. Mas, caso haja uma proliferação de demandas não atendidas, elas podem transitar da solicitação à exigência, com potencial antagônico. Transformam-se, então, em “demandas populares” (Laclau, 2013, p.124), articuladas num sentido “populista”.

Assim, “o que era solicitado *dentro* das instituições passa a ser exigido *das* instituições, até o ponto de se tornar uma exigência *contra* a ordem institucional”, diz o autor (Laclau, 2014a p.149) ⁶².

Nesse momento, em que se transborda o aparato institucional, é que começa o “povo” do populismo.

Laclau explica que quando se estabelece uma relação equivalencial entre as demandas, negadas ou ignoradas, o poder institucional passa a ser visto como o responsável por uma situação mais ampla de insatisfação, como um “inimigo” que ameaça a própria existência plena da comunidade: “como a plenitude da comunidade é meramente o reverso imaginário de uma situação vivida como um existir deficiente, aqueles responsáveis por isso não podem ser parte legítima da comunidade, e o abismo em relação a eles é intransponível”. Por isso, “a construção do ‘povo’ seria a tentativa de dar um nome a essa plenitude ausente” (Laclau, 2013, p.140).

Aqui opera a lógica da hegemonia, quando um particular, sem abandonar sua particularidade, assume a função contingente de representação do “universal”. A identidade coletiva constituída pelo populismo, então, se torna um símbolo da rede de equivalências populares contra seu inimigo em comum.

⁶⁰ “The minimal unit in our social analysis is the category of ‘demand’. It presupposes that the social group is not an ultimately homogeneous referent, but that its unit should rather be conceived as an articulation of heterogeneous demands” (Laclau, 2014a, p.148).

⁶¹ LACLAU, E. *A razão populista*. São Paulo: Três Estrelas, 2013.

⁶² “[...] what were requested *within* institutions became claims addressed *to* institutions, and at some stage they became claims *against* the institutional order.”

Surgem, então, dois campos discursivos antagônicos, porém mutuamente ambíguos e relacionados, segundo a lógica de confrontação “nós” contra “eles”, ou “o povo” contra “o poder”. Isso é o que dá centralidade ao discurso capaz de articular diferentes demandas e posicioná-las em uma clivagem dicotômica da sociedade.

Para o teórico da Universidad Nacional Autónoma de México, Benjamin Arditi (2010)⁶³, trata-se da relação de “gênero” e de “espécie” entre hegemonia e populismo que se encontra nos textos de Laclau. Esse teórico político questiona a suposta confusão entre os termos, à qual poderíamos adicionar, ainda, o termo política. Pois, segundo ele, existe todo um conjunto de intervenções políticas (corporativas, parlamentárias, administrativas, etc.) que não obedecem à lógica populista, nem mesmo à lógica hegemônica.

Do nosso ponto de vista, embora as duas lógicas sejam parecidas, entendemos aqui que faz mais sentido pensar o populismo como uma forma ou como um exercício da política no terreno da hegemonia. Pois é a hegemonia que opera tanto em plano “micro” como em plano “macro”. No plano macro é que se situa o populismo, dada a sua prevalência na lógica equivalencial.

A esse respeito, para a cientista política argentina Paula Biglieri, da Universidad de Buenos Aires, estariam equivocados os intérpretes⁶⁴ de Laclau que o criticam por supostamente ter confundido os conceitos de política, hegemonia e populismo. Segundo ela, Laclau entendia a política como “a prática da hegemonia ou da articulação” (Biglieri, 2016, p.13)⁶⁵.

No livro *A razão populista*, ele teria conceituado o populismo como “uma forma da prática hegemônica”, diz Biglieri (2016, p.13):

En rigor de verdad, Laclau en un primer artículo de 2004 [*Populismo: ¿qué nos dice el nombre?*, republicado em 2009] afirmó que política, hegemonía y populismo son sinónimos. Pero en su texto *La Razón Populista* – en donde desarrolló todo el argumento acerca del populismo – dejó completamente de lado dicha afirmación. Mantenerla implicaría una opción por la lógica de la equivalencia y la cancelación de la lógica de la diferencia, con lo cual, estaría siendo inconsistente con la propia teoría de la hegemonía. En todo caso, no hay una superposición semántica entre ambos términos porque el populismo tiene su especificidad, esto queda claro desde el momento en que podemos afirmar que toda articulación populista es hegemónica, más no toda hegemonía es populista. Entonces, ¿qué tipo de articulación hegemónica es la específicamente populista? Aquella que implica la articulación de la figura de un pueblo a través de la entrada en equivalencia de una serie de demandas de diversa índole, la investidura libidinal de un líder por parte de ese pueblo y la dicotomización del espacio social que establece una frontera antagónica entre dos lugares de enunciación, un “nosotros”, el pueblo y un “ellos”, los enemigos del pueblo. Esto es el populismo (2016, p.13, grifo nosso).

Concordamos apenas em parte com Biglieri, pois consideramos que os termos

⁶³ ARDITI, B. “Populism is Hegemony is Politics? On Ernesto Laclau's On Populist Reason”. *Constellations*, vol. 17, núm. 2, 2010.

⁶⁴ Stavrakakis (2004), Marchart (2005), Barros (2006) e Balsa (2010), citados por Biglieri (2016).

⁶⁵ BIGLIERI, P. *Hacia un duelo del populismo*. 2016. Disponível em: https://www.academia.edu/27692193/Hacia_un_duelo_del_populismo, acesso em: 22 set. 2020.

realmente podem acabar se confundindo no campo semântico. Porém, trata-se de um problema que ainda convém melhor esclarecer.

Segundo outro teórico argentino, Martín Retamozo (2017)⁶⁶, da Universidad Nacional de La Plata, Laclau faz três usos diferentes do conceito de populismo:

el ontológico, donde populismo se transforma en un concepto de lo político para pensar la construcción del orden social; el centrado en identificar al populismo como una lógica de la política, y el populismo como la teoría de la configuración de un sujeto político. Los tres niveles son claves en una teoría política: lo político, como momento instituyente (y destituyente), cristaliza relaciones sociales y sistemas; entre ellos, la política como instancia de administración. Los sujetos políticos, originados en parte dentro del orden, son uno de los agentes capaces de poner en cuestión el orden, así como –al invocar a la soberanía popular– construir la legitimidad de la transformación social (Retamozo, 2017, p.179).

No que se refere à configuração de um sujeito político, as formas de nomeação dessa identificação coletiva do populismo podem variar, segundo nosso ponto de vista, embora a palavra “povo” apresente uma característica histórica especial em sua relação com a soberania popular, como meio de legitimidade no contexto hegemônico democrático. Para Retamozo, “a lógica política do populismo é a condição da construção do povo como agente histórico”, ou seja, “como depositário da soberania popular” (2017, p.173).

Isso quer dizer que a construção do “povo”, com este nome ou outros a depender do contexto (por exemplo: a “nação”, a “pátria”, etc.), não diz respeito apenas à constituição de um agente histórico qualquer. Trata-se de um agente (re)fundador da legitimidade do poder constituinte, capaz de transformar a ordem em nome da soberania popular.

Além disso, pensamos que o papel de representação hegemônica no populismo não depende necessariamente da existência de um líder, de acordo com Francisco Panizza (2009, p.33)⁶⁷. Embora o populismo seja normalmente reconhecido por uma liderança forte que, enquanto “significante vazio”, pode acabar condensando a experiência populista em torno de seu nome, também um partido, um lema ou um movimento social são capazes de exercer esse papel. Importa é a “demanda” discursiva central.

Nesses pontos nos aprofundaremos mais adiante, bem como na nossa perspectiva da lógica hegemônica do populismo, ou, melhor dizendo, do populismo como um macro exercício de hegemonia. Dessa forma, ainda tentaremos estabelecer um melhor entendimento a respeito desses dois termos, desenvolvendo a relação entre o populismo e as “instituições”, com base nas lógicas da equivalência e da diferença, de acordo com Laclau, no campo da hegemonia.

⁶⁶ RETAMOZO, M. La teoría del populismo de Ernesto Laclau: una introducción, *Estudios Políticos*, 2017.

⁶⁷ PANIZZA, F. Introducción. El populismo como espejo de la democracia. In: *El populismo como espejo de la democracia*. Buenos Aires: FCE, 2009.

2.1 O POPULISMO E AS INSTITUIÇÕES

Tornou-se praticamente um lugar comum, nas abordagens sobre o populismo, o reconhecimento da polissemia da palavra, tanto em termos conceituais quanto normativos, dada a amplitude de interpretações disponíveis. A literatura, em geral, discorda em vários pontos, mas, seja do ponto de vista crítico ou do ponto de vista dos seus defensores, segundo Joan Miró Artigas (2017) ⁶⁸, parece haver certo acordo referente à tensa relação entre populismo e instituições.

O populismo, segundo a literatura, teria um carácter eminentemente anti-institucional ou antagônico à institucionalidade vigente. Uma vez no poder, não poderia governar sem conflitos (Artigas, 2017).

Na teoria de Laclau, populismo e institucionalismo aparecem como contrapontos um do outro. O autor, entretanto, tem o cuidado de indicar que essa relação se estabelece dentro de um “*continuum*” (Laclau, 2009, p.66) ⁶⁹, no qual nem o populismo nem o institucionalismo extremos, enquanto lógicas de organização política, seriam possíveis. Ambos seriam, ao mesmo tempo, incompatíveis e reciprocamente necessários.

Mas, como se dá essa relação? Que ferramentas conceituais nos ajudariam a distinguir o momento populista do momento institucionalista?

Na obra de Laclau, o conceito de populismo é desenvolvido como não pejorativo nem essencialista, mas *formal*. Trata-se de uma lógica discursiva de construção do político que dicotomiza o social em dois campos antagônicos, de onde um “povo” emerge em oposição a um regime já existente, o “poder”.

O “povo”, embora tenha relação com seu contexto de emergência, não é uma categoria territorial nem sociológica, mas uma construção discursiva com base na articulação de diferentes demandas insatisfeitas com o poder institucional. Ele é uma parte da comunidade que se percebe como uma parte excluída, como “os de baixo” (ou “*underdog*”, expressão que Laclau usa na versão em língua inglesa d’*A Razão Populista*) em relação ao “sistema” ou “aos poderosos”, “as elites”, “as oligarquias”, etc.

Assim, o populismo constrói tanto o “povo” como o “anti-povo”, os “amigos” e os “inimigos”. Mas nenhum conteúdo concreto é antecipado nessa relação, dado que cada povo se constrói em contextos empíricos específicos. A base lógica do populismo, formal, define apenas

⁶⁸ ARTIGAS, J. M. Las tensiones del populismo en el poder. Pueblo e instituciones en la teoría de Ernesto Laclau. *Inguruak*, 62, 2017.

⁶⁹ LACLAU, E. Populismo: ¿qué nos dice el nombre? In: PANIZZA, F. (Comp.). *El populismo como espejo de la democracia*. Buenos Aires, FCE, 51-70, 2009.

suas condições teóricas de emergência.

A teoria do populismo de Laclau, nesse sentido, é também uma teoria da construção de identidades coletivas. E, como toda identidade, a do povo se dá sobre a base da negatividade, de um poder que a nega ou que a ameaça. As demandas que se articulam no povo não o fazem com base em conteúdos positivos, mas na sua comum insatisfação pelo poder instituído, de onde emerge, paulatinamente, uma identidade compartilhada. Começa a operar, aqui, a lógica da equivalência, em contraposição recíproca à lógica da diferença.

A identidade diferencial de cada demanda articulada equivalencialmente não deixa de existir. Mas elas se veem progressivamente divididas por seu conteúdo particular e o conteúdo geral compartilhado por sua identidade coletiva. Essa identidade popular vai pouco a pouco se cristalizando em símbolos comuns, aos quais Laclau chama “significantes vazios” (2013, p.117; 2011b⁷⁰), que passam a representar a rede equivalencial como um todo unitário.

O significante vazio, por sua vez, também é uma demanda, que, por suas qualidades particulares e contextuais, se destaca das demais durante o processo de construção do povo, representando sua comum insatisfação diante do regime vigente.

Nesse processo, a identidade popular pode chegar a se autonomizar ao ponto de perceber o sistema em si mesmo como o responsável pelos problemas da comunidade política, como já comentamos. Ela então se reivindicará não só como “os de baixo”, a *plebs*, mas como o legítimo *populus* (Laclau, 2013, p.134), o povo soberano, sobre o qual um novo regime deve ser construído.

Trata-se de um movimento retórico, metonímico-metafórico, no qual uma particularidade assume a representação hegemônica de uma universalidade relativa. “Relativa” porque nenhuma universalidade se estabelece sem a exclusão de outras particularidades que possam vir a contestá-la ou a deslegitimá-la com o tempo.

A teoria do populismo de Laclau é, portanto, pensada no terreno da teoria da hegemonia. A construção do povo obedece a uma lógica hegemônica. Isso porque a hegemonia pode ser regida tanto pela lógica da equivalência quanto pela diferença.

Enquanto o populismo prima pela lógica da equivalência, dicotomizando o espaço político, no institucionalismo de uma hegemonia relativamente estável predomina a lógica da diferença. Nela, as demandas sociais permanecem desagregadas, relacionando-se com o aparato administrativo de forma isolada ou individual. A hegemonia, nesse sentido, enquanto lógica da diferença que absorve individualmente, ou enquanto lógica da equivalência que articula

⁷⁰ LACLAU, E. Por que os significantes vazios são importantes para a política? In: *Emancipação e diferença*. Rio de Janeiro: UERJ, 2011b.

coletivamente distintas demandas, atravessa tanto o populismo quanto o institucionalismo.

Equivalências e diferenças são lógicas “opostas” mas que se entrecruzam, que se condicionam reciprocamente. O populismo e o institucionalismo, então, são apenas dois extremos ideal-típicos de organização política, nunca modelos puros na prática (Laclau, 2013, p.21).

A diferença fundamental se estabelece com o papel do *antagonismo* e do grau de *deslocamento* da estrutura social:

De qualquer maneira, [...] decisivamente o populismo *se constitui sempre em torno de um corte*. Em certo momento, o sistema institucional vigente entra em obsolescência e mostra sua incapacidade de absorver novas demandas sociais pelas vias tradicionais; em decorrência disso, tais demandas tendem a se aglutinar fora do sistema, num ponto de ruptura com o sistema. É o corte populista. Poderíamos dizer que populismo e institucionalismo em suas formas “puras” (ideal-típicas) seriam os extremos desse processo contínuo. O institucionalismo extremo (e, como tal, impossível) seria a pura e simples substituição da política pela administração. É o ideal a que tendem todas as formas de tecnocracia. [...] Mas também um populismo extremo, baseado na pura mobilização e sem objetivos de transformação institucional, constitui uma opção impossível (Laclau, 2013, p.21, grifos do autor).

Laclau sempre enfatiza como condição intrínseca ao populismo a criação de uma fronteira antagônica, interna ou externa à comunidade, que se estabeleceria a partir da articulação de demandas em uma rede equivalencial. Assim, uma profunda crise de representação do sistema político, por exemplo, implicaria em maiores conflitos e em um maior grau de populismo das identidades populares.

Cada sociedade, dessa forma, estabelece uma determinada hierarquia entre equivalências e diferenças, sendo mais populista ou mais institucionalista segundo o maior predomínio de uma lógica ou de outra.

Para Laclau, o populismo é uma questão de grau (2009, p.68). É nesse sentido que ele afirma que *toda* intervenção política seria, até certo ponto, uma intervenção populista. Pois a possibilidade de articulação equivalencial é algo sempre presente na política, mesmo no campo institucional.

Isso quer dizer que o populismo também é atravessado pelo institucionalismo, pois em seu interior não se verifica apenas uma agregação equivalencial de demandas, mas uma administração das mesmas.

Dentro das instituições, entretanto, onde predomina a lógica da diferença, a fronteira aparece sempre de forma borrada. Isso porque uma hegemonia busca continuamente apagar os traços de exclusão e conflito inerentes à sua formação. É a tentativa de representar o todo da comunidade política, aparentando um consenso “pleno”, fundamental ao funcionamento administrativo, mesmo que se exclua uma parte da população.

O populismo, por outro lado, é um discurso intrinsecamente político. Ele expõe a

“contingência” e a historicidade do estabelecido, buscando diferentes formas de confronto, de contestação e, no limite, uma refundação generalizada do espaço político e social.

De uma forma ou de outra, então, enquanto lógica discursiva antagonista, que opõe o “povo” ao “poder”, o populismo implica sempre a ineficácia dos canais institucionais em atender demandas sociais. Nesse sentido, o povo do populismo se constrói, por definição, de um lado oposto ao da institucionalidade vigente.

Nesse ponto, então, Laclau se pergunta: “o que são, na verdade, as instituições?”, e responde:

Elas nunca são entidades neutras; ao contrário, representam a cristalização de relações de forças entre os grupos, uma situação de equilíbrio temporário entre eles. O corolário dessa afirmação é o seguinte: quando um projeto de transformação social profunda começa a ser implementado, ele entrará em choque, em vários pontos, com a ordem institucional vigente, e esta terá de ser modificada mais cedo ou mais tarde (Laclau, 2013, p.20).

Aqui, entretanto, surgem todas as tensões e contradições inerentes à área de indeterminação entre institucionalismo e anti-institucionalismo. Ou, como veremos mais adiante, entre a dimensão vertical da hegemonia e a dimensão horizontal da autonomia, referentes ao populismo.

A principal qualidade dessa definição formal do populismo proposta por Laclau, ao não antecipar nenhum de seus conteúdos ideológicos, reside em podermos nos perguntar sobre “até que ponto é populista um movimento” (Laclau, 2009, p.66), ao invés de nos centrarmos na pergunta improdutiva sobre se um movimento é populista ou não.

Assim, as características que definem o populismo se relacionam à preponderância da lógica equivalencial por sobre a lógica diferencial, a criação de uma fronteira antagônica e a emergência de uma identidade popular com apelo “aos de baixo”.

Seria possível, entretanto, abordar o populismo de modo a agregar-lhe alguma especificidade, sem que para isso seja necessário abrir mão de uma abordagem formal?

2.2 POPULISMO E INCLUSÃO RADICAL

Do nosso ponto de vista, isso poderia ser feito localizando o populismo no campo da hegemonia, porém relacionando-o ao que ele articula enquanto “o excluído”, de acordo com Sebastián Barros (2006)⁷¹, argentino da Universidad Nacional de la Patagonia. Dessa forma, poderíamos entender ainda melhor a especificidade do populismo em sua relação com o poder

⁷¹ BARROS, S. Inclusión radical y conflicto en la constitución del pueblo populista. *CONfines de Relaciones Internacionales y Ciencia Política*, vol. 2, núm. 3, enero-mayo, 2006.

institucional.

Afinal, quem são “os de baixo”?

Laclau, para se referir “aos de baixo” em relação ao poder vigente, utiliza a expressão “*underdog*”, que, segundo Retamozo (2017) ⁷², poderia já pressupor algum conteúdo não necessário na teoria, mesmo que impreciso, relacionado aos setores “subalternos” de uma sociedade.

No entanto, segundo nosso ponto de vista, “os de baixo” ocupariam esse lugar apenas em relação a uma percepção do “sistema” ou do “poder” como algo vertical, “acima” deles. Nesse caso, “os de baixo” poderiam ser camadas pobres, médias ou até mesmo elitistas (daí a possibilidade, por exemplo, de um populismo de direita ou um populismo de esquerda burguesa).

É verdade que o significante “povo” tem relações sedimentadas com imagens vagas sobre as tradições populares, como diz Javier Balsa (2010, p.16) ⁷³, da Universidad de Quilmes na Argentina, e que a ideia da *plebs* pode nos remeter não a qualquer parte da sociedade, mas à camada social mais baixa numa estrutura social, por exemplo, os “pobres”. O conceito de “povo” para Gramsci, num sentido parecido, também se refere às classes “subalternas” em termos políticos e econômicos, como veremos mais adiante.

Retamozo, por isso, considera que a *plebs* que se reivindica o verdadeiro povo, diante de sua negação pela ordem, “parece indicar uma limitação à formalidade da teoria” (2018, p.21)⁷⁴, ao que ele também propõe que o povo seja relacionado às tradições nacional-populares.

Esses autores têm uma parcela de razão, mas apenas se esquecermos o papel da negatividade do poder em relação “aos de baixo”. Pois em qualquer experiência populista, “os de baixo” só ocupam essa posição, ou se percebem nela, em relação a um poder que os nega ou que os ameaça. É a negatividade que constitui toda identidade, não a positividade, como já vimos.

Enquanto estratégia política, cada experiência ou direcionamento teórico terá as suas próprias vantagens em tentar especificar conteúdos concretos articulados ao “povo”. A vantagem desse significante em um discurso político se estabelece pela hegemonia do significante “democracia” na contemporaneidade e sua reivindicação de soberania em

⁷² RETAMOZO, M. La teoría del populismo de Ernesto Laclau: una introducción, *Estudios Políticos*, núm. 41, mayo-agosto, 2017.

⁷³ BALSAS, J. Las dos lógicas del populismo, su disruptividad y la estrategia socialista. *Revista de Ciencias Sociales*, segunda época. Nº 17, otoño de 2010.

⁷⁴ RETAMOZO, M. Posmarxismo: entre el populismo y lo nacional popular en América Latina. *Religación. Revista de Ciencias Sociales y humanidades*. Vol 3, nº 12, Quito, Trimestral, Diciembre 2018.

contextos de crise ou refundação política. Mas, se tentarmos antecipar qualquer conteúdo sobre quem são “os de baixo”, identificando-os como os “pobres” ou os “trabalhadores”, por exemplo, a teoria perderia boa parte de sua formalidade, pois são os contextos empírico-discursivos que indicam quem são eles.

Assim, seguiremos a proposta de Barros (2006), indicando uma especificidade em relação ao conceito de populismo para diferenciá-lo de política e hegemonia ⁷⁵ e para entender seu papel de “ruptura”.

Essa especificidade seria uma “inclusão radical” dos “excluídos”, enquanto “demandas não contadas” ou não representadas pelo poder vigente ⁷⁶. A inclusão radical é o que provocaria a “ruptura” de uma determinada ordem institucional pelo populismo, no sentido de uma tendência ao conflito, independentemente da camada social de onde partam as demandas.

Segundo Barros, o populismo pareceria limitado ao momento dessa irrupção do excluído, “um episódio às vezes frágil e fugaz” (2006, p.71), levando o autor a perguntar-se sobre o que aconteceria no momento posterior a essa irrupção.

Nesse caso, articuladas por um discurso que divide a sociedade em dois campos antagônicos, demandas que antes estavam excluídas do espaço de representação e que sequer eram percebidas como demandas, passam, então, a fazer parte de um “todo” articulado hegemonicamente. Assim elas se posicionam como “diferenças dentro de um espaço social com certo grau de institucionalização” (Barros, 2006, p.72), com potencial conflitivo.

Então o populismo, como lógica de articulação equivalencial, estaria dando lugar à lógica diferencial, ou institucionalista, mesmo que seu discurso siga se articulando em torno de significantes relativos ao “momento populista”. Nesse sentido, o populismo seria “um discurso que desloca a institucionalidade existente”, ao mesmo tempo em que “necessita estabilizar lugares e significados para poder perdurar”, segundo Barros (2006, p.72).

Numa linha de raciocínio parecida, também Javier Balsa (2010) ⁷⁷, considera que a inclusão radical seria uma das operações de um discurso populista. Segundo ele, “a inclusão de

⁷⁵ Barros entende a teoria da hegemonia como a lógica da política, e descreve a política, para além de qualquer conteúdo, como um “intento constante de lograr a impossível plenitude do domínio hegemônico” (2006, p.68). Por isso propõe ao populismo a especificidade da inclusão radical, pensando-o como uma das formas de articulação desse domínio.

⁷⁶ Para Barros, seguindo a noção de “povo” de Jacques Rancière, uma articulação populista “sería aquella en la cual la figura de pueblo remite a una politización de ciertas demandas que hasta ese momento no eran representadas en la práctica hegemónica vigente sino como partes no contadas” (2006, p.70). Dessa forma, “el discurso que plantee la radical inclusión de los no-contados, que transforme una *identificación* en un proceso de *subjetivación* política, será un discurso populista”. Daqui provém “la idea de la especificidad inclusiva del populismo” (p.70, grifos do autor).

⁷⁷ Balsa, J. Las dos lógicas del populismo, su disruptividad y la estrategia socialista. *Revista de ciencias sociales*, segunda época. Nº 17, otoño de 2010, pp. 7-27.

setores sociais até então fora da dinâmica sócio-política, excluídos como um ‘outro extremo’”, implicaria num deslocamento da fronteira daquilo que é socialmente legitimado, criando nesses setores “um sentimento de ativação política e social que modifica o conjunto da ordem social” (Balsa, 2010, p.10-11).

Isso é o que levaria a processos disruptivos, já que entra em jogo a relação desses excluídos não só com a ordem institucional, mas, segundo Balsa, com os grupos dominantes e os setores médios da sociedade, que podem acabar percebendo essa inclusão como uma ameaça aos seus privilégios. Nesse caso, para Balsa, os “excluídos” seriam provenientes das camadas ou das classes mais baixas na estrutura social, o que já pressupõe um conteúdo ideológico.

Desse ponto de vista, uma inclusão radical, não só em termos quantitativos, mas qualitativos, poderia ter consequências ao ponto de “uma redefinição da ordem social e suas hierarquias internas”, segundo Balsa (2010, p.12), com potencial de transformação até mesmo das bases de construção da hegemonia.

Também esse autor critica o “excesso” de formalidade da teoria de Laclau e, por isso, leva em consideração o aspecto de inclusão radical do populismo.

Nesse ponto, porém, concordamos apenas em parte, pois avaliamos que o aspecto formal é uma virtude dessa teoria. A ela apenas adicionamos a especificidade da inclusão radical, tanto para diferenciar o populismo dos conceitos de política e hegemonia, quanto para uma melhor compreensão do nosso objeto de pesquisa, o lulismo. É na relação com o nosso objeto que o conteúdo desse “excluído” virá à tona. *No caso do lulismo*, sim, como veremos, os “excluídos” têm de fato uma relação com as classes mais baixas da estrutura social brasileira (mas em outros populismos ⁷⁸, não).

Nesse sentido, o aspecto de inclusão radical será crucial em nossa análise sobre o lulismo e sua relação com as instituições, sejam elas do bloco de poder institucional ou as do próprio lulismo, enquanto articulação de demandas provenientes de setores antagônicos da sociedade. A inclusão radical processada pelo lulismo é o que o levaria à “ruptura da ordem”, mesmo que sua política fosse conciliatória.

Agora, uma referência a mais ao conceito de hegemonia, mas em termos gramscianos,

⁷⁸ No caso do populismo de extrema direita de Bolsonaro, por exemplo, o que vemos é uma articulação entre as camadas médias e altas da sociedade que se reivindicam o verdadeiro “povo” da “nação brasileira”, mesmo articulando uma parte dos “pobres”, ou das classes mais baixas.

no que concerne à relação entre populismo e poder institucional, ou, mais especificamente, entre “povo” e “poder”, também nos será útil.

Tentaremos pensar o populismo como um exercício de hegemonia, levando em consideração a definição formal de Laclau e a especificidade da inclusão radical.

Com essa abordagem, poderemos entender o populismo tanto em termos da sua constituição própria – articulação de demandas, estabelecimento de fronteiras e representação hegemônica por um significante vazio – quanto na sua relação com o campo de poder, no qual a hegemonia é a forma de exercício do poder moderno, enquanto busca de consenso e legitimidade.

Assim, daremos um passo a mais no entendimento sobre a relação entre o institucional e o anti-institucional, nos aproximando de suas tensões e ambiguidades reais.

Depois disso, analisaremos essas ambiguidades do ponto de vista do significante vazio enquanto representação e nomeação do povo “encarnado” em um símbolo, que geralmente se plasma em uma liderança, ou, mais especificamente, em seu nome, o nome do líder.

Faremos, então, ainda mais uma rodada de discussão sobre a relação entre populismo e instituições, abordando as tensões do populismo no governo, ou do populismo *no* poder.

Para encerrar, e reintroduzir o tema do lulismo, por último, trataremos de populismo e institucionalismo nas experiências populistas da América Latina do início do século XXI, entrando em mais uma questão que aqui nos interessa na análise do nosso objeto: a relação entre as dimensões vertical da hegemonia e horizontal da autonomia no populismo.

2.3 HEGEMONIA E POPULISMO: ENTRE O POVO E O PODER

De acordo com Javier Balsa (2016)⁷⁹, a teoria da hegemonia de base gramsciana é uma das melhores abordagens para compreender os processos políticos nas sociedades contemporâneas, particularmente no contexto das “democracias representativas”.

Nesses regimes, segundo nosso ponto de vista, prevalece um “elitismo democrático”⁸⁰, que é uma competição entre elites pelo voto popular. Mesmo assim, com representantes eleitos, há uma relativa liberdade de expressão e difusão de ideias políticas, de acordo com Balsa (2016).

⁷⁹ BALSALSA, J. Pensar la hegemonía y la estrategia política en Latinoamérica. *Prácticas de oficio*, número 17, agosto de 2016.

⁸⁰ Conforme a interpretação de David Held sobre a teoria das elites. HELD, D. O elitismo competitivo e a visão tecnocrata. In: *Modelos de democracia*. Belo Horizonte: Paidéia, 1987.

A noção de hegemonia, nesse caso, permite entender como a dominação é exercida pelas elites e aceita por uma determinada população, conferindo legitimidade aos grupos dirigentes e/ou dominantes. A dominação hegemônica se estabelece, assim, por meio de um “consenso” societário em torno de um conjunto de ideias e interesses que, embora particulares ou restritos, são percebidos como gerais. Esse consenso é alcançado pela ameaça ou pela ação direta de violência, que garante a dominação dos excluídos e a simpatia ativa dos incluídos.

A base coercitiva da hegemonia pode ser acionada a qualquer momento – e geralmente é – em desfavor dos grupos dominados. Mesmo assim, deve haver um ajuste mínimo entre os interesses de quem manda e de quem é mandado, para uma dominação mais eficaz e menos turbulenta.

Nesse sentido, a dominação é garantida sempre por uma combinação, em graus variados, de violência e consenso: um não se desvincula do outro. De acordo com Gramsci (2000a, *Caderno 13*, p.42), a hegemonia é uma relação complexa entre coerção, direção moral, política e cultural, cujo intuito é “coordenar” os interesses do grupo dominante com os “interesses gerais” dos grupos subordinados.

Aqui, para abordarmos o conceito de hegemonia do ponto de vista gramsciano e relacioná-lo ao populismo, nos remeteremos às ideias do “gramsciólogo” italiano Fabio Frosini, da Università degli Studi di Urbino, no artigo: *“Pueblo” y “Guerra de posición” como clave del populismo. Una lectura de los “Cuadernos de la cárcel de Antonio Gramsci* (2014).

Segundo esse especialista em Gramsci, a teoria da hegemonia gramsciana é uma teoria do poder político moderno, sendo a hegemonia uma forma de governo específica da moderna sociedade de classes, na qual o lugar de nascimento dos indivíduos não traça necessariamente seu destino ao longo da vida (Frosini, 2014, p.13). Nesse tipo de sociedade, a política teria como característica a permanente necessidade de um consentimento passivo ou ativo do povo, cujos afetos e imaginação precisam ser ao mesmo tempo orientados e controlados.

O “povo”, para Gramsci, definido como o conjunto das classes que ocupam posições subalternas tanto na esfera do poder quanto na do trabalho, seria “uma relação aberta e dinâmica” entre o exercício do domínio e a busca da emancipação, isto é, “uma resistência” às “políticas de integração subalterna na sociedade de classes” (Frosini, 2014, p.64).

Segundo Frosini,

cada vez que Gramsci habla de ‘pueblo’ se refiere, de hecho, a una concreta modalidad de instituir la *relación* entre intelectuales y masa popular para educar, instruir, conformar, disciplinar, adiestrar – es decir, para dar una forma a una materia que de otro modo corre el riesgo de desestabilizar la estructura del poder (2014, p.64).

A estabilidade do poder no mundo moderno implicaria, dessa forma, uma dinâmica

constante na estreita relação entre “povo” e “poder”:

Para Gramsci lo específico del poder moderno-burgués consiste en que los momentos del dominio y de la emancipación no pueden ser separados, sino que se condicionan recíprocamente. Este condicionamiento recíproco es precisamente la hegemonía, que debe referirse al ‘pueblo’ en cuanto término dialéctico del que trae la materia pero también —y en ello consiste la dialéctica— la legitimación de su propio ejercicio (Frosini, 2014, p.69).

Esse condicionamento recíproco seria resultado da “passagem da guerra de movimento à guerra de posição”, característica da “*revolução passiva*” operada pela burguesia: uma revolução constante das relações sociais em termos moleculares no âmbito da sociedade civil, para evitar a radicalização política de massas contra o poder político e econômico.

Assim, com o conceito de revolução passiva, Gramsci descreveria como, na moderna sociedade de classes, “a máxima mobilidade e a falta de mudanças reais se sobrepõem e se condicionam reciprocamente” (Frosini, 2014, p.71).

De que forma, então, o populismo estaria implicado nessa dinâmica?

Segundo Frosini, o termo “populismo” aparece nos escritos do cárcere de Gramsci como menção ao movimento de “ida ao povo”, em especial dos populistas russos do final do século XIX, ou de qualquer outro movimento que colocasse o povo como “um ponto de referência ético-político”, ou até mesmo “religioso”.

Isso quer dizer que o populismo, para Gramsci, torna explícita a natureza hegemônica da política moderna, na relação dinâmica entre “povo” e “poder”, ou entre subalternos e grupos dominantes, para o exercício do poder político legítimo.

Como fenômeno histórico, nas condições da guerra de posição, o populismo seria uma tentativa de fluidificar a estrutura massiva da democracia moderna, tanto no âmbito das organizações estatais como no das associações da sociedade civil. A aproximação ao povo seria, assim, uma forma de melhor exercer hegemonia, num processo de “democratização” que acolhe uma parte da ideologia subalterna, segundo Frosini (2014).

Como veremos na explicação sobre a representação hegemônica do significante vazio no caso do conceito de populismo de Laclau, também no entendimento de Gramsci existiria “um nexos performativo e emocional” entre o povo e aqueles que o evocam. Essa manifestação não seria uma evidência de falsidade ideológica, mas de “um processo efetivo de constituição hegemônica” (Frosini, 2014, p.72).

No populismo, a relação hegemônica se desloca do nível impessoal da política liberal para fazer referência a um chefe pessoal, geralmente uma figura emocionalmente forte, que, segundo Frosini, “tende a personificar e resumir em si, de maneira quase teatral, a falta de participação direta na vida do Estado” (2014, p.74).

Aqui o autor faz um interessante uso de palavras para descrever o papel do líder na

relação hegemônica do populismo. Interessante porque já nos adianta algo do que iremos desenvolver sobre o nome do líder como significante vazio: o líder “personifica” e “resume em si”, de forma “teatral”, “a falta de participação popular direta” no Estado. Ou seja, o líder *simboliza*, o que não quer dizer que, necessariamente, ele *efetive* tal participação, dada a natureza ambivalente do populismo com o poder.

Dessa forma, o “nexo afetivo” entre o líder populista e seus apoiadores, segundo Frosini, estaria baseado na “promessa” da democracia ou da participação direta, sem as mediações do poder hegemônico. Ou, em termos gramscianos, sem a trama de “trincheiras e fortificações” da classe dominante na sociedade civil, que geralmente impedem o protagonismo do povo no poder político, na lógica da revolução passiva.

Sem essa promessa de uma democracia mais real e profunda, “não importa quão ilusória”, diz Frosini, “como uma reação à deriva oligárquica dos regimes liberais”, “não se entende o nexo entre a massa de seguidores e o chefe populista” (2014, p.75).

O populismo seria, então, uma forma de reação, uma tentativa de instalação e de retorno à guerra de movimento no seio do poder político moderno, dominado pela guerra de posição. Assim é que, para seguir renovando a promessa de democracia e de protagonismo popular, os regimes populistas tenderiam a reproduzir ao máximo o estado de mobilização das massas contra um “inimigo”, interno ou externo.

Por esse mesmo motivo, entretanto, acabariam tendo que renunciar à sua expansividade, pois, uma vez dentro do Estado, sua única alternativa consistiria em recriar “uma lógica política horizontal”, “uma espécie de pluralismo interno”, segundo Frosini (2014, p.76). Essa tendência, ao retornar à dialética entre público e privado, ou entre política e sociedade, é o que esvaziaria o potencial daquela mesma promessa (Frosini, 2014, p.76). E mesmo o extremo de um regime populista revolucionário também poderia acabar coincidindo com o processo de revolução passiva, como estratégia de manutenção da hegemonia burguesa.

Desse modo, segundo Frosini, o “populismo revolucionário” perderia sua intensidade, o protagonismo do povo se dissiparia e “o conjunto do Estado” voltaria gradualmente à “dinâmica liberal da guerra de posição” (2014, p.77).

Assim, Gramsci termina formulando, de maneira implícita, de acordo com Frosini, “um modelo do populismo”:

como forma política oscilante entre una variante coherentemente antiliberal, pero incapaz, por esto, de mantenerse en vida sin desencadenar un conflicto permanente y finalmente (auto)destrutivo, y una forma que puede sobrevivir a condición de reproducir en su interior la lógica ‘molecular’ de la revolución pasiva liberal, asimismo poniéndose en una posición de subalternidad respecto al modelo liberal de distinción entre política y sociedad (Frosini, 2014, p.77).

Levando em consideração esse modelo, o populismo, então, da nossa perspectiva,

como um macro exercício de hegemonia no contexto do poder político moderno, faria parte dos regimes de massa ditos democráticos na contemporaneidade, tornando explícita a exigência da obtenção de um consenso entre o “povo” e o “poder”, ou entre o “povo” e as “elites”. Um consenso, no entanto, sempre coercitivo, violento, segundo o conceito de hegemonia em Gramsci (2000a, *Caderno 13*).

Nessa dinâmica relação, povo e poder se condicionam mutuamente pelo exercício da hegemonia, pelo conflito e pela busca do consenso. O poder sempre se volta ao povo, como seu fundamento de legitimidade, ao passo que o povo sempre se volta ao poder, com potencial de contestação, com base naquele mesmo fundamento.

Então, sempre que o poder se vê ameaçado – e a ameaça é constante – ele aciona seus mecanismos de coerção: polícia, forças armadas, milícias, órgãos de juízo e investigação, etc. A ameaça, portanto, é constante de ambos os lados.

Dessa forma, temos a seguinte dinâmica, em termos típico-ideais: povo – contestação do poder – povo – exercício do poder.

Esse ponto se relaciona estreitamente com a questão da democracia e da soberania popular. De fato, como explica Balsa (2010), junto à operação de inclusão radical, o populismo operaria ainda uma ressignificação do conceito de soberania popular como princípio democrático. Isso faria parte da própria lógica hegemônica populista, segundo o autor.

Numa elaboração típica de hegemonia, em que um componente parcial aspira ser reconhecido como a única totalidade legítima, o populismo postula que “os de baixo” (a *plebs*) são o verdadeiro povo soberano (o corpo de todos os cidadãos, o *populus* legítimo). Assim, ficam articulados no significante “povo”, ao mesmo tempo, os significados de *plebs* e de *populus*⁸¹.

Isso não quer dizer, entretanto, que, apesar de sua associação histórica e até mesmo etimológica, os significantes “povo” e “democracia” não possam vir articulados a outras tradições discursivas. Assim, nem toda articulação discursiva do povo ou da democracia seria necessariamente populista⁸².

⁸¹ Isso seria possível, segundo Balsa, graças a “dois processos históricos relativamente autônomos”: “Por un lado, tenemos la sedimentación bastante vaga de una serie de imágenes vinculadas con “lo bajo”, “lo popular”; por otro lado, existe una trayectoria más anclada en la filosofía política para la cual la soberanía popular sería sinónimo de democracia. Según esta tradición rousseauiana, de este modo se cerraría el problema de la legitimidad del Estado moderno ya que los súbditos serían al mismo tiempo el soberano. Justamente, el populismo se construye como opción hegemónica gracias a proponer la identidad (relativa, a través de la sinécdoque) entre ambas tradiciones discursivas” (Balsa, 2010, p.16).

⁸² “Por ejemplo, si se consigue desplazar el significado de ‘democracia’, digamos, centrándolo en la idea republicana de la división de poderes, puede construirse una hegemonía no populista, de tipo liberal. Una dinámica similar se consigue con el desplazamiento del núcleo de la democracia hacia la idea de libertad de elección (tanto de candidatos como de consumos) y así pueden constituirse hegemonías neoliberales. Por eso, como dice Mouffe (2009, p. 73), ‘la referencia a la soberanía popular –que constituye la columna vertebral del ideal de democracia– ha sido prácticamente eliminada de

Nesse ponto, porém, já estamos nos afastando da definição formal de Laclau sobre o populismo, que, ao não antecipar significados, ou conteúdos empíricos, tenta abarcar experiências políticas as mais diversas, apenas com base na preponderância da lógica da equivalência com estabelecimento de fronteiras e uma identidade popular.

A essa definição, como uma especificidade do populismo em relação aos conceitos de política e hegemonia, já agregamos o tema da inclusão radical daquilo que está excluído do espaço de representação, sem que, para isso, entretanto, antecipássemos conceitualmente, ou seja, no campo da teoria, qualquer conteúdo sobre o que é esse “excluído”.

2.4 POPULISMO E DEMOCRACIA: É LÓGICA OU IDEOLOGIA?

Se fôssemos estabelecer alguma outra especificidade ao populismo, apenas para efeito de esclarecimento sobre sua relação com o ideário democrático da soberania popular, bem como com outras ideologias que contêm um apelo ao povo, diríamos que, além de uma forma de política (um exercício de hegemonia/poder/consenso), o populismo é também um discurso, no sentido estritamente linguístico, de retórica ou de estilo (um apelo ao povo), e, ainda, uma ideologia, seja em termos de um conjunto de ideias ou de uma visão ou concepção de mundo.

Laclau queria se distinguir no campo da teoria populista com uma abordagem formal dizendo que o populismo é uma lógica e não uma ideologia, mas no fundo ele sabia que toda lógica é também ideológica. Toda ideologia é um discurso mais ou menos fechado, com maior ou menor incidência na realidade material; ou seja, todo discurso carrega uma ideologia e as ideologias só se articulam no discurso. Daí a importância de observar empiricamente cada contexto.

Como forma de política, trata-se da lógica hegemônica (antagônica) de articulação de demandas (equivalências). Como estilo discursivo, trata-se da construção de dois campos antagônicos e do uso da retórica do “povo” *versus* o “anti-povo”, do “povo” *versus* “a elite”, ou outros binômios análogos. Só como ideologia, finalmente, é que o populismo apareceria articulado ao reclame da soberania popular.

O uso do ideário democrático, entretanto, não significa que o populismo não possa ser autoritário ou antidemocrático, pois isso depende de cada contexto histórico, sociopolítico e econômico, bem como da disponibilidade de outras ideologias no campo discursivo, sejam elas

la definición actual de democracia liberal” (Balsa, 2010, p.17).

de esquerda ou de direita, como socialismo, nacionalismo, etc.

Assim, um populismo pode ser tanto de esquerda quanto de direita – de acordo com a definição formal de Laclau –, ao mesmo tempo em que uma dada ideologia (nacionalismo ou socialismo, por exemplo) também pode ser mais ou menos populista – de acordo com uma definição do populismo como ideologia (Mudde e Kalwatsser, 2017) ⁸³.

Mudde e Kalwatsser, por exemplo, autores reconhecidos do campo geral de estudos, porém críticos de Laclau, tratam o populismo como uma “ideologia fraca” (tradução nossa para “*thin-centered ideology*”) que considera a sociedade dividida em dois campos antagônicos e homogêneos: “o povo puro” e “a elite corrupta”. Além disso, nessa definição, o populismo teria a característica de defesa de uma política como expressão da “vontade geral” do povo, com base na noção rousseauiana da soberania popular.

Apesar de analisarem o populismo como uma “ideologia” e não como uma “lógica” formal, esses autores, na verdade, não se distanciam muito da abordagem laclausiana. Eles consideram que a “vontade geral” reivindicada pelo populismo é o que geraria a agregação de diferentes demandas e a identificação de um inimigo em comum ⁸⁴.

Desse ponto de vista, segundo os autores, o populismo poderia ser visto como uma força democratizadora, ao defender o princípio da soberania popular, com o intuito de empoderar grupos que não se sentem representados pelo poder institucional. Mas ele poderia apresentar-se também de forma “obscura”, já que seu “núcleo monista” e “visão de mundo maniqueísta” poderiam se articular a tendências autoritárias (Mudde e Kaltwasser, 2017, p.18).

Nesse sentido, a noção de uma “ideologia fraca”, segundo os autores, também teria a vantagem de compreender a maleabilidade do conceito de populismo. Isso porque, enquanto visão de mundo, a ideologia populista teria uma morfologia restrita, aparecendo invariavelmente atrelada a outras ideologias mais “fortes” (“*thick-centered*” ou “*full*”), como fascismo, liberalismo ou socialismo.

Por esse motivo, o populismo teria a capacidade de apresentar-se de diferentes formas, de acordo com a relação contingencial estabelecida entre seus conceitos centrais (povo, elite e vontade geral) e os conceitos de outras ideologias.

Para Mudde e Kalwatsser, portanto, a fluidez do populismo se deveria ao fato de que ele inevitavelmente emprega conceitos de outras ideologias, não só mais complexas e estáveis, mas também porque viabiliza a formação de subtipos de populismo, os quais raramente

⁸³ MUDDE, C.; KALTWASSER, C. R. *Populism: a very short introduction*. Oxford University Press, 2017.

⁸⁴ “[...] by appealing to the general will of the people, populism enacts a specific logic of articulation, which enables the formation of a popular subject with strong identity (“the people”), which is able to challenge the status quo (“the elite”) (Mudde e Kalwatsser, 2017, p.18).

aparecem em forma pura.

Essa definição de populismo, entretanto, para os autores, só faz sentido se existir algo como um “não-populismo”, que possa ser excluído da definição. Aqui entrariam, então, dois opostos diretos do populismo: o “elitismo” e o “pluralismo”.

O elitismo seria uma visão monista e maniqueísta do mundo da mesma forma que o populismo, mas de modo inverso: enquanto “o povo” seria vulgar, desonesto e perigoso, “a elite” é que seria superior, tanto em termos morais quanto culturais e intelectuais. Haveria, portanto, um desprezo ao “povo” e uma rejeição à democracia.

Já o pluralismo seria oposto tanto ao populismo quanto ao elitismo. Pois, ao postular uma defesa da diversidade de visões de mundo e centros de poder, deixaria de lado a noção antagonica ou maniqueísta de mundo.

Como veremos, a “fluidez” ou a “maleabilidade” do populismo são abordadas por Laclau como características intrínsecas aos símbolos populistas, que assim o são porque precisam representar um conjunto muito extenso de demandas geralmente contraditórias entre si. Aqui, a definição formal de Laclau nos parece mais adequada, pois nem sempre o antagonismo populista se expressa discursivamente como “povo” *versus* “elite”. O que importa é a divisão antagonica da sociedade, em termos discursivos. Como cada polo vai ser nomeado depende do contexto empírico.

Por isso, não estariam excluídos da definição formal laclausiana um populismo elitista, ou mesmo um populismo pluralista, mais bem expressos, por exemplo, como um populismo de direita e um populismo de esquerda, ou como um populismo exclusivo e um populismo inclusivo, entre outras denominações possíveis.

De qualquer forma, tomando as duas abordagens conjuntamente, podemos afirmar que uma ideologia tem a capacidade de determinar outras ideologias na lógica antagonica da política (por exemplo, um populismo nacionalista ou um nacionalismo populista) dependendo da configuração social, já que qualquer ideologia pode operar fazendo uso da lógica equivalencial e do antagonismo.

É certo que o apelo ao povo e ao ideário democrático tem uma longa tradição na política, e por isso traz boas vantagens discursivas ao populismo, devido à hegemonia do conceito de democracia como significante vazio estruturante na contemporaneidade ⁸⁵.

Do ponto de vista do antagonismo, o populismo pode ser mais ou menos democrático,

⁸⁵ Sobre esse tema da democracia como significante hegemônico na contemporaneidade e sua relação com o populismo, ver MOUFFE, C. *Por un populismo de izquierda*. Buenos Aires: Siglo XXI Editores Argentina, 2018. Ver também: MUDDE, C. How populism became the concept that defines our age. *The Guardian*, nov. 2018.

dependendo da relação que se estabeleça entre “povo” e “poder”. Pois, dada a ambiguidade da relação antagônica, que ao mesmo tempo reafirma aquilo que pretende negar, o populismo se apresenta mais conflituoso, segundo uma lógica “amigo” *versus* “inimigo”; ou mais “agonista”, segundo uma lógica de confrontação “adversarial”, para usar o vocabulário da companheira de Laclau, Chantal Mouffe (2005) ⁸⁶, de quem Mudde e Kalwatsser também não se distanciam muito.

Em outras palavras, o maior ou menor grau de democracia de um populismo depende da forma de articulação e construção do povo, respeitando tanto os princípios de soberania e igualdade quanto os valores pluralistas. Nesse sentido, poderíamos supor várias formas de relação entre populismo e democracia, de acordo com a articulação de cada um e da forma de confrontação entre o “nós” e o “eles”, que pode ser mais antagonista (amigo-inimigo) ou mais agonista (entre adversários legítimos), dependendo do contexto empírico-discursivo.

Para Mendonça e Machado (2021, p.11) ⁸⁷, “a relação entre o populismo e a democracia é repleta de ambiguidades”, pois “o núcleo da forma política populista não é, em si, necessariamente democratizante ou autoritário”. Nesse sentido, para os autores, “o populismo passa a ser um fenômeno que deve ser analisado em suas manifestações concretas como uma lógica de articulação do discurso político que pode se relacionar das mais diversas formas com a democracia”. Mais do que isso: “a democracia, enquanto governo do povo, estaria sempre aberta à possibilidade da articulação populista, que busca trazer o povo de volta ao centro do palco da política, mesmo que suas consequências possam vir a ter o sentido contrário, recrudescendo o autoritarismo”.

Como exemplos das controvérsias possíveis, a antecipação de conteúdos ou a identificação do populismo como uma ideologia no campo democrático apenas nos orientam no sentido de uma melhor compreensão do conceito, apesar de escapar de uma definição formal. Mais do que isso, portanto, não avançaremos neste ponto. Será mais importante avançarmos na definição formal de Laclau, porém nos aprofundando naquilo que ainda falta: o significante vazio e a representação.

⁸⁶ MOUFFE, C. *On the political*. London / New York: Routledge, 2005.

⁸⁷ MENDONÇA, D.; MACHADO, I. S. Apresentação do dossiê: o populismo e a construção política do povo. *Mediações - Revista de Ciências Sociais*. v.26, n.1 - jan./abr. 2021. Disponível em: <https://www.uel.br/revistas/uel/index.php/mediacoes/article/view/42098/pdf>, acesso em: 27 set. 2021.

2.5 O NOME DO POVO: POPULISMO E REPRESENTAÇÃO

Entendendo o populismo como uma lógica (hegemônica) de construção política, o trabalho de Laclau não o identifica apenas como a relação de convencimento ou sedução entre uma liderança e seus “seguidores”, como nas visões mais pejorativas sobre o tema. Ele enfatiza a importância do investimento afetivo nos símbolos da construção populista, sim, de acordo com uma orientação psicanalítica, mas não associa esse afeto a uma irracionalidade, nem simplesmente aos atributos carismáticos da liderança.

O populismo, no entendimento de Laclau, é o momento de *nomeação* e de “cristalização” de um *símbolo*, expresso por palavras e imagens. É um processo de articulação de demandas com raízes sociais muito mais profundas do que a mera interpelação das massas por um líder.

Com a divisão simbólica / discursiva entre dois campos antagônicos, o “povo”, como temos visto, é algo menor do que a totalidade dos membros da comunidade que, ainda assim, almeja ser concebido como a única totalidade legítima. Nesse cenário, uma das demandas assume um papel contingente de representação hegemônica das outras: é o *significante vazio*.

Podemos falar em populismo quando o campo popular se consolida a partir de um processo hegemônico de representação, que se dá pela produção de significantes vazios, de acordo com Laclau (2011b) ⁸⁸.

O *significante vazio* é aquela demanda particular que, em algum momento, começa a representar o discurso popular como um “todo” e assume a forma de uma universalidade relativa. Como o populismo envolve a articulação de demandas muito heterogêneas, quanto mais vasta se torna a rede de equivalências, mais ocorre um “esvaziamento” de sentido desse *significante* que, embora nunca completo, é a condição para que ele opere a hegemonização do discurso populista. É um *significante*, portanto, *tendencialmente vazio*, como explica Laclau (2013, p.15) ⁸⁹.

A esse “esvaziamento” de sentido correspondem uma vagueza e uma indeterminação dos símbolos populistas que não são equivalentes a uma fraqueza ou a um subdesenvolvimento ideológico, como esclarece Laclau. A unificação populista advém de um espaço que é, em si mesmo, muito heterogêneo e, por isso, o discurso populista precisa ser vago e impreciso, fluido ou maleável. Esta é a sua condição de existência enquanto processo de luta de uma identidade

⁸⁸ LACLAU, E. Por que os significantes vazios são importantes para a política? In: *Emancipação e diferença*. Rio de Janeiro: UERJ, 2011b.

⁸⁹ LACLAU, E. *A razão populista*. São Paulo: Três Estrelas, 2013.

popular, com extensa rede equivalencial, contra seu “inimigo” (Laclau, 2013, p.157-8).

Laclau explica que o significante vazio diz respeito à construção de uma fronteira relativamente estável entre os campos antagônicos, sendo isso o que permite a articulação das demandas populares. Mas esse é apenas um quadro, um esquema teórico, a partir do qual não seria razoável pressupor que a fronteira possa se manter sempre estável ou inteiramente visível.

De um lado, há a possibilidade de que a rede equivalencial se estenda quase indefinidamente, até uma aparente supressão do antagonismo. De outro, a fronteira pode ser reativada ou deslocada quando as demandas articuladas pelo campo popular sofram pressão entre projetos hegemônicos rivais. Nesse caso, surgem os *significantes flutuantes*, cujo sentido, diz Laclau, fica “suspenso” (2013, p.198).

O conceito de significantes flutuantes, por sua vez, tenta apreender a lógica dos deslocamentos da fronteira entre o “povo” e seus “inimigos”, já que a completa divisão social é apenas uma suposição teórica, um recurso discursivo, retórico, ou uma situação limite. Nesse sentido, construir um “povo” implicaria construir discursivamente também a fronteira por ele pressuposta.

Na prática, diz Laclau, a distância entre as dimensões de vazio e de flutuação dos significantes não é tão grande: “ambas são operações hegemônicas”, mas devem ser concebidas também como “dimensões parciais e analiticamente distinguíveis em qualquer processo de construção hegemônica do ‘povo’” (2013, p.199-200).

Para isso, o momento da fronteira, do antagonismo, é fundamental. Uma especificidade, nesse caso, é que “a dimensão ‘flutuante’ se tornará mais visível em períodos de crises orgânicas, quando o sistema simbólico precisa ser radicalmente remodelado” (Laclau, 2013, p.198).

A identidade popular que se funda na correlação entre articulação equivalencial de demandas e o estabelecimento de uma fronteira é o que constitui o povo do populismo, portanto. Essa identidade, em certo momento, passa não apenas a representar as demandas, mas a funcionar como o seu fundamento, ganhando uma espécie de vida própria, a partir da condensação em um significante vazio.

“A lógica da equivalência conduz a uma singularidade”, diz Laclau (2013, p.159), que, finalmente, se apresenta como um *nome*. O significante vazio é o nome dessa singularidade, que pode ser também um nome próprio. Isso é o que explica o papel do líder no populismo: “seu nome cristaliza a unidade do movimento” (Laclau, 2006a, p.119) ⁹⁰.

⁹⁰ LACLAU, E. Consideraciones sobre el populismo latinoamericano. *Cuadernos del Cendes*. Año 23. N° 62. Tercera época. Mayo-Agosto 2006a.

Essa nomeação, entretanto, se dá num sentido antidescritivista, pois, como explica Laclau (2006b)⁹¹, toda nomeação implica um “batismo originário”, já que o nome dado a um objeto não sugere necessariamente qualquer característica descritiva.

Essa visão do autor é complementada pela teoria psicanalítica lacaniana, a qual sustenta que “a unidade do objeto é simplesmente uma unidade retroativa que resulta do processo de nomeá-lo, isto é, há uma série de características heterogêneas cuja unidade é somente garantida pelo nome” (Laclau, 2006b, p.27).

Em termos psicanalíticos, a dimensão afetiva realmente desempenha um importante papel nesse processo. A identidade hegemônica torna-se o objeto de um investimento afetivo na medida em que representa não só a possibilidade de satisfação das demandas populares, mas um horizonte ainda mais amplo, um desejo, de totalidade e plenitude comunitárias.

Segundo Laclau, “nada existe na materialidade das partes predeterminando que uma ou outra funcione como um todo”. Porém, “uma vez que certa parte assumiu semelhante função, é sua própria materialidade enquanto parte que se tornará uma fonte de gozo”. Assim sendo, “não existe populismo sem investimento afetivo num objeto parcial” (2013, p.178-9; p.180).

Dessa forma, a centralidade do líder não deve ser explicada apenas pelo comum argumento da “manipulação”, pois, segundo Laclau, esse tipo de argumento não deixa clara a relação que se incluiria sob esse rótulo. Seria “um equívoco descartar os aspectos emocionais do populismo em nome de uma racionalidade que não se deixa contaminar”, já que “qualquer todo social resulta de uma indissociável articulação entre dimensões significantes e afetivas” (Laclau, 2013, p.173-4).

Portanto, o nome que representa a identidade popular, ao tornar-se um significante vazio, começa a “esvaziar-se” de seu conteúdo original, ao reter o deslizamento dos significados da formação discursiva. Mas o significante vazio, enquanto nome, não é apenas aquilo que, formando um discurso, condensa em si diversos significados e sentidos possíveis. Ele vai ainda além disso, segundo nosso ponto de vista.

Esse movimento de “esvaziamento” de sentido, cuja especificidade, paradoxalmente, seria, na verdade, um “enchimento” indefinido, quer dizer que o significante vazio tem uma grande força de atração de demandas dispersas. Ele é um nome de poder, com uma capacidade de agregação que só se limita pelos deslocamentos da fronteira ou por conflitos internos à própria rede equivalencial populista.

O nome, uma vez que se tornou o significante daquilo que é heterogêneo e excessivo numa

⁹¹ LACLAU, E. Inclusão, exclusão e a construção de identidades. In: AMARAL JR., Aécio; BURITY, Joanildo Albuquerque. (orgs.). *Inclusão social identidade e diferença: perspectivas pós-estruturalistas de análise social*. São Paulo: Annablume, 2006b.

determinada sociedade, exercerá uma irresistível atração sobre *qualquer* demanda vivida como algo insatisfeito e, como tal, como algo excessivo e heterogêneo ante a estrutura simbólica existente. Além disso, como o nome, para desempenhar aquele papel constitutivo, tem que ser um significante vazio, ele finalmente é incapaz de determinar que tipos de demandas ingressam na cadeia de equivalência (Laclau, 2013, p.170).

Isso quer dizer que o nome, apesar de dar unidade ao conjunto de demandas, não se estabelece como um juiz absoluto entre elas, mas apenas nos termos de uma relação específica com tal conjunto.

Enquanto relação hegemônica de articulação de demandas é que se sobressai o papel do símbolo populista, o significante vazio que “solda” a rede equivalencial, representada como o “povo”, ou a *plebs* que se reivindica o *populus*, o povo legítimo. Na medida em que seja capaz de exercer essa tarefa simbólica, de síntese da experiência populista, nomeando-a, e, assim, dando a ela uma existência político-discursiva, é que o nome próprio do líder pode ser um significante vazio.

Esse significante também pode se apresentar como o nome de um partido, de um movimento social, ou como um lema, como já dissemos. O que importa é sua função de “soldagem” da rede de demandas, por meio da nomeação, enquanto um corpo “unitário”, que se coloca contra um inimigo em comum.

Como vimos, o significante “povo” articula ao mesmo tempo os significados de *plebs* e de *populus*. No extremo desse movimento retórico, o nome que representa as demandas populares pode acabar se estabelecendo até mesmo como uma sinonímia do próprio povo, da “plebe” que se reivindica o verdadeiro “povo”, através da sinédoque, ou da identidade relativa, entre esses dois termos.

No entanto, mais do que uma sinédoque ou uma sinonímia, quando a nomeação do povo se identifica com o nome do líder, em sua qualidade de nome próprio, ela pode acabar se aproximando até mesmo de uma catacrese, ou seja, uma metáfora cristalizada.

“Na retórica clássica, um termo figurativo que não pode ser substituído por um termo literal era denominado uma catacrese”, diz Laclau (2013, p.120). Se, devido ao “bloqueio constitutivo da linguagem”, esse deslocamento retórico for uma “condição para o próprio funcionamento da linguagem”, que “requer nomear algo essencialmente *inominável*”, isso quer dizer que toda distorção de significado tem como base “a necessidade de expressar algo que o termo literal simplesmente não transmitiria”, define Laclau.

Assim, a catacrese acaba se apresentando como mais do que apenas uma figura de linguagem específica. Ela se torna “o denominador comum da retórica enquanto tal” (2013, p.120).

Nesse ponto, Laclau nos conecta novamente ao tema da hegemonia e dos significantes

vazios: “se acaso estes surgem da necessidade de nomear um objeto ao mesmo tempo impossível e necessário, a partir da estaca zero da significação que, entretanto, é a precondição de qualquer processo significativo, a operação hegemônica [metafórica] obedecerá cada vez mais à catacrese”. Assim, “a construção política do ‘povo’ é, por esse motivo, essencialmente catacrética” (Laclau, 2013, p.120-1).

Segundo Balsa (2010), entretanto, o significante “povo” não pode ser simplesmente substituído pelo nome do líder, porque isso poderia acabar com a própria lógica populista, no contexto hegemônico-democrático ⁹².

Do nosso ponto de vista, entretanto, se o nome do líder não pode substituir totalmente o significante “povo”, isso não quer dizer que, em alguns casos, não possa ser altamente identificado com ele, ao ponto de uma quase sinonímia e, no extremo, de uma catacrese: o nome do líder se torna uma metáfora que cristaliza – contingencialmente – a significação do povo, ou que cristaliza a identidade popular.

Assim, seu nome pode ser, ao mesmo tempo, um significante e um significado do povo. Isso é o que acontece no lulismo, no qual o nome “Lula” se equivale ou se identifica ao “povo”, e o “povo” se equivale ou se identifica ao nome “Lula” – metaforicamente (e, no caso da pessoa de Lula, também fisicamente / materialmente).

Percebemos, no entanto, a preocupação de Balsa. A centralidade do líder é geralmente o ponto mais controverso nas interpretações e julgamentos sobre o populismo, quando acusado de manipulação, demagogia, burocratismo ou personalismo.

Segundo o texto de Laclau, essa centralidade não se dá porque o líder é “a origem do movimento”. Se dá porque, na constituição da identidade popular, sem esse “ponto de aglutinação”, o populismo não conseguiria forjar a unidade do movimento, e seus elementos se dispersariam (2006a, p.119).

Nesse sentido, quanto maior a “fragmentação social” e mais avançado o “processo de desinstitucionalização”, maior pode ser a identificação do povo com o nome do líder e maior seu poder retórico de agregação. Representando o povo, ele se torna a própria “corporificação de uma plenitude mítica” (Laclau, 2013, p.179).

Tudo isso tem relação com a teoria da representação política ⁹³ de Laclau como

⁹² “[...] el completo reemplazo del ‘pueblo’ por el líder, en realidad terminaría con la propia lógica populista, ya que este no puede reclamar constituirse en el único *populus* legítimo, a riesgo de acabar con la democracia y, por ende, con la hegemonía” (Balsa, 2010, p.16).

⁹³ A representação política, segundo Laclau, é uma “ficção jurídica” que pressupõe a presença de uma pessoa em um lugar do qual ela está, na verdade, materialmente ausente: “a representação é o processo pelo qual outrem – o representante (ou a representante) – ‘substitui’ e ao mesmo tempo ‘encarna’ o representado (ou a representada)” (Laclau, 2011c, p.147).

constituição de identidades. Pois a representação, para ele, é constitutiva da relação hegemônica (2001; 2011c; 2013)⁹⁴, já que a “universalidade” de uma comunidade política só pode ser alcançada através da mediação de uma particularidade.

Pelo princípio da *articulação* (Laclau e Mouffe, 2015, p.178)⁹⁵, que implica necessariamente a transformação mútua dos conteúdos daquilo que é articulado, a identidade de um sujeito político decorre de um conjunto de demandas que se transformam quando entram em relação umas com as outras e com a demanda hegemônica que exerce o papel de representação do conjunto.

Tentando escapar da dicotomia entre a esperança de uma representação política totalmente transparente e a negação de qualquer possibilidade de relação representativa, Laclau argumenta que faz parte do processo que o representante contribua para a identidade do representado, pois nenhum dos dois tem uma identidade fechada, ou autossuficiente. A representação, dessa forma, envolveria dois movimentos correlatos: do representado ao representante, e do representante ao representado; suas identidades dependem uma da outra (Laclau, 1990⁹⁶; 2011c; 2013).

Esses dois movimentos correlatos de constituição de identidades são inerentes a qualquer processo de representação, segundo Laclau. Então, nesse sentido, o populismo não seria apenas um caso particular para uma teoria geral da representação, mas “um caso paradigmático”, porque “revela a representação naquilo que ela é: o terreno primário da constituição da objetividade social” (Laclau, 2013, p.238).

O duplo movimento da representação estaria presente no populismo, por um lado, porque a emergência de um “povo” depende da identificação com um significante vazio (um movimento dos representados em direção ao representante). Essa identificação, por outro lado, só acontece porque o significante de fato representa a rede de demandas, ele não pode ser um momento totalmente autônomo em relação a elas (um movimento do representante aos representados).

É verdade, segundo Laclau, que o duplo movimento da representação, no caso do populismo, pode gerar uma tensão entre “o momento da participação popular e o momento do líder”, em que a prevalência do segundo levaria à limitação do primeiro (2006c, p.60-1). “Todo

⁹⁴ LACLAU, E. Democracy and the question of power. *Constellations*, Blackwell Publishers, Oxford, Malden, vol. 8, n.1, 2001.

LACLAU, E. Poder e representação. In: *Emancipação e diferença*. Rio de Janeiro: UERJ, 2011c.
LACLAU, E. *A razão populista*. São Paulo: Três Estrelas, 2013.

⁹⁵ LACLAU, E. MOUFFE, C. *Hegemonia e estratégia socialista: por uma política democrática radical*. Rio de Janeiro: Intermeios, 2015.

⁹⁶ LACLAU, E. *Nuevas reflexiones sobre la revolución de nuestro tiempo*. Buenos Aires: Ediciones Nueva Visión, 1990.

populismo está exposto a esse perigo”, ele admite, “mas não há nenhuma lei de ferro que determine que sucumbir a ele é o [seu] destino manifesto” (p.60-1), conclui.

Isso quer dizer que o “momento totalizador” do líder pode, de fato, chegar a destruir o “povo” caso se torne completamente autônomo. Mas também as demandas articuladas, caso se autonomizem em demasia ou entrem em choque umas com as outras, podem acabar rompendo a rede de equivalências, impedindo o “momento da totalização representativa” (Laclau, 2013, p.237-8).

Assim, do nosso ponto de vista, consideramos que as experiências populistas podem ser, de fato, demagógicas, autoritárias, personalistas, burocráticas, ou perpassadas por dogmas e irracionalidades. Mas, de acordo com a interpretação de Laclau, a articulação de demandas insatisfeitas e sua unificação em torno de significantes vazios seriam condições também para a construção de identidades coletivas democráticas que se coloquem contra sistemas considerados injustos ou inaptos a satisfazer demandas sociais.

Além disso, o líder tem um papel que vai além do *nome* que articula demandas heterogêneas, já que ele é também uma *pessoa*, é aquela *materialidade* que, enquanto fonte de gozo, tem funções práticas a serem exercidas. O aspecto central do laço afetivo nas identidades coletivas, assim entendido por Laclau não como algo irracional, mas constitutivo da própria política, implica que não basta apenas um investimento afetivo para que a articulação discursiva do populismo se estabilize.

A autonomização das demandas ou seu potencial choque antagônico podem ocorrer a qualquer momento, por isso “um amor pelo líder que não cristaliza em nenhuma forma de regularidade institucional [...] pode resultar unicamente em identidades populares fugazes” (Laclau, 2013, p.309). Isso quer dizer que o populismo requer a sedimentação de seu discurso (ações, palavras, imagens, símbolos), indo além das identidades, para dar lugar a práticas em contextos institucionais. Aqui, fica explícita a união das dimensões simbólicas e materiais do discurso populista.

Conectando-nos ao que viemos discutindo anteriormente, sobre a articulação de demandas e a relação entre “povo” e “poder”, ou entre populismo e instituições, diríamos, então, que o populismo pode ser mais democrático/horizontal (autônomo: movimentos sociais, organizações de base) ou então mais vertical (hegemônico-institucional: partido, elite dirigente), com tendência ou não ao autoritarismo. Isso vai depender do grau de contestação ou aceitação da institucionalidade vigente (sistema político e econômico) e da institucionalidade interna ao próprio populismo (por ex. partido) em sua relação com as demandas articuladas e o restante da comunidade política.

Nesse sentido, não só se apresentaria uma tensão entre o populismo e as instituições, mas uma tensão no seio do próprio populismo. De um lado, a centralidade política do líder e do poder burocrático que o rodeia; de outro, a autonomia dos movimentos de base. Segundo Laclau, seria preciso manter um “equilíbrio entre a unidade simbólica do povo e a autonomia dos movimentos” (2006a, p.120), tanto para evitar um “*curto circuito*” dentro do populismo quanto para fazê-lo avançar nas instituições.

Antes de passarmos ao item seguinte, no qual discutiremos em maiores detalhes essas tensões relacionadas ao populismo, cabe finalizar este tópico com mais alguns comentários em torno da questão da representação e da liderança populista, que nos serão úteis na análise do nosso objeto, o lulismo.

Para nossos propósitos, o que interessa neste ponto é indicar que a ideia de representação política em Laclau tem, no populismo, uma conotação simbólica, no sentido de um símbolo que encarna um significado mítico, ou, até mesmo, *místico*. É, pois, uma ideia de representação como “encarnação” simbólica.

O caráter *retórico* (metafórico) dessa encarnação está já mais do que evidente. O aspecto de encarnação de uma plenitude mítica, também. No caso do nome do líder como significante vazio, pode chegar a ocorrer um deslizamento de sentido até mesmo entre o seu nome e sua própria pessoa física, identificados por essa “encarnação”.

Fica também evidente como esse deslizamento pode levar a que experiências populistas apresentem um componente de identificação quase religioso, em termos de crenças e doutrinas, em torno do líder, ao ponto mesmo de uma relação manipulativa, mesmo considerando o duplo movimento da representação.

A confiança na pessoa do líder e a unidade que seu nome traz à experiência populista podem levar a crenças inabaláveis em torno de seus “desígnios” ou dos objetivos a serem alcançados em nome do “povo”. Esse aspecto religioso, de mitologização da experiência populista e de sua liderança, sejam eles louvados ou amaldiçoados, será tanto mais forte com o passar do tempo quanto maior o conflito e a percepção maniqueísta entre o “povo” e seus “inimigos”.

Isso é o que veremos no caso do lulismo, nos próximos capítulos.

2.6 POPULISMO NO PODER: TENSÕES E CONTRADIÇÕES

Neste tópico, nos concentraremos nos potenciais conflitos pelos quais passam as experiências populistas quando elas chegam ao governo das instituições. Fazemos isso a fim de explorar um pouco mais a relação entre populismo e institucionalismo em suas lógicas opostas, porém recíprocas, de estruturação política (equivalência e diferença), bem como aprofundar a compreensão das dinâmicas entre “povo” e “poder”.

Para tanto, vamos reproduzir algumas considerações de Joan Miró Artigas (Universit  degli Studi di Milano), do seu artigo *Las tensiones del populismo en el poder. Pueblo e instituciones en la teoría de Ernesto Laclau* (2017), e relacioná-las ao lulismo.

De acordo com Artigas, a primeira grande contradi o que enfrentaria o populismo no poder, relacionada   sua condi o intrínseca de cria o de uma fronteira interna   comunidade, se estabeleceria em torno da contraposi o entre “ser povo e ser Estado” (2017, p.26).

O “povo populista”, enquanto componente parcial que aspira ser reconhecido como a única totalidade legítima, uma vez chegado ao governo, se encontraria numa posi o em que já não poderia defender os interesses de apenas uma parte da sociedade, vendo-se obrigado a gerir um conjunto muito maior de interesses. Isso porque o exercício do poder exige a incorpora o, ou ao menos a negocia o, com setores sociais distintos dos inicialmente articulados, o que, no limite, constrange o populismo a tentar governar “para todos”, diz Artigas (2017, p.27).

Nesse sentido, devido ao caráter dinâmico de toda hegemonia, o populismo no poder precisaria gerir a fronteira antagonica, de modo que sua expansão hegem nica não o levasse   sua própria dissolu o pela incorpora o de setores conflitantes. Por isso, ele deve pretender-se, em alguma medida, um regime “agonista”, segundo a interpreta o de Chantal Mouffe (citada por Artigas), pois a constru o de hegemonia demanda a cria o de espaços que, na impossibilidade de erradicar o antagonismo, sejam ao menos capazes de domestic -lo ⁹⁷.

Com isso haveria certa tendência ao deslocamento da fronteira e a uma sua opacidade cada vez maior. Isso seria algo da própria lógica da diferença que opera nas institui es, e que pode levar a um aparente arrefecimento do discurso antagonico. Pois o populismo, caso queira se estabelecer como regime, deve garantir que não haja sempre uma guerra total a partir de cada decisão de governo, que o conflito entre os diferentes interesses se mantenha dentro de determinados limites.

⁹⁷ Assim, “el reto [desafio] para el populismo, y especialmente para aquel que no se concibe como un mero recambio electoral sino como motor de cambio histórico de largo plazo, es por tanto conseguir trazar consensos básicos que incorporen de alguna forma elementos del viejo régimen, de manera que su potencial antagonismo sea parcialmente neutralizado, a la vez que asume que todo consenso será siempre un “consenso conflictual” (Artigas, 2017, p.31).

Dessa forma, tirando proveito do constante deslocamento da fronteira é que um populismo no governo poderia garantir sua sobrevivência a longo prazo. O antagonismo, portanto, não desapareceria, mas ganharia contornos distintos, apresentando-se, por exemplo, sob a forma de um “inimigo” diferente, não mais interno, mas externo à comunidade política (Artigas, 2017).

Relacionando esse ponto ao nosso objeto de pesquisa, podemos considerar que o “populismo lulista”, na lógica agonista, parecia querer se estabelecer como um populismo, aparentemente, sem inimigos. Essa teria sido uma demanda do próprio “povo” lulista, de mudança sem confronto, como vimos com Singer.

A segunda contradição de um populismo no poder, elencada por Artigas, diz respeito a uma contradição interna, relacionada ao seu caráter, inicialmente, de ator de oposição, que, posteriormente, avança ao governo ⁹⁸.

Por um lado, estaria a contradição de um ator político reivindicativo que, originado pela incapacidade das instituições de satisfazer um conjunto de demandas sociais, se torna ele mesmo parte do regime, cuja capacidade de satisfação das demandas nunca é plena. Além disso, caso a demanda que o articulava enquanto movimento seja satisfeita, isso pode acarretar a sua própria morte, ou uma sua transformação quase irreconhecível.

Por outro lado, se logra incorporar, por meio da “inclusão radical” (Artigas cita Barros, 2006), setores antes excluídos da ordem política, isso levaria a uma ruptura das normas sociais. Desse modo, ao propiciar a irrupção de demandas antes não representadas, o populismo criaria efeitos polarizantes e de indignação por parte de setores da sociedade, levando a intensificar e explodir o antagonismo, mesmo que se trabalhe com base em uma política agonista.

Esse certamente foi um aspecto do lulismo, como veremos mais adiante.

Situando-se, assim, dentro e fora do Estado, como governo e como oposição, o populismo poderia articular uma forma de governar por meio da construção de uma “institucionalidade própria”, caracterizada pelo fomento da mobilização social através do poder institucional. Dessa maneira, a mobilização conseguiria manter viva a lógica populista de reprodução da fronteira antagônica, pressionando por mudanças a partir de dentro das instituições (Artigas, 2017, p.32), o que, nesse caso, não se aplica ao lulismo.

Desse ponto de vista, o alcance do poder institucional pelo populismo seria uma forma de intensificar o conflito político, ao invés de abrandá-lo.

⁹⁸ “[...] el populismo, a pesar de valerse de las instituciones, sigue apelando y representando a una legitimidad que emana de un lugar fuera de ellas, el lugar del pueblo” (Artigas, 2017, p.28).

Como vimos anteriormente, na interpretação gramsciana sobre o populismo, esse seria um meio de levar a “guerra de movimento” para dentro do Estado e da lógica da revolução passiva burguesa, atenuando limites entre o poder político e a sociedade civil. Novamente, aqui, vemos a importância do papel do líder como significante vazio, o qual, mediando e unificando as demandas e as pressões dentro e fora do Estado, pode personificar o caráter anti-institucional do populismo, mesmo quando ele seja governo.

Esse não foi o caso de Lula, como já vimos, mesmo sendo um significante vazio, pois a todo custo o lulismo evitava a mobilização da sociedade, em prol de uma política de não confronto direto com os poderes constituídos.

A terceira e última contradição do populismo no poder, segundo Artigas, diz respeito à alternativa entre “ser ruptura, mas governar continuidade” (2017, p.28).

Como o populismo geralmente se apresenta em contextos de crise, com uma promessa de mudança política e social profunda, segundo Artigas, ele deve colocar-se contra um suposto passado nefasto a ser deixado para trás. No entanto, as instituições, com as quais o populismo tem que lidar uma vez que esteja no poder, constituídas por estruturas geralmente bem enraizadas, frutos de longos processos históricos, costumam operar como uma trava às ambições populistas de transformação.

Por isso, o populismo lidaria sempre com a contradição da distância que o separa de seu projeto inicial de mudança radical e sua “obrigada aceitação da realidade” dentro das instituições (Artigas, 2017, p.29).

Isso implica que as pretendidas transformações serão sempre mais lentas, e menos profundas, do que o esperado. Devido às tensões em torno desse problema, o discurso populista pode, então, acabar recorrendo ao recurso retórico de uma “ameaça de retrocesso”, que serve para manter a coesão do campo popular e a legitimidade da hegemonia populista (Artigas, 2017, p.33).

Nesse caso, se aplicaria ao lulismo tanto a distância que o separa de sua projeção no fim da ditadura militar e sua demasiada aceitação da realidade no governo, quanto a retórica constante da ameaça de retrocesso. Esta se fez presente desde 2002 (por exemplo, com o discurso da “herança maldita” deixada pelo neoliberalismo dos governos PSDB), e também se faz presente agora, especialmente depois do golpe de Estado de 2016.

Diante do exposto, podemos perceber que são múltiplas as possíveis tensões decorrentes da contradição geral de um populismo no poder, entre *ser povo e ser Estado*; *ser oposição / mobilização social e ser governo*; *ser ruptura e ser continuidade*: estar dentro e fora do poder. Em uma só expressão: ser anti-institucional e estar atravessado pela

institucionalidade.

Segundo Artigas,

mientras que el Estado es por definición legitimidad legal-racional, procedimentalismo y centralización de decisiones, el populismo es legitimidad carismática y emotividad, formas plebiscitarias de gobierno y política tumultuaria socializadora del debate político; o mientras que los movimientos de protesta tienden a relacionarse entre ellos de manera horizontal, desde la propia autonomía, la asunción del poder estatal pasa necesariamente por la construcción vertical de una voluntad colectiva más o menos unitaria (2017, p.28).

De maneira sintética, então, um governo populista enfrenta sempre a distância entre o povo que ele constrói e que reivindica para si e o poder que ele mesmo administra ⁹⁹.

Em diversas passagens textuais, Laclau procura enfatizar, de modo geral e interrelacionado, ao menos duas das tensões que acabamos de identificar: a que se apresenta na contraposição básica entre populismo e institucionalismo, e a que se mostra no seio do próprio populismo, entre a articulação autônoma e horizontal de demandas na sociedade civil e sua verticalização hegemônica em torno do significante vazio e da ascensão ao Estado.

Já vimos algo sobre o segundo caso quando comentamos o duplo movimento da representação presente no populismo, exposto à tensão entre “o momento da participação popular e o momento do líder” (Laclau, 2006c, p.60-1). Ou, em outros termos, a tensão entre “a centralidade política do líder – e do poder burocrático que o rodeia – por um lado e, por outro, a autonomia dos movimentos de base” (Laclau, 2006a, p.119).

Laclau aborda esse problema sob diversos vocabulários, resumindo-o, conceitualmente, com a distinção entre “a dimensão horizontal da *autonomia* e a dimensão vertical da *hegemonia*” (2013, p.22). Para ele, “a dimensão de autonomia se refere à mobilização espontânea a partir de uma pluralidade de demandas sociais”, com tendência à articulação em uma rede equivalencial. Já a hegemonia, por outro lado, “se refere à transformação do Estado e à ampliação da esfera pública” (Laclau, 2013, p.22).

Fazendo uma crítica tanto à centralidade burocrático-institucional quanto à mobilização política que se esgota em sua autorreferência, Laclau entende que a tensão entre autonomia e hegemonia só poderia ser resolvida por meio da “negociação política incessante” (2006a, p.120), pois

a escolha unilateral de qualquer dessas duas dimensões conduz, em pouco tempo, a um *curto-circuito* e, no longo prazo, a um beco sem saída. Dar ênfase exclusiva à dimensão hegemônica leva a regimes burocráticos que não se alimentam de uma mobilização maciça de base. Nesse caso, o resultado só pode ser o retrocesso do processo transformador e sua progressiva absorção pelo velho *establishment*. [...] Por outro lado, o ideal libertário de uma pura mobilização que persiga seus objetivos totalmente fora dos domínios do estado também é uma receita para o fracasso: mais cedo ou mais tarde a mobilização pura tende a se desintegrar, e as cadeias de equivalência se rompem ou

⁹⁹ “[...] un gobierno populista se enfrenta siempre al riesgo de una distancia cada vez mayor entre el discurso equivalencial, la retórica confrontacional y las formas plebeyas que le constituyeron y lo auparon hacia el poder y la gestión formal y administrativa (diferencial) de las distintas demandas sociales que conformaban dicho discurso” (Artigas, 2017, p.28).

se diluem (Laclau, 2013, p.22, grifo nosso).

Ao nosso ver, como comentamos anteriormente, no que se refere às demandas articuladas e à relação entre “povo” e “poder”, o populismo pode ser, portanto, mais horizontal / autônomo ou mais vertical / hegemônico-institucional, dependendo do grau de contestação ou aceitação da institucionalidade vigente e do grau de centralização da institucionalidade interna ao próprio populismo. Na prática, autonomia e hegemonia se apresentam nas mais variadas combinações.

Seja como for, o povo do populismo se constrói, por definição, de um lado oposto ao da institucionalidade já existente. Mas não só. Ele se constrói contra um poder ou contra poderes que também são demandas de setores sociais, as quais podem estar além da institucionalidade estrita, pressionando-a de dentro ou de fora.

A institucionalidade, por mais dura que pareça, é sempre a “cristalização” ou a “sedimentação” de relações de força entre poderes diversos, internos e externos, entre os quais o populismo pode estar envolvido. As instituições são um campo de batalha travada por poderes que pressionam por sua transformação e/ou manutenção, com predomínio dos poderes econômicos, políticos e violentos.

Isso quer dizer que, em determinados momentos ou contextos, a institucionalidade, apesar de ser construída pela lógica da diferença, pode estar mais atravessada pela lógica da equivalência. O mesmo pode ser dito sobre o populismo. Embora, conceitualmente, consideremos que o populismo é regido em maior grau pela lógica da equivalência, isso não exclui, no seu próprio interior, a atuação da lógica da diferença.

Um populismo no poder, portanto, estabelecerá uma relação extremamente complexa entre essas duas lógicas, o que redundará numa relação também muito complexa entre autonomia e hegemonia.

O exercício de hegemonia do populismo, desse modo, pode se dar por fora ou por dentro de um regime institucional. Importa seu aspecto de articulação e representação de demandas, bem como o traçado de fronteiras antagônicas, que, enquanto tal, é um exercício de poder: legitimação por um lado, exclusão por outro.

Do nosso ponto de vista, é uma característica do poder sua tendência à concentração, assim como é uma característica das instituições sua tendência à estabilização. O próprio populismo, pelo exercício do poder hegemônico, tem uma tendência à concentração e à estabilização, mesmo que esteja fora de um regime institucional, pois o populismo constrói suas próprias instituições.

Trata-se da constituição, por um lado, e da instituição, por outro, de um novo poder.

Esse novo poder só logra alguma conquista na medida em que consiga articular tanto a dimensão antagonica da política (autonomia e mobilização) quanto a dimensão de institucionalização (hegemonia), contra e dentro das instituições vigentes.

Segundo Laclau (2006a, p.119), nenhum poder se estabilizaria se não equilibrasse a mobilização e a institucionalização das demandas populares. Por isso, seria sempre inevitável a negociação com os poderes já instituídos, que têm maior ou menor força quanto maior ou menor força tenha o próprio populismo, enquanto poder emergente. Trata-se de uma relação mais ou menos conflituosa, a depender das forças envolvidas e do grau de radicalização do populismo.

Desse modo, fica claro que no “*continuum*” entre populismo e institucionalismo, ou no processo de institucionalização de uma hegemonia, uma vez que se aprofunde sua estabilização no poder, falaremos cada vez menos em populismo e cada vez mais em institucionalismo, como extremos de um mesmo processo.

Apesar da confusão de termos, Laclau deixa explícito, como já vimos, que o populismo é uma questão de grau, em sua íntima relação com a hegemonia e a política, enquanto lógicas de negociação entre equivalências e diferenças, nas quais o antagonismo tem papel fundamental. É nesse sentido que toda política envolveria sempre algum grau de populismo, embora nem toda hegemonia, enquanto poder estabilizado pela lógica da diferença, possa ser considerada populista.

Seja pelo contexto da guerra de posição da política moderna ou pela natureza concentracionária do poder, na medida em que um regime vai se oligarquizando e se burocratizando – se apartando, portanto, das massas populares –, um novo movimento populista tende a se articular, colocando o povo novamente no centro da política. Nesse mesmo processo, entretanto, acaba-se operacionalizando a sobrevivência do regime anterior.

Este é o paradoxo do populismo sob a lógica hegemônica da guerra de posição da política moderna. Apenas uma guerra de movimento de grandes proporções – do nível mais comunal ao nacional, ou até mesmo continental e global – poderia fugir desse paradoxo. Dada a extensão do campo de lutas e de trincheiras a serem hegemônicas, entretanto, a tarefa populista tende a ser reconduzida aos padrões da guerra de posição, ao tornar-se um regime burocratizado, com “falta de expansividade hegemônica”, segundo a expressão de Frosini (2014, p.68), ou seja, com pouca base de mobilização popular.

Do ponto de vista “popular”, ou “populista”, o povo ganha um protagonismo no regime. Do ponto de vista do regime burguês, entretanto, são incorporadas e absorvidas à atividade e à lógica hegemônica-estatal as formas de autonomia popular (partido, sindicatos,

etc.) (Gramsci, citado por Frosini, 2014, p.75), dentro da lógica da revolução passiva.

É um exemplo a mais da dialética e do condicionamento mútuo / intrínseco entre povo e poder, carisma e burocracia, emancipação e domínio, autonomia e hegemonia, populismo e institucionalismo, populismo e revolução passiva, democracia e hegemonia, etc.

Para Gramsci, segundo nosso ponto de vista, a hegemonia, em termos de consenso, é democrática porque ela se dá na sociedade civil, mesmo que sua efetivação necessite de um estado, em termos de violência e coerção. Entretanto, não se trata de “ocupar” ou “conquistar” o poder político, mas de “transformar-se” em estado, no sentido do autogoverno da sociedade. A separação entre estado e sociedade civil é apenas analítica. Portanto, também a hegemonia deve ser horizontal, e autônoma.

Já Laclau emprega um deslocamento de sentido do conceito de hegemonia: não só como uma relação política de representação de demandas, mas como intervenção em âmbito especificamente estatal, no caso de processos de contexto macro, como no do populismo. Desse modo, ele identifica o “tornar-se estado” da hegemonia como algo vertical, partindo de uma percepção sobre as instituições estatais como “acima” da sociedade, em termos de poder e hierarquia social.

Então, também o líder populista se apresentaria “acima” nessa hierarquia, mesmo que seja reconhecido como um *primus inter pares* (o primeiro entre seus iguais) do “povo”. O líder é “um dos nossos”, mas, em termos psicanalíticos, é também “nosso pai”, e, por isso, tem autoridade, está “acima de nós”, por mais horizontalmente que se estabeleça essa relação.

A articulação que Laclau propõe entre as dimensões vertical (“hegemônica”, estatal) e horizontal (“autônoma”, societária), quer dizer, nesse caso, que o populismo não pode simplesmente se concentrar nas instituições do poder. Deve continuar agindo na sociedade, democraticamente, horizontalmente, para instituir mudanças a longo prazo.

Tanto para Gramsci quanto para Laclau, portanto, a hegemonia tem seus processos moleculares: trata-se de uma discussão sobre as dimensões da hegemonia, conforme a entendemos, em planos micro e macro, contendo em si mesma a dominação pela força e pelo consentimento, a articulação entre estrutura e superestrutura, entre o material e o simbólico-cultural, entre economia e política, bem como outras denominações possíveis.

2.7 AUTONOMIA E HEGEMONIA NA AMÉRICA LATINA

Para finalizar este debate, e reintroduzir nossa problemática sobre a experiência

brasileira em torno do lulismo, seguiremos nossa discussão até aqui para abordar alguns aspectos dos processos políticos recentes na América Latina.

Na *Introdução à edição brasileira*, do livro *A razão populista*, de 2013, Laclau comenta que, naquele momento, muito havia mudado no mundo e na América Latina desde a publicação da primeira versão de seu livro, oito anos antes (2005). Diz ele: “o mais importante para o nosso continente foi a consolidação de regimes nacional-populares em países como a Venezuela, o Equador, a Bolívia e a Argentina” (Laclau, 2013, p.19).

O caso do Brasil, sob os governos Lula e Dilma, teria sido “sem dúvida, parte integrante e fundamental” desse mesmo processo. Embora o autor não coloque explicitamente a experiência brasileira como um desses regimes, parece situá-la no que denomina um “novo modelo latino-americano de democracia”.

Para Laclau, as experiências populistas do início do século XXI na América Latina se relacionavam com a ascensão de regimes de esquerda, e se fundamentavam na “construção de uma ordem nacional e popular” com a intenção de “romper” com o “Consenso de Washington” e os preceitos neoliberais (Laclau, 2013, p.21). Assim, a emergência desse novo modelo teria trazido consigo a contraposição entre institucionalismo e populismo como um de seus traços mais evidentes.

Por um lado, o “traço mais original” desse “populismo radical latino-americano” teria sido “uma dosagem difícil, mas no conjunto bem-sucedida”, entre “a dimensão horizontal da *autonomia* e a dimensão vertical da *hegemonia*” (Laclau, 2013, p.22, grifos do autor). Por outro, teria havido uma “cruzada antipopulista”, com o mote de uma “defesa férrea das instituições”, na verdade uma autodefesa dessas instituições frente à ascensão dos novos regimes, acusados de serem “uma ameaça autoritária aos preceitos constitucionais e às liberdades públicas” (Laclau, 2013, p.20).

Apesar disso, os então “novos regimes nacional-populares” teriam tido uma característica de respeito às normas da democracia liberal, conforme comentário de Laclau no ano seguinte (2014), no qual ele incluía o Brasil:

Há uma dualidade em relação à experiência das massas na América Latina. De um lado, a tradição liberal-democrática, de outro o nacional-popular. O primeiro tenta produzir uma democratização interna do Estado liberal - Rui Barbosa, no Brasil, é um exemplo. De outro lado, houve a tradição nacional-popular, que dominou a maior parte dos países latino-americanos nos anos 1920, 1930 e 1940. Hoje, pela primeira vez, há uma confluência do respeito às normas liberais do Estado e a prevalência da tradição nacional-popular. Esses dois sistemas não são mais tão separados como antes, na primeira fase do populismo. Nesta segunda fase as coisas são diferentes [...], no senti do de que a figura do presidente, o poder democrático, é o poder executivo. Se pensarmos em Chávez, em Lula, em Kirchner, em Evo Morales, em todos esses exemplos há uma tradição nacional-popular, mas que respeita os princípios do estado liberal (Laclau, em entrevista à *Carta Capital*, Lavigne, 2014).

Em dois artigos bem anteriores, do ano de 2006 ¹⁰⁰, Laclau já antecipava alguns desses comentários. Com base na assunção teórica de que o populismo seria uma questão de grau, com maior ou menor preponderância da lógica da equivalência por sobre a da diferença, ele considerava que a situação latinoamericana devia ser analisada com base na dispersão das demandas na sociedade civil e no espaço público do continente, como um ponto de partida.

Essa dispersão de demandas e suas possibilidades de articulação teriam se dado, de acordo com Laclau, pelo contexto histórico da América Latina em torno de duas experiências: as ditaduras militares da segunda metade do século XX e as políticas econômicas neoliberais da década de 1990. Segundo ele, “duas experiências traumáticas e interrelacionadas” (2006c), cujo resultado teria subordinado as políticas e as economias locais aos ditames internacionais.

A experiência das ditaduras, em primeiro lugar, com a mudança dos sistemas institucionais de cada país, teria afetado tanto o campo de lutas liberal quanto o nacional-popular, criando as condições históricas para sua articulação (2006a).

As políticas econômicas neoliberais, em segundo lugar, teriam conduzido o continente a uma pobreza extrema ¹⁰¹, chegando, no caso da Argentina, ao ponto mesmo do colapso do sistema econômico, no início do século XXI.

No período anterior, da década de 1990, o acúmulo de demandas insatisfeitas teria resultado na multiplicação de movimentos políticos, ou seja, teria havido uma “crise das instituições” como canais de atendimento das demandas sociais e a conseqüente “proliferação” dessas demandas em movimentos horizontais de protesto que não se integravam ao sistema político de forma vertical (Laclau, 2006c, p.59). Como exemplos desses movimentos horizontais, Laclau cita os “piqueteros” na Argentina, os Sem Terra no Brasil (MST) e o zapatismo no México.

Nesse contexto, a crise do projeto neoliberal no final dos anos 90 e o pragmatismo das políticas de mercado com regulação estatal e participação social teriam conduzido a regimes “mais representativos”, numa “guinada geral para a centro-esquerda” (2006c, p.59). Assim, se viabilizava a possibilidade de articulação entre o “momento horizontal” de mobilização social e o “momento vertical” de transformação estatal pelos novos regimes, segundo Laclau.

Cada país apresentaria características próprias nesse processo.

No Chile e no Uruguai, teria havido um predomínio da lógica institucional no momento de transição da ditadura para a democracia, encontrando-se, portanto, poucos

¹⁰⁰ LACLAU, E. Consideraciones sobre el populismo latinoamericano. *Cuadernos del Cendes*. Año 23. N° 62. Tercera época. Mayo-Agosto 2006a.

LACLAU, E. La deriva populista y la centroizquierda latinoamericana. *Revista de la CEPAL*, Santiago de Chile, n.29, ago. 2006c.

¹⁰¹ “Una penuria social inenarrable”, no dizer de Laclau (2006a, p.118).

elementos populistas nos dois casos.

Na Venezuela, a ruptura seria mais evidente.

Já o Brasil e a Argentina estariam numa “posição intermediária”.

Quando falava sobre o Brasil, entretanto, o tema preferido de Laclau geralmente não era do contexto recente, mas de meio século atrás: o varguismo, quase sempre em comparação com o peronismo argentino, “casos clássicos de populismo”, segundo ele (Laclau, 2006a).

No caso do Brasil, diferente da Argentina, durante a primeira metade do século XX, teria predominado um contexto de extrema regionalização, com poderes locais altamente estruturados. Assim, tendo que articular forças muito heterogêneas, a margem de manobra de Getúlio Vargas teria sido bem mais limitada que a de Perón¹⁰², pois Vargas necessitava negociar com oligarquias muito autônomas, que se apresentavam como limites estruturais à criação de um Estado nacional centralizado (2006a; 2012¹⁰³).

Segundo Laclau, o único governante que tentou fazer “algo de tipo peronista no Brasil” teria sido João Goulart (2012, p.137-8). Porém, ao desafiar o “*status quo*”, seu “discurso centralista” (2006a, p.115) acabaria se mostrando limitado por sua própria base política, o que levaria ao golpe militar de 1964.

O contexto repressivo teria, então, possibilitado uma articulação entre o campo liberal e o democrático-popular durante as ditaduras latino-americanas do século XX.

Terá sido este também o caso do Brasil?

Ao que tudo indica, sim.

O próprio Singer faz uma análise bem parecida com a de Laclau sobre o resultado das experiências da ditadura militar e do neoliberalismo dos anos 90 no Brasil. Se o “populismo radical latino-americano”, segundo Laclau, se articulou pela alta proliferação de demandas após essas duas experiências, também o lulismo, segundo Singer, teria surgido da “terra arrasada” da ditadura e do “desmanche neoliberal”, de onde nasceram as “demandas civilizatórias” que “desembocaram” no lulismo (Singer e Loureiro, 2016, p.11)¹⁰⁴.

Além disso, a literatura do lulismo é quase unânime em relacioná-lo ao varguismo (Singer, 2009; 2012; 2016a; 2016b; 2017; 2018; Braga, 2012; Ricci, 2013; Nobre, 2013;

¹⁰² Na Argentina, segundo Laclau, o discurso populista de Juan Domingo Perón, na segunda metade do século XX, teria sido capaz de gerar uma ampla unificação política, alcançando dimensões nacionais. Isso devido à constituição bastante homogênea de sua base, cuja população se concentrava nas três grandes cidades industriais de Buenos Aires, Córdoba e Rosário. Nesses locais, a forte presença do movimento sindical serviria como pilar do peronismo, contribuindo para uma experiência populista com pouca dispersão dos elementos articulados (Laclau, 2006a; 2012).

¹⁰³ LACLAU, E. Entrevista a Mauro Cerbino. In: CERBINO, Postmaxismo, discurso y populismo: un diálogo con Ernesto Laclau. *Íconos. Revista de Ciencias Sociales*. Num. 44, Quito, septiembre 2012.

¹⁰⁴ SINGER, A. LOUREIRO, I. Apresentação – elementos para uma cartografia do desenvolvimentismo lulista. In: *As contradições do lulismo: a que ponto chegamos?* SP: Boitempo, 2016.

Burgos, 2016; Mendonça, 2016; Paulani, 2017; Maringoni e Medeiros, 2017; Rocha, 2017; Safatle, 2017).

Nesse caso, também o lulismo teria sido estruturalmente limitado pelos poderes oligárquicos brasileiros?

Na leitura de Singer, o lulismo pareceria até mais populista do que o próprio varguismo, pois, segundo o que já vimos, o “discurso popular”, “enunciado por um nordestino saído das entranhas do subproletariado”, teria adquirido uma legitimidade que não tinha antes na “boca de estancieiros gaúchos”. Por isso, Singer não se “espantava” com o debate sobre o populismo, segundo ele, “ressurgido das camadas pré-sal anteriores a 1964, onde parecia destinado a dormir para sempre” (Singer, 2009¹⁰⁵; 2017¹⁰⁶).

Então, nos perguntamos: se o projeto político representado por Lula e pelo Partido dos Trabalhadores, saído da ditadura, se propôs ao respeito às normas da democracia liberal, trazendo ainda elementos da tradição nacional-popular, no que se apresentou como um “novo modelo latino-americano de democracia”, o que mais poderíamos dizer sobre o lulismo enquanto forma de governo?

Que momento ele representaria no projeto hegemônico petista? Como teriam se articulado a autonomia e a hegemonia, a mobilização social e a dimensão institucional, a rede de demandas lulistas e Lula, o significante vazio?

Teria realmente havido uma boa dosagem entre autonomia e hegemonia?

Como poderíamos analisar, ainda, a questão do antagonismo e da inclusão radical no lulismo, diante das tensões de um populismo no poder?

Isso é o que veremos a seguir.

¹⁰⁵ SINGER, A. Raízes sociais e ideológicas do lulismo. *Novos Estudos - CEBRAP*, (85), 2009.

¹⁰⁶ SINGER, A. A ideia de lulismo. In: MARINGONI, G.; MEDEIROS, J. (orgs.) *Cinco mil dias: o Brasil na era do lulismo*. SP: Boitempo, 2017.

3. O POPULISMO LULISTA

*Uma bola pra chutar, país pra afundar
 Geração que não só quer maconha pra fumar
 Milianos, mal cheiro e desengano
 Cada cassetete é um chicote para um tronco
 Alqueires, latifúndios brasileiros
 Numa chuva de fumaça só vinagre mata a sede
 Novas embalagens pra antigos interesses
 É que o anzol da direita fez a esquerda virar peixe*

(Criolo, “Esquiva da esgrima”, 2014)

Sendo o populismo uma questão de grau, não nos interessa afirmar taxativamente se o lulismo é ou não populista, mas situá-lo na indeterminação entre o institucional e o anti-institucional, entre a hegemonia e a autonomia, o “povo” e o “poder”. Para isso, precisamos entender como o antagonismo e as fronteiras foram estabelecidas e/ou administradas.

Conforme adiantamos no nosso texto de qualificação da tese, no final de 2017, apresentado à banca composta por Raúl Burgos, como orientador à época, a Daniel de Mendonça e a Javier Balsa, como avaliadores, a especificidade do lulismo seria uma ênfase demasiada na dimensão hegemônica-estatal, técnica e burocrática. Ao menos era o que já nos indicava a literatura do lulismo sobre sua adaptação à institucionalidade, na forma da “conciliação de classes” para evitar o “confronto com o capital”, como dizia Singer (2012).

Como pensar essa literatura, entretanto, diante do golpe de Estado de 2016 (era o que nos perguntávamos)? Se o lulismo era tão conciliatório, de onde vinha o antagonismo? Das “poderosas” classes dominantes que seriam, elas sim, hegemônicas? Mas, se antes elas compactuavam com esse populismo no poder, o que havia mudado?

A explicação da literatura, para essas perguntas, é uma explicação primordialmente de “classe”. Mendonça (2016, s/p.), por exemplo, conclui que “se por um lado, o lulismo buscou, com certo sucesso e durante certo tempo, o apoio do capital, por outro lado, este último sempre duvidou das intenções do populismo à brasileira”. Segundo o autor, isso “talvez se deva pelo fato de que quem tem intenções populares e tenta transigir com o capital, mais cedo ou mais tarde será por ele devorado”.

Então, aqui, nos perguntamos novamente: a institucionalização e a burocratização da política, bem como a conciliação de classes: são elas todas *formas populistas de governo*?

O que seria isso se não a própria função hegemônica do Estado e do poder, onde prevalece a lógica de administração do conflito, com base na violência ou na ameaça?

O que prevaleceu no lulismo: a articulação de demandas populares ou sua administração, com base na lógica da diferença, em um sistema que as absorvia “transformisticamente”?

Um *populismo no poder*, como diz Mendonça, precisa negociar com seus “inimigos”, mas isso é justamente o que o impede de permanecer no poder, caso não seja transformado em seu “amigo”. Nesse sentido, o lulismo claramente administrava as demandas sociais pela lógica da diferença, dentro da institucionalidade vigente, que ainda continha espaço para essa administração.

Por isso, não havia a necessidade da delimitação de fronteiras.

Assim, do ponto de vista do governo, *o lulismo seria um populismo de baixo grau ou de baixa intensidade em relação ao confronto com as instituições e poderes vigentes* ¹⁰⁷.

Visto no longo prazo, porém, desde o surgimento de Lula como líder popular e do PT como partido de massas, observamos um populismo de alta intensidade, no qual operava a lógica de equivalência entre as demandas populares saídas do regime militar ditatorial brasileiro. Com o tempo, entretanto, a lógica equivalencial foi cada vez mais sendo substituída pela diferencial, até chegar ao lulismo no governo.

A lógica do populismo é equivalencial em relação a um poder antagônico, mas diferencial em relação à sua própria rede de demandas, segundo pensamos. Se “absorvido” ou “transformado” pelo poder, portanto, o populismo e suas demandas passam a ser cada vez mais regidos pela lógica da diferença, no contexto hegemônico-estatal.

No caso do lulismo, antes do governo, as demandas eram administradas no seu interior. No governo, elas passaram a ser administradas dentro das instituições de Estado, além de dentro do próprio “populismo lulista”.

O que antes era mais antagônico e autônomo tornou-se, então, mais administrado e institucional. Menos “populista” e mais “elitista”, portanto.

Seguindo os comentários que fizemos no segundo capítulo, podemos nos aprofundar um pouco mais nesse ponto, novamente, com a discussão feita por Frosini (2017) ¹⁰⁸ sobre o

¹⁰⁷ De um ponto de vista “gramsci-laclusiano”, poderíamos considerar o lulismo ainda como um “populismo republicano”. Ver: CORONEL, V.; CADAHIA, L. “Populismo republicano: más allá del Estado versus pueblo”. *Nueva sociedad*, jan/fev. 2018.

¹⁰⁸ FROSINI, F. Comunicação oral em FROSINI, F.; Balsa, J.; LÓPEZ, E. *La política y el poder en el Estado de masas: el análisis de Gramsci en los “Cuadernos de la cárcel”*. Seminario de Doctorado: LESET-IdHCS, Doctorado en Ciencias Sociales, Doctorado en Sociología, Universidad Nacional de La Plata, Argentina. 6-15 junio, 2017.

conceito de revolução passiva. Segundo ele, a revolução passiva seria a estratégia específica de construção e de manutenção da hegemonia burguesa no contexto da guerra de posição da política moderna, pois esta classe se vê sempre obrigada a expandir-se para absorver novas demandas, em função da penetração social de seu próprio discurso de “liberdade” e “igualdade”, lemas políticos desde a Revolução Francesa e significantes vazios históricos.

No contexto brasileiro, isso tem sido feito, aparentemente, de maneira muito exitosa, sem que a burguesia tenha necessitado abrir mão do seu núcleo corporativo de classe, bastante duro, ou pouco penetrável, em termos econômicos. Essa constatação parece ainda mais verdadeira se levarmos em consideração a realidade brasileira da violenta estrutura colonial de classes e de raça que permanece até hoje ¹⁰⁹.

Em relação ao debate dos “gramscistas” no Brasil, sobre se o lulismo ou os governos do PT teriam sido parte de uma revolução passiva ou não, aqui talvez possamos concordar mais com Oliveira (2010) e sua ideia de “hegemonia às avessas”: os “dominados” governando para os “dominantes”, exatamente dentro da lógica da revolução passiva.

Nesse sentido, o “povo” do lulismo teria ganhado um protagonismo no regime burguês, embora tenham sido incorporadas as formas de autonomia popular (partido, sindicatos) à lógica estatal (Frosini, 2014).

Para esclarecer: a revolução passiva não seria uma mudança vinda de baixo, mas um controle permanente vindo de cima. Assim, o lulismo em si não seria uma revolução passiva ou um processo revolucionário absorvido pela classe dominante, mas um elemento da guerra de posição que conduz às soluções pelo alto: um poder “popular” sob o domínio burguês, ou governando para as elites. Deve ficar claro que a revolução passiva, conceitualmente, é burguesa, não popular.

Mesmo assim, a “hegemonia lulista” era “real” em vários âmbitos e sentidos, pois, embora tenha convivido com, e se subordinado à, “hegemonia burguesa”, constituiu um verdadeiro centro de poder, seja na esquerda brasileira e nos movimentos sociais, seja nas elites políticas e econômicas de Estado. No caso da esquerda, gerou, inclusive, um “vazio” de lideranças que permanece até hoje.

Apesar da prevalência da lógica da diferença, ou, talvez, justamente por causa dela, Lula se tornou um significativo cada vez mais “vazio”. Visto pela lógica da equivalência, a rede de demandas se teceu de forma muito ampla, ao ponto em que se tornou extremamente baixa a

¹⁰⁹ Sobre a estrutura escravocrata brasileira contemporânea, ver: SOUZA, Jessé. *A elite do atraso: da escravidão à Lava Jato* (“Um livro que analisa o pacto dos donos do poder para perpetuar uma sociedade cruel forjada na escravidão”). Rio de Janeiro: Leya, 2017.

articulação entre elas, ao ponto de surgirem vários conflitos incontornáveis.

Segundo nossa interpretação, isso se deveu ao desequilíbrio entre as dimensões horizontal da autonomia e vertical da hegemonia: enfraqueceu-se a articulação entre o momento da participação popular e o momento do líder, entre mobilização de base e centralização burocrática, uma ênfase no polo estatal-hegemônico.

Outra hipótese com a qual já trabalhávamos no projeto de pesquisa era a de que o lulismo poderia ser visto como um “elitismo democrático”, no sentido da associação e competição com as elites políticas, econômicas e violentas do país, tendo o lulismo sido sabotado por frações dessas mesmas elites em 2016.

Tal hipótese encontrava rastro em outra interpretação sobre o fenômeno, exposta já em 2010 por Tales Ab’Sáber, em seu *Lulismo, carisma pop e cultura anticrítica*.

Para Tales:

O fato de um novo grupo, o do partido do presidente e dos sindicalistas ligados a ele, adentrar o tradicional condomínio do poder não representava problema suficiente para as velhas estruturas de controle político nacional, ainda mais se isso significasse, como acabou por se confirmar, o fim radical da tensão classista e contestatória própria à tradição histórica petista. Tal movimento poderia significar simplesmente [...] uma circulação de elites *paretiana*, fundamentalmente conservadora, mas também em alguma medida, que ainda resta determinar, renovadora (Ab’Sáber, 2011, p.12-13).

Na avaliação desse autor, o carisma teria sido o “instrumento” peculiar dos governos Lula, porém na forma de um “carisma secular”¹¹⁰.

Na concepção clássica de Max Weber, sobre as estruturas de dominação, o carisma é a qualidade daquilo que é excepcional, oposto à estabilidade das estruturas tradicional-patriarcais ou racional-burocráticas. Mas, nas sociedades de massa contemporâneas, o carisma se seculariza e se torna “uma força de estabilização da vida política comum” (Ab’Sáber, 2011, p.43). Assim, enraizado na banalidade e no senso comum, com seu poder de estabilizar a dramaticidade da política, o carisma secular lhe daria uma “natureza de excitação cotidiana” (p.43).

Nesse sentido, pensando nos termos da teoria weberiana das elites¹¹¹, podemos entender como o carisma, na relação entre “liderança” e “massa”, seria um contrapeso tanto ao poder da máquina estatal quanto ao poder das próprias elites em competição.

De que forma uma liderança se relaciona com as elites? O liberalismo de Weber supunha uma abertura para a competição de valores e interesses no Estado, entre elites. Nos regimes plebiscitários, ele parecia entender a liderança e sua relação com o povo, para além da

¹¹⁰ Expressão que Ab’Saber vai buscar em Richard Sennet, no livro *O declínio do homem público*, de 1988.

¹¹¹ Conforme nossa leitura de *Parlamento e Governo* (Weber, 1980); das elaborações sobre o carisma em *Economia e Sociedade* (Weber, 1994); e da interpretação de David Held (1987).

correção dos “impulsos irracionais” ou “emotivos” da massa, como um contrapeso também às elites em competição. Nesse sentido, alguém proveniente de alguma dessas elites teria o poder de apaziguá-las, de controlar os conflitos.

Nessa interpretação, contudo, parece ainda mais difícil pensar uma participação mais efetiva dos governados, pois como poderia alguém de fora manter a estabilidade do sistema? Surpreendentemente, Lula é o caso de alguém que veio de fora e que por um bom período conseguiu manter essa estabilidade, embora só tenha chegado até lá fazendo já parte de uma elite (partidária) dirigente.

É nesse sentido que o populismo pode ser entendido como um discurso elitista democrático, ou como um exercício de poder das “elites” em nome do “povo”. O populismo é uma forma de poder hegemônico consensual e coercitivo entre o “povo” e as “elites”.

A própria teoria da hegemonia, dessa forma, é uma teoria do poder e das elites. A dimensão vertical da hegemonia, como relação de representação, é o que define esse ponto.

Segundo a visão de Laclau, esse problema deveria ser encarado com o equilíbrio entre autonomia e hegemonia, para que o “momento hegemônico”, do significante vazio, da elite e do poder burocrático em torno do líder, não se sobrepusesse à autonomia popular. Mas, tendo em vista a natureza concentracionária do poder e a tendência de toda organização à oligarquia¹¹², a organização “lulo-petista” não escapou disso.

Assim, o lulismo e o petismo se transformaram em um populismo de Estado, institucional e burocrático, que é a própria vocação de um populismo moderado ou com baixo grau de mobilização popular. Como burguesia ou elite estatal de esquerda, usaram as armas dos inimigos do povo e ainda sofreram na pele sua própria violência.

Como movimento político histórico (não há história do Brasil nos últimos 40 anos que possa desconsiderar a presença de Lula), por seu caráter de “novidade histórica”, como diz Singer (2012, p.43) – embora, como todas as novidades, com um pé no passado – tal experiência precisa de um nome, nesse processo linguístico de dar existência humano-interpretativa à realidade. Esse nome é “Lula”, inclusive na boca e na pena dos analistas que, ao interpretarem o fenômeno, *nominando-o*, em alguma medida reproduzem o próprio fenômeno.

¹¹² De acordo com a “lei férrea da oligarquia”, de Robert Michels, em “A base conservadora da organização; a democracia e a lei férrea da oligarquia; considerações finais”. In: CRUZ, M. B. (comp). *Teorias sociológicas*. 2º. Ed Lisboa: Fund. Calouste Gulbenkian, 1995.

A vertente política, orientação, direção, projeto, forma de governo, expressão ideológica, etc., interpretada com uma palavra que congrega o nome “Lula” + “ismo”, o sufixo formador de substantivos abstratos, se refere a uma “doutrina, movimento ou teoria que não se quer especificar”¹¹³; que não quer ou que não consegue fazê-lo, em função da própria complexidade, ambiguidade e sentidos contraditórios do fenômeno.

Em termos de teoria pós-marxista do discurso, podemos falar de um ponto nodal – ou significante vazio – cujo símbolo “encarnado” seria Lula. No entanto, diferentemente do que se diz no campo da teoria, de que o ponto nodal – conceito psicanalítico – seria o mesmo que significante vazio, embora ressignificado para a política¹¹⁴, entendemos que ele tem uma “particularidade” a mais: não é apenas aquilo que, constituindo um discurso, condensa em si diversos significados e sentidos possíveis, pois vai ainda além disso.

O significante vazio tem uma força de agregação especial, como já vimos. Ele se “esvazia”, mas, na verdade, é “cheio”, de sentidos, de contradições, de significados possíveis.

Se sua especificidade de “enchimento” parece se dar de maneira radical no polo anti-institucional, dentro do Estado a tendência é de esvaziamento para uma absorção ainda mais poderosa (hegemônica!) de demandas.

Segundo Laclau, o nome do líder é a expressão mais extrema da função homogeneizante do significante vazio (2009, p.60).

No auge de sua popularidade, isto é, de sua expansão enquanto significante vazio, Lula chegou a ser reivindicado até mesmo por antigos candidatos opositores, nas eleições presidenciais de 2010¹¹⁵.

Nesse movimento de “absorção”, vimos a construção de um *significante vazio aparentemente sem fronteiras*, ao passo que as fronteiras surgiram no momento do *significante flutuante*. Conceitualmente, o significante flutuante se relaciona aos *deslocamentos* da fronteira em uma luta hegemônica. Mas, no caso, o significante “Lula” se tornou flutuante no momento da fronteira estabelecida quando as elites antes “amigas” se mostraram suas verdadeiras “inimigas”.

De qualquer forma, tratou-se de um deslocamento em termos do recuo do significante vazio ao campo popular, de menor articulação com as elites, já que muitos daqueles que antes reivindicavam o nome “Lula”, passaram então a atacá-lo. Assim, vimos uma situação em que,

¹¹³ “Ismo”, em Dicionário Priberam da Língua Portuguesa. <https://www.priberam.pt/dlpo/ismo>, acesso em 19 nov. 2017.

¹¹⁴ BIGLIERI, P.; PERELLÓ, G. Comunicação oral na *Cátedra Libre Ernesto Laclau*, estruturada pelo eixo *Psicoanálisis, retórica y política. Una introducción al posmarxismo*, na Universidad de Buenos Aires, UBA, abr/mai, 2017.

¹¹⁵ “Em Alagoas, Lula divide palanque com Collor e governador tucano”. Fábio Guibu. *Folha de S.Paulo*, 10 jun. 2010. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/poder/po1006201009.htm>, acesso em: 27 set. 2021.

levando em consideração as dimensões de deslocamento e ambiguidade do antagonismo, *o nome do líder popular passou a ser representado como o inimigo de um novo populismo, porém de direita, articulado pelo antipetismo e pelo antilulismo: o bolsonarismo*¹¹⁶.

Por sua política de conciliação, o significante vazio “Lula” passou a ser identificado com o “sistema”, com as “elites corruptas do Estado”, segundo a visão liberal patrimonialista reinante no Brasil. Um suposto “bandido” da política profissional brasileira. Nesse sentido, um significante flutuante por excelência, que desarticulou parte da rede de equivalências em torno desse nome.

Com a irrupção do antagonismo articulado pelas elites, o lulismo se enfraqueceu institucionalmente, e agora parece mais voltado à sociedade civil (como discutiremos no capítulo 4 – *A ralé do lulismo*), embora ainda exerça hegemonia no campo popular, devido àquele “vazio” de lideranças deixado pela “hegemonia lulista”.

Já o petismo segue como força de elite política tradicional (possui governos estaduais, deputados, prefeituras, vereadores, etc.), apesar de ter tido seu poder diminuído no âmbito federal.

Visto no longo prazo, podemos dizer que o lulismo surge junto com o petismo e as outras demandas populares do fim da ditadura militar, vai se institucionalizando nos anos 90 até chegar à sua etapa de maior institucionalização, a partir de 2002, na qual se consolida a experiência populista do petismo por meio do nome e da imagem de Lula.

Ao longo do tempo, portanto, foram se perdendo as antigas bases sociais do movimento, que se tornava cada vez mais elitista, burocrático e eleitoral. Lula, porém, atingia seu grau máximo como significante vazio, praticamente sem oposição real ou inimigos declarados. Pelo sucesso do governo, grande parte das elites brasileiras e até estrangeiras o aceitavam sem maiores problemas. Foi também o momento de identificação máxima entre Lula e o “povo brasileiro”.

O petismo construiu as bases para a identificação lulista. Mas a institucionalização cobrou seu preço. Cada vez mais apartado do povo, a limitação de sua própria base tornou desleal o enfrentamento da reação fascista-conservadora que hoje vivemos.

Atualmente, ainda sobram as memórias daquela identificação, entre os escombros do espólio lulista, reivindicado por parte da esquerda brasileira e pelo próprio Lula.

¹¹⁶ Para uma análise específica do bolsonarismo no campo da teoria do populismo laclausiana, ver: SILVA, M. G.; RODRIGUES, T. C. M. O populismo de direita no Brasil: neoliberalismo e autoritarismo no governo Bolsonaro. DOSSIÊ – O Populismo e a Construção Política do Povo. *Mediações - Revista de Ciências Sociais*. v.26, n.1 - jan./abr. 2021. Disponível em: <https://www.uel.br/revistas/uel/index.php/mediacoes/article/view/42098/pdf>. Acesso em: 27 set. 2021.

3.1 A INCLUSÃO RADICAL DO LULISMO

Aqui entramos no tema da inclusão radical do lulismo. Pois mesmo que o modelo fosse conciliatório, por causa dessa inclusão, ainda que bastante limitada, é que se mostraria o antagonismo.

Do nosso ponto de vista, não bastaria dizer que o lulismo se aproximava do institucionalismo, ou que se afastou da dimensão da autonomia para a da hegemonia, gerando estabilidade no poder. Isso por si só não explica como, depois, essa estabilidade foi quebrada, com o golpe de Estado do *impeachment* de Dilma em 2016 e a fraude eleitoral da prisão de Lula em 2018.

O discurso conciliatório ou de consenso, isto é, a lógica institucionalista do lulismo não foi suficiente para, e sequer poderia, apaziguar indefinidamente o conflito inerente à inclusão radical, este seu aspecto especificamente populista.

Para Javier Balsa (2010, p.11), a operação de inclusão fazia parte das políticas dos governos Lula, mas não teriam sido suficientemente “disruptivas”. Isso por não terem efetivado uma inclusão “reparadora”, já que se mantinha “inalterada” a ordem hierárquica brasileira, diz o autor.

Realmente, diante da imensa desigualdade social do país, a inclusão radical do lulismo, via consumo despolitizado, como o próprio Singer admite (2016a) e acompanhada da superexploração do trabalho, de acordo com Ruy Braga (2012), pode não ter alterado substancialmente a estrutura social brasileira. Mas milhões de pessoas alcançando uma vida um pouco menos indigna certamente não seria algo pequeno.

A inclusão radical do lulismo (via renda, emprego e consumo, ampliação do acesso à cultura e às universidades, PEC das domésticas, movimentos identitários, etc.) foi ao mesmo tempo muito grande e muito pequena. Os pobres e excluídos quiseram mais. Os ricos e conservadores, porém, não gostaram, e então decidiram radicalizar.

O lulismo atendia duas demandas principais da sociedade brasileira: a mudança (fim da fome, diminuição da pobreza) e o não confronto (pacificação do povo pelas elites). Quando a primeira foi atendida, novas demandas foram geradas. Assim, a demanda de pacificação restava desatendida. Acabava o “consenso”.

O antagonismo seria então assumido tanto pelas elites (classes média e alta, poderes econômico, cultural, midiático, etc.), quanto pelo próprio “povo” que o lulismo articulava (o “preariado”, os “pobres”, o “subproletariado”, etc.), quando todos eles se mobilizaram em junho de 2013.

De fato, é impossível agradar a “todos” por muito tempo.

Terminada a “pacificação” da sociedade, o lulismo perdia sua função de consenso.

Assim, a inclusão radical representou, ao mesmo tempo, o sucesso e o fracasso do lulismo: o modelo conciliatório gerou uma proliferação de demandas que não puderam ser atendidas, porque isso demandaria uma radicalização que não fazia parte do modelo, e nem seria da vontade das elites.

Dessa forma, a relativa ascensão social desestabilizou o modelo conciliatório do lulismo devido à tensão gerada sobre a estrutura de classes brasileira, com uma pressão vinda de baixo e outra vinda de cima. Simplesmente não seria possível garantir uma ascensão social indefinida sem o confronto direto com os mais ricos e as classes dirigentes, aí incluído o próprio lulismo, já que nenhum deles abriria mão de seu poder pacificamente.

Se o lulismo representava o “povo” e negociava com seus “inimigos”, ele também o administrava. Com o fim da conciliação, o lulismo perdeu boa parte de sua função, embora continue tentando administrar o povo e tentando conciliar com as elites, sendo ele mesmo parte delas, ainda que enfraquecido.

Tanto a inclusão radical dos que vinham “de baixo”, quanto a reação dos “de cima” a essa política, portanto, fizeram irromper o conflito e o antagonismo. Foi o que causou a ruptura da ordem institucional do populismo lulista, mesmo que não fosse essa a sua intenção.

Junto à inclusão radical, ainda, também a ressignificação da soberania popular seria uma especificidade da lógica populista, segundo Balsa (2010). Nesse ponto, se concordarmos com o autor, como podemos pensar a plebe do lulismo? O lulismo era a demanda que representava a *plebs*, chegando a ser o povo que se reivindicava como o *populus* legítimo, o verdadeiro povo soberano?

Nesse ponto, consideramos que o lulismo tinha um caráter inclusivo tanto qualitativo quanto quantitativo, mas, apesar da ênfase discursiva de um governo voltado para os pobres, Lula pretendeu governar para “todos” (como no seu lema de governo “Brasil um país de todos”). Daí provém o aspecto agonista, ou pouco antagonista, do populismo lulista e, ao mesmo tempo, sua falta de enfrentamento com as elites.

Em nome de “todos”, o lulismo alcançou um consenso com as elites brasileiras. Na verdade, um consenso entre povo e elites, mediado pelo lulismo, com o povo em posição subordinada. A hegemonia lulista se dava *sob* a hegemonia burguesa.

Assim, a prova de que o lulismo governava *para* a burguesia, ou com o programa dos “de cima”, de acordo com Oliveira (2010), é que uma vez rompida a pacificação, a partir de 2013, retrocediam também as políticas sociais para o povo. Diante disso, o governo se

aproximava cada vez mais das demandas das elites, ainda que sem sucesso, como veremos com Singer no próximo item.

Seja como for, por se localizar no polo institucional, o lulismo teve grande impacto na sociedade brasileira, em termos materiais e simbólicos. Pois um ex-operário e sindicalista, nascido pobre, e uma mulher ex-guerrilheira na presidência, tiveram um importante papel em termos práticos de identificação.

Nesse ponto, um aspecto multicultural e quantitativo de inclusão também esteve presente no lulismo, tanto em termos de classe, quanto de gênero e raça. São três elementos relacionados, por exemplo, no Bolsa Família, cuja titularidade era feminina e, em função da característica de pobreza no Brasil, também negra. A PEC das domésticas é outro exemplo. Numa sociedade patriarcal e escravocrata, transformar a base da pirâmide não deixa de ser um passo para a transformação da sociedade como um todo ¹¹⁷.

O próprio André Singer percebe muito bem essa questão quando, no seu último livro sobre o lulismo (que analisaremos a seguir), ele comenta que a “integração” da “superpopulação excedente” no lulismo diminuía a “reserva de mão de obra”, gerando “escassez de trabalhadores domésticos entre 2011 e 2013”. Essa escassez, combinada à ampliação dos direitos da categoria, sinalizava a ascensão do “subproletariado” ao “proletariado” e pressionava a reprodução do “capitalismo à brasileira” (Singer, 2018, p.21-2).

Certamente, esse é um aspecto da inclusão radical que não se explica ou que não se expressava apenas economicamente, pois gerava conflitos culturais entre as classes. Foi uma inclusão em termos de direito e de presença, de circulação de pessoas, originando ainda mais demandas não-contadas e ampliando ainda mais o conflito.

“O lulismo não pretendia produzir confronto com as classes dominantes”, diz Singer, “mas ao diminuir a pobreza o fazia sem querer” (2018, p.22).

3.2 O LULISMO E A GRAMÁTICA POPULISTA

O último livro de Singer, *O lulismo em crise* (2018), aprofunda a demonstração de nossa tese, tanto em relação à falta de mobilização da sociedade, pela ênfase hegemônica do lulismo e seu conseqüente elitismo, quanto ao tema da inclusão radical, referente à “redução da

¹¹⁷ Sobre esse aspecto, ver: “Angela Davis: “Quando a mulher negra se movimenta, toda a estrutura da sociedade se movimenta com ela””. Alê Alves. *El País Brasil*, Salvador, jul. 2017. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2017/07/27/politica/1501114503_610956.html, acesso em 22 set. 2020.

pobreza”.

Singer percebe a distância que se ampliava entre as bases sociais do lulismo e suas políticas burocráticas e economicistas, especialmente nos mandatos de Dilma. Entende que, sem bases sociais, a reação conservadora contra a ascensão dos pobres e as políticas desencontradas do governo gerariam uma radicalização política que não era o intuito do lulismo.

O lulismo em crise é uma compilação e uma reelaboração de textos publicados anteriormente sobre o assunto, bem como um aprofundamento e uma síntese d’ *Os sentidos do lulismo* (2012) e d’ *As contradições do lulismo* (2016). Dada a importância dessa síntese e das conclusões apresentadas por Singer, nessa última publicação mais relevante sobre o tema, faremos uma resenha bem detalhada para os propósitos desta tese.

Singer mantém a interpretação original sobre o caráter ao mesmo tempo contraditório e conciliatório do lulismo como reformismo fraco, cujo objetivo seria “incluir os pobres no desenvolvimento capitalista” para uma “integração sem confronto” (p.12). Segundo ele, “o lulismo, a partir de 2002, é uma direção que, embora forjada desde a fração organizada da classe trabalhadora, se dirige sobretudo aos ‘pobres’. [...] é, portanto, profundamente contraditório e se presta a inúmeros gêneros de mistificação, por ser regressivo e progressivo *ao mesmo tempo*” (p.18, grifo do autor).

Logo de entrada, já nos aparece novamente o problema da periodização do lulismo. O fenômeno não se apresenta apenas como o “realinhamento eleitoral” da eleição de 2006, mas como uma “direção”, “a partir de 2002”.

Além disso, sem que se especifique exatamente seu início, Singer fala em uma “década lulista” (Singer, 2018, p.24), menos ambiciosa que a expressão “era lulista”, que vimos em Singer e Loureiro (2016, p.14). Da mesma forma, já não fala em “colapso” ou “derrota”, mas em “despedaçamento” do lulismo, referente aos acontecimentos que vão até 2016 (Singer, 2018, p.34).

A própria ideia de “crise”, expressa no título do livro, embora sem qualquer especificação em seu interior, já antecipa e acentua o problema da periodização.

O que fica bem especificado é que a análise se limita ao período que vai de 2011 a 2016. Por isso, diz Singer, “fatos posteriores ao impeachment de Dilma Rousseff, o que inclui a prisão do ex-presidente Lula, ocorrida, aliás, quando este livro estava quase por ser impresso, não foram levados em consideração para formular a interpretação apresentada” (Singer, 2018, p.33-4).

Disso se depreende que, apesar de não abordada, a ideia de “crise” poderia se estender

para além desse período, se levarmos em conta o lulismo para além do governo.

De qualquer forma, o foco do livro são os governos Dilma e sua expectativa de “acelerar o lulismo” (Singer, 2018, p.11), com base em dois projetos: um “desenvolvimentismo” na economia e um “republicanismo” no Estado. Ambos denominados “ensaios”, por seu “caráter efêmero” e “contorno vago” (Singer, 2018, p.42).

Singer novamente reconhece “a polêmica” no uso da palavra “desenvolvimentismo”, por isso segue com o vocábulo “ensaio”, e decide manter a expressão para “ressaltar a *marca de ativismo estatal* da nova matriz” (p.42, grifos do autor). Nesse ponto, responde à crítica de Leda Paulani, concordando com ela que “economia é política, por implicar escolhas” (Paulani citada por Singer, 2018, p.42). Nesse sentido, entende que “o importante é que Dilma fez escolhas antiliberais, o que lhe custou politicamente caro”. Por fim, define: “*desenvolvimentismo quer conotar aqui antiliberalismo*” (Singer, 2018, p.42, grifos do autor).

A concepção econômica adotada por Dilma, caracterizada também como “rooseveltiana”, tinha como objetivo “a superação da pobreza” (Singer, 2018, p.25) por meio de uma “reindustrialização integral”, planejada pelo Estado. Tal concepção só seria possível aliada a um projeto republicano de “imunização” da esfera pública a influências privadas, para conter na máquina estatal a corrupção, entendida, segundo Singer, como “*furto* do patrimônio público” (p.25-6, grifo do autor).

Singer explica que, “na visão de Dilma, apenas um Estado republicano seria capaz de reindustrializar o Brasil” (p.26):

Por consequência, em lugar de apenas dar continuidade ao que Lula fizera, devolvendo-lhe o lugar em 2014, a presidente teria optado por uma *direção relativamente autônoma*, deslocando o lulismo para um pouco mais perto do reformismo forte, embora dentro dos limites da *transformação pelo alto* – a saber, sem mobilização da sociedade (Singer, 2018, p.26, grifos do autor).

As reações que esses projetos causariam, contudo, estimulando tanto a constituição de uma “frente antidesenvolvimentista” entre industriais e capital financeiro, quanto de uma “frente antirrepublicana” no Congresso Nacional, fazem parte da explicação de Singer sobre a derrubada de Dilma e o “despedaçamento do lulismo”.

Além disso, o autor divide o período em duas fases: antes e depois das manifestações de junho de 2013. Na primeira, os dois “ensaios” teriam sido positivos, mantendo em alta a popularidade da presidente, apesar de que já se desestruturava a relação do governo com o capital financeiro e com o partido de sustentação no Congresso, o PMDB, “duas vigas estruturantes do arranjo lulista” (Singer, 2018, p.288). Mesmo assim, continuaria a “melhora da condição de vida dos muito pobres e a ascensão dos pobres à situação de nova classe trabalhadora, processos que haviam começado no período Lula” (p.288).

Junho de 2013, no entanto, marcaria o ponto de virada para a segunda fase. Na capital de São Paulo, governada pelo prefeito Fernando Haddad (PT), protestos do MPL (Movimento Passe Livre), pela revogação do aumento das tarifas no transporte público, virariam estopim de gigantescas manifestações, após violenta repressão por parte da Polícia Militar do estado.

Em questão de dias, o que era uma pauta local e específica ganharia contornos nacionais, com as mais variadas reivindicações. E, então, rapidamente, os protestos passariam a se orientar contra o lulismo, com a ajuda da grande mídia e de articulações as mais diversas pelas redes sociais.

Segundo Singer, as manifestações teriam partido de uma “esquerda extrapetista”, de oposição ao lulismo, que buscava “se conectar à nova classe trabalhadora”. Mas, “o centro e a direita levaram para a avenida o tema da corrupção, mobilizando multidões vestidas de verde e amarelo”. Ali começaria, então, “o levante da classe média, que, por sua vez, ligou-se à Operação Lava Jato, iniciada em março de 2014” (Singer, 2018, p.28).

Em 2015, para piorar, seriam desfeitos os “avanços” sociais da primeira fase, diz Singer, com o crescimento da extrema pobreza, o congelamento do Bolsa Família, o aumento do desemprego e os cortes em benefícios sociais. Atuando, assim, de maneira confusa e contraditória em relação às suas próprias propostas de campanha, Dilma acabaria perdendo tanto “o apoio da esquerda” quanto o da “base lulista” (Singer, 2018, p.29).

E mesmo já bastante enfraquecida, a presidente ainda levaria adiante o desafio ao PMDB com o “ensaio republicano”, fazendo com que Eduardo Cunha organizasse a “frente antirrepublicana” no Congresso Nacional. Mas “tendo rompido com a esquerda na economia, Dilma não tinha base para brigar com a direita na política”, diz Singer (p.30).

Assim, o “caráter errático” de sua atuação depois das manifestações de junho abriria “uma avenida para o antilulismo” (p.30) e o arranjo do “golpe parlamentar”¹¹⁸, segundo Singer.

Embora o protagonismo tenha sido do PMDB, que assumiria a Presidência, a formulação jurídica, o programa econômico, a ponte com o empresariado e a legitimação perante a classe média passaram pelo PSDB – para não falar da centena de votos que o tucanato galvanizava no legislativo. A mobilização impulsionada pela Lava Jato, via meios de comunicação, recobriu a derrubada de apoio

¹¹⁸ Singer não considera o golpe de 2016 como um “golpe de Estado” por, supostamente, não ter havido “a tomada do poder pelas Forças Armadas” (2018, p.14), definição que ele encontra no Dicionário de Política de Bobbio... Como se uma definição de dicionário decidisse a realidade ou como se os militares não estivessem envolvidos... Durante o governo Temer e, depois, na eleição fraudulenta de 2018, vimos os militares mais do que envolvidos, de fato, e conduzindo bem de perto, inclusive, todo o processo. Com Bolsonaro, ocupam quase a totalidade dos cargos de primeiro e segundo escalão do governo, além de dezenas de milhares de cargos de confiança, mostrando-se abertamente partícipes da “democracia-militar” brasileira.

Ver: “Brasil de Bolsonaro tem maior proporção de militares como ministros do que Venezuela; especialistas veem riscos”, Luis Barrucho, *BBC News Brasil*, Londres, 26 fevereiro 2020. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-51646346>, acesso em 22 mar.2021.

Ver também: “Já pode chamar de regime militar?” Camilo Vannuchi, *UOL*, 25 fev. 2021. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/colunas/camilo-vannuchi/2021/02/25/ja-pode-chamar-de-regime-militar.htm>, acesso em 22 mar. 2021.

social (Singer, 2018, p.31).

“As camadas populares”, por sua vez, “não se mexeram para defender o lulismo – resultado lógico da despolitização e desmobilização a que foram submetidas”, pois, de acordo com Singer, “o lulismo não cuidou de conscientizar os beneficiados de que, mais dia, menos dia, haveria reação às políticas que visavam reduzir a miséria e a pobreza” (Singer, 2018, p.31-2).

Nesse sentido, as manifestações de junho de 2013 teriam funcionado como um “apito da panela de pressão sobre o lulismo” (Singer, 2018, p.290-1), prenunciando a antes contida “polarização de classes” (p.292):

A nova classe trabalhadora desejava romper o teto de ascensão social que a bloqueava numa condição melhor que a anterior, mas longe de ser satisfatória. A classe média engajava-se na hostilidade à corrupção e ao inchaço do Estado que, supostamente, favoreciam o desvio de recursos públicos para finalidades de aparelhamento político (p.291).

Quanto aos capitalistas brasileiros, antes engajados no lulismo durante a fase de expansão internacional da economia, “Dilma reconheceu, depois do impeachment, que avaliou mal a possibilidade de adesão dos empresários a um projeto nacional de desenvolvimento”, diz Singer (2018, p.291).

Segundo ele, “o rooseveltianismo surgira no centro capitalista numa etapa de keynesianismo dominante”, mas “aplicado à matéria brasileira em tempos de globalização e neoliberalismo”, acabaria “despedaçando” o lulismo e “levando a sociedade a não se sabe que praia distante dos anseios igualitários que o *sonho* condensava” (Singer, 2018, p.32, grifo nosso).

Além do “sonho”,

a *crença* equivocada de ser capaz de diluir o conflito levou Dilma a se referir ao precariado como “nova classe média”, em lugar de tentar atraí-lo para o campo popular. Apenas uma estratégia voltada para unificar a classe trabalhadora poderia criar bases que sustentassem a transformação apontada pelos ensaios desenvolvimentista e republicano (Singer, 2018, p.293, grifo nosso).

A Dilma da primeira fase, desse modo, teria buscado “acelerar o lulismo”, mas, sem as “bases para sustentar os avanços que suscitou”, acabaria abrindo “a porta para um ciclo regressivo de longo curso” (p.296).

“A contraposição a interesses poderosos para dar ao Estado os meios de realizar a integração das partes tocou no nervo da questão nacional”, diz Singer (2018, p.296). Assim, as “contradições” teriam “furado” o “sonho ideológico da integração rooseveltiana sem confronto”, já que “*a reação fez questão de radicalizar*” (p.297, grifo do autor).

Para explicar como a integração sem confronto pretendida pelo lulismo teria tocado no “nervo da questão nacional”, Singer inclui no seu livro uma interpretação geral sobre o sistema partidário e a dinâmica de classe brasileiros, base da tese do realinhamento eleitoral.

Sua hipótese é a de que a competição eleitoral no Brasil tende a seguir uma oposição entre um “partido popular” e um “partido de classe média”, intercedida por um “partido do interior”. Esses partidos se apresentariam sob distintas denominações ao longo da história brasileira desde o início da “democracia de massas”, em 1945.

Se, na “primeira experiência” democrática brasileira, que teria ido de 1945 a 1964, o esquema se apresentou como PTB (Partido Trabalhista Brasileiro) *versus* UDN (União Democrática Nacional), mediados pelo PSD (Partido Social Democrático); no período da ditadura militar ele se simplificaria na oposição entre o antigo MDB (Movimento Democrático Brasileiro), de um lado, e a Arena (Aliança Renovadora Nacional), do outro. Já na “segunda experiência”, após a redemocratização, o esquema voltaria a apresentar-se, mas sob a bipolaridade PT X PSDB, mediada pelo PMDB (atual MDB).

Nesse ponto, Singer se reaproxima da discussão sobre o populismo no Brasil, novamente comparando varguismo e lulismo. Segundo ele, o partido popular e o partido de classe média, mediados por um partido do interior essencialmente ambíguo e clientelista, “*re(a)presentam a luta de classes realmente existente*” (Singer, 2018, p.23), embora o façam num “ambiente populista”, com a típica oposição “pobres” *versus* “ricos”.

Nos três momentos históricos de realinhamento eleitoral, as “eleições críticas” apontadas pelo autor (1950, 1974 e 2006), aconteceria o encontro entre uma base social popular e seu correspondente partido. Nesses contextos, o partido popular passaria a ser visto como o “partido dos pobres” e o de classe média como o “partido dos ricos”.

A eleição presidencial de 1950 com Getúlio Vargas (PTB), diz Singer, inauguraria “a clivagem entre ricos e pobres” (Singer, 2018, p.139), ou entre “elites” e “massas”. Essa “gramática populista” (p.139), entretanto, teria como pano de fundo a disputa entre capitalistas e assalariados, segundo a interpretação que Singer faz de Francisco Weffort ¹¹⁹.

Para Singer, “ainda que por momentos o embate entre capitalistas e trabalhadores, isto é, entre esquerda e direita, possa ganhar centralidade [na competição eleitoral], a prevalência do subproletariado puxa os atores para uma configuração de natureza populista” (2018, p.131). Ou seja, uma oposição entre pobres e ricos. Isso é o que explicaria, a partir de 2006, o embate entre lulismo e antilulismo.

Para entendermos melhor a tese do realinhamento, e a relação entre o lulismo e o populismo, no esquema de Singer, convém, então, aprofundar a relação que se apresenta entre o PT, Lula e o voto dos “pobres”. “Pobres”, aqui, não só como uma categoria sociológica, mas

¹¹⁹ Citador por Singer (2018). WEFFORT, Francisco. *O populismo na política brasileira*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

política.

O que se coloca na tese de Singer, do ponto de vista do sistema partidário, seria uma “efetiva representação popular”, porém sempre impedida pelas forças sistêmicas. Primeiro, em 1964, com o golpe militar, logrou-se separar o voto dos pobres do PTB. Depois, em 1974, quando o voto popular urbano se transferia ao MDB, novamente se preparava mais um desalinhamento, com a reforma partidária de 1979. O MDB seria então dividido em quatro outros partidos: o PMDB, o novo PTB, o PDT (Partido Democrático Trabalhista) e o PP (Partido Popular). Este último logo incorporado ao PMDB, em 1982 (Singer, 2018, p.146-7).

Caberia, assim, ao PT, surgido em 1980, “*reencarnar*” (p.147, grifo nosso) o “novo partido popular”, com “críticas de esquerda” tanto ao “populismo varguista” quanto ao “emedebismo”.

Segundo Singer,

o PT almejava ser um partido de classe, sem as ambiguidades conciliatórias das duas experiências anteriores. Tratava-se não só de representar os trabalhadores no plano institucional, mas também de participar de sua organização autônoma na dimensão da sociedade. [...] Daí a relevância dos movimentos sociais na origem do petismo, o que permitiu ao partido se apresentar como agrupamento que vinha de fora do sistema (2018, p.147).

A partir de 1986, entretanto, enquanto o PMDB se interiorizava (Singer cita Sadek, p.147) e era “tomado” pela “elite tradicional do Brasil atrasado” (p.148), ressurgia também o contraponto de classe média. Em 1988 era criado o PSDB, “quando o encerramento da transição levou o antigo conflito entre ricos e pobres de volta ao centro da agenda institucional” (Singer, 2018, p.147).

Assumindo “posturas liberais”, segundo Singer, “os tucanos querem simbolizar o moderno”, por isso “a proximidade” com “setores dinâmicos do capital”. Desde o início, “é clara também a afinidade eletiva entre a nova sigla e as camadas médias urbanas” (p.149).

Já “do ponto de vista estratégico”, também numa visão rooseveltiana, “os tucanos esperavam que a expansão econômica levasse a um crescimento da classe média, ‘até dominar o cenário eleitoral’, de acordo com Timothy Power” (citador por Singer, 2018, p.149). Por último, “tanto em termos ideológicos como no que concerne às bases sociais, são claras as similitudes com a antiga UDN, embora os diferenciasses o peso da fatia rural oligárquica no PSDB”, diz Singer (p.149).

Assim, “constituídos os três principais partidos frutos da redemocratização, a eleição presidencial de 1989, a primeira direta desde 1960, marca o início efetivo do processo por meio do qual as agremiações encontrariam o seu ‘lugar sociológico’”¹²⁰ (p.149). Entretanto, Lula e

¹²⁰ Singer cita Chico Oliveira. *A era da indeterminação*. São Paulo: Boitempo, 2007.

o PT não tinham ainda “a simpatia dos mais pobres”, de modo que “o extenso período até a nova eleição de realinhamento em 2006 pode ser lido como sequência do desalinhamento induzido pela reforma partidária de 1979” (Singer, 2018, p.150).

Para melhor explicar essa demora no realinhamento no caso do lulismo, Singer inclui novamente a tese do “conservadorismo popular” (Singer cita Pierucci, p.151), adotada desde seu texto *Esquerda e direita no eleitorado brasileiro*, publicado em 2000 ¹²¹.

Em *O lulismo em crise*, ele comenta novamente essa tese:

A derrota de Lula para Collor tinha conotações profundas. A rejeição ao PT por parte do eleitorado de baixa renda era o resultado de um complexo ideológico e material enraizado na formação da sociedade e da cultura brasileiras. O efeito prático era que os votantes pobres queriam escolher alguém que pudesse promover a igualdade, mas sem provocar desordem, dado o temor que a sua vulnerabilidade os fazia ter da “bagunça”. O encontro entre as camadas populares e o partido que acabaria por representá-las atravessaria diversos estágios, entre eles a chegada ao governo, quando Lula conseguiu provar que era capaz de orientar o Estado na direção das necessidades dos pobres sem causar convulsões (p.150).

O “fundamento de classe” da “inversão ideológica” na eleição de 1989 será então retomado por Singer em *Os sentidos do lulismo* (2012), com o argumento das “frações” das classes populares. De um lado, a classe trabalhadora organizada. De outro, uma massa de trabalhadores sem representação sindical.

Continua o autor, em *O lulismo em crise*:

Na liderança das greves dos anos 1980, Lula e o PT falavam ao coração da fração organizada da classe trabalhadora, de quem eram direção reconhecida. No entanto, recolhiam a hostilidade daqueles para os quais faltava a condição mínima – a carteira de trabalho assinada – para participar dos movimentos grevistas que, começando em São Bernardo do Campo, se espalharam Brasil afora até a Constituição de 1988 ser aprovada (Singer, 2018, p.151).

As derrotas de Lula nas eleições presidenciais seguintes (1994 e 98) para Fernando Henrique Cardoso com o voto dos pobres “confirmariam”, então, a tese do “conservadorismo popular”. Segundo Singer,

Minha análise fazia prever que o PT passaria por um caminho tortuoso até encontrar o eleitorado popular, e foi o que aconteceu. O deslocamento do partido em direção ao centro, conforme atestam David Samuels e Cesar Zucco [¹²²], correspondeu a uma estratégia de resolução do paradoxo dos pobres votarem à direita. Penso que, aproveitando um momento em que a conjuntura econômica potencializava o desenvolvimento e a queda da renda produzida pelo neoliberalismo do PSDB, o deslocamento do PT ao centro neutralizou os efeitos do conservadorismo popular na eleição de 2002. Depois, à medida que Lula comandou a adoção de políticas públicas e estabeleceu ganhos na assistência social, no salário mínimo, na concessão de crédito e na geração de emprego, sem provocar desordem, produziu-se em 2006 o realinhamento, por meio do qual as camadas populares passaram a votar em massa no lulismo (2018, p.152).

Assim, o papel que antes havia sido exercido pelo PTB de Vargas e pelo antigo MDB durante a ditadura militar, tornava-se agora do PT, o “novo partido popular”. Sua tarefa seria

¹²¹ SINGER, A. *Esquerda e direita no eleitorado brasileiro*: a identificação ideológica nas disputas presidenciais de 1989 e 1994. SP: Edusp, 2000.

¹²² Citados por Singer (2018), SAMUELS, D.; ZUCCO, C. “Lulismo, Petismo, and the Future of Brazilian Politics”, *Journal of Politics in Latin America*, v.6, n.3, 2012.

“desde o alto, ampliar a integração das massas aos benefícios do capitalismo sem confrontar o capital” (Singer, 2018, p.152).

Com a consolidação dos vínculos entre PSDB e setores da classe média, se estabeleceriam duas opções para essa “integração das massas”: uma “pró-mercado” e outra “pró-Estado”, correspondentes ao PSDB e ao PT, respectivamente (p.153). Segundo Singer, trata-se da mesma contraposição observada nas outras experiências de realinhamento, entre “liberalismo” e “reformismo”.

Enquanto isso, “à medida que PT e PSDB preenchem os espaços mais urbanizados, restou ao PMDB acentuar a interiorização, em curso desde 1986”, com exceção do Rio de Janeiro, onde o “pemedebismo” seria “tipicamente urbano” (p.154). Dada sua prática de “política tradicional”, em que “os partidos são veículos de controle oligárquico, e os interesses são mediados por relações patrão-cliente”, o PMDB se apresentaria, segundo a literatura citada por Singer ¹²³, “ora como partido de centro, ora como pertencente ao campo da direita, exatamente como ocorria com o antigo PSD” (Singer, 2018, p.154).

Tratar-se-ia de uma “ambiguidade conveniente para quem precisa estar sempre no governo, embora se mostre prejudicial à *representatividade* do sistema como um todo” (p.155, grifo do autor).

Nesse contexto,

[...] a dificuldade do partido do interior para lançar candidatos à Presidência desde 1994 mostra o quanto a direção efetiva da sociedade depende do partido popular e do partido de classe média. A dificuldade eleitoral do partido de classe média, uma vez estabelecido o realinhamento, em virtude da profunda desigualdade social, repõe sempre a polarização golpista, que conta com a volatilidade do partido do interior para aderir ou liderar tentativas de atalho (Singer, 2018, p.158).

O já mencionado “nervo da questão nacional” (Singer, 2018, p.296), portanto, relativo ao sistema partidário brasileiro e à dinâmica de classes, de acordo com a tese do realinhamento de Singer, seria o “problema crucial de como responder à aspiração das massas por maior participação na riqueza nacional”.

“Do ponto de vista ideológico”, diz ele, “soluções de mercado (liberais) e por via do Estado (reformismo) deram relativa consistência ao embate que opôs essas agremiações [PTB X UDN / PT X PSDB], apesar das *marcas populistas* presentes nas duas experiências” (Singer, 2018, p.157, grifo nosso).

Aqui, mais uma vez, encontramos Singer às voltas com o problema do populismo. Se em *Os sentidos do lulismo* esse problema aparece de maneira nebulosa, como se o autor o evitasse, em *O lulismo em crise* ele vem à tona de forma bastante clara, principalmente na

¹²³ Singer cita Marcos Nobre, *Imobilismo em movimento: da abertura democrática ao governo Dilma*. SP: Cia. Das letras, 2013.

comparação entre lulismo e varguismo.

O uso do termo por parte de Singer dá a entender que o populismo seria apenas um epifenômeno da luta ou da dinâmica de classes subjacente. Nesse sentido, a contraposição entre “ricos” e “pobres” significaria apenas um encobrimento da “real” oposição entre “capitalistas” e “trabalhadores”. O “ambiente populista” (p.23), a “gramática populista” (p.139), ou as “marcas populistas” (p.156), citadas por ele, não passariam de um discurso no sentido ideológico / superestrutural do termo, de acordo com uma visão economicista, segundo pensamos.

Tentando fugir dessa visão, entretanto, Singer usa o termo “classe”, como já fazia em *Os sentidos do lulismo*, tanto em termos de Marx, do 18 de Brumário, quanto de Weber, em termos de status. Do primeiro, ele retoma o conceito de “massa”, sendo que esta seria “a forma pela qual a classe *aparece* na política” (Singer, 2018, p.19, grifo do autor). No sentido weberiano, por outro lado, Singer toma seu “uso funcionalista” do conceito, pensado “a partir de acesso a bens e status (como quando se fala em classe média)” (2018, p.17).

Além disso, mobiliza a categoria “pobres”, fundamental ao lulismo, já que, com ele, “a pobreza voltou a se tornar categoria *política* no Brasil” (p.18, grifo do autor). Para Singer, “o traço avulso e intermitente da atividade dos pobres dificulta a sua autoidentificação como trabalhadores, embora de fato o sejam”. No sentido de Marx, “constituem classe *em si*, embora não *para si*” (Singer, 2018, p.19, grifos do autor).

Por isso é que, “no plano da política”, diz Singer,

a oposição entre ricos e pobres tende, simultaneamente, a refratar e obscurecer o conflito existente entre capitalistas e trabalhadores. A refração permite enxergar, ainda que de maneira enviesada, o confronto fundamental, sob a denominação “pobres” versus “ricos”, porém elide o centro efetivo da discórdia: a posse dos meios de produção. É esse caráter duplo de refração e obscurecimento que torna particularmente difícil a análise de classe do lulismo e, por consequência, do turbulento e enroscado processo que o envolveu entre 2011 e 2016 (2018, p.19).

A “gramática populista” do lulismo, portanto, tratar-se-ia de uma “refração”. Para o lulismo, nessa “gramática”, segundo Singer, os “pobres” seriam uma categoria política, “a massa”. Todavia, na “realidade” da “dinâmica de classes” brasileira, “a massa é composta de pobres, que é o nome recebido popularmente pelo subproletariado, a camada de trabalhadores que estão aquém da condição proletária” (2018, p.20).

Apesar de Singer considerar, nesse ponto, que política e economia são “duas faces de uma mesma realidade social” (Singer cita Rugitsky, p.199), fica fácil percebermos a confusão de termos, quando a análise pretende trabalhar em dois “planos” de percepção superpostos: “classes”, no plano da “realidade”; e “pobres”, no plano “político” ou de “refração e obscurecimento” do “ambiente “populista”, no qual os partidos “*re(a)presentam a luta de*

classes realmente existente” (Singer, 2018, p.23, grifos do autor).

De qualquer forma, Singer acaba admitindo explicitamente o caráter populista do lulismo, mesmo considerando o conflito classista como se fosse seu “verdadeiro” pano de fundo.

Nessa distinção, porém, não fica clara qual seria a relação entre lulismo e petismo, se ambos seriam parte da mesma “gramática populista” frente à “realidade classista” ou mesmo se a identificação eleitoral-popular (realinhamento) seria com a liderança, com o partido ou ambos.

Esse é um problema percebido desde *Os sentidos do lulismo*, cuja interpretação também oscila entre um realinhamento das aspirações populares com um partido ou com a sua liderança. Do nosso ponto de vista, esses são certamente dois processos históricos pouco separáveis na prática, mas, como ainda tentaremos demonstrar, nem todo petismo é lulista e nem todo lulismo é petista, porque o lulismo vai muito além, em termos de identificação popular.

De modo geral, a tese do realinhamento de Singer quer dizer que o lulismo, articulado ao petismo, seria o verdadeiro representante do “povo” brasileiro; o verdadeiro representante dos “pobres” ou das “classes populares”, aí incluídos os “trabalhadores” organizados ou não (proletários ou subproletários), mesmo que o lulismo tenha atuado também como um aliado, ou um representante, dos “ricos”, dentro da lógica estatal-hegemônica.

O problema da nomenclatura adotada para designar quem seria a base social de apoio do lulismo percorre todo o livro de Singer, oscilando entre as “classes” e as “frações de classe”, “proletárias”, “subproletárias”, e a designação “pobres”, “miseráveis”, etc. Da mesma forma, é problemática a nomenclatura dos que teriam ascendido socialmente com o lulismo, a “nova classe trabalhadora” ou os “novos pobres”. Singer dedica praticamente toda a primeira parte do livro a esse tema, pois trata-se de um problema identificado também na literatura abordada pelo autor.

No caso da ascensão social, teria o subproletariado ascendido à condição proletária ou teriam os “miseráveis” se tornado “novos pobres”? Ou, ainda, como o próprio Singer se pergunta, “do ponto de vista político, seria uma ‘nova classe média’ ou uma ‘nova classe trabalhadora’?” (2018, p.79).

Para responder a essas questões, ele conversa com diversos autores. De Jessé Sousa e sua provocativa “‘ralé’ brasileira” (p.85), passando por Marcelo Neri e a “classe C” ou “a nova classe média” (p.89), Ruy Braga e seu conceito de “precariado” (p.91), entre outros. Mas, termina adotando, “como referência principal”, de acordo com sua própria abordagem teórica marxista e weberiana, a classificação do economista Waldir Quadros (Unicamp), feita “em

cinco níveis”: “‘Alta Classe Média’, ‘Média Classe Média’, ‘Baixa Classe Média’, ‘Massa Trabalhadora’ e ‘Miseráveis’” (Singer, 2018, p.80).

Singer expressa dúvidas em relação ao uso de “baixa classe média” e “massa trabalhadora”, mas considera que “o conteúdo é muito bem apanhado”, pois a “mirada” de Quadros teria “a vantagem de associar itens relativos à *inserção produtiva* ao *critério de renda*, chegando a uma estratificação mais próxima das classes no sentido de Marx (embora não estritamente marxista)” (p.80, grifos do autor) ¹²⁴.

Assim, diz Singer, “enquanto as medições usuais se baseiam apenas no fator renda, Quadros entende, por exemplo, que ajudantes da construção civil, pintores, cozinheiros, garçons, vendedores ambulantes fazem parte da mesma camada e que, conseqüentemente, é necessário agrupá-los” no que o economista chama “Baixa Classe Média” (citado por Singer, 2018, p.80).

Singer adota, ainda, a definição de Souza e Lamounier para a “classe média tradicional”, aquela que “realizou suas conquistas no passado e hoje tem seus ganhos estabilizados”, pois, “a geração anterior já nasceu na classe média, possui casa própria, colocou os filhos em escolas privadas, fez poupança e investimentos, e conta com ampla rede de relações a que pode recorrer em caso de necessidade” (Souza e Lamounier citados por Singer, 2018, p.81).

No critério da ascensão social, segundo Singer, “a percepção de que o lulismo logrou incrementar as condições da base da pirâmide percorreu quase todos os quadrantes ideológicos”. Pois, mesmo “os críticos da experiência, fossem liberais ou socialistas, aceitaram que houve progresso integrativo” (Singer, 2018, p.78).

Enquanto “jornalistas de viés liberalizante” ¹²⁵ notavam o “enfrentamento da pobreza” (Singer, 2018, p.78) nos governos Lula e Dilma com a saída do Brasil do mapa da fome da FAP (Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação), “opositores de esquerda” ¹²⁶ também admitiam a “redução da pobreza extrema” durante o lulismo, a qual teria criado “uma ligação direta entre Lula ‘e os subalternos historicamente excluídos (subproletariado)’” (p.78).

¹²⁴ “O ‘padrão de vida’ de Alta Classe Média é aquele que toma como referência os profissionais de nível superior, microempresários, dirigentes etc.; na Média Classe Média, os técnicos de nível médio, supervisores, professores do nível médio etc; e, na Baixa Classe Média, os auxiliares de escritório, professores do nível fundamental, balconistas, auxiliares de enfermagem etc. Em seguida, estabeleceu-se que o recorte para os Miseráveis é o valor real do Salário Mínimo de janeiro de 2004 (arredondado para 250 reais). Por fim, a Massa Trabalhadora (pobres) situa-se entre a Baixa Classe Média e os Miseráveis” (Quadros citado por Singer, 2018, p.80).

¹²⁵ Citados por Singer (2018, p.78). SAFATLE, C.; BORGES, J.; OLIVEIRA, R. *Anatomia de um desastre: os bastidores da crise econômica que mergulhou o país na pior recessão de sua história*. SP: Portfolio-Penguin, 2016, pp.249-50.

¹²⁶ Citados por Singer (2018, p.78). PINTO, E. C.; FILGUEIRAS L.; GONÇALVES, R. *Governo Dilma, PT, esquerda e impeachment: três interpretações da conjuntura econômica e política*. Disponível no site da UFRJ.

Independentemente da estratificação social utilizada, segundo Singer, verificava-se a “diminuição da pobreza extrema” (p.78), de modo que a maior discordância na literatura estaria relacionada ao “tamanho da integração feita em face da que faltava fazer” (p.79). “Caminhava-se”, diz Singer, “para a erradicação da miséria, o que não significava, ainda, a erradicação da pobreza”, que permaneceu porque “os miseráveis se tornaram ‘novos pobres’” (p.78).

Em resumo, “o cume da trajetória lulista, alcançado em 2014” teria sido o de “retirar” cerca de “32 milhões de brasileiros da miséria”, e ainda “elevar” mais “30 milhões acima da pobreza”. Dessa forma, “ao todo, cerca de 60 milhões melhoraram de vida, pouco menos de um terço da população entre 2003 e 2014” (Singer, 2018, p.78).

No vocabulário de Waldir Quadros, utilizado por Singer, seria o mesmo dizer que “*o lulismo possibilitou a cerca de 30 milhões passarem da ‘Massa Trabalhadora’ para a ‘Baixa Classe Média’*”, o que não significava, porém, “ter levado os miseráveis diretamente à condição de classe média” (Singer, 2018, p.86, grifos do autor).

De qualquer forma, para Singer, “tornar a miséria residual” teria sido um “êxito do lulismo” (p.79).

Permanece, ainda, a polêmica em torno da constituição de uma “nova classe média” ou de uma “nova classe trabalhadora”. Nesse tópico, teria havido um “erro de interpretação lulista”, segundo Singer; um erro “influenciado pela ideologia do sonho rooseveltiano” do período Dilma (p.79).

O autor prefere adotar a denominação “nova classe trabalhadora”, utilizada também pela filósofa Marilena Chauí (USP) ¹²⁷, por suas características de fragmentação e precarização, que a distinguiriam da “fração organizada”. Nesse sentido, concorda ainda com o sociólogo Ruy Braga ¹²⁸, para quem “a combinação entre formalização e precarização do trabalho” teria sido uma das características da “era Lula”.

Discorda, portanto, da classificação “nova classe média” feita pelo economista Marcelo Neri (Fundação Getúlio Vargas) ¹²⁹, já que este contingente teria apenas “superado” a pobreza, “por meio de um emprego com carteira de trabalho, baixa remuneração e condições de trabalho precárias” (Singer, 2018, p.92). Com isso, deixava de “pertencer” à “base da sociedade”, o “subproletariado”, mas ainda sem ter qualquer relação com a classe média tradicional.

¹²⁷ Citada por Singer (2018, p.93). CHAUI, M. “Uma nova classe trabalhadora”. In: SADER, E. (Org.). *10 anos de governos pós-neoliberais no Brasil: Lula e Dilma*. SP: Boitempo, 2013.

¹²⁸ Citado por Singer (2018, p.92). BRAGA, R. *A política do precariado: do populismo à hegemonia lulista*. São Paulo: Boitempo, 2012.

¹²⁹ Citado por Singer (2018, p.92). NERI, M. *A nova classe média: o lado brilhante da base da pirâmide*. SP: Saraiva, 2011.

“Sociologicamente”, portanto, conclui Singer, esse estrato seria “*ao mesmo tempo, intermediário e precário*” (p.93, grifo ao autor). Por isso, “a polêmica em torno de identificá-lo como ‘nova classe média’ ou ‘nova classe trabalhadora’” seria “política” e “não sociológica”, relacionada à “disputa pela consciência coletiva do grupo” (p.93).

Nesse sentido, por ser uma questão “política”, para Singer seria “lógico”, então, que se falasse em “nova classe trabalhadora” para designar politicamente o contingente recém ingresso na “condição proletária” durante o lulismo (p.94). Dilma e o PT, porém, não teriam feito corretamente a distinção entre esse “setor intermediário” e a classe média tradicional (Singer, 2018, p.95):

Do ponto de vista sociológico, Dilma estava correta, mas do político, errada. Politicamente, se a nova classe trabalhadora acabasse divorciada das camadas populares, como em parte aconteceu, cairia nos braços da oposição. Conscientizá-la dos interesses comuns que tinha com os que ficaram na pobreza seria o único modo de soldar uma base capaz de fazer frente aos interesses dominantes quando estes viessem a reagir. A denominação “nova classe trabalhadora” permitiria ligá-la tanto à “velha” classe trabalhadora como à categoria dos “pobres” – afinal, composta igualmente de trabalhadores que não conseguiram ainda, sair da “zona de vulnerabilidade” (Singer, 2018, p.88-9).

Nessa mesma linha, continua Singer,

Uma das características da nova classe trabalhadora, em razão da precariedade de suas condições, é que não podia ficar parada, precisava continuar o movimento ascensional para escapar de um futuro instável. A reindustrialização, proposta pelo ensaio desenvolvimentista, seria naturalmente sua bandeira, na eventualidade de tomar consciência dessa possibilidade, o que não foi sequer tentado. Sem divulgar que sustentava políticas de inclusão, contra a oposição da burguesia, que pedia o ajuste recessivo, Dilma desperdiçou o potencial classista dos novos trabalhadores. Ao aderir à interpretação sugerida por Neri, segundo a qual a camada em ascensão seria uma nova classe média, a presidente levava água para o moinho que iria moê-la (2018, p.94-5).

Além disso, “Dilma não tinha vocação para o diálogo com a base dos movimentos, e as direções sindicais evitavam politizar a onda de greves” (p.118). Da mesma forma, “o PT, envolvido na concepção rooseveltiana de forjar uma nova classe média, também não investiu na composição de um bloco popular a partir de baixo” (p.118).

Assim, “o lulismo, em vez de esclarecer que a ascensão era fruto de políticas públicas voltadas para as camadas populares, às quais a nova classe trabalhadora pertence, deixou que a ilusão meritocrática, que divide os trabalhadores, se estabelecesse, desviando o olhar para a classe média (p.96). Por isso, o “o sonho rooseveltiano” teria resultado num “desserviço ao lulismo”, reconhece Singer (p.98).

O problema da nomenclatura segue com a “classe” ou as “frações de classe” da burguesia, no que se refere à articulação “rentista” ou “produtivista” no lulismo, financeira ou industrial.

Diz o autor:

Para dar conta das articulações de classe que caracterizariam o lulismo, formulei um esquema segundo o qual, ao longo dos mandatos de Lula, teriam atuado duas coalizões contrapostas, a “rentista” e a “produtivista”. A rentista reuniria o capital financeiro e a classe média tradicional, enquanto a produtivista seria composta dos empresários industriais associados à fração organizada da classe trabalhadora. Pairando sobre ambas, com suporte no subproletariado, o governo lulista

arbitraria os conflitos de acordo com a correlação de forças, ora dando ganho de causa a uma, ora à coalizão concorrente (Singer, 2018, p.63).

Nesse ponto, a análise é cotejada com a visão de Armando Boito (2013)¹³⁰, sobre a oposição entre uma burguesia interna/nacional e outra externa/internacional. Segundo Singer,

Em lugar da pugna entre produtivistas e rentistas, proposta por mim, haveria a luta da burguesia interna, aliada ao movimento sindical e popular, contra a burguesia “perfeitamente integrada e subordinada ao capital estrangeiro”, aliada ao capital financeiro internacional. De acordo com esse ponto de vista, a burguesia interna teria se tornado hegemônica dentro do bloco de poder dirigido pelo lulismo: “Os governos petistas não arbitram; na verdade eles priorizam os interesses dessa fração burguesa [Boito, 2013]” (Singer, 2018, p.64-5).

No caso de Dilma, o “ensaio desenvolvimentista”, que objetivava “reindustrializar” o Brasil, teria procurado, segundo Singer, responder às demandas da coalizão produtivista, o que implicava entrar em conflito com o setor financeiro. Assim, a intervenção da ex-presidente na economia teria “catalizado a solidariedade intercapitalista” contra o “intervencionismo estatal”, até englobar “o conjunto da burguesia, contando com o suporte fervoroso da classe média tradicional”, numa “frente antidesenvolvimentista” (Singer, 2018, p.73), como já vimos.

Ainda nesse contexto, porém, mais importante para a derrubada do governo teriam sido “a queda da lucratividade, o aumento das greves e a reorientação internacional”, que “incidiram sobre a ideologia” (p.73) da burguesia produtiva interna.

Em suma, a cronologia do período 2011-4 revela a ocorrência de uma espécie de guerra particular, para a qual os setores populares não foram mobilizados, entre Dilma e o setor financeiro. É plausível imaginar que Dilma tenha sido vítima de ilusão de ótica semelhante à que engolfou o nacionalismo nos anos 1950/1960. Ao atender aos reclamos da burguesia industrial, *supôs* que teria o respaldo dos empresários produtivos quando os grupos contrariados reagissem à sua política (Singer, 2018, p.74, grifo nosso).

Apesar de ter enfrentado o setor financeiro, aqui, mais uma vez, fica evidente a relação de subordinação do lulismo, em sua versão dilmista, aos poderes institucionais. Pois tanto o “ensaio republicano” quanto o “desenvolvimentista” implicavam uma mudança da institucionalidade que, sem base social popular mobilizada, não puderam se sustentar e contribuíram para a derrubada do governo.

Aquilo que o sociólogo Henrique Cignachi, da UFSC, em sua tese de doutorado¹³¹ sobre o lulismo, chamou de “compromisso de classes” para definir o fenômeno, revelou-se, do nosso ponto de vista, um compromisso unilateral dos supostos representantes da classe trabalhadora com as demandas da burguesia interna.

Segundo Cignachi,

a explicação dos intelectuais simpáticos à experiência lulista revela um componente ideológico

¹³⁰ Citado por Singer (2018, p.64-5). BOITO, A. O lulismo é uma forma de bonapartismo? Uma crítica às teses de A. Singer. *Crítica marxista*, n.37, 1ª sem., 2013.

¹³¹ CIGNACHI, H. *Ascensão e crise do lulismo: compromisso de classes e acumulação capitalista no Brasil contemporâneo (1989-2016)*. Tese (Doutorado em Sociologia Política). Programa de Pós-graduação em Sociologia Política, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2018.

central do compromisso de classes: os operários e intelectuais tentam convencer a si mesmos e acreditam que sua burguesia também assim pensa, que o compromisso de classes (expresso aqui na política neodesenvolvimentista de Dilma) é o melhor dos caminhos e que poderia ser um caminho de ganhos sucessivos e comuns entre as classes. Esquecem-se de que o “poder” – no seu estrito senso, de controle dos meios de produção – nunca foi cedido pela burguesia e nem os trabalhadores ousaram colocar este poder em cheque (2018, p.317).

A ignorância da história e dos mecanismos da estrutura societária do país, bem como a visão economicista de “reindustrialização” do “capitalismo à brasileira” também contribuíram para o fracasso. Inserido na tradição varguista do “desenvolvimentismo”, o lulismo quis ajudar na implantação do capitalismo industrial no Brasil. Esqueceu-se, porém, segundo a famosa expressão, de “combinar com os russos”, nesse caso, os próprios capitalistas.

Nesse ponto, nos conectamos ao tema do lulismo com as instituições e as elites, importante para nossa tese. Para abordá-lo, nos concentraremos nos comentários de Singer sobre a relação entre o lulismo e o PMDB (atual MDB), e entre o lulismo e a Operação Lava Jato.

O PMDB, primeiro, por ser o partido que, como vimos, é uma das bases do sistema político-partidário brasileiro desde a “redemocratização”, assim como o PT, do qual foi aliado. A Lava Jato, em segundo, por ter exposto o funcionamento desse mesmo sistema, do qual o PT e o lulismo aparecem como partes integrantes e fundamentais.

Além disso, a Lava Jato, segundo o que pensamos, representa o que se revelou e se tornou parte das instituições de juízo e investigação no Brasil durante o próprio lulismo, por isso a importância deste tópico.

Do nosso ponto de vista, a Lava-Jato representou uma luta ou uma competição entre as elites de Estado brasileiras. Daí pode-se explicar o aspecto de “crise” relacionado ao lulismo, que fazia parte das elites (e que continua fazendo, apesar de marginalizado). O “lulismo em crise” seria, dessa forma, melhor especificado como um “elitismo em crise”.

Mas, vamos começar pela relação entre o lulismo e o PMDB.

Para Singer, “o complicado vínculo entre o PT e o PMDB constitui um dos elementos fulcrais para aquilatar a trajetória lulista” (2018, p.179), principalmente após a crise do “mensalão”.

Ameaçado de impedimento, Lula teria, já no primeiro mandato, fechado acordo com o PMDB para obter apoio parlamentar, colocando quadros do partido no governo. Mas desde o início do primeiro mandato, o então presidente já mantinha relações próximas com José Sarney

¹³², que articulava o lulismo no PMDB (Singer, 2018, p.180).

O “republicanismo” de Dilma, porém, acabaria por “desmontar” o “sistema de alianças construído por Lula”, “esfacelando” a base parlamentar do governo (Singer, 2018, p.189). Isso porque a perda de espaço do PMDB nas empresas estatais gerava ao mesmo tempo a perda de apoio político do PT no Congresso Nacional.

A partir do final do segundo mandato, então, o que se viu foi que, na prática, “feita a escolha de virar à direita na economia, Dilma estava condenada a uma guinada à direita também na política” (p.198), tendo que ceder cada vez mais espaço ao PMDB.

O *curto circuito*, do nosso ponto de vista, entre a dimensão horizontal da autonomia e a dimensão vertical da hegemonia chegava ao seu ponto máximo.

No final de 2015, quando o impedimento se tornava cada vez mais provável, Dilma, antes afastada de Lula pela intenção de fazer um governo com marca própria, decidiria então “entregar o comando político” a ele, na reforma ministerial de outubro. Para Singer, “o ex-presidente não fora chamado como liderança popular, mas, sobretudo, como um dos mais capacitados profissionais ativos da política brasileira, diante de um quadro desesperador” (2018, p.221-2).

Nesse ponto, Lula, ao seu estilo negociador-conciliatório, avançaria ainda mais a entrega do governo ao PMDB. Assim, “além de ampliar a fatia do PMDB na Esplanada”, a ex-presidente, orientada por Lula, “distribuiu centenas de cargos [...] aos demais partidos do bloco” (p.223) e, enfim, “encerrou o ensaio republicano para, hipoteticamente, recompor sua base parlamentar” (p.223), justamente com os partidos que mais tarde a trairiam na votação do *impeachment*.

Avançava, simultaneamente, a Operação Lava Jato, pela qual Dilma esperava que “pudesse se salvar” (Singer, 2018, p.200), com a possível prisão de quadros do PMDB, especialmente Eduardo Cunha. Segundo Singer, Dilma não havia entendido “que a Lava Jato, apesar de ter efeitos republicanos, acabaria por se concentrar, de maneira facciosa, na demolição do lulismo [...] arrastando-a junto, sem nenhuma consideração pelas salvaguardas republicanas que ela havia cultivado” (2018, p.201).

De acordo com Singer, “os analistas” da Lava Jato por ele consultados “se dividem a

¹³² Relações próximas, e até pessoais, que continuaram depois que Lula saiu da presidência. Em 2011, segundo o comentário de Barros e Silva, citado por Ab’Saber (2011, p.47): “Lula poderia ter terminado seu governo em melhor companhia. O fato de [após a posse de Dilma Rousseff] Sarney tê-lo acompanhado no avião de Brasília até em casa foi de um oportunismo patético, mas também algo muito simbólico. Tão patético e simbólico quanto Lula, já ‘ex’, num palanque em S. Bernardo ao lado de Sarney, praguejando pela enésima vez contra ‘as elites deste país’” (Fernando de Barros e Silva, “Mulher meia oito”, *Folha de S. Paulo*, 3 de janeiro de 2011).

respeito de a operação ter sido pensada para derrubar o lulismo ou ter apenas causado esse efeito objetivo” (2018, p.228). Para ele, “independentemente” da “intenção original” de seus agentes, “de forma objetiva a operação criminalizou Lula e o PT, incidindo na crise do impeachment” (p.228).

Isso é o que a caracterizaria como uma “operação facciosa” (p.249-50), já que nenhuma outra tendência política ou partido teriam sido tão prejudicados quanto o lulismo e o petismo. De qualquer forma, “para chegar a esse ponto”, diz Singer, a operação “teve que desmontar um esquema de corrupção histórico [...] produzindo, simultaneamente, um inédito efeito republicano” (p.250).

“O problema”, continua ele, “para partidos e correntes do campo da esquerda, é que as descobertas da Lava Jato foram efetivamente estarrecedoras” (p.250). Desse modo, “as acusações [...] de que o PT estaria profundamente envolvido com o velho ‘esquema’ na Petrobras” teriam criado “uma zona de silêncio no interior do lulismo” (p.260).

Em junho de 2017, durante a realização de seu sexto congresso, segundo Singer, o partido se manifestaria apenas por uma “indispensável superação” de sua “adaptação” ao “‘modus vivendi’ da política tradicional no Brasil”¹³³. “Reconhecia, assim, implicitamente, que a velha política, com seu esquema enraizado na corrupção, havia contaminado o terreno da esquerda, mas sem dar uma explicação cabal e apontar perspectivas de mudança” (Singer, 2018, p.260).

“Os profundos problemas políticos daí decorrentes assombrarão o campo popular por muitos anos”, admite Singer (p.260).

Pois o partido que havia sido criado “*justamente para combater esse velho sistema*” (p.254, grifo do autor) e “representar a bandeira da igualdade no cenário político” (p.255) passaria a ter a ideia da igualdade perante a lei colocada contra si próprio, por uma operação que prendia ao mesmo tempo grandes políticos, gestores e empresários. Desse modo, “o lulismo pagou o preço de participar do modus vivendi tradicional da política brasileira”, diz Singer (p.251).

Por fim, ele resume o problema, chegando ao ponto alto de sua crítica ao lulismo – ponto alto também para nossa tese:

A dificuldade de prestar esclarecimentos evidenciou o confronto com um dilema histórico: é possível participar de instituições corrompidas sem corromper-se? Duas peças do quebra-cabeça se encaixavam de maneira complexa: a contradição da Lava-Jato, ao mesmo tempo facciosa e republicana, enganchava na contradição do PT, criado para mudar as instituições e engolido por elas (Singer, 2018, p.261, grifos do autor).

¹³³ Documento do 6º Congresso Nacional do PT, citado por Singer (2018, p.260). PARTIDO DOS TRABALHADORES, *Resoluções aprovadas pelo 6º Congresso Nacional*. SP, jul. 2017, p.16. Disponível no site do PT.

Do nosso ponto de vista, baseado em Singer, a trajetória do lulismo no governo, já a partir do primeiro mandato de Lula e até o impedimento de Dilma, é a história da lenta e gradual perda de poder do PT no Executivo e sua tomada pelo PMDB, como representante do clientelismo, ou do institucionalismo brasileiro ¹³⁴. Sem base de apoio popular e perdendo antigos aliados, a atuação de Dilma só acirrava a disputa com esse partido. Por isso, a ex-presidente teve que ir cedendo o governo antes mesmo do golpe definitivo.

Quanto à Lava Jato, se Dilma era uma das cabeças do lulismo naquele momento, tendo sido eleita na sua onda, como não iriam querer a cabeça dela também?

Nesse ponto, podemos citar a demolidora reportagem da “Vaza Jato” ¹³⁵ sobre a cooperação da força tarefa da Lava Jato com o Departamento de Justiça dos Estados Unidos e o FBI, os quais tinham interesse nas informações dos delatores sobre a Petrobras. Para acabar com a empresa e influenciar o mercado altamente lucrativo do petróleo, era necessário mudar não só o governo, impedindo Dilma, mas o cenário político brasileiro a longo prazo, prendendo Lula. Isso para evitar uma radicalização política à esquerda, mesmo que o lulismo fosse conciliatório.

Diante dessas revelações, seria, no mínimo, ingenuidade continuar acreditando que a Lava Jato não tenha sido pensada desde o início contra o lulismo. Pensada e planejada interna e externamente! O próprio Singer comenta que a operação fazia parte de um “contexto mundial” de “judicialização da política” (2018, p.230-1). Na verdade, estava mais para uma “partidarização da justiça” (vide Moro como Ministro da Justiça de Bolsonaro), tanto que ele mesmo (Singer) fala da existência de uma espécie de “Partido da Justiça” liderado pelo Ministério Público (p.231).

Vale lembrar que os meios de comunicação no Brasil, aliados da Lava Jato, também representam interesses externos, principalmente a Globo, espécie de partido do capital financeiro yankee no Brasil.

Contraditoriamente, o suposto “efeito republicano” da operação, segundo o que pensamos, se deu às custas da própria “República” brasileira, entregue à extrema direita, que nada tem de republicana. Ou seja, não teve efeito republicano nenhum! De fato, uma operação facciosa, que ultrapassou vários limites legais, destruindo as pretensas República e democracia brasileiras, bem como a economia, em prol de interesses corporativos internos e externos.

¹³⁴ Sobre a atuação do PMDB na Nova República, ver: NOBRE, M. *Imobilismo em movimento: da abertura democrática ao governo Dilma*. SP: Cia. Das Letras, 2013.

¹³⁵ Ver: FISHMAN, A.; VIANA, N.; SALEH, M. “EUA estão com faca e queijo na mão”. *The Intercept Brasil*, Vaza Jato: as mensagens secretas da Lava Jato (parte 24). 12 mar. 2020. Disponível em: <https://theintercept.com/2020/03/12/lava-jato-driblou-governo-ajudar-americanos-doj/> acesso em 22 set. 2020.

Singer se equivocou profundamente nesse ponto, pois é perfeitamente possível criticar a atuação do Partido dos Trabalhadores sem precisar elogiar a Lava Jato. Se a operação investigou crimes de corrupção, não fez mais do que o seu dever, que, aliás, ficou muito aquém do que poderia ter sido feito, não fosse uma operação facciosa e partidarizada.

Internamente, a Lava Jato é uma reação de parte das elites jurídicas contra uma parte das elites políticas. De fato, não foi coincidência que ela tenha se desenrolado durante um governo de esquerda, pois, como aponta o próprio Singer (2018, p.242), os agentes promotores das investigações têm trajetórias típicas da classe média tradicional, que geralmente não se identifica com as “formações populares”.

Isso, contudo, não isenta o lulismo de seu elitismo e de suas relações com empresários investigados pela operação. Se, como diz Singer (2018, p.274), a Lava Jato conseguiu fazer Lula equivaler a Marcelo Odebrecht no “imaginário” do público, “como poderosos que precisavam ser submetidos à prisão, de maneira a provar que no Brasil a lei era igual para todos”, isso não se deu por acaso, ou apenas como uma trama arranjada por Sérgio Moro. Lula e Odebrecht, de fato, eram poderosos, e também tinham relações próximas.

Não se trata de um julgamento moral – apenas – o tema das relações lulistas com as elites corruptas. É uma questão política que evidencia o próprio argumento de Singer sobre a falta de bases populares para as mudanças supostamente pretendidas. Mesmo que tenha confrontado o PMDB e o setor financeiro, num estilo diferente do de Lula, Dilma não poderia tê-lo feito sem bases para tal.

O mesmo pode ser dito sobre o “rooseveltianismo”: visão técnica e economicista de governo, além de importada e evolucionista. Segundo Singer, “o problema não consistiu em dar início à experiência, mas a falta de base para sustentá-la” (2018, p.76). Pois, sem base, no entanto, dar início à experiência foi, sim, um problema. Na verdade, é uma prova a mais de que o lulismo governava *para* a burguesia, ou *sob* a hegemonia burguesa, dentro da lógica da “revolução passiva”.

Não por acaso, o “rooseveltianismo” era a mesma concepção econômica adotada pelo PSDB, o “partido da classe média” ou “dos ricos”, segundo o próprio Singer comenta. Ainda que o PSDB seja mais “pró-mercado”, enquanto o PT seria mais “pró-Estado”, ambos são “liberal-reformistas”, poderíamos dizer, em termos de suas concepções econômicas. De qualquer forma, neste ponto não podemos ignorar a íntima relação, diríamos até carnal e umbilical, entre “Estado” e “mercado”.

Mais uma vez: “hegemonia às avessas”, pois a classe dominante, ou “os de cima”, eram os burgueses, enquanto seus dirigentes, vindos “de baixo”, eram os lulistas.

Isso muda, porém, quando o setor financeiro se torna hegemônico no bloco burguês, contribuindo para a crise do lulismo. Ele então deixa de ser a elite dirigente da burguesia “nacional” para voltar a ser uma elite dirigente parlamentar nacional ou executiva local, bem como uma elite dirigente (em decadência) no campo da esquerda.

Como, e por quê, alguém tão político quanto Lula indicaria alguém como Dilma – uma burocrata distante da realidade – para a presidência de um governo que supostamente se pretendia popular? Aqui vemos mais um traço da desarticulação entre as dimensões de autonomia e hegemonia vivida por esses atores.

“A vitória de Dilma em 2010 e 2014, e a de Haddad em 2012 [para a prefeitura de São Paulo] expressavam a potência eleitoral de Lula e do lulismo, que tinha conseguido eleger dois quadros de fora do âmbito dos políticos profissionais para cargos-chave”, comenta Singer, a certa altura de seu livro (2018, p.268). Entretanto, embora Dilma e Haddad tenham disputado poucas eleições majoritárias, eles sempre estiveram envolvidos com política, ocupando inclusive cargos ministeriais importantes no lulismo.

Certo nesse raciocínio é que, realmente, a “potência eleitoral” do lulismo deve ter ajudado em suas eleições. Porém, mais uma vez, isso só evidencia o afastamento do lulismo da política de base, ao colocar candidatos “técnicos” – como Dilma e Haddad se apresentavam – e, nesse sentido, “elitistas”, para disputar eleições importantíssimas ao campo popular.

Dilma, então, além de não ter contado com as forças populares e pensado que a Lava Jato lhe traria vantagens, ainda incorreu no “erro de interpretação lulista” sobre a “nova classe média”.

Assim, o “êxito do lulismo” de diminuição da pobreza extrema viria acompanhado de seu “erro” em não ter “conscientizado” a camada em ascensão, usando um vocabulário inadequado para designá-la, segundo Singer. Porém, se o lulismo tivesse conscientizado sua base popular, teria que ter entrado em conflito com seus aliados burgueses e, possivelmente, também com a própria base popular, já que o próprio PT já havia se transformado em um partido de “classe média”, do “sistema”, uma burguesia de Estado, e o lulismo, uma forma de gerir a super limitada participação popular.

Não foram poucos os que falaram que o Brasil estava se tornando um país de “classe média” na época do lulismo de governo, baseados em uma estratificação economicista e bastante tendenciosa ¹³⁶.

¹³⁶ Além de Marcelo Neri, também Rudá Ricci incorreu nesse erro. Em comentário na segunda edição de seu livro sobre o lulismo, ele diz que se arrependeu. Ver: RICCI, R. Apresentação da segunda edição. In: *Lulismo: da era dos movimentos sociais à ascensão da nova classe média brasileira*. Brasília: Fundação Astrojildo Pereira / Rio: Contraponto, 2013.

Acontece que, no setor de serviços, como a própria Dilma entendeu mais tarde, segundo Singer, o subproletariado conviveu com a classe média tradicional, identificando-se mais com ela do que com as camadas de onde “pertenceria sociologicamente”. Portanto, além do “erro de interpretação lulista” em torno da disputa política pela denominação desse setor, poderíamos adicionar outro.

Se a consciência política tem relação tanto com o lugar de origem de uma população quanto com os modos de vida por ela almeçados, não bastaria querer identificá-los como “nova classe trabalhadora”. Seria necessário trabalhar a dimensão afetiva do desejo, o que demandaria uma concepção não economicista da vida e da política. Nesse sentido, a denominação “pobres” do discurso político lulista poderia também não ser a mais adequada, bem como a “nova classe trabalhadora” não abrangeria todas as demandas incluídas sob o rótulo “lulista”.

É necessário distinguir classe como modo de vida e classe como agente político: entra a questão da posse dos meios de produção, mas, ao mesmo tempo, entra o tema da identificação subjetiva e do modo de vida praticado ou almejado pelas pessoas. Os “trabalhadores” podem ser uma classe no sentido sociológico, no olhar do teórico, ou de acordo com seus modos de vida, mas não são necessariamente uma classe no sentido político. No campo político, a “classe em si” nunca aparece. Mas há sempre “classes para si”, demandas de autoidentificação que podem também promover processos de identificação “para além de si”, como quando uma demanda se torna a representante de um “povo”.

Singer quer evitar o uso da palavra “povo”, aparentemente, apenas para não associar diretamente o lulismo ao populismo. Mas, basicamente, o que ele e os outros intérpretes tentam fazer é categorizar a população para saber de onde partem as demandas que constituem o lulismo. Do ponto de vista da teoria do populismo, como uma teoria política do discurso, importa, na verdade, começar pelas próprias demandas, porque são elas que articulam discursivamente o “povo” enquanto agente político.

É claro que não podemos deixar de lado a classificação sociológica, ou mesmo antropológica, em termos de modos de vida. Mas, mesmo considerando essa classificação, o que importa é o “nome”, o “ato discursivo” capaz de expressar, ou melhor, representar, encarnar, fazer emergir discursivamente, organizar uma “vontade coletiva” ou uma “identidade popular”.

“Lula não poderia resolver a quadratura do círculo, e o lulismo se quebrou porque, acelerado por Dilma no bojo da ideologia rooseveltiana, acabou vítima de suas contradições, que são igualmente as contradições brasileiras”, diz Singer (2018, p.21). De fato, como percebi no meu trabalho de campo em Curitiba (*A ralé do lulismo*, nesta tese), o lulismo realmente

expressa e contém em si os conflitos de classe da sociedade brasileira.

Mas a “realidade” da luta de classes, nesse caso, depende, na verdade, de um olhar teórico, sociológico, em termos de conflitos potenciais no plano do discurso. Apenas quando vêm à tona como demandas discursivas é que o teórico pode analisar suas implicações reais, para além de previsões ou determinações anteriores a essa constituição como demandas, como atos político-discursivos, levando em conta a materialidade simbólica e prática do discurso.

Certamente podemos ter um olhar teórico e dizer que, “sociologicamente”, as classes se definem por sua posição no mundo do trabalho e dos meios de produção (Marx), adicionando o status cultural (Weber). Podemos também dizer que a demanda *de parte* da classe trabalhadora brasileira seria a diminuição da pobreza sem confronto, o que explicaria a passividade do lulismo como seu representante e a sua articulação com demandas da grande burguesia.

Nesse caso, entretanto, teríamos que considerar, ainda, outras formas de ser da “classe trabalhadora” que não se encaixariam nessa visão. Os indígenas, por exemplo, “possuem” a terra (meio de produção) de maneira comunal (ao contrário do que diz Singer, sobre uma suposta inexistência de comunas no Brasil, 2018, p.21), mas não são “burgueses”, nem “classe trabalhadora” estritamente falando. E não o são, principalmente, do ponto de vista economicista de esquerda, que pretendia, paradoxalmente, desenvolver o capitalismo para diminuir a pobreza às custas da natureza e da exploração violenta e forçada de terras indígenas com hidrelétricas¹³⁷.

Nesse caso, a denominação “povo” realmente seria mais coerente, pois poderia articular politicamente tanto a classe trabalhadora no sentido estrito quanto, por exemplo, os indígenas, os quilombolas, os agricultores, os favelados, etc...

De todo modo, se alguém acredita que a melhora de vida do “povo” passa por desenvolver o capitalismo, fica claro que a “classe trabalhadora”, da visão marxista economicista, não será o agente da revolução agrária e ecossocialista que as circunstâncias de sobrevivência humana exigem...

Não podemos supor que indígenas e quilombolas, por exemplo, se “autoidentificariam” como “nova classe trabalhadora” ou como “pobres”, como se buscassem se encaixar no modo de produção ou de consumo branco e capitalistas. Seus modos de vida e de produção e consumo *são outros*. Podem ser “classe em si” na cabeça do intelectual que pretende identificar as categorias de seu pensamento na realidade, ou classe “para si” desde

¹³⁷ Por exemplo, aquela que ficou conhecida como “Belo monstro” na Amazônia, um empreendimento megalomaniaco e mal planejado que destruiu a floresta e seus modos de vida em prol de um suposto “desenvolvimento nacional”. Sobre esse assunto, ver as inúmeras colunas de Eliane Brum no *El País Brasil*.

seus próprios pontos de vista, mas é como “povo”, como articulação de demandas discursivas, que eles se identificam.

No caso do lulismo, articulavam-se demandas indígenas e quilombolas, mas elas não se apresentavam como uma demanda do “subproletariado”, como talvez pensasse Singer. Simplesmente porque eles não se identificam como “subproletários”, muito menos querem ser “proletários”, “nova classe trabalhadora”, “nova classe média” ou o que seja. Querem garantir seus territórios e modos de vida específicos com a demanda da *demarcação de terras*, e por isso constituem demandas populares, que podem ser vistas como “lulistas”, porque se articulam no lulismo, são parte do “povo” lulista. E isso muito embora eles mesmos se autodenominem “*povos indígenas*”¹³⁸.

O populismo pode ser importante para a melhoria de vida dessa parte da população e de outras, mas apenas se apostar em formas de vida autônomas, não atreladas ao consumismo e ao desenvolvimento do capitalismo predatório. Isto é, se articular bem as dimensões vertical da hegemonia e horizontal da autonomia, com ênfase na segunda.

A história do lulismo, junto a do petismo, do nosso ponto de vista, é a história perfeita de um movimento populista que chega ao poder por sua máxima articulação entre essas duas dimensões. Seu caráter conciliatório, entretanto, apesar de evitar o antagonismo, de acordo com a demanda central do lulismo de diminuição da pobreza sem confronto de classes, o levaria ao polo vertical da hegemonia, fazendo com que ele perdesse a articulação com a autonomia, que seria fundamental para sua defesa. Pois o antagonismo sempre irrompe, mesmo quando se tenta domesticá-lo.

Acontece que a demanda central do lulismo era a sua própria contradição, pois não seria possível diminuir a pobreza sem gerar confrontos de classe, como o próprio Singer argumenta. Então, mesmo que o lulismo tentasse sempre a conciliação, seus adversários, posteriormente transformados em inimigos, fizeram questão de investir no antagonismo. Assim, fica claro que o projeto lulista, ao lançar-se à trincheira do Estado burguês, foi perdendo apoio na sociedade civil (dimensão horizontal da autonomia), por sua ênfase cada vez maior na sociedade política (dimensão vertical da hegemonia).

O caráter conciliatório do lulismo caracteriza seu sucesso e ao mesmo tempo o seu próprio limite, sua contradição fundamental.

¹³⁸ Ver: HECK, D. E.; SILVA, R. S.; FEITOSA, S. F (orgs.). *Povos indígenas: aqueles que devem viver – Manifesto contra os decretos de extermínio*. Brasília: Cimi – Conselho Indigenista Missionário, 2012. Disponível em: <https://cimi.org.br/wp-content/uploads/2017/11/Cimi-40-anos-manifesto-contra-decretos-extermínio.pdf>. Acesso em: 22. Set. 2020.

Ver também: “MANIFESTO DO PIARAÇU – das lideranças indígenas e caciques do Brasil na Piraçu”, 17 jan. 2020. Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/1HSsR0JnJcw3MYIKRzrznzgWsjVicw43s/view>, Acesso em: 22. Set. 2020.

Assim, engolido e corrompido pelas instituições, “sem dar uma explicação cabal e apontar perspectivas de mudança” (Singer, 2018, p.260), o PT, levado pelo lulismo, se tornaria um partido da velha política, um partido do *establishment*. Por isso é que a reação populista de extrema direita foi possível com Bolsonaro.

Se o populismo é uma reação do “povo” contra o “poder”, que pode se expressar como “sociedade” *versus* “Estado”, aqueles que sejam identificados com o Estado ou o poder serão rejeitados tão logo não consigam atender às demandas da “sociedade”. Isto é, quando não representem ou não mais aparentem representar o “povo”.

Isso se dá especialmente no Brasil, com a amplitude da tese do “patrimonialismo”¹³⁹, que identifica uma oposição entre sociedade e Estado. Não deixa de estar parcialmente correta, pois se o Estado gerencia os interesses capitalistas em detrimento do restante da população, mesmo que isso não fique totalmente claro para o cidadão comum, de qualquer forma é o Estado o responsável. E se os partidos ditos de esquerda não fazem o trabalho ideológico, eles são ainda mais responsáveis.

Assim, apostando numa ascensão de classe dentro da lógica capitalista, em vez de apostar na autonomia popular, trabalhando afetos, desejos e identificações fora da lógica do sujeito-consumidor, o populismo “no poder”, identificado com o Estado na tese do patrimonialismo, foi desbancado por um populismo “fora” do poder, identificado com a “sociedade”, o bolsonarismo.

Singer tenta jogar no MPL a culpa pela saída da direita às ruas em 2013 e do crescimento do bolsonarismo, dizendo que “ao recusar uma prática que impusesse o sentido das mobilizações por cima, o MPL abriu espaço para visões de mundo opostas à sua” (2018, p.119). Mas o MPL sempre recusou a prática de impor um sentido por cima nos protestos e já saía às ruas muito antes de junho de 2013. Essas outras visões de mundo também já estavam em circulação e “pegaram carona nos vinte centavos”, como diz Singer (p.119), não por causa do modo de organização do MPL, mas pela abordagem midiática de exposição da violência policial contra os protestos, algo inédito até então.

Na repressão policial às manifestações, a Polícia Militar era do PSDB (governo do estado), mas reprimiu um movimento inicialmente contra a prefeitura do PT. Ou seja, atuaram em consórcio.

Como o PT estava no governo (municipal, com Haddad, e federal, com Dilma),

¹³⁹ Sobre como a tese do patrimonialismo influencia o pensamento social brasileiro desde Sérgio Buarque de Holanda e Raymundo Faoro, favorecendo as elites, e é reproduzida até hoje por intelectuais de esquerda e de direita, ver: SOUZA, Jessé. *A tolice da inteligência brasileira: ou como o país se deixa manipular pela elite*. São Paulo: LeYa, 2015.

afastado das bases populares por uma política burocrática e economicista, ele perdeu o bonde da história, deixando de articular a insatisfação popular, que em qualquer momento explodiria. O Passe Livre foi só mais uma das formas de expressão dessa insatisfação, uma “demanda” da juventude trabalhadora e periférica brasileira.

Assim, o PT deixou de mobilizar politicamente a sociedade que, por sua vez, passou a mobilizar-se contra ele.

Apesar de tudo isso, poderíamos dizer que, de fato, o lulismo é um populismo de esquerda “legítimo”, porque sua demanda central, a erradicação da fome e da pobreza extrema, era a demanda do “povo brasileiro” mais baixo na pirâmide social, que é também o “legítimo” “povo”, no sentido de estar “abaixo” na hierarquia de todos os poderes, na estrutura ou na pirâmide societária brasileira. A “ralé”, o “subproletariado”, o “precariado”... Enfim, *os pobres* são a plebe do lulismo, o “verdadeiro” povo do contexto brasileiro, ainda que cada populismo construa seu próprio “povo”, ainda que o lulismo tenha desejado governar “para todos”.

Com o lulismo, os pobres brasileiros se elevaram de categoria social a agente histórico, traço próprio dos “povos” do populismo. Passado esse período e aprendidas as lições, se os pobres voltarem à posição de agente histórico novamente, só poderão fazê-lo articulando-se a uma demanda ainda mais ambiciosa que a da erradicação da fome e da miséria. Certamente, isso não se dará por meio do consumo despolitizado, do desenvolvimento capitalista, nem por meio da predação da natureza e da perseguição aos povos indígenas do Brasil, etc.

3.3 A HEGEMONIA LULISTA: ENTRE O CONSENSO E A VIOLÊNCIA

“Revolução passiva à brasileira” (Braga; Bianchi, 2005), “hegemonia às avessas” (Oliveira, 2010), “hegemonia da pequena política” (Coutinho, 2010), “neopopulismo de mercado” (Ab’Sáber, 2011), “síntese populista” (Braga, 2012), “populismo no poder” (Mendonça, 2016), “experiência populista não radical” (Pinto, 2017), “ensaio populista” (Rocha, 2017), aos quais poderíamos adicionar, ainda, “populismo republicano”¹⁴⁰,

¹⁴⁰ Usando o vocabulário de CORONEL, V.; CADAHIA, L. Populismo republicano: más allá del Estado versus pueblo. *Nueva sociedad*, jan/fev. 2018.

“populismo pluralista”, “populismo agonista” ou “populismo de esquerda”¹⁴¹, bem como a definição mais recente de Mendonça e Linhares (2021)¹⁴² do lulismo como um “populismo de esquerda democrático e inclusivo” ... Todas essas possíveis definições do lulismo evidenciam sua relação de consentimento com o poder, negociação e conciliação com os inimigos do povo.

Era uma demanda do próprio povo lulista a mudança sem confronto. Acontece que a inclusão radical do lulismo, numa sociedade altamente desigual e hierárquica como a brasileira, acabou forçando o antagonismo. Assim, sem mobilizar o povo, para evitar o confronto, o lulismo acabou como um amigo dos inimigos, para ser, mesmo assim, engolido pelo conflito. E continua uma elite dirigente tentando conciliar com os inimigos do povo (propondo “frente ampla”), contra toda evidência do fracasso dessa política.

Visto no longo prazo, o lulismo é a identificação entre “Lula” e o “povo” brasileiro.

No governo, como representante dos pobres, atendeu a demanda da erradicação da fome e da miséria sem confronto com os mais ricos. Fica a dúvida se a demanda de não confronto teria vindo do povo pobre ou se teria sido uma exigência específica dos inimigos.

De qualquer forma, a inclusão radical da redução da pobreza, quando atendida, abriu caminho para inúmeras outras demandas não contadas e o lulismo se desarticulou de sua própria demanda central de pacificação do povo. Com isso começou a ser atacado pelos adversários, transformados em inimigos. Pois uma vez atendida, as novas demandas geradas começaram a se dirigir contra o próprio lulismo e contra o sistema no qual ele estava inserido.

Por isso irrompe o antagonismo: o modelo hierárquico brasileiro não está aberto a uma mudança maior sem um confronto também maior.

Visto como elite dirigente, o lulismo é o petismo. O petismo é a organização, a instituição do lulismo. O PT é a organização da elite lulista. Com o PT, o lulismo exercia o poder como elite dirigente, sob o domínio das elites econômicas/burguesas, dentro da lógica da revolução passiva.

Agora, em termos de hegemonia, é preciso articular ainda as dimensões de coerção e de consenso.

Está claro que o lulismo era consensual, mas, como toda hegemonia, envolvia também um poder violento, coercitivo. Como ele era exercido? Ora... Com os meios específicos de violência do Estado: as polícias, os juízes, as forças armadas, os órgãos de investigação... O lulismo articulou o consenso com os inimigos, usou e deu armas que hoje eles usam contra o

¹⁴¹ Para usar o vocabulário de MOUFFE, C. *Por un populismo de izquierda*. Buenos Aires: Siglo XXI Editores Argentina, 2018.

¹⁴² MENDONÇA, D.; LINHARES, B. F. “*Eu sou uma ideia*”: o discurso do Lulismo no Brasil. 2021. Disponível em: https://drive.google.com/drive/folders/1ton1Z2aWli1iPjcFONX9f5DA_7PjJKCh?fbclid=IwAR3fK2PT2hs6cp31PIbj6Nsd1wX6oFAklUUD7dvCA4czUUFcD80XEp1aSE, acesso em 30 out. 2021.

povo e contra o próprio lulismo. Dilma e o PT teceram a corda que iria enforcá-los e a entregaram aos seus inimigos ¹⁴³.

Assim, os dirigentes lulistas estabeleceram o consenso entre as elites, usando seus meios de coerção. Uma mudança sem confronto era uma demanda histórica do “povo lulista”, provavelmente uma exigência das elites, que só consentiram com o lulismo sob a condição de não-radicalização.

Já o consenso com o povo era construído pelas elites intelectuais do lulismo e usado pelas outras elites políticas e econômicas para controle do próprio povo. Quando acaba o consenso entre as elites (aí incluído o lulismo como elite dirigente), irrompe o conflito.

Assim, o tema da conciliação de classes do lulismo, enquanto consenso, acaba desviando a atenção da coerção, ou da violência do governo. A violência do aparato de Estado sob o lulismo era exercida com o aparato já existente da república militar-burguesa (agora também evangélica/teocrática) brasileira, ampliado pelo próprio lulismo ¹⁴⁴. Mais uma prova de que era um governo da burguesia ou de que o lulismo era uma burguesia de Estado governando sob a hegemonia violenta da burguesia econômica.

Como vimos, a articulação hegemônica implica uma mudança das identidades articuladas, segundo o princípio de articulação de Laclau e Mouffe (2015, p.178). Relacionado a isso, na visão de Gramsci, segundo Frosini (2014), a revolução passiva implicaria um transformismo dos dirigentes populares; mas no populismo é a burguesia quem supostamente se transforma. Certo é que há alguma mudança de identidade.

Ao articular-se com as elites, o lulismo também se tornou uma elite. Já as outras elites tiveram que fazer concessões às demandas populares, ainda que muito poucas. Realmente, como diz Burgos (2016), um “transformismo às avessas”, no qual as elites fingiram, muito mal, que vestiam a roupa do povo.

Os petistas e os lulistas viraram burgueses e foram governar para a grande burguesia e para os militares. No Estado, o poder econômico-violento é tudo, eles são indissociáveis, histórica e praticamente. Um não existe sem o outro. Foi o poder econômico e violento que, no processo “civilizatório”, ergueu o Estado. A grande burguesia compra os políticos, como comprou Lula e o PT, e os militares. Eles se aliaram aos inimigos do povo e para o povo deram

¹⁴³ Por exemplo, “a lei nº 12 850, que definiu organização criminosa, regulamentou a delação premiada e acabou por ser elemento importante no sucesso da Operação Lava Jato” (Singer, 2018, p.125).

¹⁴⁴ Além do investimento no aparato judiciário, houve investimento no aparato policial por parte do PT, via Unidades de Polícia Pacificadora (UPP’s) e Polícia Federal, por exemplo, que ajudaram no crescimento da candidatura de extrema-direita de Bolsonaro, levando os milicianos de direito ao Planalto.

Ver também: Lei antiterrorismo, sancionada por Dilma, LEI Nº 13.260, DE 16 DE MARÇO DE 2016, disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/lei/l13260.htm, acesso em 30 out. 2021.

as migalhas. Se tornaram burgueses eles mesmos, em seus modos de vida, nos espaços que frequentavam, em seus modos de pensar e em seu modo de fazer política.

O Estado é a elite. É o suprassumo das elites. Porque o Estado brasileiro é militar, escravocrata, oligárquico, capitalista, patriarcal e financeiro. É uma instituição tão corrompida e tão suja quanto as próprias elites locais e seus representantes. Os ricos, os bancos, a classe média urbana e interiorana sempre compram o Estado. Com o lulismo, o PT se associou a tudo isso, passando a fazer parte do circo. Deram mais armas aos inimigos do povo, deram mais poder, deram tudo que eles quiseram. E para o povo o que deram? Só as migalhas, muito pouco.

Hoje continuam aliados das elites. Vivem e fazem uso de seus mesmos códigos. Estão apartados do povo. São classe média tradicional, são esquerda branca e rica em grande medida.

Dilma, por exemplo, “supôs” e “avaliou mal”, segundo Singer (2018, p.74; p.291), o apoio da burguesia ao seu projeto econômico de governo... Se numa sociedade capitalista é impossível governar sem a burguesia, como diz Bresser-Pereira (citado por Singer, p.63), para um projeto popular é impossível governar sem o povo.

Ou seja, “*intervenções pelo alto*”, ainda que com intenções populares, estão fadadas ao fracasso sem o devido apoio popular autônomo. E mais: a burguesia nacional não é uma aliada confiável para esse tipo de projeto, mesmo que parte dela possa parecer imprescindível para o governo.

Resta a pergunta: faz sentido um projeto popular de mudança da sociedade por meio do Estado – burguês – se o governo depende da burguesia e essa mesma burguesia trai o projeto popular?

No Brasil, aparentemente, as coisas não mudam porque o povo não consegue estar bem representado no sistema político. Quando finalmente ele aparece representado, seu partido é cassado, destruído, ou então se alia ao inimigo. Como resolver esse problema?

A alta burguesia, os bancos, a classe média tradicional, a burguesia sindical / partidária / estatal / classe média intelectual, burguesia rural / interiorana... É tudo burguesia, tudo elite, mesma farinha em diferentes sacos. Todas competem para ver quem vai gerir os interesses capitalistas no Estado, que também é capitalista, ainda que pareça mais ou menos preocupado com o social.

Nesse sentido, realmente a oposição “pobres” X “ricos” seria simplista ou enganosa, já que os pobres mal entram na equação com uma verdadeira representação. Prova disso é que o PT se tornou uma elite de Estado, incorporando apenas marginalmente a demanda dos pobres, como via eleitoral de acesso e permanência na máquina central. Se realmente representasse os pobres teria que mobilizar suas bases de fato, o que poderia levar a um confronto em que o

próprio PT perderia o controle do processo e seria arrastado pela massa popular. Junho de 2013 foi um exemplo disso.

Nesse caso, o populismo também seria enganoso. Embora como lógica uma revolução deva ser “populista” em termos da articulação de demandas na sociedade civil, o populismo por si só não leva à revolução. Ao menos não o populismo “agonista”, ou “republicano”, do lulismo.

O populismo tende à conciliação com o poder, é sua vocação estatal-hegemônica na lógica da guerra de posição da revolução passiva. E a tendência é que acabe se esgotando ou se tornando mais uma força do *establishment*, se não virar uma revolução autônoma da sociedade contra o poder.

Uma hegemonia popular precisa começar na própria sociedade, em âmbitos locais articulados até que “se torne” estado, não dentro do Estado burguês, mas concorrendo paralelamente, com um poder de violência próprio.

No seio da sociedade a luta entre ricos e pobres se dá constantemente, com base em perseguições e ações policiais e de justiça. A polícia garante o sistema. O verdadeiro poder é o poder de força ou de ameaça. O Estado tenta impedir a organização autônoma da sociedade na medida em que garante, pela violência, as demandas e propriedades capitalistas, na medida em que ele próprio é capitalista.

“Reindustrializar para acabar com a pobreza”? Quer dizer, desenvolver o capitalismo às custas da exploração desenfreada do trabalho humano e do meio ambiente? Como se o capitalismo não se alimentasse da pobreza! Por isso, ações de autonomia e organização pela base são a única alternativa real a esse paradoxo, com vistas a outros modos de vida, menos predatórios e fora do padrão capitalista de consumo. Há que se promover uma reformulação dos desejos coletivos.

Acontece que o populismo, por sua vocação burguesa e estatal-hegemônica, dificilmente oferece essa alternativa e inclusive acentua o paradoxo. Se oferecesse, articulando proporcionalmente direção vertical e articulação horizontal, não estaríamos falando de populismo ou de lulismo, estaríamos falando de revolução popular.

A única saída verdadeiramente popular é a organização comunitária por baixo, cooperativa e autônoma, articulada em níveis local e regional, sem políticas megalomaniacas de Estado, com a construção e a autodefesa de poderes populares. Em nível nacional, apenas conjunturalmente, quando o governo seja um aliado.

Pois mesmo um Estado burguês com fortes intenções e bases populares não garantiria a autonomia popular, visto que a guerra de classes decorrente poderia se tornar prejudicial ao próprio povo, principalmente se não estivessem garantidas formas anteriores de vida autônomas

e movimentos políticos capazes de frear os retrocessos da reação. Daí a ideia de “estado(s)” (com letra minúscula, para diferenciar do Estado burguês) ou de poderes populares.

O lulismo, na revolução passiva, acabou caindo na mesma dinâmica da guerra de posição burguesa. Então, se a tendência é recair na dinâmica da revolução passiva, entendemos aqui que o populismo dificilmente seria a forma mais radical da política no campo da esquerda, em desacordo com Laclau ¹⁴⁵ e Mouffe ¹⁴⁶.

Só a autogestão local e a ação direta, inicialmente sem pretensões hegemônicas, poderiam responder a anseios de autonomia popular. Pois a organização para a autonomia deve vir de baixo, não “do alto”, e apenas pressionar ou se defender dos governos de ocasião.

Só quando houvesse uma articulação civil bastante ampla é que o “estado” poderia ser “ético”, como na concepção de Gramsci.

Gramsci dá a resposta: a articulação ou a hegemonia popular devem começar na sociedade civil para transformar-se em “estado integral”, ou, segundo nosso ponto de vista, constituir-se como “estado próprio”, não adentrar ao condomínio estatal-burguês.

Os gramscianos que enfatizam a versão cultural e política de Gramsci, como se ele fosse um mero democrata burguês, parecem esquecer o momento da correlação de forças “militar”, exposta no *Caderno 13*.

Nesse caderno, onde escreve sobre a análise das relações de forças (econômicas, políticas e militares), Gramsci trabalha o momento “militar”, de “opressão”, do processo hegemônico, segundo ele, “imediatamente decisivo em cada oportunidade concreta” (2000a, p.43). Diz que os três momentos (econômico-político-militar) são indissociáveis, embora sempre em combinações diferentes.

Diz Gramsci: “se [um]a nação oprimida, para iniciar a luta pela independência, tivesse de esperar a permissão do Estado hegemônico para organizar seu próprio exército no sentido estrito e técnico da palavra, teria de esperar bastante tempo”. E continua: “[...] pode ocorrer que a reivindicação de ter um exército próprio seja concedida pela nação hegemônica, mas isto significa que uma grande parte da luta já foi travada e vencida no terreno político-militar” (Gramsci, 2000a, p.43).

No entanto, muitas vezes, vemos que o momento “militar” de opressão é simplesmente ignorado pela intelectualidade que se diz “gramsciana” (Figura 1).

¹⁴⁵ LACLAU, E. Why constructing a people is the main task of radical politics. In: *The rhetorical foundations of society*. London/New York: Verso, 2014a.

¹⁴⁶ MOUFFE, C. *Por un populismo de izquierda*. Buenos Aires: Siglo XXI Editores Argentina, 2018.

Figura 1- Gramsci não é Madre Teresa de Calcutá.



Fonte: arquivo pessoal, autoria desconhecida.

É no *Caderno 6* que Gramsci (1984) formula sua noção de estado “integral”, apresentada pelo esquema “Estado = sociedade política + sociedade civil, ou seja hegemonia encorajada de coerção” (1984, p.76), ou, então, estado “no sentido integral = ditadura + hegemonia” (1984, p.112). Já em outros de seus escritos (Gramsci, 2000b)¹⁴⁷, o Estado deixa de ser apenas aparelho coercitivo, para adquirir características de consenso e hegemonia, as quais encontram seu lugar na sociedade civil. Tais aparelhos atestam a materialidade dos processos político-ideológicos que se dão nas organizações “ditas” privadas, que também podem ser violentas (por exemplo: milícias, crime organizado, etc.).

No *Caderno 14*, Gramsci (1999) fala sobre a coerção no interior mesmo da sociedade civil, com seus meios próprios de violência, para além da coerção característica das organizações da sociedade política (exército, polícias, etc.). A sociedade civil, portanto, cuja violência seria coextensiva à coerção estatal, não seria o lugar exclusivo da “hegemonia”, embora ela tenha aí sua sede, em termos de princípios (ou projetos) hegemônicos, na medida em que a própria hegemonia involucra em si mesma as dimensões de coerção e consenso.

Esse é um tema relacionado à articulação das dimensões do poder hegemônico, de um lado, e, de outro, das guerras de posição e movimento como ações complementares. Ou seja, as dimensões de violência e consenso da política/hegemonia se articulam em todos os momentos da política mesma, seja antes, durante, ou depois de um grupo hegemônico tornar-se “estado” (em sentido “integral”, segundo Gramsci, ou “próprio”, do nosso ponto de vista).

Não por acaso, ao explicar a lógica hegemônica da política, no *Caderno 13*, Gramsci

¹⁴⁷ GRAMSCI, A. Carta a Tatiana Schutz (7 de setembro de 1931). In: *Cartas do Cárcere*. V2. Trad. Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000b.

recorre a Maquiavel, cujos escritos chamam a atenção para a dimensão inescapável da violência na política. Força e consenso, coerção e consentimento, tática e estratégia, etc., são todas dimensões que, embora tenham particularidades e possam ser usadas com maior ou menor intensidade em determinados momentos, caminham juntas e se retroalimentam.

Laclau e Mouffe (2015), por sua vez, que falam de hegemonia como uma relação política – do nosso ponto de vista em planos micro (articulação) e macro (representação) – ao identificarem o Estado como um campo de batalha “cultural”, parecem “esquecer” a dimensão coercitiva da hegemonia, embora identifiquem, no populismo, o momento hegemônico com a dimensão vertical do Estado. Aí a hegemonia, porém, como relação de representação (a parte que representa o todo, significante vazio e liderança), dá lugar à ênfase no consenso, mesmo que seja um “consenso conflituoso”, como defende Mouffe (2005).

Nesse sentido, estão corretos os que dizem que Laclau e Mouffe teriam se conformado com uma espécie de “gerenciamento hegemônico” do capitalismo e desistido da luta de classes¹⁴⁸. Sua pretendida “democracia radical” seria radical apenas em termos da articulação heterogênea (plural) de demandas populares, mas não em termos de conflito aberto com as elites inimigas do povo. Nesse ponto eles não chegam. Afinal, são “democratas burgueses” eles mesmos.

Portanto, ainda que defendam a articulação de uma política socialista no projeto democrático-radical, ou populista de esquerda, propõem, ao mesmo tempo, a “domesticação do antagonismo” por meio de uma política agonista. Assim, evadem a questão de como colocar em prática o socialismo sem a articulação da autodefesa popular.

Na prática, é uma defesa do “Estado”, não só como conceito ou instituição histórica, com letra maiúscula, mas como “Estado de coisas”, aquilo que se conserva e que não muda, ou que muda muito pouco.

Do nosso ponto de vista, o populismo é uma forma de poder consensual e coercitivo entre o povo e as elites. Ele é tão “democrático” quanto é a própria “democracia” representativa, na competição entre elites dirigentes da grande burguesia.

Sem um programa econômico estratégico e de autonomia para o povo e sem articular a dimensão da violência, inevitável para a mudança que uma democracia radical demandaria, o populismo de esquerda é absorvido pelas elites econômicas e políticas, enquanto faz uso do poder de violência estatal contra o próprio povo que diz defender.

Nesse sentido, o lulismo consolidou o petismo como uma espécie de hegemomismo de

¹⁴⁸ Comunicação oral de Nestor Cohan em debate na UBA, Argentina, 2017 (pré-jornadas gramscianas).

esquerda, um populismo passivo e em decadência.

O Brasil é uma república militar-burguesa na qual as elites se revezam no poder, por meio de sucessivos golpes, mesmo sendo eleitas.

Na lógica da eterna revolução passiva brasileira, a grande burguesia e os militares abrem mão do poder político apenas momentaneamente, mas sem perder seus privilégios econômicos e violentos. O aparato troca parcialmente de mãos, mas se mantém como o mesmo instrumento de dominação de classes.

Como demonstra Marx no *18 de Brumário*, ainda que a economia não comande absolutamente o comportamento das classes, o interesse político se submete, *estrategicamente*, ao interesse econômico, e violento, das classes dominantes.

Na “Nova República” brasileira, os militares apenas se abstiveram do poder político, aparentemente, em favor da burguesia. Primeiro com Collor, depois com o PSDB e com o PT. Burguesias de “centro-esquerda” que aperfeiçoaram a máquina estatal, aprofundando sua centralização e organizações burocrática e militar.

Na nova-ditadura-que-nunca-acabou, espécie de “64 2.0” ou “64 *reloaded*”, é a grande burguesia que em parte se abstém em favor dos militares, “eleitos” pela fraude eleitoral de 2018, com a qual o PT, suposto partido do povo, foi conivente.

4. A RALÉ DO LULISMO

“Não gosto do clima de festa. O que mata a gente é a cegueira e o fanatismo. Deixou de entender o povão, já era! Se nós somos o Partido dos Trabalhadores, o partido do povo tem que entender o que o povo quer. Se não sabe, volta pra base e vai procurar saber.”

(BROWN, Mano, 23 out. 2018, metendo a real no meio do “showmício” da esquerda hegemônica e burguesa, que estava prestes a perder o segundo turno das eleições presidenciais).

O texto que segue é um relato ¹⁴⁹ do período de 19 dias, durante maio de 2018, em que estive observando e participando de atividades políticas em torno da prisão do ex-presidente Luís Inácio Lula da Silva, em Curitiba. Na maior parte do tempo, realizei minhas vivências no Acampamento Marisa Letícia e na Praça Olga Benário, recém batizada pelo movimento e palco político da Vigília Lula Livre, ao lado da Superintendência da Polícia Federal (PF), no bairro Santa Cândida, extremo norte do município de Curitiba - PR.

Entre os dias 30 de abril e 18 de maio, dormi quase todos os dias no Acampamento Marisa Letícia, distante pouco mais de um quilômetro a pé da Vigília. Presenciei o Primeiro de Maio unificado por Lula Livre, com cerca de 20 mil pessoas na Praça Santos Andrade, em frente à Universidade Federal do Paraná, e, nos 17 dias que se seguiram, acompanhei atividades na Vigília e no Acampamento, prestando atenção nas dinâmicas internas de organização entre os dois, além de observar manifestações culturais e políticas da vizinhança.

O texto se estrutura em oito itens.

No primeiro, “*Movimento Lula Livre em Curitiba*”, descrevo brevemente o início das mobilizações, a criação da Vigília Lula Livre e do Acampamento Marisa Letícia, bem como algumas de suas características gerais.

Nos itens “*Entrada em campo*” e “*Primeiro de maio – Dia dos Trabalhadores*”, explico de que forma entrei em contato com o movimento e aponto as atividades que acompanhei nos dias 30 de abril e 1º de maio, além de algumas impressões pessoais a respeito.

No item seguinte, “*O Acampamento Marisa Letícia*”, mantendo certa ordem

¹⁴⁹ Ampliado e editado da versão resumida A “*ralé*” do lulismo. Política e pesquisa no Movimento Lula Livre em Curitiba, apresentada no I Seminário Sociologia e Política da UFSC, Florianópolis, 20 e 21 de set. 2018. Disponível em: <https://pagsociologia.paginas.ufsc.br/files/2018/11/ANAIS-COMPLETOS-FINAL-compressed.pdf>, acesso em 30 out. 2021, p.321.

cronológica, faço um recorrido nas minhas memórias e apresento o local, comentando aspectos da insegurança relacionada ao ataque a tiros sofrido pelo Acampamento poucos dias antes da minha chegada.

Em “*Produção da informação*”, falo sobre a rede colaborativa de mídias alternativas presente no movimento. Depois, no item “*A vizinhança*”, retrato o bairro Santa Cândida e abordo as manifestações de apoio ou repúdio que presenciei naquelas redondezas.

No penúltimo item, “*A ralé do lulismo: conflitos político-organizacionais entre o Acampamento e a Vigília*”, exploro os conflitos percebidos entre esses dois espaços, estabelecendo uma analogia entre os acampados do Marisa Letícia e a “ralé” brasileira. A “ralé” é o nome provocativo dado pelo sociólogo Jessé Souza (2009)¹⁵⁰ para denunciar o abandono histórico da classe social cujo acesso a bens simbólicos e econômicos é o mais desigual no Brasil. No vocabulário de Singer, ela seria equivalente ao “subproletariado”. Aqui, a “ralé” é pensada como a “plebe” (*plebs*) do “povo lulista”, ou “os de baixo” (*underdog*), no vocabulário do populismo de Ernesto Laclau.

Nesse ponto, considero que as distinções sociais presentes no movimento indicam a existência dessa “ralé” dentro próprio lulismo, enquanto movimento organizado, além de ilustrar as distinções que observei entre o movimento como um todo e as características mais gerais da população curitibana naquele local.

Nas “*Considerações finais: Lula e o lulismo*”, por último, desenvolvo algumas percepções sobre a relação entre Lula e o lulismo, articulada ao referencial teórico da tese. Faço isso tanto no que diz respeito ao contexto específico do movimento Lula Livre em Curitiba, das formas como identifiquei o ex-presidente ali representado, quanto a aspectos mais gerais, relacionados à conjuntura político-eleitoral do Brasil daquele momento.

Cabe dizer aqui que o paradigma teórico do pós-marxismo se encontra dentro do ramo hermenêutico das ciências sociais, cujos objetivos comuns são explicar objetos de estudo problematizados mediante descrição, compreensão e interpretação, diferenciando-se da hermenêutica em relação à análise dos efeitos polissêmicos e distorcidos da linguagem (Glynos et al. 2009)¹⁵¹. Rejeita-se a separação rígida entre fatos e valores, aceita-se que o olhar de pesquisa é sempre localizado em um contexto histórico e político particular, sem qualquer ponto de vista a partir do qual seria possível fazer descrições ou interpretações neutras.

Teoria e prática, afinal, não se separam: estão organicamente articuladas. A

¹⁵⁰ SOUZA, J. *Ralé brasileira: quem é e como vive*. Belo Horizonte: UFMG, 2009, pp.46.

¹⁵¹ Sobre os métodos de análise da teoria pós-marxista do discurso, ver: GLYNOS, J. et al. *Discourse analysis: varieties and methods*. National Centre for Research Methods, 2009. Disponível em: http://eprints.ncrm.ac.uk/796/1/discourse_analysis_NCRM_014.pdf. Acesso: 30 out. 2021.

objetividade científica, quando cinicamente tomada, não é apenas uma tentativa sempre frustrada ou até mesmo descabida. É necessariamente ingênuo. O verdadeiro “realismo” em qualquer teoria política é aquele que atua conscientemente, que se questiona, que confronta ideias com fatos sempre em um *continuum de retroalimentação*.

Quem tem acompanhado a política brasileira ou, mais ainda, analisado e participado de seus processos recentes, percebe a dificuldade em permanecer na (in)quietude dos livros, ou até mesmo das telas. Por isso, fui a campo, ciente da oportunidade histórica, como intelectual e como apoiadora, de acompanhar mais de perto as movimentações em torno do referente do meu objeto de estudo, o ex-presidente Lula, que naquele momento se encontrava preso em Curitiba.

Segundo Raúl Burgos, meu orientador de doutorado à época, aquele era o centro do mundo do meu objeto, excelente lugar para “pegar” o “espírito” do lulismo.

Quando cheguei à cidade, contudo, eu não tinha ainda bem delineados meus objetivos em campo, ou como aproveitaria aquela experiência, de maneira que o mais importante, para mim, desde o início, foi exercitar o ouvido e a observação.

Apostando na espontaneidade, não entrevistei ninguém em nenhum dos ambientes que frequentava, mas me engajei em muitas conversas e sociabilidades relacionadas ao movimento. Não fiquei atrás de personalidades políticas, familiares ou artísticas, priorizando, mais bem, o estabelecimento de relações de confiança, vez ou outra me deparando com informações bastante interessantes. Sei que minha aparência e cultura de classe branca me ajudaram muito, principalmente no contato com a vizinhança.

Todavia, pensei em entrevistar a coordenadora do Acampamento, para algumas informações mais precisas. Cheguei, inclusive, a convidá-la para tal, mas outras prioridades e os dias conturbados e cheios de atividades que vieram, para todos, impossibilitaram a entrevista. Julgo, no entanto, que os elementos que recolhi pessoalmente em anotações, fotos, vídeos, diálogos e sociabilidades diversas, durante os dias em que estive acampada e circulando pelos locais, foram bastante satisfatórios para chegar às conclusões – pessoais e parciais – aqui apresentadas.

Outros materiais de registro e pesquisa incluem páginas da rede de comunicação da Vigília e do Acampamento no Facebook, bem como veículos informativos e/ou jornalísticos online diversos, e também grupos e conversas de WhatsApp.

Todo este trabalho de campo foi feito em parceria com meu companheiro Pablo, 28 anos à época, trabalhador autônomo de Florianópolis. O texto, contudo, segue um estilo de escrita pessoal e em primeira pessoa, bem como a linha de raciocínio das minhas percepções e avaliações individuais.

Ainda que elementos do que vivenciei devam ser omitidos por questões éticas e de segurança, meu relato se orienta, na maior parte, por informações públicas e notórias, ou que podem ser obtidas por qualquer pessoa interessada. Por este motivo, não faço uso do anonimato¹⁵² em alguns casos, considerando que os nomes mencionados são de pessoas públicas (artistas e políticos, por exemplo).

Não obstante uma apoiadora explícita do movimento Lula Livre, declaro ter deixado meus interlocutores mais próximos sempre cientes de que eu estava ali a trabalho. Nas apresentações pessoais, ainda que informais, eu sempre expunha minha origem e profissão, o que, aliás, era bastante solicitado, na maioria das vezes por simples curiosidade, devido à grande diversidade de pessoas e organizações lá presentes. A distância prática que eu mantinha de partidos e movimentos, apesar da afinidade teórico-ideológica, me deu boa isenção, ao meu ver, para compreender e interpretar as vivências em campo.

Não menos importante, com este relato pretendo também contribuir para que seja reconhecida a história daqueles dias vividos em Curitiba, do encontro do “povo lulista” com sua liderança histórica – personagem de enorme influência, presente na vida pública brasileira por mais de 40 anos. Isso diante das dificuldades de uma *volta às bases forçada* por perda de parte significativa, com o golpe de Estado¹⁵³ de 2016, do aparelho estatal que o Partido dos Trabalhadores possuía.

4.1 O MOVIMENTO LULA LIVRE EM CURITIBA

Antes mesmo que o ex-presidente Lula se entregasse à Polícia Federal (PF), no dia 7 de abril, militantes, simpatizantes e organizações ligadas à Frente Brasil Popular¹⁵⁴ já se dirigiam a Curitiba ou se preparavam para sua chegada. Aqueles que o esperaram no bairro Santa Cândida, perto da Superintendência da Polícia Federal – cerca de 400 pessoas – foram

¹⁵² Sobre essa questão do anonimato e outros dilemas da pesquisa de campo, ver: FONSECA, Claudia. O anonimato e o texto antropológico: dilemas éticos e políticos da etnografia ‘em casa’. *Teoria e Cultura*, Juiz de Fora, V.2/N.1 e 2 Jan/Dez 2008, pp.39-53. Disponível em: <https://teoriaecultura.ufjf.emnuvens.com.br/TeoriaeCultura/article/viewFile/1106/910>, acesso 18 jul. 2018.

¹⁵³ Ver: JINKINGS; DORIA; CLETO. (orgs.) *Por que gritamos golpe?*, Ed. Boitempo, 2016. Ver também: SOUZA, J. *A radiografia do golpe*. RJ: Leya, 2016. E ainda: BIANCHI, A. *O que é um golpe de estado?* Blog Junho, 2016. Disponível em: <http://blogjunho.com.br/o-que-e-um-golpe-de-estado/>, acesso 18 jun. 2018.

¹⁵⁴ A Frente Brasil Popular é uma coalizão de esquerda que agrupa personalidades e organizações políticas, entre movimentos sociais, sindicatos, pastorais, partidos políticos e outras categorias. Fazem parte entidades como a CUT, o MST, o PT, o PCdoB, a UNE, e mais de 60 organizações. Ver: www.frentebrasilpopular.org.br, acesso 18 jul. 2018.

reprimidos com bombas de gás lacrimogêneo e balas de borracha ¹⁵⁵. Permaneceram inicialmente acampados nas imediações do prédio, até serem novamente obrigados a deslocar-se por decisão de justiça ¹⁵⁶.

No dia 17 de abril, então, um novo acampamento foi montado em um terreno particular, a aproximadamente 1 quilômetro da PF, e nomeado “Acampamento Marisa Letícia”. Outros imóveis no entorno da Vigília também foram sendo ocupados, por meio de solidariedade e simpatia local.

O espaço da Vigília, na rua Guilherme Mater, foi batizado como “Praça Olga Benário”, ganhou cartazes com o nome e uma inscrição à tinta no chão. Ao lado das tendas de “doação”, “comunicação” e “organização” montadas no local, se concentravam atos políticos e culturais, por onde passavam caravanas com pessoas vindas de diversos estados do Brasil, organizadas por movimentos sociais, militantes partidários, sindicalistas, e outros. As caravanas deviam chegar sempre pela manhã, fazer o credenciamento e ali acompanhar as atividades ao longo dia.

Diariamente, às 9h da manhã, estava marcado o “Bom dia, presidente Lula!”, seguido por atos culturais e políticos que se estendiam até a noite. Ao meio-dia, era servido o almoço para as delegações das caravanas, na cozinha da Vigília, localizada na Rua José Antônio Leprevost. Às 19h, era a vez do “Boa noite, presidente Lula!” e, em seguida, o encerramento das atividades. À noite, parte das delegações se dirigia ao Acampamento Marisa Letícia para jantar e para dormir.

Apenas durante o período em que estive acompanhando o movimento, a título de exemplo, passaram pela Vigília diversos parlamentares do PT de vários estados e outras lideranças do Partido, como Gleisi Hoffmann (então senadora pelo Paraná e presidenta nacional do PT), Fernando Haddad (ex-prefeito de São Paulo e ex-ministro da educação) e Lindbergh Farias (então senador pelo Rio de Janeiro); e também de outras agremiações, como Sonia Guajajara (liderança indígena e então pré-candidata a vice-presidência pelo PSOL), e Manuela D'Ávila (então pré-candidata à presidência pelo PCdoB), bem como ex-ministros de Estado; representantes sindicalistas, de movimentos sociais e estudantis; professores universitários; lideranças religiosas; cineastas e personalidades artísticas; entre outros envolvidos em apresentações musicais e poéticas; lançamentos de livros; atos inter-religiosos; atos dos

¹⁵⁵ Ver: “Santa Cândida, Curitiba: chegada de Lula ao bairro onde fica a PF divide os novos 'vizinhos' do petista”, André Shalders e Camilla Costa, *BBC Brasil*, Curitiba, 8 abr. 2018. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-43693135>, acesso 11 jul. 2018.

¹⁵⁶ Ver: “Justiça fixa multa diária de R\$ 500 mil a manifestantes no entorno da PF em Curitiba”, *G1 PR*, Curitiba, 14 abr. 2018. Disponível em: <https://g1.globo.com/pr/parana/noticia/justica-fixa-multa-diaria-de-r-500-mil-a-manifestantes-no-entorno-da-pf-em-curitiba.ghtml>, acesso 11 jul. 2018.

movimentos negro, indígena, de mulheres, LGBT; e etc.

Recomendava-se às pessoas que não circulassem sozinhas fora da Vigília e do Acampamento para evitarem problemas de segurança. Esta questão foi a que mais, pessoalmente, me chamou a atenção durante o período em que estive por lá. Cheguei no dia 30 de abril, dois dias depois de um atentado ao Acampamento que deixou uma mulher ferida e um segurança baleado no pescoço.

4.1.2 Entrada em campo

Saí de Florianópolis no dia 30 de abril, início da madrugada, de carona do norte da ilha ao centro da cidade com amigos petistas, e de lá com a caravana rumo a Curitiba, onde chegamos por volta das 6h30 da manhã. Meu companheiro Pablo foi comigo. Desde que Lula tinha sido preso, estávamos esperando uma caravana que saísse de Florianópolis. O 1º de maio foi a primeira e melhor oportunidade.

Eu já tinha viajado com os companheiros em duas ocasiões anteriores: para o ato de 23 de janeiro com Lula em Porto Alegre, quando de seu julgamento no Tribunal Regional Federal da 4ª Região, no caso do Tríplex, e para o 5 de abril em Curitiba, dia da ordem de prisão do juiz Sérgio Moro, no mesmo processo.

Naquele dia 5, a militância petista do sul recebeu a orientação de ir até Curitiba para esperar a possível chegada do ex-presidente, enquanto a militância dos estados ao norte devia dirigir-se ao Sindicato dos Metalúrgicos, em São Bernardo do Campo, no ABC paulista, onde Lula se encontrava. O ato em Curitiba foi pequeno (algumas poucas centenas de pessoas) e a viagem foi bate-volta. De lá, alguns ainda se dirigiram a São Bernardo. Eu voltei para Florianópolis.

O dia 30 de abril – já na terceira viagem – foi o da militância de Santa Catarina na Vigília Lula Livre. Ao longo do dia, ocorreram as seguintes atividades: uma aula pública intitulada *O golpe de 2016 e a força do passado*, com os Historiadores pela Democracia; o lançamento do livro *Golpe de Estado e imposição política de guerra no Brasil*, do economista José Álvaro de Lima Cardoso; apresentações musicais; plenárias da juventude, das mulheres e do Movimento Sindical e Popular; e o *Ato Juristas pela Democracia*. No fim do dia, na Praça Santos Andrade, ocorreu ainda o lançamento do documentário *O Processo*, da cineasta Maria Augusta Ramos, sobre o golpe de 2016.

Quando chegamos na Vigília, pela manhã do dia 30, eu e Pablo estávamos avulsos, então aproveitamos para circular pelo local. Compramos *A verdade vencerá: o povo sabe por*

que me condenam, uma das últimas entrevistas de Lula antes de ser preso, que saiu em formato de livro, numa edição da Boitempo, e que estava sendo vendido na rua. No meu diário de campo, anotei:

“Dia 30 foi o dia de SC na Vigília, passei protetor solar, comprei o livro do Lula por 30 pila e comecei a ler sentada na calçada, perto de uma roda de violão que havia se formado. Um pouco cantei enquanto Pablo já fazia todas as amizades. Logo já estávamos vendendo os livretos de poemas *Amor Livre e outras utopias* [produção própria]. Até o final do dia vendemos ou demos todos. Num mangueio ganhei um livreto de poemas infantis com desenhos e o livro do universo racional [aquele do disco do Tim Maia] (parece que o moço andou distribuindo exemplares desse livro ao longo do dia). [...] Nessa de violãozinho, música popular brasileira e mangueios, era gente do país inteiro circulando pelas ruas da Vigília. Sabe povo, povão? Esse mesmo. E artistas, muitos artistas”.

De fato, gente de toda parte passava pela Vigília: brancos, negros e indígenas, brasileiros e estrangeiros, crianças e adultos, militantes partidários, sindicalistas ou de movimentos sociais, comerciantes, estudantes, professores, funcionários públicos, religiosos, celebridades políticas... E, realmente, muitos artistas.

Com os gramados das calçadas protegidos por fitas amarelas, e gente de vermelho caminhando para cima e para baixo, faixas, discursos, atividades culturais e um minimercado que se formava, pude até sentir o incômodo que a vizinhança da estirpe local, naquele bairro aparentemente tão tranquilo, deveria estar experimentando. Havia quem xingasse, olhasse de canto ou demonstrasse algum tipo de temor em relação à militância petista, que permaneceu extremamente pacífica durante todo o tempo. Naquele momento, inclusive, literalmente dava a cara à bala em pleno território inimigo (

Figura 2 e Figura 3).

Figura 2 - Militantes esticam faixa na área da Vigília.



Fonte: arquivo pessoal.

Figura 3 - Área do interdito policial, com a PF ao fundo.



Fonte: arquivo pessoal.

Passamos a tarde na Vigília, com o resto dos companheiros de Santa Catarina e agregados, um pouco observando, um pouco participando. À noite, fomos para a sede campestre do Sintracon (Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias da Construção Civil, de Olaria e de Cerâmica para Construção de Curitiba e Região), em Colombo, a oito quilômetros da Vigília, onde dormiram as caravanas de Santa Catarina. Um ginásio lotou e barracas ainda ficaram do lado de fora. Ajudamos a carregar sacos de comida não perecível que chegava de doação, segundo informações, para a alimentação das pessoas. Jantamos, socializamos mais um pouco, tomamos banho e depois fomos dormir.

4.1.3 Primeiro de Maio, Dia dos Trabalhadores

De manhã cedo, desarmamos a barraca e fomos para a Vigília, com o mesmo ônibus que nos havia levado ao Sintracon no dia anterior. Da Vigília queríamos chegar ao Acampamento para nos instalarmos logo, e depois poder acompanhar o restante das atividades do dia.

Por volta das 11h da manhã, então, entramos no Marisa Letícia. Bastou que nos identificássemos verbalmente para sermos recebidos pelo pessoal da segurança, que nos deu cobertores e alojou sob as lonas pretas do local. Não conhecíamos ninguém. Saindo logo em seguida, porém, encontramos e reconhecemos alguns amigos do curso de Antropologia da UFSC (Figura 4), que realizavam uma pesquisa de campo coletiva sobre o Primeiro de Maio em Curitiba ¹⁵⁷.

Figura 4 - Saudação Lula Livre na chegada ao Acampamento Marisa Letícia.



Fonte: arquivo pessoal.

¹⁵⁷ A turma da disciplina de Métodos II, do curso de Antropologia da UFSC, foi a campo, em pesquisa coletiva sobre o Primeiro de Maio em Curitiba, para acompanhar as atividades do Dia dos Trabalhadores e as manifestações relacionadas à prisão do ex-presidente Lula. No dia 4 de junho, a professora Miriam Grossi e estudantes se reuniram no Centro de Filosofia e Ciências Humanas da UFSC, em evento aberto à comunidade, para as apresentações preliminares desse trabalho. *Lula Livre: relato de uma pesquisa de campo coletiva no primeiro de maio de 2018 em Curitiba* pretendia contar a vivência da turma naquele dia histórico, a partir do olhar antropológico em diversas frentes de investigação: relações de solidariedade e reciprocidade, produção de narrativas, protagonismo feminino e diversidade LGBT, entre outros; contribuindo, assim, para a compreensão de como se organizavam e o que diziam e sentiam algumas das milhares de pessoas que passaram por Curitiba no dia 1º de maio de 2018, entre o Acampamento Marisa Letícia, a Vigília Lula Livre e a Praça Santos Andrade. Maximiliano Augusto Gonçalves Neto e Yves Marcel Seraphim, pesquisadores da turma, publicaram seu trabalho no vídeo *Uma proposta de Antropologia Visual sobre o primeiro de Maio*, do qual eu, inclusive, participei como interlocutora. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=BgZqNFyJSEw&feature=youtu.be>, acesso 11 jul. 2018. Nesse link (https://www.facebook.com/permalink.php?story_fbid=1854581924840098&id=100008649247842, acesso 11 jul. 2018), é possível visualizar o cartaz de divulgação das apresentações preliminares, com os títulos e os autores dos trabalhos nas suas respectivas frentes de investigação.

Naquele momento, a expectativa era a de que o Acampamento continuasse por apenas mais alguns dias, segundo informações. Eu e Pablo ficaríamos por ali sem saber exatamente quando voltar, enquanto o resto da caravana de Santa Catarina regressaria sem nós naquele mesmo dia, à noite.

De volta à Vigília, na hora do almoço, as ruas já estavam lotadas (Figura 5). Pegamos nosso ônibus da caravana de Santa Catarina à Praça Santos Andrade, centro de Curitiba, para o ato do Primeiro de Maio (Figura 6).

Figura 5 - Primeiro de Maio na Vigília.



Fonte: Facebook da Vigília Lula Livre. Foto: Ricardo Stuckert.

Figura 6 - Ato do Primeiro de Maio na praça Santos Andrade, em frente à UFPR.



Fonte: arquivo pessoal.

Com o mote “Em Defesa dos Direitos e por Lula Livre”, o ato foi coordenado por movimentos sociais (MST, MTST, UNE, Central de Movimentos Populares e frentes Brasil Popular e Povo Sem Medo) e por sete centrais sindicais (CUT, Força Sindical, CTB, Nova Central, CST, UGT, CSB e Intersindical). Ocorreram apresentações musicais (Beth Carvalho, Ana Cañas e Renegado) e, além dos presidentes das centrais sindicais e dos parlamentares, estavam presentes e discursaram Gleisi Hoffmann, Manuela D’Ávila, Guilherme Boulos (então pré-candidato à presidência pelo PSOL) e Aldo Rebelo (do partido Solidariedade), este último vaiado pelo público e aos gritos de “golpista”, por fazer parte de um partido que apoiou o golpe de Estado do “impítima” de Dilma Rousseff em 2016 ¹⁵⁸.

Enquanto transcorria o ato, prestei atenção nas manifestações políticas e culturais presentes na praça, agarrei e li vários folhetos políticos, de diversas tendências e organizações de esquerda. Comemos por nossa própria conta e estivemos na praça até o fim do dia, quando então nos despedimos da nossa caravana, encontramos o pessoal do Acampamento e com eles esperamos até que um ônibus nos levasse ao local. Lá, jantamos o que nos foi oferecido gratuitamente pela cozinha do Marisa Letícia, e ainda muitas pessoas de vários lugares circulavam no pátio e na entrada do Acampamento: indígenas e até estrangeiros perdidos. Naquele dia, mais de 1000 pessoas dormiram sob as lonas pretas do Acampamento Marisa Letícia, segundo informações.

Antes de terminado o ato, ainda na Praça Santos Andrade, enviei um áudio de WhatsApp para um amigo, falando sobre como o 1º de maio, Dia dos Trabalhadores, tinha sido pequeno perto do que deveria ter sido um Primeiro de Maio com Lula – ex-operário-presidente – preso. Expressei minha visão pessimista do momento, pela não massificação do movimento nas ruas de Curitiba, apesar das milhares de pessoas que estiveram por lá.

Antes do ato na praça, lembro também de ter conversado brevemente, em frente à cozinha da Vigília, com uma militante petista de aproximadamente 50 anos, nascida na Bahia, mas vinda do Rio de Janeiro. Ela se mostrava indignada com o que pensava ser uma espécie de controle da militância naquela situação. A militância deveria estar toda ali, em volta da PF, ela me dizia, para pressionar de fato pela libertação de Lula, não para “aplaudir como bonecos” – palavras suas – em frente ao palco na Praça Santos Andrade, longe do que deveria ser o verdadeiro centro das atenções.

A necessidade de massificação do movimento para uma pressão mais forte pela

¹⁵⁸ Ver: “Ato político por Lula reúne milhares em Curitiba no 1º de Maio”, René Ruschel, *Carta Capital*, 1 mai. 2018. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/politica/ato-politico-por-lula-reune-milhares-em-curitiba-no-1o-de-maio>, acesso 11 jul. 2018.

libertação de Lula – se é que isto seria possível – se contrapôs à política de não confronto, como o que parece ter ocorrido no Sindicato dos Metalúrgicos, em São Bernardo do Campo, quando Lula decidiu se entregar à polícia. Era o modo lulista de conciliação com as elites e pacificação do povo, mais uma vez, colocado em prática.

Nos dias que se seguiram, tentei manter uma rotina mais ou menos ajustada aos meus horários de trabalho e sono habituais. De manhã, eu me atualizava com notícias e análises políticas pela internet, depois almoçava no Acampamento, e, à tarde, seguia o fluxo. Tinha um cabo de energia para carregar o celular que chegava até a nossa barraca. Sem esse luxo mínimo para me informar e me comunicar, eu teria repensado a estadia por mais tempo. Li muito enquanto observava e participava das dinâmicas e sociabilidades relacionadas ao Acampamento e à Vigília, além de conhecer um pouco da vizinhança e das redondezas.

4.1.4 O Acampamento Marisa Letícia

Localizado na Rua Padre João Wislinski, num terreno de 1.600 metros quadrados, a aproximadamente 1 quilômetro da sede da Polícia Federal, o Acampamento Marisa Letícia foi pensado, inicialmente, como local de pernoite para as delegações que visitavam a Vigília. Mas logo ganhou notoriedade política, depois do incidente em que um homem armado com uma pistola de calibre 9mm, em meio à madrugada do dia 28 de abril, descarregou dois pentes de balas, até atingir um segurança no pescoço ¹⁵⁹.

No primeiro dia que passamos no Acampamento, um dos seguranças encontrou jogado em algum canto o casaco ainda ensanguentado (

Figura 7) do segurança baleado. Ele foi atingido ao colocar-se na linha de frente do atirador – alguém treinado e que atirava para matar – com a intenção de impedir sua entrada no terreno, onde dezenas de pessoas estavam alojadas.

A polícia, no dia seguinte ao atentado, realizou uma perícia ridícula, “recolheram as cápsulas, colocaram no bolso e foram embora”, segundo o que nos contaram. Na entrada do acampamento, uma barraca tinha ainda as marcas da munição 9mm que a atravessou, poucos centímetros acima da cabeça de quem ali dormia (Figura 8).

¹⁵⁹ Ver: “Ataque a tiros a acampamento pró-Lula deixa dois feridos”, Carta Capital, Curitiba, 28 abr. 2018. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/politica/ataque-a-tiros-a-acampamento-pro-lula-deixa-dois-feridos>, acesso 24 mai. 2018.

Ver também: “Homem é baleado em ataque a acampamento pró-Lula em Curitiba”, Thais Kaniak, *G1 PR*, Curitiba, 28 abr. 2018. Disponível em: <https://g1.globo.com/pr/parana/noticia/homem-e-baleado-em-curitiba-diz-pm-pt-diz-que-acampamento-de-movimento-pro-lula-foi-alvo-de-tiro.ghtml>, acesso 24 mai. 2018.

Figura 7 - Casaco do segurança baleado (detalhe ao fundo: barricadas na entrada do Acampamento).



Fonte: arquivo pessoal.

Figura 8 - Marca de 9mm numa barraca.



A segurança, sem dúvida, era preocupação central de todas as pessoas no Acampamento e vários esforços foram sendo direcionados nesse sentido ao longo dos dias: barricadas, tapumes e rotas de fuga. Não havia nenhuma organização interna armada e, muito menos, condições ou motivação para tal. No dia do atentado, defenderam-se apenas com fogos de artifício.

As ameaças, por outro lado, eram diárias. No dia 4 de maio, por exemplo, um delegado da PF quis arrumar confusão na Vigília, derrubando e danificando caixas do sistema de som; a coordenadora do Acampamento, 39 anos à época, militante petista com histórico de luta por moradia popular em Curitiba, recebia ameaças de morte com frequência; e mais de uma vez os acampados viram policiais fazerem gestos de cortar o pescoço enquanto os encaravam. O clima, dessa forma, era sempre muito tenso durante as madrugadas da primeira semana.

Um carro da polícia militar permanecia estacionado durante todo o dia ao lado do Acampamento e, à noite, policiais civis vigiavam o local, mas volta e meia costumavam ir embora. Nos últimos dias em que estivemos por lá, já num clima menos tenso, nenhum policial

fazia a vigilância em qualquer horário do dia ou da noite. Não que a presença da polícia realmente acalmasse ou protegesse alguém ali.

Certo dia, registrei:

“A segurança no acampamento é pífia. Tem gente agindo como se fosse brincadeira. [...] Terreno privado, pequeno para o que a pauta demanda ou demandaria, e MUITO improvisado. [...] As pessoas no PT com poder ou recursos, que poderiam se mobilizar para que a Vigília e o Acampamento crescessem com segurança, não estão dando a devida atenção que a pauta Lula Livre teria para o partido na luta contra o golpe, e mais ainda, na luta popular mais ampla. Muitos já estão viabilizando suas candidaturas, afinal manter posições no aparelho de Estado eles não abrem mão, o que acaba desviando a questão do Lula, para a gente ver até onde vai o personalismo no partido. Quer dizer, tenho a impressão de que vai ficar cada vez mais evidente uma cisão entre o lulismo e o partido, o primeiro na rua e em atos públicos e até como bucha de canhão para gerar fatos políticos, e o segundo em campanhas eleitorais. Se o próprio PT não se mobiliza de verdade, quem dirá o povo que reivindica para si”.

No Acampamento, ainda havia boatos de que outro atentado poderia acontecer, mas não iriam nos atacar em exercício – supomos eu e meu companheiro – então ali estávamos em maioria. Nesse sentido, anotei: “acaba virando briga de gangue entre seguranças e policiais. Quem quer atacar aqui é a polícia (atirador com treinamento), mas se os seguranças impedem (e de certa forma impedem mesmo), a ameaça se volta contra eles”.

Mesmo assim, o local tinha peculiaridades que ajudavam: alto, uma única rua à frente, fundos com terreno do mesmo dono – simpático à causa – e árvores que cobriam e disfarçavam a estrutura e o movimento dentro do espaço. Às vezes avistávamos o sobrevoo de drones. Mas nosso maior medo era que pudessem querer incendiar o local, caso em que poucos sairiam vivos dali, devido ao material elétrico, plástico e de madeira de toda a estrutura.

A estrutura do Acampamento era realmente muito precária quando chegamos. Até o fim da primeira semana, cerca de 150 pessoas circulavam pelo local, entre caravanas, coordenação (em torno de 15 pessoas), avulsos, agregados e visitas. Todos dormiam com seus colchões e cobertores em barracas ou diretamente abaixo das estruturas de madeira e lonas lá montadas. Os banheiros eram químicos, e os banhos, em contêineres com chuveiros sem instalação elétrica. Logo a preocupação com a higiene e com o frio se tornou mais acentuada, e novas estruturas foram sendo pensadas e construídas para melhor acomodação.

No dia 2 de maio, acompanhamos atividades de manutenção e visitas ao espaço. Muita gente já tinha ido embora. “E continua tendo bom dia presidente”, escrevi para uma amiga que já estava em casa, da caravana de Santa Catarina.

O “Bom dia, presidente Lula!”, sempre às 9h da manhã, era puxado pelo Acampamento, de onde todos os dias as caravanas ali presentes saíam em marcha até a Vigília, com bandeiras e gritos de guerra, no percurso de 1,2 quilômetros entre os dois locais.

Nos dias 3 e 4, me voluntariei para trabalhar na cozinha, enquanto Pablo ajudava na segurança – “áreas estratégicas”, pensei. Nos seguintes, estabeleci relações com o pessoal da Nova Militância Brasil ¹⁶⁰, rede de comunicação com página no Facebook que, entre outros temas políticos de esquerda ou relacionados à prisão de Lula, cuidava da divulgação das atividades do Acampamento.

O engajamento, em geral, podia ser bastante espontâneo, respeitando certos limites. Logo, porém, Pablo teve que sair da segurança, quando apenas um pessoal específico, de confiança, foi escalado para isso. Ele, então, ofereceu sua ajuda na parte de infraestrutura, para a instalação de banheiros com fossa.

Os primeiros 7 dias foram todos dedicados quase que integralmente ao Acampamento. Além da janta oferecida às caravanas, aconteciam atividades como exibição de filmes (Figura 9), rodas de violão, e conversas sobre temas políticos. Então, no dia 8 de maio eu já tinha bastante noção das dinâmicas internas de organização e de sociabilidades, bem como algo das relações externas, com a Vigília, e os conflitos que foram surgindo.

Figura 9 - Mostra de cinema no Acampamento.



¹⁶⁰ Nova Militância Brasil: <https://www.facebook.com/NovaMilitanciaBrasil/>, acesso 11 jul. 2018.

Fonte: arquivo pessoal.

O dia 8 tinha sido pensado – e foi o que nos falaram quando chegamos – como um possível prazo para a desestruturação do espaço, quando a defesa de Lula entraria com novo pedido de liberdade no STF (Superior Tribunal Federal). No Acampamento, havia esperança de que ele fosse solto. No dia seguinte, quando a segunda turma do tribunal negou o pedido ¹⁶¹, exaltaram-se temores sobre novos ataques ao Acampamento, diante de mais uma derrota no campo político-jurídico.

Eu, apesar de tudo, entendi que aquela derrota significava maior segurança para nós naquele contexto, não o contrário. Ainda assim, me contagiei pelo clima de tensão. Naquele dia, registrei o seguinte, em relação ao Acampamento: “Tem todos os problemas de uma mini sociedade. Primeiro porque é mini, logo a coerção social vai se estruturando com força, ainda que seja um ambiente BASTANTE livre em vários sentidos. Seria lindo se não estivesse vigorando uma espécie de estado de sítio, um ambiente de paranoia e de desconfiança. Nada mais óbvio”. Afinal, mesmo com todo o companheirismo ali dentro existente, poucos dias antes alguém tinha sido baleado no pescoço, e as ameaças eram rotineiras.

No dia 12 de maio, registrei uma preocupação referente ao fato de que eu ainda não tinha feito a entrevista com a coordenadora. Àquela altura, porém, pelo que eu já sabia e entendia das dinâmicas do contexto, questioneei sua real utilidade, para além de uma medida protocolar. Além disso, anotei que seria difícil realizá-la, porque a coordenadora estava sempre ocupada e as regras do Acampamento tinham ficado mais rígidas. “O almoço agora é só para quem tem contato mais estreito com a coordenação”, registrei. Por isso, na última semana, fiz quase todas as minhas refeições na Vigília.

Naquele momento, eu já tinha bastante ciência de alguns conflitos e da divisão que se estabelecia entre a Vigília e o Acampamento, com o segundo se autonomizando cada vez mais. “A estrutura do acampamento tem melhorado a cada dia”, anotei. “Agora teremos banheiro com fossa, o pátio de entrada está mais limpo, aberto e organizado. Eu e Pablo saímos da barraca, pegamos pallets e colchões, cercamos com lona preta e assim estamos dormindo”.

Quando algumas condições de segurança mudaram, logo nos primeiros dias, nossos interlocutores já começaram a expressar uma preocupação sobre pressões internas de desmobilização. Pareceu, inicialmente, que estaria havendo pressão por uma desmobilização geral, tanto do Acampamento quanto da própria Vigília.

¹⁶¹ Ver: “STF nega pedido para libertar Lula”, Letícia Casado, Folha de S. Paulo, 9. mai. 2018. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2018/05/stf-nega-pedido-para-libertar-lula.shtml>, acesso 11 jul. 2018.

Na última semana, estive envolvida em atividades diversas, mais fora do que dentro do Acampamento.

Nos dias 14 e 15, na Universidade Federal do Paraná (UFPR), acompanhei o *Seminário Nacional O Golpe de 2016 e o futuro da democracia no Brasil: em defesa da universidade pública brasileira*¹⁶². No debate da mesa de abertura do Seminário, expus rapidamente a situação do Acampamento, o medo da insegurança naquele bairro policial e militar, o frio e a precariedade, pedindo apoio aos presentes¹⁶³.

No final da tarde do dia 14, uma aula pública foi organizada na Vigília¹⁶⁴ e, à noite, alguns professores e outros envolvidos no Seminário visitaram o Acampamento¹⁶⁵. Se disseram impressionados com as barricadas na entrada do terreno, expuseram sua opinião sobre a importância daquele espaço e do movimento Lula Livre na “luta contra o golpe”, e ofereceram apoio.

4.1.5 Produção da informação

Um dos aspectos que mais me interessaram em campo foi o da produção da informação, ou produção de narrativas, pela rede colaborativa de mídias alternativas presente no movimento.

No dia 9 de maio, registrei que era muito difícil ter uma boa dimensão sobre a repercussão nacional do movimento, ainda mais com o abafamento fora das mídias lulistas. Por outro lado, anotei uma vez mais minha percepção sobre o incômodo da vizinhança: “ao menos localmente sei que isso aqui está incomodando bastante”. Pablo, de sua perspectiva, definiu certo dia: “É muito pequeno, e ao mesmo tempo é muito grande”.

No espaço da Vigília, uma tenda da Comunicação Lula Livre, com várias entidades

¹⁶² No início do primeiro semestre letivo de 2018, o professor Luís Felipe Miguel, cientista político da Universidade de Brasília, anunciou que ofereceria uma disciplina optativa no Instituto de Ciência Política da UNB (IPOL-UNB), intitulada *Tópicos especiais em Ciência Política: O golpe de 2016 e o futuro da democracia no Brasil*. O então ministro da educação, Mendonça Filho, tão logo soube do curso, ameaçou acionar órgãos de controle para censurá-lo. A ameaça gerou uma reação da comunidade acadêmica, diversas entidades se pronunciaram em defesa da autonomia universitária, e iniciativas com o mesmo teor se proliferaram em formatos diversos, em dezenas de outras universidades. Ver: “A reação em cadeia das disciplinas sobre o golpe de 2016”, Carol Scorce, *Carta Capital*, mar. 2018. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/revista/994/a-reacao-em-cadeia-das-disciplina-sobre-o-golpe-de-2016>, acesso 24 mai. 2018.

¹⁶³ Vídeo da mesa de abertura do Seminário na página “Curso Livre: O Golpe de 2016”, 14 mai. 2018, disponível em: <https://www.facebook.com/cursogolpe2016ufpr/videos/218997822024588/?t=1>, acesso 11 jul. 2018.

¹⁶⁴ Vídeos da aula pública na página “Curso Livre: O Golpe de 2016”, 14 mai. 2018, disponíveis em: <https://www.facebook.com/cursogolpe2016ufpr/videos/219164005341303/?t=201> e <https://www.facebook.com/cursogolpe2016ufpr/videos/219169255340778/?t=29>, acesso 11 jul. 2018.

¹⁶⁵ Vídeo da visita na página do Acampamento Marisa Letícia, 14 mai. 2018, <https://www.facebook.com/cursogolpe2016ufpr/videos/219169255340778/?t=29> e <https://www.facebook.com/acampamentomarisaleticia/videos/123302691873344/?t=68>, acesso 11 jul. 2018.

apoiadoras (Figura 10), cuidava da divulgação diária das atividades na Praça Olga Benário ¹⁶⁶.

Figura 10 - Tenda da Comunicação na Vigília Lula Livre.



Fonte: arquivo pessoal.

Ali perto, encontrava-se também a Casa da Democracia ¹⁶⁷, que cobria o cotidiano da Vigília, funcionando como uma rede de divulgação e produção de conteúdo. Tratava-se de um local alugado desde o início da Vigília, erguido por financiamento coletivo, onde passaram a viver alguns apoiadores do movimento. Um espaço com incentivo à autogestão, disponibilidade de banheiros e chuveiro quente, cozinha e lavanderia para quem precisasse.

Com um cenário simples montado para programas de entrevistas e rodas de conversa com quem passava pelo local (Figura 11 e Figura 12), ia ao ar todos os dias o programa Democracia em Rede ¹⁶⁸, sempre às 14h. Os conteúdos eram transmitidos ao vivo no Facebook da Casa da Democracia, a partir da qual toda uma rede de outras páginas se mobilizava para difusão e compartilhamentos ¹⁶⁹.

¹⁶⁶ Site da Vigília: <https://vigialulalivre.pt.org.br/cli/#/>, página no Facebook: <https://www.facebook.com/vigialulalivre/>, acesso 11 jul. 2018.

¹⁶⁷ Facebook da Casa da Democracia: <https://www.facebook.com/casadademocracia/>, acesso 11 jul. 2018.

¹⁶⁸ Iniciativa das Frentes Brasil Popular e Povo Sem Medo, e da Vigília Lula Livre em parceria com a Casa da Democracia. Ver: "Programa Democracia em Rede amplia a voz da Vigília Lula Livre, em Curitiba", Monyse Ravena, Brasil de Fato, 5 mai. 2018. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2018/05/05/programa-democracia-em-rede-amplia-a-voz-da-vigilia-lula-livre-em-curitiba/>, acesso 11 jul. 2018.

¹⁶⁹ Por exemplo, as páginas: Acampamento Marisa Leticia, Brasil de Fato, Brasil de Fato Paraná, Brasil de Fato Pernambuco,

Figura 11 - Fachada da Casa da Democracia.



Fonte: arquivo pessoal.

Figura 12 - Cenário da Casa da Democracia.

ChegaJunto - Coletivo de professores/as, estudantes do Sindijor/PR, Comcafé, Contag, Eduardo Matysiak., Fórum de Lutas 29 de Abril, Frente Brasil Popular, Levante Popular da Juventude, Mídia Ninja, Nova Militância Brasil, Povo Sem Medo, PT Paraná, Porém.net, Professor Lemos, Professorando - Comunicação, Rede Soberania, Terra Sem Males, Vértebras - Crônicas, poesias e artigos de Pedro Carrano, e Vigília Lula Livre.



Fonte: arquivo pessoal.

No Acampamento, parte da cobertura ficava a cargo da Nova Militância Brasil, como já mencionado. Um de seus organizadores, ali acampado, o mídia-ativista D.K., mineiro de 34 anos à época, filiado ao PT, transmitia todos os dias ao vivo no Facebook o “Bom dia” e o “Boa noite, presidente Lula!”, comentando as novidades políticas do dia. Além disso, o Acampamento tinha também uma página própria ¹⁷⁰.

Foi muito interessante poder acompanhar, nesse campo da produção de narrativas, o trabalho de Ricardo Stuckert, fotógrafo oficial de Lula, sempre presente em eventos de maior notoriedade. Tive a oportunidade de presenciar alguns de seus “rituais” e produções fotográficas. Logo no dia 2 de maio, por exemplo, havia um grupo de indígenas Kaingangs no Acampamento, que encenaram danças e gritos de guerra em apoio a Lula, orientados pela câmera de Stuckert (Figura 13).

Figura 13 - Grupo Kaingang no Acampamento, sob as lentes de Ricardo Stuckert.

¹⁷⁰ Acampamento Marisa Letícia: <https://www.facebook.com/acampamentomarisaleticia/>, acesso 11 jul. 2018.



Fonte: arquivo pessoal.

No dia 11, uma carta de 30 metros, escrita por jovens da Amazônia, foi entregue a Lula em um ato na Vigília, com pessoas que a esticavam (Figura 14) enquanto Stuckert tirava fotos com a ajuda de um drone, para imagens aéreas do evento (Figura 15).

Figura 14 - Militantes esticam carta de 30 metros para Lula.

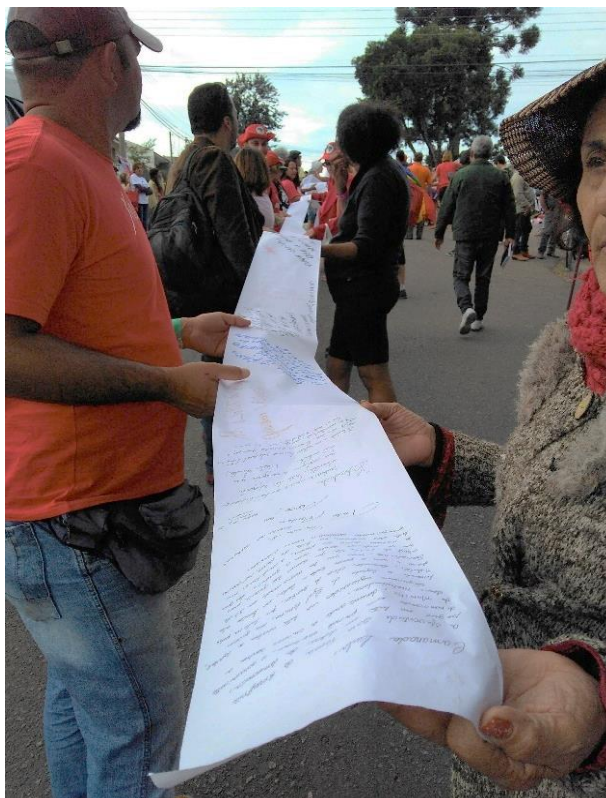


Figura 15 - Print da postagem do perfil de

Fonte: arquivo pessoal.

Lula no Facebook com foto aérea da carta de 30 metros, 11 mai. 2018.



Lula

2 min · 🌐

“Liberdade é a razão de nossa teimosia e ousadia, princípio da revolução que queremos. Seja firme! Que não tarde a liberdade!” - trecho da carta de 30 metros escrita por jovens de toda a Amazônia ao presidente Lula, entregue hoje à Vigília Lula Livre.

Foto: Ricardo Stuckert



4.1.6 A vizinhança

Meu contato com a vizinhança mereceria todo um capítulo à parte.

Se no Acampamento foi possível “pegar o espírito do lulismo”, com os moradores do bairro foi possível sentir também o peso do antilulismo, frente ao pacifismo lulista.

O Santa Cândida, antiga colônia agrícola de imigração europeia, sobretudo polonesa, é hoje um bairro de classe média ¹⁷¹ residencial e comercial, no extremo norte do município de Curitiba. Ganhou notoriedade nacional em anos recentes por abrigar a sede da Superintendência da Polícia Federal do Paraná, onde foram presos alguns dos condenados da Lava Jato, na primeira instância da operação.

Tratava-se de um bairro relativamente movimentado e aparentemente tranquilo, embora uma vizinha tenha me dito que eram comuns casos de violência ou roubos nas ruas. Muitos policiais e militares residiam no local. Para mim, era inevitável pensar no incômodo que

¹⁷¹ De acordo com Jessé Souza, as classes sociais não podem ser definidas apenas por níveis de renda ou padrões de consumo, como fazem as leituras economicistas, mas por “estilos de vida”. A “verdadeira classe média”, nesse sentido, é aquela que ocupa e reivindica para si, por meio da ideologia do mérito e do acúmulo de capital cultural, posições privilegiadas e de prestígio na estrutura social, alcançadas por um *habitus* de classe que poupa tempo de estudo aos seus filhos, muitas vezes baseado na exploração do trabalho mal pago de outra classe – a “ralé” estrutural brasileira – nos serviços domésticos ou braçais, o que engendra vantagens históricas na hierarquia social de um lado, e desvantagens no outro.

o movimento Lula Livre gerava para as pessoas brancas naquela vizinhança, muitas delas explicitamente contrárias ao movimento, composto em grande parte pela “ralé”, pobre e negra.

“Vão trabalhar, vagabundos!”, “Vão trabalhar, seus filhos da puta!” e “Bolsonaro 2018!” eram gritos recorrentes entre os que passavam de carro em frente ao Acampamento. Até cascas de banana jogaram aos seguranças! A orientação interna, nesses casos, era a de que não se aceitassem provocações. Na minha opinião, era irônico, para não dizer absurdo, que, apesar dos gritos de “vagabundos”, lá dentro pessoas estivessem sempre trabalhando pesado, inclusive braçalmente.

Caminhar pelas ruas com insígnias políticas era outra atividade particularmente arriscada. Algumas pessoas demonstravam apoio, mas vários carros aceleravam quando os condutores nos viam na faixa de pedestres, por exemplo. Notas carimbadas com o rosto de Lula e os dizeres “Lula Livre” muitas vezes não eram aceitas nos estabelecimentos comerciais. Ouvimos falar até sobre uma suposta desvalorização dos imóveis do bairro, devido à ocupação vermelha.

No dia 12 de maio, a Casa da Democracia produziu um programa de entrevistas com uma família de moradoras que apoiavam o movimento cedendo espaços de trabalho ¹⁷². A cozinha da Vigília, por exemplo, funcionava na garagem de uma dessas moradoras. Depois do programa, conversamos rapidamente.

Perguntei sobre a vizinhança, e ela me respondeu dizendo que se tratava de “um povo metido a rico”, que alguns falavam mal dela, achando que ela tinha “se vendido” ao movimento. Na sua opinião, entretanto, ela tinha ganhado apenas “mais consciência” das coisas, para além de seu espaço comum de dona de casa, residente há 53 anos, praticamente a vida toda, no mesmo lugar. Me contou que antes não era apoiadora de Lula, mas que mudou de ideia quando pôde conhecer mais de perto as pessoas do movimento, e que ficava “muito feliz” em poder ajudar, pois sentia que “Deus” tinha para ela “um plano maior”.

Comentou também sobre a movimentação intensa do início da Vigília, principalmente no 1º de maio, em que muita gente caminhava pelo bairro pedindo lugar para ficar. Reclamou que percebia muitos “interesses” envolvidos e gente querendo se autopromover no movimento. Por último, falou sobre a enorme quantidade de doações que chegavam, considerando que se havia tanta doação, era porque os moradores de Curitiba também apoiavam Lula Livre, e que o PT deveria, então, tratar de contatar essas pessoas para articular-se politicamente a elas.

Manifestações contrárias em torno da Vigília também não faltavam.

¹⁷² Ver: Democracia em Rede conversa com moradoras da Vigília, 12 mai. 2018, disponível em: <https://web.facebook.com/vigilialulalivre/videos/190918604862303/>, acesso 18 jul. 2018.

Certo dia, escutei, durante o “Boa noite, Lula”, um vizinho que costumava cantar utilizando um megafone da janela de casa, invertendo o sentido de um grito de guerra comum da militância petista: “Bate panela, pode bater, quem *deixa* [tira] o povo na miséria é o PT”. “Vão trabalhar!” ele gritava também. Normalmente, me disseram, costumava xingar até a mãe alheia. E não era o único, obviamente. Outros às vezes saíam para os pátios filmando, xingando ou tocando cornetas.

No dia 14 de maio, quando eu e meu companheiro voltamos da UFPR para o Acampamento, fomos recebidos com uma breve reunião antes da saída para o “Boa noite, Lula”. Naquele dia, estava marcada uma manifestação contrária ao movimento, em frente à Polícia Federal, no lado oposto ao da Vigília (Figura 16).

Figura 16 - Convocações para manifestação contrária ao movimento.



Fonte: grupos de WhatsApp / arquivo pessoal.

A orientação da coordenação do Marisa Letícia foi a de que ninguém aceitasse provocações ou agisse com violência. No final, a presença vermelha foi maior e tudo ocorreu pacificamente. No outro lado, apenas um grupo de aproximadamente 50 pessoas, contrárias à ocupação do bairro, compareceu ao ato. Foi o suficiente, no entanto, para que os ânimos vermelhos se exaltassem e a mobilização do “Boa noite, Lula” crescesse naquele dia, com cerca de 200 pessoas.

Apesar da hostilidade local, eu e meu companheiro conseguimos fazer algumas amizades em um bar perto do Acampamento. Ali conhecemos uma vizinha que nos ofereceu banho quente. Trinta e seis anos à época, casada e mãe de dois filhos, de família local, com alguns parentes mais abertos ao pensamento de esquerda, ela brincava se dizendo uma “ex-coxinha”, por ter se solidarizado com Lula no momento em que ele chegou em Curitiba.

Como os bons boêmios que somos, continuamos frequentando o local quase todos os dias. Ali, e a partir dali, estabelecemos importantes relações de confiança com pessoas que nos contavam e nos alertavam sobre a tensão que o Acampamento gerava nas redondezas. O ambiente de descontração propiciava conversas bastante espontâneas e elucidativas. Voltávamos ao Acampamento quase sempre no meio da madrugada, o que acabava nos servindo também como meio de proteção, pois tínhamos medo de permanecer no local à noite. E isso sem contar o frio, que a cada dia vinha com mais força.

Nesse bar, cheguei a conversar com um senhor de aproximadamente 70 anos, militar aposentado e dono de terras ao norte de Curitiba. Ele andava armado como muitos ali, segundo o que ele mesmo me contou, e quis me avisar sobre o perigo daquela situação, no que me pareceu um misto de aconselhamento sincero e ameaçador. A longa conversa que travamos, cujo tom amistoso se manteve na maior parte do tempo, foi o episódio mais marcante para mim naquele contexto. Apesar de algumas opiniões bastante extremadas, do tipo “bandido bom é bandido morto”, ele considerava que Lula foi o presidente que mais ajudou o povo no Brasil.

Segue o relato dessa conversa, que batizei com título inspirado no livro de Marcia Tiburi ¹⁷³. Não sei se é dessa forma que a filósofa, ex-psolista e atual petista, recomenda que alguém converse com um fascista, porque não li o livro, mas comigo foi assim: debati “de igual para igual” com um velho armado de 70 anos, apesar de estar desarmada. Tinha umas dez pessoas no bar que também estavam armadas... Meu companheiro foi testemunha e ficou com o c* na mão... Hoje, acho que não faria mais isso, ao menos não da mesma forma...

Conversei com um fascista

"Que sorriso bonito tem o senhor"... E ele logo se apresentou como italiano, exaltando suas próprias qualidades: que de sovaco, mau-hálito e chulé, ele como italiano, sempre teve como hábito bem cuidar.

Como é de praxe, com quem gasta mais de 30 segundos escutando sem falar sobre si mesmo, me vi logo em um daqueles monólogos terríveis. O pior: eu mesma tinha começado a falar. Sorte dele, ou meu azar, aquilo era um bar e eu estava tomando um vinho, depois de um bom beck. Paciência infinita era o meu nome.

Acontece que esse senhor, italiano de fato, mas vivido no Brasil, é engenheiro mecânico, um ex militar da FAI (Força Aérea Italiana), aposentado, e que hoje recebe

¹⁷³ TIBURI, M. *Como conversar com um fascista*. RJ: Record, 2015.

aposentadoria também da FAB (Força Aérea Brasileira). Foi o primeiro piloto, diz ele, a voar com um F5 em céus brasileiros. Fala várias línguas, visitou mais de 100 países e esteve em 3 guerras trabalhando na cruz vermelha. Na primeira do Afeganistão, na das Malvinas e outra que não lembro. “As Malvinas eram da Inglaterra”, dizia ele. “Mas só porque ela ganhou a guerra, senhor...” – complementei.

Dizia também que herdou de seu pai 25 alqueires de terras ao norte de Curitiba. Aquelas terras haviam sido DOADAS pelo governo brasileiro e hoje estão arrendadas como herança de seu pai. O mais curioso é que ele tinha começado dizendo que era pobre e se apresentava como um simples mecânico. Do seu ponto de vista, ele "ajuda" as famílias que dele dependem, por ser ele o dono da terra em que elas trabalham. 33 famílias para ser mais exata.

"Pra mim tá ótimo", ele me disse, depois da insegurança inicial que teve quando perguntei sua opinião, ele como militar, sobre a atual situação do Brasil. Disse que não queria discutir política e uma leve tensão no ar pareceu surgir.

Mantive o clima amistoso: "é só conversando e debatendo que a gente avança".

"Deus foi generoso comigo", relaxou e enfatizou, antes de confessar-se "meio-ateu".

Pois então. 25 alqueires + aposentadoria dupla de militar.

"Pra mim tá ótimo", "pra mim tá ótimo"... aquilo ficou latejando na minha cabeça.

Em relação aos militares, me disse que eles não iriam querer assumir um negócio falido, que hoje em dia virou tudo uma "palhaçada". Será?

Aos poucos, com essa minha cara pálida e de confiança entre os brancos, logo fui arrancando cada um dos seus preconceitos e, em seguida, suas contradições e incoerências incontornáveis.

Ele não tinha argumento para debater, por isso confiou em deixar que eu falasse pouco ou, então, simplesmente ignorava quase tudo que eu dizia.

Mas, ao menos um mérito ele teve: ele conversou comigo.

E, no final, por incrível que pareça, até concordamos. Nas suas palavras, "Lula foi o presidente que mais ajudou o povo no Brasil".

Eu, como muitos e muitas, não canso de me surpreender com a “ignorância” de certas pessoas. Só tem um problema. Todo “ignorante” com ódio, e armado, é um perigo iminente diante de inimigos desarmados.

Ele me disse que carregava uma 9mm no corpo. Esse foi o tom final da conversa.

Do início ao fim, conversamos que o que decide o passado, o presente e o futuro na política é a força, seja do povo, do dinheiro ou das armas. E que não há possibilidade de paz

social enquanto não houver dignidade para as pessoas. O contrário disso é a guerra racista de classes, em que as leis são uma vantagem para os que mandam, na prática, pela política e pela violência.

Na teoria ele concordou. Mas, na prática, ele também me ameaçou.

Disse que quando chegasse o inverso, e "aqueles nordestinos" do Acampamento começassem a ir embora, as consequências para os que ficassem poderiam ser trágicas...

“Vocês vão se foder... Aqui é Paraná, aqui é Curitiba!!!” ... “Pega tua mochila, aproveita o que já viu até agora e vai contar essa história em casa”...

Pois é...

No dia 4 de maio, logo que cheguei ao Acampamento, eu já tinha anotado: “Basicamente, os lulistas estão acampados ao lado da polícia na cidade que prendeu o Lula. Todo dia a galera passa xingando. Se alguém sai na rua com identificação, os motoristas fazem que vão passar por cima. Não tem como dizer que não há uma perseguição ao lulismo no Brasil. Imagina o que tiveram que suscitar de ódio para isso. Certo que é só uma parcela da população, e pequena. Mas no sul do Brasil ela é mais concentrada. E o fascismo se prolifera onde se ‘acha’ que há mais consciência ou conhecimento de mundo. Na verdade, não passa de racismo de classe. Ser lulista agora é como ser negro. Guardadas as devidas proporções, a lógica de exclusão e perseguição ao outro é a mesma”.

Eu tenho ascendência italiana e polonesa, de família paranaense, uma parte que, inclusive, mora em Curitiba. Então conheço bem o *ethos* que rege certa cultura ou conduta de desprezo ao que é identificado como popular, como “petista”, “lulista” ou, ainda, “comunista”. Para mim, era muito sintomático de tudo que Lula estivesse preso justamente em Curitiba.

Não fiz contato com nenhum familiar da cidade enquanto estive por lá, considerando que fui a trabalho e não a passeio, além de não ter tido necessidades que não pudessem ser supridas por conta própria ou junto aos companheiros do movimento, cuja principal base de apoio eram relações de reciprocidade e solidariedade.

Não foi nenhuma surpresa quando, ao voltar para Florianópolis, minha mãe me contou que um tio, ao saber que eu tinha estado em Curitiba, lhe disse que não teria me ajudado, sequer, com um “prato de comida”.

4.1.7 A ralé do lulismo: conflitos político-organizacionais entre o Acampamento e a Vigília

O Acampamento Marisa Letícia foi pensado como um dormitório para quem visitasse a Vigília, e teve particular importância nesse sentido durante o Primeiro de Maio, no alojamento de mais de um milhão de pessoas.

Logo que chegamos, havia uma incerteza sobre quando ele seria desmontado. Primeiro, nos disseram que seria no dia 3 de maio. Depois, que seria no dia 8. Quando não foi aceito o pedido de *habeas corpus* para Lula no STF e certa coesão interna na coordenação do Marisa Letícia se estabeleceu, eles decidiram, então, que permaneceriam ali por tempo indeterminado.

A Vigília era o palco político do movimento Lula Livre em Curitiba. Já o Acampamento criava uma identidade diferente, fruto da exposição que o atentado tinha gerado. Muitas pessoas, mesmo as que não iam em caravanas direto para o Acampamento, faziam questão de conhecer o local.

Várias foram as tentativas de remoção, no entanto, por parte da organização da Vigília. Ofereceram, primeiramente, o alojamento em um galpão a cerca de 10 quilômetros da Praça Olga Benário. Segundo informações, esse galpão se localizava em uma rua sem saída, num terreno que não oferecia rotas de fuga. Além disso, a distância dificultaria o deslocamento e a realização das marchas diárias do “Bom dia” e “Boa noite, Lula”, saídas do Acampamento, suas marcas já registradas.

Um segundo lugar, mais próximo, também pensado para novas instalações, tratava-se do espaço de uma creche, dessa vez nas redondezas da Vigília. Igualmente não houve acordo entre as organizações. Àquela altura, já se percebia que os problemas do Acampamento não eram mais só externos, relacionados à polícia ou à vizinhança, mas internos ao próprio movimento Lula Livre.

Segundo um jovem petista, conhecido meu, assessor parlamentar de Santa Catarina, que encontrei na Vigília dois dias antes de voltar para casa, o próprio Lula já teria recomendado a desmobilização do movimento em torno da PF, para atos políticos e de propaganda mais visíveis do que aqueles ocorridos num bairro longínquo de Curitiba. “Não precisamos ficar doentes”, ele me dizia, expondo sua preocupação em relação ao frio e à chuva no Acampamento, e o motivo de uma das caravanas de SC daquela semana não ter ido para o Marisa Letícia. “A nossa tarefa na história é derrubar o golpe, aqui é só uma fase que precisamos passar inteiros”, argumentava.

Havia, no entanto, muita disposição entre os acampados, apesar do frio, apesar da insegurança, apesar dos conflitos internos. Essa disposição era fomentada, inclusive, pelos próprios conflitos internos. Para além da precariedade do espaço do Acampamento, e da

dificuldade na divisão de esforços e recursos para a manutenção das atividades de todo o movimento Lula Livre em Curitiba, notei que havia ali, também, uma disputa de protagonismos relacionada à competição por recursos simbólicos e materiais. Se, de um lado, isso representava o que identifiquei como uma espécie de *política higienista* por parte da coordenação da Vigília, que parecia estar querendo esconder o Acampamento, por outro, fortalecia a narrativa de “resistência” no Marisa Letícia.

“Resistência da resistência”, se autoproclamaram ao final, na enorme bandeira preta que virou símbolo do lugar e da luta política travada interna e externamente pelos acampados (Figura 17).

Eles já tinham cedido e se deslocado uma vez antes, por imposição da polícia e da justiça. Cederiam novamente por pressões internas ao próprio movimento?

Figura 17 - A bandeira “Resistência da resistência”.



Fonte: Facebook do Acampamento Marisa Letícia, 14 mai. 2018.

Ao longo dos dias, com as negativas da coordenação do Acampamento em encerrar aquele espaço, atos controversos foram sendo percebidos. Nos inteiramos, por exemplo, de que estariam ocorrendo desvios de caravanas, pois na Vigília alguém tinha “mentido” que o Acampamento já estava fechado. Segundo informações, chegaram até mesmo a buscar pessoas que foram especialmente ao Marisa Letícia para lá dormirem.

Além disso, existia a suspeita de que as doações que chegavam na Vigília não estavam sendo repartidas igualmente, pois passou a ser raro, por exemplo, que chegasse carne vermelha ao Acampamento. Nos últimos dias, descobriu-se até um “infiltrado” na coordenação, e outro grupo tentou se apropriar da identidade do Acampamento, batizando as novas instalações na creche com o nome “Alojamento Marisa Letícia” – o que depois não ocorreu, tendo sido o lugar nomeado “Casa Lula Livre”.

No 18 de maio, finalmente, dia da nossa volta para casa, eu e Pablo arrumamos nossas mochilas e nos despedimos do Acampamento, em torno das 15h30. Era para termos voltado com uma caravana de SC, mas tivemos informações desencontradas sobre o dia correto do retorno. Por coincidência, no dia anterior, Pablo tinha conversado com uma companheira na Vigília, da CUT-SC, que nos ofereceu carona de carro até o centro de Florianópolis.

Quando saímos de lá, parte do material e da estrutura da cozinha, bem como uma das duas grandes tendas brancas, alugada, que servia de cobertura para algumas barracas na entrada do Acampamento, estavam sendo retirados a pedido das entidades da Vigília. Falou-se em uma diminuição de quase metade do uso do terreno, para igualmente uma economia de metade do aluguel de 7 mil reais por mês. O espaço, no entanto, continuou sendo usado em sua totalidade.

Dois dias depois, já em casa, me inteirei de que a Vigília tinha lançado uma nota sobre um “novo local do acampamento”: “com o objetivo de melhorar as condições dos acampados”. Segundo a nota,

[...] contrariando a decisão coletiva das entidades que compõe a Vigília, um grupo, *por sua conta e risco* [grifo meu], se nega a deixar o atual local do acampamento Marisa Letícia, expondo pessoas às condições climáticas desfavoráveis e outras intempéries. A coordenação da Vigília Lula Livre informa que não possui qualquer relação ou responsabilidade com este acampamento alternativo que permaneceu no local. Deixamos claro que o centro de todas as ações e atividades em defesa de Lula são concentradas na praça Olga Benário, em frente a sede da Polícia Federal, onde ocorre a vigília. Por isso, informamos que as caravanas que chegarem a Curitiba devem se apresentar na tenda da coordenação localizada na Praça Olga Benário, na Vigília, quando serão encaminhadas para esse novo local mais seguro e mais próximo das atividades¹⁷⁴.

Entre os acampados, contudo, permanecia a disposição de luta, apesar dessa ruptura. Continuariam oferecendo o espaço como pernoite, a partir de contatos próprios para o recebimento de delegações, provisão de comida e doações. Tinham planos também de investir no lugar como um espaço político integrado ao bairro, com eventos culturais, horta comunitária, bem como para promoção de ações políticas em outros locais de Curitiba (o que, ao final, acabou não ocorrendo).

¹⁷⁴ Íntegra da nota no Facebook da Vigília: “Nota da Vigília Lula Livre sobre novo local do acampamento”, 20 mai. 2018, disponível em:

<https://www.facebook.com/vigialulalivre/photos/a.201534817241251.1073741829.201372683924131/209231149804951/?type=3&permPage=1>, acesso 13 jul. 2018.

“Criou uma identidade, criou uma mística e uma emoção”, disse certa vez a coordenadora do Acampamento, durante uma conversa aberta no pátio do local. Era por isso que queriam manter aquele espaço, segundo ela, não porque desejavam enfrentar as direções do Partido ou as orientações do movimento Lula Livre. Seu histórico de luta por moradia popular em Curitiba, como mulher negra, militante do PT por mais de 20 anos, seu extremo respeito com as pessoas e sua forma de resolver e lidar com os conflitos, pareciam atestar sua palavra de compromisso e de boa-fé.

O Acampamento, a partir de então, sem os apoios com os quais contava anteriormente, teria que investir em novas ideias e parcerias para sua manutenção e consolidação. Inspirados na companheira de vida de Lula, Marisa Letícia, diziam que lá ficariam para apoiar o ex-presidente “até o fim”.

De minha parte, eu via e acompanhava aquele espaço como uma experiência de autogestão extremamente interessante, conheci lá dentro pessoas de muita luta para com aquilo que acreditavam. Isso, em boa medida, era o que me animava a estar ali e o que me ajudava no meu posicionamento pessoal em relação aos conflitos percebidos.

Ainda que eu tivesse minhas críticas e entendesse as dificuldades implicadas na divisão de esforços e recursos para a manutenção das atividades do movimento Lula Livre em Curitiba, pensando na insegurança do local e no inverno que já chegava, entendi, finalmente, que a permanência do Acampamento Marisa Letícia significava não uma divisão, mas uma multiplicação dentro do movimento. Se existia disposição para a luta mesmo naquelas condições, então por que não?

Nesse contexto, eu percebia ainda que aquele espaço, apesar de todas essas dificuldades, ia se constituindo como um peculiar ambiente de igualdade, com bastante liberdade de expressão e pensamento, apesar do clima de paranoia. Em alguma medida, penso eu, isso era devido à diversidade de pessoas que o organizavam, em grande parte negra (incluído nesse rótulo o que o IBGE considera como pretos e pardos), bem como jovens, mulheres e LGBT's assumidas, pessoas convictas de suas posições políticas. Estavam quase todas praticamente vivendo para aquilo, algumas inclusive morando no local, vindas de fora de Curitiba e, portanto, com necessidade real de alojamento permanente.

Meu contato com a diversidade de pessoas das caravanas que passavam pela Vigília ou pelo Acampamento, muitas vezes em franco contraste com as características da população curitibana – ou até mesmo do sul do Brasil, de um modo geral – me lembraram, naquele momento, o debate feito por Jessé Souza sobre as classes sociais no Brasil. A “ralé brasileira”

– “patamar socialmente inferior” das classes baixas do país ¹⁷⁵ – é o nome provocativo dado pelo sociólogo para denunciar o abandono e a invisibilidade dessa camada de “subcidadãos” brasileiros, população saída da escravidão e abandonada à sua própria sorte, sujeita a todo tipo de abuso numa ordem social de estrutura ainda escravocrata, que a exclui, brutaliza e não oferece oportunidades de ascensão econômica e nem moral ¹⁷⁶.

Nesse sentido – e guardadas as devidas proporções –, creio que a *analogia* entre meus interlocutores mais próximos do Acampamento como uma “ralé lulista” é bastante ilustrativa do que presenciei em Curitiba. E isso não só em termos da distinção entre eles e os moradores locais de classe média. Eu percebia, de fato, que se processava no movimento uma disputa de protagonismos, ou uma competição por recursos simbólicos, direta ou indiretamente associada à angariação de recursos materiais. Por isso, foi inevitável pensar sobre quem eram meus interlocutores e como eles se relacionavam diante dos conflitos político-organizacionais, tendo se evidenciado, ao final, um aspecto de abandono e distinção social dentro do próprio movimento Lula Livre.

“*Por sua conta e risco*”, dizia, afinal, a nota da Vigília sobre o futuro do Acampamento.

4.1.8 Considerações finais: Lula e o lulismo

E Lula, nisso tudo? (Nos perguntemos a esta altura!)

Sem dúvida, para além dos interesses pessoais envolvidos, dos conflitos internos e externos e das enormes dificuldades diárias, o nome “Lula” se elevava como uma espécie de aura política sempre presente no movimento. “Ele” era o motivo e a razão de ser de tudo aquilo: palco cultural, político e eleitoral, romaria, peregrinação, atração turística, ponto de relações comerciais ou relações solidárias e de reciprocidade. Tudo isso e um pouco mais era o que

¹⁷⁵ SOUZA, J. *Ralé brasileira: quem é e como vive*. Belo Horizonte: UFMG, 2009, p.46.

¹⁷⁶ Em *A elite do atraso* (Ed. Leya, 2017), Jessé Souza caracteriza a “ralé brasileira” como a classe “composta pelos negros recém-libertos e por mulatos e mestiços de toda ordem para quem a nova condição era apenas uma nova forma de degradação”. Nesse sentido, “a submersão na lavoura de subsistência ou a formação das favelas nas grandes cidades passam a ser o destino reservado pelo seu abandono. Para o negro, sem a oportunidade de competir com chances reais na nova ordem, restavam os interstícios do sistema social: a escória proletária, o ócio dissimulado ou a criminalidade fortuita ou permanente como forma de preservar a dignidade de ‘homem livre’. Ao perderem a posição de principal agente do trabalho, os negros perderam também qualquer possibilidade de classificação social. [...] O negro torna-se vítima da violência mais covarde. Tendo sido animalizado como ‘tração muscular’, em serviços pesados e estigmatizado como trabalhador manual desqualificado – que mesmo os brancos pobres evitavam –, é exigido dele agora que se torne trabalhador orgulhoso de seu trabalho. O mesmo trabalho que pouco antes era o símbolo de sua desumanidade e condição inferior. Ele foi jogado em competição feroz com o italiano, para quem o trabalho sempre havia sido o motivo principal de orgulho e de autoestima”. Em: SOUZA, Jessé. *A elite do atraso: da escravidão à Lava-Jato*. Rio de Janeiro: Leya, 2017, pp.77.

expressava o movimento Lula Livre em Curitiba.

Certo dia, ironizei que aquela cidade não era mais a “República de Curitiba”¹⁷⁷, mas “a meca do Lula”. Na realidade, continuava sendo a “República de Curitiba”, com o adendo das “peregrinações” diárias.

O dia mais simbólico desse aspecto, para mim, foi o da carta de 30 metros.

K. M., 23 anos à época, companheir@ do movimento que estava na Vigília comigo, no acaso de termos sido escalad@s para ajudar a segurar e esticar a carta, me disse, ao desistirmos da missão: “Você tá vendo que isso aqui é um negócio religioso, né?”. K. M., que vinha de Minas Gerais e estava acampad@ no Marisa Letícia naquele momento, se dizia artista, ativista LGBT, anarquista e trabalhava com artesanato na rua.

A própria ideia de “Vigília”, nesse caso, remetia a algo religioso, da mesma forma que também é religioso o *ethos* popular brasileiro e a experiência de vida de boa parte das pessoas que chegavam de vários cantos do Brasil para participar da Vigília. O próprio Lula é um homem religioso: toda segunda-feira ele recebia na prisão líderes religiosos de diferentes orientações para “aconselhamento espiritual” (na verdade, uma articulação com vistas ao apoio político de entidades religiosas).

Nesse caso, o aspecto religioso do lulismo fica mais que evidente. A esquerda lulista é uma espécie de religião civil. Lula era uma “ideia”, como ele mesmo se auto atribuiu no seu discurso no Sindicato dos Metalúrgicos do ABC, antes de se entregar à polícia. No movimento Lula Livre, ele era mais que uma ideia: era um “pai”, o “líder” e um “amigo”: Lula era um “significante vazio”, ele era o “nome”, era praticamente um “deus” encarnado.

Não é de hoje esse aspecto religioso. Desde as greves do ABC do final dos anos 70, Lula já vinha se consolidando como uma espécie de Jesus Cristo brasileiro. Hoje, carregando a cruz de sua perseguição política, ele mesmo se compara ao Cristo.

Na primeira semana que passei em Curitiba, um senhor nos seus 50 anos, vindo com uma caravana de Minas Gerais, me comentou por alto, durante uma janta no Acampamento, que tinha estado em frente à PF, acenando e imaginando que Lula podia vê-lo da janela do primeiro andar – mesmo que ele estivesse preso, que eu soubesse, no quarto andar do prédio.

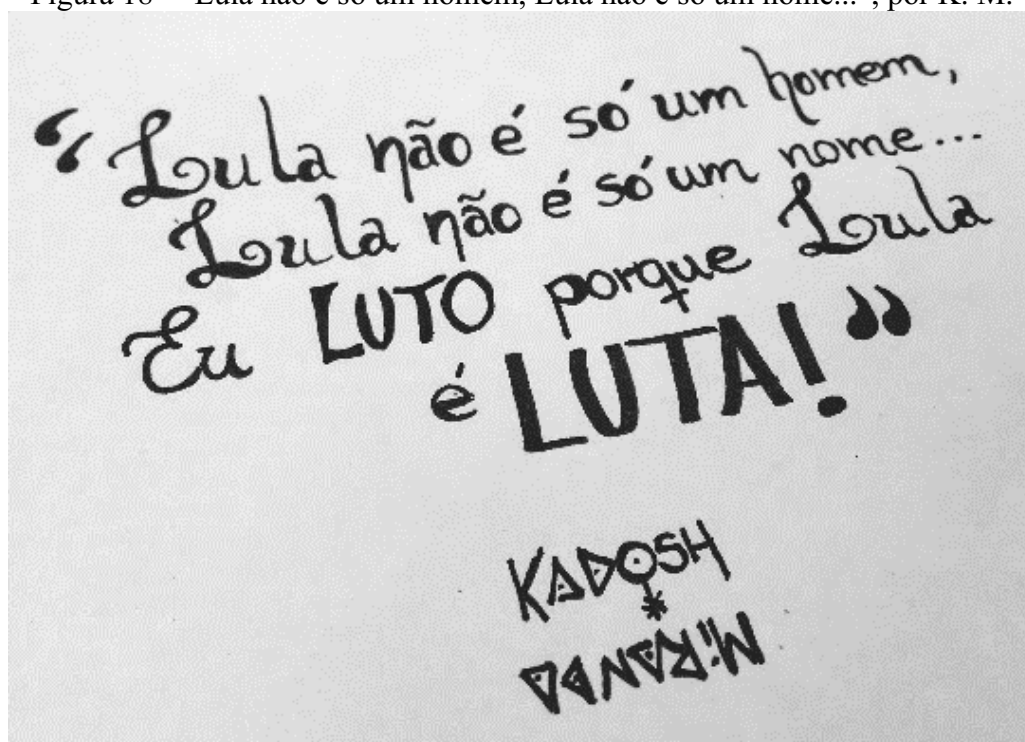
Ao aspecto político e religioso, juntava-se o econômico. No penúltimo dia em Curitiba, procurando algo para comer perto da Vigília, conversei com um comerciante, de

¹⁷⁷ Expressão usada por Lula durante uma conversa com a então presidenta Dilma Rousseff, no dia 4 de março de 2016, em que ele se dizia “assustado” com a “República de Curitiba”, referindo-se à Operação Lava Jato, da vara de primeira instância do juiz federal Sérgio Moro, na capital paranaense. A conversa se deu em um telefonema grampeado pela PF, depois divulgado por Moro, popularizando a expressão, que passou a ser usada pelos opositores de Lula com uma conotação positiva, no sentido de algo a se orgulhar.

aproximadamente 50 anos, que me atendeu numa barraca de quitutes. Ele usava um pequeno broche em seu boné com o rosto do filósofo Karl Marx, se dizia “Karlmarxista”, e suas palavras me chamaram muito a atenção: “O nome de Lula tem tanto poder, que até preso ele gera renda”, comentava. “Imagine solto!”.

No mesmo sentido, definiram os versos de K. M., num papel que me deu de lembrança: “Lula não é só um homem. Lula não é só um nome. Eu luto porque Lula é luta” (Figura 18).

Figura 18 - “Lula não é só um homem, Lula não é só um nome...”, por K. M.



Fonte: arquivo pessoal.

De fato, “Lula vale a luta”, era uma das insígnias recorrentes. Nesse sentido, lembro de ter refletido muito sobre a moral histórica daqueles indivíduos. De um modo geral, tanto na Vigília como no Acampamento, muitos se acreditavam os próprios construtores da História com H maiúsculo. Alguns pareciam dispostos, inclusive, a sacrificar-se em nome disso, dispondo de todo seu tempo e até mesmo da própria vida. “Às vezes mártires são necessários”, K. M. me disse certo dia.

A luta dos lulistas seguia na esperança de que seus adversários golpistas fossem julgados pela “História”. Para os lulistas e parte dos petistas, Lula mártir era o pouco e o muito que lhes restava.

O PT não é só o Lula, mas “Lula é PT” (vi isso escrito em uma bandeira no Acampamento Marisa Leticia). E o PT é um partido da ordem, eleitoral, ele é pragmático. O

próprio Lula é um símbolo disso. Para a parte do PT lulista, naquele momento “radical”, manter a candidatura de Lula era seu maior ato histórico de “resistência”. Para o pragmatismo histórico do PT, ao contrário, uma aparente incoerência.

Já o lulismo, naquele momento específico de sua história, me parecia se tratar, em pelo menos uma de suas dimensões ou aspectos, de um movimento novo de rearticulação e reagrupação, de volta às bases, como aquelas perdidas pelo PT nas tramas da burocracia e das vantagens do poder. Uma rearticulação da dimensão horizontal da autonomia na sociedade civil, no que poderia ser considerado uma tendência em direção a um novo movimento populista de esquerda, não fosse o lulismo um movimento velho e em decadência.

As apresentações preliminares da pesquisa coletiva da turma de Antropologia da UFSC, sobre o Primeiro de Maio em Curitiba, orientada pela professora Miriam Grossi (ver nota de rodapé nº 158, na página 138 desta tese), me ajudaram a confirmar com maior amplitude algumas das noções que eu já tinha tido em campo. As relações de reciprocidade e de organização solidária que davam base ao movimento Lula Livre expressavam e engendravam, em parte, essa tentativa de rearticulação do movimento com a sociedade civil.

Junto às vivências no Acampamento Marisa Letícia, esse aspecto me interpelava, ainda, sobre as possíveis virtudes e dificuldades nele implicadas. Isso porque, naquele momento, já era outra a base social que deveria ser buscada, em relação às antigas bases petistas, ou mesmo lulistas. Afinal, o “povo” é sempre uma construção histórica, e por isso, datada.

Dessa forma, levando em conta a abordagem lógica-formal, não pejorativa, da teoria do populismo de Ernesto Laclau, considerei o lulismo, naquele momento, como um fenômeno populista novo. Não só em termos da articulação com o que poderíamos chamar de “popular”, dos que vinham “de baixo”, dos “desprivilegiados”, mas da articulação prática e simbólica de demandas sociais identificadas de alguma forma com “Lula”, com o PT ou com a “democracia”, contra o poder atualmente estabelecido e, portanto, anti-institucional.

Se caracterizarmos o lulismo, inicialmente, como a inflexão político-eleitoral do primeiro governo Lula, em que, a grosso modo, classe média ressentida se afastava com as denúncias de corrupção do mensalão, e os mais pobres o apoiavam em decorrência das políticas econômicas e sociais (tese de Singer), poderíamos dizer que esse eleitorado, não articulado pela burocracia do PT e de enorme dificuldade de organização fora de uma eleição presidencial, era o que podia representar, em parte, aquela volta às bases.

Restava a dúvida: em direção a *quem* a própria base se voltaria nos meses ou anos seguintes? Pois se parte da base lulista da sociedade só podia ser mobilizada nas eleições, e Lula não pudesse ser eleito... o que aconteceria?

Avaliar os conflitos que presenciei em Curitiba do ponto de vista de uma “ralé lulista”, então, me fez pensar na possibilidade de uma divergência prática entre o petismo e o lulismo, pesando-se as campanhas eleitorais para a conquista e manutenção de poder no aparelho de Estado (como meio de sobrevivência pessoal e individual, inclusive, já que todos, de alguma forma, se sentiam ameaçados).

Em que medida o lulismo e o petismo poderiam se separar, naquela volta forçada às bases, era uma questão complexa e em aberto. O certo era que o nome de Lula transcendia e ia muito além do PT, mas a sobrevivência política e histórica de ambos, do meu ponto de vista, dependia da difícil articulação e identificação entre a luta (anti)institucional (antigolpe) do Partido e aquela base popular-eleitoral dispersa do lulismo. O que se viu, na eleição presidencial de 2018, entretanto, foi a continuidade da desarticulação desses aspectos.

A volta às bases era apenas um dos elementos do lulismo, pensado em termos da relação entre a base organizada (partidos, sindicatos, movimentos) e a base eleitoral. Como observei em Curitiba, o lulismo expressava e reproduzia distinções sociais relativas à própria estrutura de classes brasileira, o que lhe impunha limites culturais e econômicos. Pois a “ralé” estava presente no lulismo não só como base eleitoral, mas como movimento organizado, negro, indígena, do campo ou de pobres urbanos, por exemplo, enquanto o partido se distinguia como uma esquerda branca e burguesa.

Nesse sentido, o lulismo possuía uma dimensão cultural e societária, tanto na identificação entre Lula e o “povo brasileiro”, os mais pobres, os desprivilegiados, quanto nas manifestações de apoio político vindo de pessoas dos meios artísticos, religiosos, universitários ou educacionais, e outros.

A própria manifestação universitária ou acadêmica, para além do apoio político explícito, já representava ela mesma outro elemento do lulismo, abordando-o como objeto de estudos, pesquisa ou interpretação.

Os elementos jornalísticos ou midiáticos, por sua vez, seguramente não eram nada desprezíveis para entender o lulismo. Proliferavam-se os blogs, os grupos de WhatsApp, as páginas e os perfis em redes sociais, além de outros canais online ou em formatos não totalmente digitais, pelos quais as mais diversas categorias ou grupos tornavam público seu apoio à Lula. O alcance era amplo, mas, como se viu, insuficiente, diante da máquina publicitária e robotizada da direita na internet.

Aparecia ainda um elemento internacional de apoio político, relacionado ao legado ou à visibilidade de Lula como ex-presidente. Incluíam-se personalidades políticas, religiosas, acadêmicas ou celebridades de vários cantos do mundo, com destaque para a América Latina.

Todos esses elementos, politicamente articulados como demandas, expressavam e construíam o “povo” do lulismo, por meio da demanda central “Lula Livre”, praticamente um significante vazio.

Não menos importante, identifiquei a dimensão antilulista; dos limites antagônicos que definiam o próprio lulismo, constituindo suas fronteiras e ambiguidades. As relações que observei da vizinhança com o Acampamento e com a Vigília eram bastante representativas desse ponto.

As dimensões e elementos do antilulismo – com grande influência do poder econômico, político e violento de certos grupos ou interesses internos e/ou externos – relacionavam-se direta e dependentemente às dimensões e elementos do campo lulista. Pela própria lógica conflitiva da política, o lulismo, ainda que fundado na ideia de conciliação e não confronto, vinha acompanhado de seu par oposto, o polo antagônico antilulista, hoje representado pelo bolsonarismo, mesmo que o bolsonarismo seja muito mais radical que o lulismo.

O lulismo, como o conhecíamos, tinha acabado. Mas seus efeitos, certamente, continuavam. Ele era parte da ralé brasileira, contra a qual o golpe se fazia mais forte, esta que ascendeu em anos recentes e que, a partir daquele momento e cada vez mais, retornaria à sua precariedade e “viração” cotidianas.

Lula, preso político, era o maior símbolo dessa regressão política e social.

Em agosto de 2018, quando finalizei a primeira versão escrita deste relato, crescia novamente a pobreza extrema no Brasil, e o país voltaria a figurar no Mapa da Fome da ONU¹⁷⁸. Com a alta dos combustíveis – devido à política antinacional de preços da Petrobrás do golpe¹⁷⁹ –, famílias inteiras, como as que precisavam escolher entre comprar gás de cozinha ou comprar diretamente a própria comida, literalmente voltavam ao fogo à lenha. O que para certa classe média poderia parecer uma tralharia vintage seria um desastre para a saúde pública, com o aumento de queimaduras e problemas respiratórios¹⁸⁰. Não por acaso, os mais prejudicados do

¹⁷⁸ Ver: “‘A extrema pobreza voltou aos níveis de 12 anos atrás’, diz pesquisador da ActionAid e Ibase”, Thiago Domenici, Agência Pública, 10 jul. 2018. Disponível em: <https://apublica.org/2018/07/a-extrema-pobreza-voltou-aos-niveis-de-12-anos-atras-diz-pesquisador-da-actionaid-e-ibase/>, acesso 13 jul. 2018.

¹⁷⁹ Ver: “Nota sobre a política de preços da Petrobrás”, Associação dos Engenheiros da Petrobrás (AEPET), 23 mai. 2018. Disponível em: <http://aepet.org.br/w3/index.php/artigos/noticias-em-destaque/item/1749-nota-sobre-a-politica-de-precos-da-petrobras>, acesso 13 jul. 2018.

¹⁸⁰ Ver: “Alta do gás eleva uso de soluções caseiras para cozinhar e acidentes disparam no Recife”, Marina Rossi, El País Brasil,

momento eram os mais desprivilegiados de sempre.

Do outro lado, o das elites, o lucro dos bancos só aumentava. O do Itaú, maior banco privado do país, batia novo recorde: mais de 6 bilhões de reais de lucro líquido só no primeiro trimestre de 2018. Até hoje, o Estado brasileiro não cobra nenhum imposto. E as igrejas também continuam ilesas nesse quesito, guardando todo o dízimo nos seus bolsos e manipulando a fé do povo.

Uma das maiores desigualdades sociais do mundo, realmente, não poderia ser por acaso.

E observando em retrospectiva, nada disso se compara à regressão que hoje vemos materializada na sociedade brasileira. As piores previsões parecem ser sempre as mais acertadas.

No segundo turno das eleições de 2018, registrei as minhas próprias “previsões”, publicadas para meus amigos no Facebook (e eu nem imaginava que viria, além do “bolsovírus”, o vírus real da pandemia):

*É, galera, é mais que fascismo essa p****, é a Santa Inquisição, é pela família, por Deus, e pela autoridade, com os imaculados das forças armadas e os religiosos, Israel e EUA como países modelos, é o Brasil que vai participar da invasão da Venezuela, que vai voltar a falar fino com Washington e grosso com a Bolívia, o Congresso Nacional vai atender ao chamado da moralização da política (aham, senta lá...), vai ter encarceramento em massa, lei antiterrorismo da Dilma vai caçar os movimentos sociais (que terrível ironia, logo a Dilma, que foi considerada uma terrorista na ditadura...), o cidadão de bem vai ter carta branca para matar, como os policiais...*

A "incógnita" é a economia.

Com reservas internacionais, pode ser que o caos econômico demore mais pra chegar. Isso se não se instaurar uma guerra civil antes.

Será Bolsonaro amestrado o suficiente para aplicar as políticas neoliberais como querem os poderosos, mesmo que não seja ele o seu candidato puro sangue? Que tipo de maquiagem vão fazer? Que empresas "estratégicas", como o próprio Bolsonaro diz, vão ser mantidas?

Depois do golpe de 2016, com militares, STF e tudo, e a fraude da eleição sem Lula respaldada pela "esquerda", com a ascensão ao Estado desse novo-velho "ethos" de autoridade e de arcaísmo na cultura brasileira (não à toa, usam a retórica anticomunista da guerra fria -

com o adendo do "antigramscismo"), já podemos nos considerar de volta sob um regime ditatorial.

O Brasil é uma ditadura. Digo isso com todas as letras.

A eleição coloca um véu sobre isso em forma de "consenso democrático", quando, na verdade, a manipulação foi tanta a ponto do candidato do povo, que era o favorito, ter sido impedido de concorrer e ganhado o candidato fascista. A quimera da democracia passou longe. Ou melhor, sempre foi, no capitalismo, uma quimera. Chamar "isso" de democracia... chega a ser ridículo.

Podem crer, vamos sentir ainda muitas saudades da "social democracia" aos moldes petistas, por mais trapalhão que seja o partido (nesse momento uma esquerda pequeno burguesa descolada do mundo). Mas imagina o ódio que tinham esses caras, a direita baixo-clero, militar, religiosa, empresarial e rural, depois de ter que aguentar ser governada por um "pobre", ex-operário e nordestino - hoje um "ladrão" (que conveniente!) - e uma "ex-guerrilheira".

Olha, vamos sentir saudades até do PSDB, o puro sangue da burguesia brasileira, e mesmo da Globo, pensando no que é a Record do bispo Edir Macedo apoiando Bolsonaro. Mas... A burguesia e os verdadeiros poderosos adoram o fascismo, já o experimentaram muitas vezes e em vários lugares do mundo. De certa forma, é até um alívio que alguém faça o trabalho sujo.

5. CONCLUSÃO: LULISMO, POPULISMO, HEGEMONISMO

Ao longo desta tese, procuramos definir a relação entre o *lulismo*, como ideia e como movimento político, e o *populismo*, como lógica formal baseada na construção discursiva do *antagonismo*, no *anti-institucionalismo*, na articulação entre *autonomia* e *hegemonia* e na oposição *povo X poder*. Aqui, chegamos ao tema do hegemonismo.

No deslizamento de sentidos retóricos presentes no nosso texto, como numa metonímia e também numa metáfora (ou seja, uma substituição de palavras e também uma analogia/comparação), os três (lulismo-populismo-hegemonismo), de forma geral, são sinônimos nesta tese, levando em consideração a coerência interna que buscamos no nosso discurso.

Em primeiro lugar, o lulismo como ideia, ou como conceito, fomos buscar na literatura pertinente, apresentada no capítulo 1 (*A literatura lulista*). Fizemos isso, primeiramente, com o trabalho de André Singer, passando por seus colegas do campo de estudos, até chegar ao lulismo do ponto de vista da teoria do populismo.

A análise da literatura lulista nos permitiu distinguir ao menos duas correntes de pensamento interpostas: a dos “gramscistas” (por exemplo: Singer, Braga, Bianchi, Coutinho, Oliveira, Ricci, Burgos) e a dos “laclausistas” (Safatle, Mendonça, Rocha, Pinto, Burgos). Ambas são, mais ou menos, críticas do fenômeno, partindo de um ponto de vista de defesa dos “pobres”, dos “trabalhadores”, do “povo” ou dos “de baixo”.

Embora com vocabulários distintos, elas se encontram praticamente no mesmo campo semântico, no qual verificamos uma disputa de interpretações pelos sentidos do lulismo. Entre os “gramscistas”, o debate gira em torno de conceitos como “revolução passiva”, “transformismo” e “hegemonia”, relacionando o lulismo ao “varguismo”. Os “laclausistas”, por sua vez, também relacionam o lulismo ao varguismo, mas fazem isso com maior ênfase na questão do populismo.

Apesar das diferenças, pode-se constatar, nessa literatura, quase uma unanimidade acerca do aspecto de “conciliação” e de “pacificação” do lulismo como estratégia de governo. Ao mesmo tempo, são apontadas as contradições do fenômeno, em termos de negociação e articulação com demandas contraditórias da sociedade brasileira.

Em segundo lugar, para tentar esclarecer as ambiguidades conceituais encontradas até esse ponto, no capítulo 2 (*A literatura populista*) partimos para a literatura teórica sobre os

conceitos de populismo e hegemonia, com o intuito de aprofundar, em seguida, a análise do campo de estudos sobre o lulismo.

Primeiro, apresentamos a teoria do populismo de Ernesto Laclau, definindo os conceitos de antagonismo, demanda e hegemonia. Em seguida, discutimos a relação entre o populismo e as instituições políticas, abordando o caráter, a princípio, anti-institucional do populismo. Fizemos isso para tentar localizar o lulismo dentro do *continuum* teórico entre o populismo e o institucionalismo como formas típico-ideais, de acordo com o pensamento de Laclau.

Nesse aspecto, apresentamos o populismo como uma lógica formal, baseada na construção discursiva do antagonismo entre o “povo” e o “poder”. Na teoria de Laclau, o populismo é uma lógica formal porque são definidas apenas as condições teóricas de sua emergência, ou seja, não se antecipa nenhuma característica ou conteúdo empírico, que devem ser observados caso a caso.

Por isso é que, levando em consideração aquele *continuum*, o populismo nunca se apresentaria de forma pura, mas em diferentes *graus* de articulação e representação de demandas populares antagônicas ao poder. Aqui entram os temas da autonomia e da hegemonia, referentes ao populismo, como polos de articulação entre a base de um movimento e sua dirigência, respectivamente, em termos de horizontalismo e verticalismo.

Apesar de concordar com Laclau quanto à formalidade de sua teoria, decidimos agregar uma especificidade ao populismo, de modo a entender como se estabelece sua característica de antagonismo ou de ruptura com o poder estabelecido. Essa especificidade seria a “inclusão radical” dos “excluídos”, dos “de baixo” em relação ao poder (Artigas, 2017; Balsa, 2010). Essa inclusão é o que faz irromper os conflitos relacionados ao populismo, mesmo que ele se pretenda um populismo de baixo confronto.

Isso é o que observamos no caso do lulismo, em sua relação com as instituições do regime político brasileiro. Pois mesmo que o populismo lulista fosse conciliatório, a inclusão radical dos “de baixo”, na pirâmide social brasileira, levaria à ruptura da ordem antes estabelecida, numa reação dos “de cima” a essa inclusão.

Para aprofundar um pouco mais essa análise da relação entre o populismo e o poder institucional / “os de cima”, fomos mais uma vez ao conceito de hegemonia, mas em termos gramscianos. Se, para Laclau, a hegemonia é a articulação, a representação política e a administração de demandas, para Gramsci, a hegemonia é uma forma de dominação que combina *consenso* e *coerção* na busca da legitimidade pelo poder. Nesse sentido, se o populismo se encontra no terreno da hegemonia como forma da política contemporânea, ele é

um exercício de poder hegemônico, que também implica consenso e coerção (violência), já que não só constitui suas próprias instituições como também se articula às instituições do poder hegemônico mais amplo.

Levando em consideração o modelo de populismo que emerge da teoria gramsciana (Frosini, 2014), no contexto da discussão sobre a revolução passiva burguesa, entendemos que ele torna explícita a constante negociação entre o “povo” e o “poder”, ou entre o “povo” e as “elites”, o “povo” e a “burguesia”, etc. Essa negociação, ou esse consenso, por mais pacífico que possa parecer, envolveria sempre algum grau de coerção violenta, de acordo com o conceito gramsciano de hegemonia.

De um lado, o povo com seu poder de ameaça, em termos de mobilização, e a possibilidade da constituição de um novo poder. Do outro, o poder já estabelecido, com seus meios de ameaça e coerção específicos e legitimados ¹⁸¹, a polícia, as forças militares, os órgãos de juízo e investigação, etc. Aqui é que definimos o *populismo como um macro exercício de hegemonia, uma forma de poder consensual e coercitivo (violento) entre o “povo” e as “elites”*.

Considerando as inúmeras trincheiras hegemônicas pela classe dominante nesse contexto, constatamos, no marco teórico, uma tendência à recondução da política “radical” aos padrões da política liberal da guerra de posição burguesa, em contraposição à guerra de movimento, específica de contextos revolucionários. Por isso é que o populismo, como forma iliberal de política, mesmo que se proponha revolucionário, acabaria sendo reconduzido à lógica da democracia liberal burguesa, na qual o seu potencial revolucionário se dissolve.

Avançando na definição formal do populismo, partimos, então, para o tema da representação política e do significante vazio, na teoria laclausiana. Nesse ponto, veio à tona toda a importância da retórica na teoria do populismo de Laclau. Pois o populismo pode ser entendido também como o processo de nomeação de um símbolo, ele é um *nome* que ganha e expressa todo seu poder afetivo na articulação da experiência populista. Pode ser o nome de um líder ou o nome de um partido ou um movimento, o que importa é a sua qualidade de unificação da rede de demandas populares. O significante vazio é uma demanda que representa as outras demandas da rede equivalencial, ele se diz “vazio” porque se esvazia parcialmente de seu significado particular para agregar os significados das demais equivalências populares. Pelo

¹⁸¹ Aqui, obviamente, podemos citar não só a teoria gramsciana, mas a base desse argumento que, em Gramsci, também é weberiana: o “Estado contemporâneo” é “uma comunidade humana que, dentro dos limites de determinado território - a noção de território corresponde a um dos elementos essenciais do Estado - reivindica o monopólio do uso legítimo da violência física”. WEBER, Max. A política como vocação. In: *Ciência e política: duas vocações*. São Paulo: Cultrix, 2013, p.56.

princípio da “articulação” (Laclau e Mouffe, 2015), todas as identidades envolvidas se transformam mutuamente.

Por isso, vemos que o significante vazio, apesar de unificar o conjunto de demandas, não se estabelece como um juiz absoluto na relação com elas. Tanto o significante quanto as demandas possuem autonomias relativas, e se relacionam na base de uma mútua constituição de identidades, um movimento duplo de representação, mesmo que, em determinados momentos, eles possam se autonomizar em demasia. Caso isso ocorra, conflitos irremediáveis podem ser gerados, ao ponto mesmo do burocratismo, do autoritarismo ou da desarticulação da rede equivalencial pelas contradições entre as demandas.

Em termos de retórica, o nome que representa e sintetiza a experiência populista, devido aos deslizamentos de sentido, pode se tornar até mesmo um sinônimo do próprio “povo”. Por isso é que, no lulismo, poderíamos dizer que “Lula” é sinônimo de “povo”, como numa sinédoque, uma figura da retórica que significa a identidade relativa entre dois termos. No mesmo sentido, seria também uma metonímia, uma parte que representa o todo.

Nesse caso, dependendo da força do populismo e do nome que o representa, pode acabar ocorrendo, ainda, uma catacrese, uma figura da retórica que significa a “cristalização” metafórica da experiência populista. Nesse ponto, o nome do líder, ou o nome que representa o populismo, ganha uma vantagem política histórica no que se refere à articulação do povo, dada a identificação discursiva proporcionada pela catacrese.

Ainda em relação ao tema da representação ou da liderança populista, vemos que ela possui uma conotação simbólica, pois o nome é um símbolo que “encarna” um significado mítico ou, melhor dizendo, *místico*. Essa “encarnação” é retórica porque se dá no campo dos sentidos discursivos, mas nem por isso ela deixa de ser algo material. Muito pelo contrário. A encarnação metafórica tem consequências práticas no mundo social. No caso do populismo, a mitologização do nome pode levar a uma identificação praticamente religiosa entre o “povo” e sua liderança.

No caso do lulismo, por sua vez, esse foi um dos aspectos verificados junto ao Movimento Lula Livre em Curitiba, no qual o nome “Lula” aparecia como uma espécie de grande pastor, um pai ou um grande amigo, um messias, um redentor, um quase sinônimo de “Deus”.

Nesse sentido, vemos que a centralidade política que o nome do líder apresenta na experiência populista pode revelar uma tensão no seio do próprio populismo, entre as instituições que ele mesmo (o populismo) cria (por exemplo, o poder burocrático e sua própria elite), e a base do movimento. Trata-se da verticalização hegemônica em torno do significante

vazio e da ascensão ao Estado, em contraposição à articulação autônoma e horizontal de demandas na sociedade civil. É a tensão entre as dimensões da hegemonia e da autonomia, respectivamente, abordada por Laclau.

Para Laclau, o populismo deveria operacionalizar uma negociação constante entre essas dimensões, para evitar o risco de um *curto circuito* entre o poder burocrático e os movimentos de base. Pois, caso ocorresse esse curto circuito, a experiência populista poderia se burocratizar ao ponto de sua própria dissolução dentro das instituições do Estado, o que acabaria com seu potencial antagônico e, no limite, a absorveria e neutralizaria diante do poder hegemônico mais amplo, desarticulando o “povo”.

Percebemos, assim, que a tensão entre autonomia e hegemonia, no seio do populismo, faz parte da tensão mais geral entre o populismo e o institucionalismo como extremos de um mesmo processo contínuo.

Nesse processo, são vários os conflitos que podem ser desencadeados quando o populismo chega ao governo das instituições, ou melhor, quando o “povo” chega ao “poder”. Lembrando que o “povo” não é uma categoria dada territorial ou sociologicamente, mas construída discursivamente pela articulação de demandas democráticas que se transformam em demandas populares. Sua especificidade é a inclusão radical dos excluídos numa determinada ordem política e social. E tampouco o “poder” é algo dado, embora geralmente se constitua pelas elites políticas, burocráticas, violentas e econômicas da sociedade. No discurso populista, o poder é construído discursivamente como um inimigo do povo, na lógica de confrontação “nós” X “eles”.

Um populismo *no* poder, portanto, está sujeito a inúmeros conflitos ou tensões com as instituições políticas já constituídas. Esses conflitos ocorrem pelo fato do populismo, ao mesmo tempo, *ser povo e ser Estado; ser oposição / mobilização social e ser governo; ser ruptura e ser continuidade* (Artigas, 2017). Ou seja, por estar dentro e fora do poder, o populismo, ao mesmo tempo em que é anti-institucional, é também atravessado pela institucionalidade.

Por isso, o governo populista acaba quase sempre enfrentando um distanciamento cada vez maior entre o povo que ele constrói e o poder que deve administrar, isto é, uma distância entre a articulação autônoma e democrática das demandas populares e sua institucionalização hegemônica. Ou, ainda, pode acabar se transformando num movimento elitista, burocrático ou autoritário, afastado das bases populares, como já dissemos. Isso vai sempre depender do grau de institucionalização dentro do próprio populismo e do grau de sua aceitação do poder e da institucionalidade já constituída.

O que importa, para o exercício hegemônico populista, é seu aspecto de articulação (relação metonímica) e representação (relação metafórica) de demandas; a construção do “povo”; bem como o traçado de fronteiras antagônicas ao seu “inimigo”. Trata-se de um exercício de poder, pois o poder é hegemônico: por um lado, há consenso e legitimação, por outro, violência e exclusão.

Assim, da mesma forma que todo poder tende à concentração e busca sua estabilização, também o populismo, por ser um exercício hegemônico, busca construir suas próprias instituições e seu próprio poder. É por isso que, para Laclau (2006a), nenhum poder se estabilizaria se não equilibrasse a mobilização e a institucionalização das demandas populares, se não evitasse o curto circuito entre autonomia e hegemonia.

Nesse sentido, a negociação é constante: tanto dentro da rede de equivalências do populismo, como poder emergente, quanto dessa rede com os poderes já instituídos fora dela. Já o conflito será mais intenso quanto maior for a radicalização do populismo e sua tentativa de estabelecer-se como poder “definitivo”.

Isso quer dizer que, no exercício hegemônico do populismo, quanto mais se aprofunde sua estabilização no poder, mais falaremos em institucionalismo, no extremo da contraposição típico-ideal daquele “*continuum*”.

Como o populismo é uma questão de grau, na medida em que ele vai se afastando das bases populares, um novo movimento populista tende a se organizar, geralmente em contraposição ao movimento anterior, já identificado com o poder. Novamente, o “povo” entra em cena.

Aqui, identificamos um paradoxo do populismo, no contexto da guerra de posição ou da revolução passiva burguesa. Diante da extensão do campo de lutas, um populismo com baixo grau de mobilização e antagonismo, que não articule uma guerra de movimento em grandes proporções, deve acabar seguindo os padrões de burocratização da democracia liberal burguesa. Por isso, ao mesmo tempo em que o povo ganha protagonismo, o regime burguês o absorve e o incorpora à lógica hegemônica e estatal, que é a mesma lógica da revolução passiva.

Até aqui, tudo o que viemos discutindo sobre autonomia e hegemonia pode ser resumido nos seguintes antagonismos discursivos, em termos típico-ideais: populismo X institucionalismo; populismo X revolução passiva, povo X poder; povo X elites; plebe X elites; pobres X ricos; trabalhadores X burguesia; democracia X oligarquia; sociedade X estado (o sistema, o *establishment*, as instituições); bem como carisma X burocracia, emancipação X domínio; ou ainda: horizontalismo X verticalismo; consenso X violência; metonímia X metáfora, etc. São inúmeras as denominações possíveis para entender o mesmo contexto.

A oposição visual de linguagem entre esses termos, no entanto, não significa que na realidade haja uma oposição dura, ou que não haja ambiguidade entre eles. É uma oposição, em primeiro lugar, analítica, ou científica. Na prática, eles são interrelacionados, e um toma o lugar do outro constantemente nas mais diversas situações. Por isso é que os definimos em termos típico-ideais, como na acepção weberiana, também assumida por Laclau e Gramsci.

Por exemplo, para Gramsci, de acordo com o nosso pensamento, embora a hegemonia se efetive violentamente por meio do Estado, ela se articula na sociedade civil democraticamente, por meio do consenso. Mas isso não quer dizer que não haja consenso no Estado ou que a sociedade civil não seja violenta. Mais uma vez, a separação entre sociedade e Estado é apenas analítica, vem da cabeça do intérprete ou do sociólogo.

Por isso é que, no caso da constituição de um novo poder que se contraponha ao poder burguês, ora em voga, se sua intenção for construir uma sociedade nova, também um novo estado deve ser construído, com seus meios específicos e legitimados de violência. Então, primeiro, a hegemonia se dá horizontalmente (em nível micro), como articulação de demandas na sociedade, e, ao mesmo tempo, se verticaliza na representação política (em nível macro).

A articulação entre autonomia-sociedade e hegemonia-estado, no caso do populismo, não quer dizer que ele não possa continuar agindo democrática e horizontalmente na sociedade. Não só pode, como deve, caso queira evitar o curto circuito na representação das demandas populares e tentar escapar da tendência de recondução da política aos padrões da guerra de posição burguesa.

Enfim, encerrando o capítulo 2 para, em seguida, reintroduzir o tema do lulismo, falamos de populismo e institucionalismo nas experiências populistas recentes da América Latina, comentadas por Laclau. Levamos em conta, principalmente, a relação entre as dimensões de autonomia e hegemonia. No entender de Laclau, a experiência brasileira, com Lula, teria estado numa “posição intermediária” no *continuum* entre populismo e institucionalismo.

Nesse ponto, vimos novamente o lulismo em comparação com o varguismo, relacionando as análises de Laclau e de Singer sobre a experiência brasileira pós-neoliberalismo dos anos 1990. Assim, constatamos que o lulismo congregava tanto as normas da democracia liberal burguesa quanto elementos da tradição nacional-popular brasileira, dentro do que Laclau chamou de “um novo modelo latino-americano de democracia”.

No terceiro capítulo (*O populismo lulista*), discutimos, então, o grau de populismo do lulismo. Se, para Laclau, a experiência brasileira teria estado numa posição intermediária com o institucionalismo, do nosso ponto de vista, o lulismo se colocaria muito mais próximo das

instituições. Ou seja, entendemos que o lulismo desenvolveu uma ênfase demasiada na dimensão hegemônica-estatal, técnica e burocrática, como dissemos. Isso é o que nos sugeria a própria literatura lulista sobre sua adaptação à institucionalidade, na forma da “conciliação de classes” para evitar o “confronto com o capital”, como diz Singer.

Diante disso, procuramos entender como o antagonismo e as fronteiras teriam sido estabelecidas e/ou administradas durante o lulismo. Pois, como governo, a institucionalização e a burocratização da política prevaleceram. O populismo lulista no poder negociava com os “inimigos” do “povo”, administrando as demandas populares pela lógica da diferença, dentro da institucionalidade vigente, que ainda continha espaço para essa administração. Por isso, o lulismo não traçava fronteiras. Elas só apareceram nitidamente a partir de meados do primeiro mandato de Dilma, momento em que as elites políticas, econômicas e violentas decidiram radicalizar.

Assim, do ponto de vista do governo, o lulismo seria um populismo de baixo grau ou de baixa intensidade em relação ao confronto com as instituições e poderes vigentes.

Visto no longo prazo, consideramos, porém, que o surgimento do lulismo nas lutas pela redemocratização do país nas décadas de 1970 e 80, de acordo com a literatura lulista, teria sido um populismo de alto grau, em termos de mobilização e articulação das demandas populares que se expressavam durante o regime militar ditatorial iniciado em 1964.

O lulismo surgiu com o petismo e ambos caminharam lado a lado em sua institucionalização nos anos 90. A partir de 2002, na etapa de maior burocratização, a experiência populista do petismo, então, triunfaria institucionalmente, enquanto o lulismo se ampliaria com o significante vazio “Lula”, seu nome, sua imagem e sua pessoa.

A verticalização hegemônica em torno desse significante, ao mesmo tempo em que articulava cada vez mais demandas, as administrava no interior do poder lulista/petista e da democracia burguesa. Foram se perdendo as antigas bases populares, que deram lugar a um movimento cada vez mais elitista, burocrático e eleitoral. O petismo construiu as bases da identificação lulista e colheu seus frutos. Porém, apartado do “povo lulista”, não pôde enfrentar a reação das elites à inclusão radical do próprio lulismo.

Aqui, vemos com um exemplo empírico como funciona o paradoxo da revolução passiva brasileira, das soluções “pelo alto”, nas quais o poder popular se subordina ao domínio burguês. Como diria Oliveira (2010), o lulismo era, de fato, uma “hegemonia às avessas”, ou seja, os “dominados” governando para os “dominantes”. Ou, ainda, no nosso vocabulário, um populismo hegemônico, elitista e afastado das bases autônomas, com um verdadeiro desequilíbrio entre as dimensões horizontal da autonomia e vertical da hegemonia.

Enfraqueceu-se a articulação entre o momento da participação popular e o momento do líder, entre mobilização de base e centralização burocrática, houve uma ênfase cada vez maior no polo estatal-hegemônico.

Nesse sentido é que consideramos que o lulismo poderia ser interpretado, ainda, como um “elitismo democrático”, de acordo com uma visão weberiana (Held, 1987). A elite lulista se associava e competia com as elites políticas, burocráticas, econômicas e violentas do país, ao mesmo tempo em que apaziguava os conflitos e controlava os impulsos afetivos da “massa”, ou do “povo”. Lula e o lulismo, porém, só conseguiram esse feito porque eles mesmos já faziam parte de uma elite partidária dirigente.

Aqui também fica explícito o exercício hegemônico do populismo, o mesmo que um discurso elitista democrático, no qual as elites exercem poder em nome do “povo”, consensual e coercitivamente. Vimos, assim, que a teoria da hegemonia é uma teoria do poder e das elites. A dimensão vertical da hegemonia, como relação de representação, é o que define esse ponto.

Sem o equilíbrio entre autonomia e hegemonia, tendo em vista a natureza concentracionária do poder e a tendência de toda organização à oligarquia ¹⁸², bem como o padrão de recondução à guerra de posição burguesa, a organização “lulo-petista” não escapou da burocratização hegemônica e elitista.

O lulismo se transformou em um populismo de Estado, fazendo uso tanto do consenso na sociedade civil quanto dos meios de coerção da sociedade política. No final, usaram as armas dos inimigos do povo e ainda sofreram na pele sua própria violência.

Do nosso ponto de vista, a reação burguesa e conservadora contra o lulismo, apesar da conciliação, se deu em função da inclusão radical operada durante os governos Lula e Dilma. Essa inclusão seria o aspecto especificamente populista do lulismo, por meio do qual se revelou o antagonismo. O golpe de Estado do “impítima” de Dilma em 2016 e a fraude eleitoral da prisão de Lula em 2018 foram o resultado de uma mobilização elitista contra um populismo fraco e em decadência, afastado das demandas populares por sua absorção na lógica institucionalista.

Consideramos que a inclusão radical do lulismo (diminuição da pobreza via renda, emprego e consumo, ampliação do acesso à cultura e às universidades, PEC das domésticas, movimentos identitários, etc.) foi o que desestabilizou o modelo conciliatório do lulismo, devido à tensão gerada sobre a estrutura de classes brasileira, que é extremamente desigual.

¹⁸² De acordo com a “lei férrea da oligarquia”, de Robert Michels, em “A base conservadora da organização; a democracia e a lei férrea da oligarquia; considerações finais”. In: CRUZ, M. B. (comp). Teorias sociológicas. 2. ed. Lisboa: Fund. Calouste Gulbenkian, 1995.

Atendendo a demanda popular da diminuição da pobreza, novas demandas democráticas se multiplicaram, acabando com o “consenso” entre as elites. Assim, a demanda elitista da pacificação do povo restava desatendida.

Isso ficou evidente em junho de 2013, quando pobres (“precariado”, “subproletariado”) e ricos (classes média e alta, poderes econômico, cultural, midiático, etc.) se mobilizaram contra o governo. Naquele momento, acabava o consenso lulista na democracia burguesa brasileira e a pacificação da sociedade. Por isso, a inclusão radical do lulismo expressaria, ao mesmo tempo, seu sucesso e seu fracasso: o atendimento das diversas demandas contraditórias que se proliferaram só poderia se estender por meio de uma radicalização que não fazia parte do modelo conciliatório. Diante disso, como o campo popular não radicalizou, já que sua dirigência estava absorvida pelo aparato estatal e elitista, essa função restou às próprias elites, que se colocaram contra o lulismo e sua inclusão radical.

Assim, vimos que tanto a inclusão radical dos que vinham “de baixo”, quanto a reação dos “de cima” a essa política, fariam explodir o conflito e o antagonismo antes domesticados pela conciliação. Foi o que causou a ruptura da ordem institucional do populismo lulista, mesmo que não fosse essa a sua intenção.

O próprio Singer admite isso quando, no seu último livro, *O lulismo em crise*, explica que a ascensão do subproletariado, ou a diminuição da pobreza, pressionava a reprodução do capitalismo brasileiro. Segundo ele, “o lulismo não pretendia produzir confronto com as classes dominantes, mas ao diminuir a pobreza o fazia sem querer” (Singer, 2018, p.22).

Com a resenha detalhada que fizemos d’*O lulismo em crise* constatamos, então, dois temas da nossa tese: a falta de mobilização do povo pela associação do lulismo com as elites (ênfase hegemônica-estatal), e a inclusão radical relacionada à redução da pobreza durante os governos Lula e Dilma. Vimos que a articulação do lulismo com o PMDB e os desdobramentos da Operação Lava Jato ajudavam a explicar o “elitismo democrático” do lulismo em sua competição com as elites, bem como o seu aspecto de “crise”. Por outro lado, a economia política de Dilma, chamada por Singer de “desenvolvimentismo”, “republicanismo” e “rooseveltianismo” também explicavam a reação das elites contra o lulismo.

Vimos ainda que, em torno da “gramática populista” do lulismo, revelou-se um problema de nomenclatura no texto do autor que expôs uma concepção economicista da política. Para Singer, a típica contraposição populista de “pobres” X “ricos” seria apenas uma “refração” da “verdadeira” luta de classes entre “trabalhadores” e “burguesia”.

Do nosso ponto de vista, não estaria totalmente incorreta a visão do autor. Porém, preferimos abordar o problema de acordo com a teoria populista do discurso, considerando que

a análise deve levar em conta a questão das demandas, pois no plano político as classes aparecem sempre como atos discursivos, como lemas ou como nomes que fazem emergir uma identidade coletiva. É a materialidade simbólica e prática do discurso em termos de identificação política que importa. Por isso, a “gramática populista” de “pobres” X “ricos” não seria meramente uma “refração” da “verdadeira realidade”, mas uma expressão legítima, no campo semântico e linguístico, das demandas antagônicas presentes na sociedade.

Ainda no capítulo 3, discutimos mais uma vez a questão da hegemonia como poder consensual e coercitivo, articulando nossa interpretação do populismo ao tema da violência e do Estado. De acordo com o pensamento gramsciano, entendemos que sem uma estratégia de autonomia e autodefesa para o povo, ao populismo de esquerda restaria apenas a sua identificação e utilização do poder de violência do Estado burguês contra o próprio povo que ele diz defender.

Por isso, entendemos que o lulismo no governo, como toda hegemonia, além de ter sido consensual, era também coercitivo, pois exercia poder com o aparato da república militar-burguesa brasileira e seus meios específicos e legitimados de violência: as polícias, os juízes, os órgãos de investigação, as forças militares, etc. Isso quer dizer que o lulismo articulou o consenso com os inimigos do povo e, uma vez no poder, usou as mesmas armas que hoje eles usam contra o povo e contra o próprio lulismo.

Esse tema da violência também observamos no nosso trabalho de campo junto ao Movimento Lula Livre em Curitiba.

No quarto capítulo (*A ralé do lulismo*), descrevemos vários aspectos de insegurança observados no Acampamento Marisa Letícia, no bairro Santa Cândida, perto de onde Lula estava preso. Poucos dias antes da nossa chegada, um segurança do Acampamento havia levado um tiro no pescoço de um policial à paisana. Mesmo assim, os acampados se recusavam a proteger-se efetivamente, com medo de que a represália fosse ainda maior. Além disso, foram deixados à míngua e tratados como uma “ralé” pelas dirigências partidárias e sindicais do lulismo.

Diante disso, foi possível identificar um aspecto de “martirização” de Lula e dos lulistas, que articulei à noção de representação simbólica do populismo lulista, como uma “encarnação” religiosa. A cultura religiosa de “paz” do lulismo, de dar a outra face, se mostrava ali de maneira bem visível.

Ao descrever as dinâmicas internas de organização do movimento, fizemos, então, uma analogia entre os nossos interlocutores do Acampamento e a “ralé” brasileira (Souza, 2009), em termos dos conflitos de classe observados no local. Percebemos que as distinções

sociais presentes no movimento indicavam a existência de uma “ralé” dentro do próprio lulismo, enquanto movimento marginalizado.

Por exemplo, enquanto que a “ralé” lulista do Acampamento era visivelmente pobre e negra, os dirigentes de partidos e de sindicatos da Vigília Lula Livre eram amplamente brancos e de classe média. Isso também ilustrava as distinções sociais e os conflitos de classe que observei entre o movimento como um todo e as características mais gerais da população curitibana naquele local, amplamente branca e de classe média tradicional. Quando descrevemos o bairro Santa Cândida (classe média tradicional, descendentes de poloneses) e quando caracterizamos o Acampamento Marisa Letícia (a “ralé”), essa distinção ficou evidente. Além disso, a própria analogia da “ralé” para os acampados, em contraposição aos lulistas elitistas da Vigília, já evidenciava esse ponto.

Nesse sentido, ao estudar o lulismo na prática, como movimento político, constatamos que ele reproduzia a mesma estrutura de classes da sociedade brasileira, conforme o próprio Singer já apontava, ao dizer que as contradições do lulismo são as mesmas contradições do Brasil.

A esta altura deve ficar claro que a literatura lulista é, ao mesmo tempo, nosso objeto de pesquisa e nossa fonte de interpretação sobre o fenômeno. Isso quer dizer que os dados, o vocabulário e as informações históricas trazidas por essa literatura nos serviram também como base argumentativa.

Com a análise dessa literatura, articulada ao nosso referencial teórico, entendemos que o lulismo partiu de um populismo de alto grau, com o projeto hegemônico petista da redemocratização, até chegar ao lulismo de governo, como um populismo de baixo grau em termos do antagonismo com as instituições. Um populismo muito hegemônista e pouco autônomo, portanto.

E aqui chegamos ao tema do hegemonismo.

O que é o hegemonismo de esquerda no Brasil?

É uma política preguiçosa e que não se movimenta, que não oferece rigidez nem resistência aos inimigos do povo brasileiro.

O hegemonismo é uma prática que pode ser observada empiricamente. É a prática política da esquerda burocratizada e elitista. É um abismo entre prática e teoria, um curto circuito entre hegemonia e autonomia. É uma forma de política passiva, pacífica, confusa e vacilante. É a política de conciliação com os inimigos do povo. É uma política do medo, da

capitulação, de “uma esquerda resumida à política do pânico” (Santos, Peruso, Oliveira, 2020)¹⁸³.

Por que o lulismo é um populismo hegemônista? Porque ele é um populismo de baixo grau no antagonismo com as instituições, porque enfatiza a estratégia hegemônica em detrimento da autonomia popular e, por isso, se distancia do povo ao chegar ao poder. Basicamente, o hegemônismo lulista é o contrário do conflito, ou melhor, é a administração do conflito. É um populismo fraco, passivo e em decadência.

O que a crítica ao hegemônismo tem a ver com a violência? Do nosso ponto de vista, para seguir com as mudanças que o lulismo implementou no cenário da tremenda desigualdade brasileira, seria necessária uma redistribuição radical dos recursos materiais e simbólicos, e isso implicaria enfrentamentos violentos com o poder: o poder burocrático e oligárquico, o poder branco e patriarcal, o poder teocrático, capitalista/financeiro, colonial e latifundiário, etc. Implicaria sair de casa e colocar o próprio corpo em jogo, dar a cara a tapa, apostar no novo.

É preciso articular a autodefesa do povo. Mas os hegemônistas não concordam e têm medo de dizê-lo. Como os socialistas utópicos do século XIX, eles acham que vão convencer os donos do poder a abrir mão do seu próprio poder pacificamente. Quando, na verdade, sabemos que não existe poder que não se estabeleça violentamente.

A ideia gramsciana da hegemonia, da íntima relação entre consenso e coerção, deixa isso mais do que explícito. É nela que nossa crítica ao hegemônismo e tese da autodefesa se baseiam. E se baseiam também na inquietação de Laclau sobre o recorrente *curto circuito* entre autonomia e hegemonia nas experiências populistas. Embora Laclau não dissesse, a democracia radical que ele defendia e que Chantal Mouffe ainda defende, com base num populismo de esquerda, só poderia ser desenvolvida levando a frente uma revolução com ênfase na autonomia, embora articulada hegemonicamente, sem curto circuito.

Deve ficar claro que o hegemônismo de esquerda não se aplica aos nossos interlocutores diretos do Acampamento Marisa Leticia. É um qualificativo para as direções ditas populares (PT, PCdoB, CUT, etc.), já que nossos interlocutores eram a base. E, como tentei demonstrar, havia uma clara cisão entre eles e os dirigentes, tanto de estratégias de luta quanto de perfil social. A crítica se aplica às direções, bem como aos intelectuais do lulismo.

¹⁸³ Ver: SANTOS; PERRUSO; OLIVEIRA (orgs). *O pânico como política*: o Brasil no imaginário do lulismo em crise. Rio de Janeiro, Mauad, 2020. No prefácio do livro, Paulo Arantes comenta: "As já desgastadas palavras de ordem acerca da iminente avalanche fascista de fato podem semear o pânico nos momentos de agonia eleitoral, porém, no *day after* da catástrofe ou do triunfo, a vida continua sendo tocada no ritmo dos arranjos eleitorais correntes e instituições idem. O "pânico como política" passa de fato um outro recado: não entrem em pânico, pois logo estaremos dando continuidade à nossa política pacificadora de sempre, justamente a gestão da emergência nossa de cada dia." Disponível em: <https://outraspalavras.net/crise-brasileira/uma-esquerda-reduzida-a-politica-do-panico/>, acesso em 28 mar. 2021.

Nesse sentido, ela é uma conversa entre gerações, já que se estende à intelectualidade da velha guarda lulista. E, como categoria analítica, o hegemonismo se estende ainda à intelectualidade argentina de esquerda, com quem também conversamos ao longo da tese.

A crítica ao hegemonismo é uma crítica à política elitista e burocrática, como já dissemos, à política incoerentemente centrada na hegemonia. Essa política é incoerente pois uma política hegemônica também implica ou deveria implicar uma articulação autônoma consciente.

Por isso, nem todo lulismo, enquanto movimento político, seria um hegemonismo, embora em alguns contextos os dois possam ser equivalentes, ou análogos. O que existe são *lulismos vários*, em diversas facetas que se apresentaram ao longo da história do movimento e que ainda se apresentam.

Em primeiro lugar, há o lulismo como identificação histórica entre Lula e o povo brasileiro. Um populismo de alto grau em termos de articulação de demandas populares e identificação com um significante vazio. Esse é o lulismo que começou nas lutas dos trabalhadores do ABC paulista com Lula à frente, que seguiu e se aprofundou no governo com as políticas e a imagem de Lula na presidência enquanto identificação com os pobres. Ele continua vivo ainda hoje pelas memórias dessa identificação e por seus apoiadores, sejam eles de partidos, de sindicatos, de movimentos sociais ou de intelectuais universitários, entre outros.

Em segundo lugar, o lulismo de governo, como estratégia hegemônica, estatal e eleitoral. É claro que ele não se desvincula completamente do anterior, dado que a própria identificação de Lula com o povo se deu em boa parte por meio eleitoral. Mas o lulismo de governo se baseou numa aceitação cada vez maior das regras do jogo burguês e num afastamento cada vez maior de suas bases. É sua faceta burocrática, institucionalista, partidária e elitista que o caracteriza nesse caso. Por isso, o hegemonismo.

São formas de pensar agarradas ao passado, agarradas a cargos, agarradas a modelos de conciliação que não são mais possíveis. São formas de atuar que já se mostraram extremamente nocivas para a luta social do povo, mas que mesmo assim continuam ativas.

O lulismo, em seu modelo de conciliação com a burguesia, foi mais uma tentativa pacífica e, conseqüentemente, frustrada de mudança dentro da ordem. Uma mudança que logo se mostrou insuficiente e que foi barrada pelos detentores do poder. Não era e nunca foi intenção do lulismo radicalizar, e esse foi justamente o seu grande limite. Insistindo em velhos modelos, o hegemonismo só se estende no tempo como práticas e ideias desconexas e incoerentes.

Não parto do princípio de que o lulismo deveria radicalizar, até porque esse nunca foi seu intuito. Reconheço isso, bem como os avanços em termos da “inclusão radical” de

demandas da sociedade brasileira, principalmente com relação à diminuição da pobreza. Mas de radical, aqui, vemos essa inclusão apenas em comparação com a enorme desigualdade social brasileira.

O tema da necessidade de uma radicalização é um deslizamento de sentido retórico dentro das próprias conclusões desta tese quanto ao que seria uma política mais efetiva no contexto atual, de um ponto de vista populista radical de esquerda. Aqui entra o tema da autodefesa local e territorial, na nossa “tese da violência” (ver Apêndice), em contraposição explícita ao hegemonismo do populismo de esquerda no Brasil.

O lulismo, de fato, não radicaliza. Esse nunca foi seu intuito. Muito pelo contrário. Mesmo o populismo de alto grau do lulismo da redemocratização, que continha uma boa articulação entre autonomia e hegemonia, já se propunha pacífico. No entanto, a não radicalização é parte intrínseca de sua incoerência enquanto política que se diz popular. Pois mesmo as poucas mudanças alcançadas com o lulismo no governo, um populismo de baixo grau na articulação autônoma, não se mantêm ou, então, são facilmente revertidas pela falta de reformas estruturais, reformas que o lulismo não fez justamente porque não radicalizava. O resultado está aí hoje: quem radicaliza é a extrema direita, com toda a retórica populista.

A falta de enfrentamento por meio da mobilização popular de esquerda foi o que propiciou a reação de um populismo de extrema direita no Brasil (que aqui é sinônimo de fascismo ou de neofascismo). O lulismo, ao articular-se com as elites, deixou de articular o povo, que por sua vez passou a ser articulado por um novo populismo, porém fascista, e ainda mais conservador no que diz respeito aos costumes retrógrados da sociedade brasileira: o machismo, o racismo, a homofobia, o vira-latismo, o entreguismo, o fundamentalismo religioso, etc. Nesse sentido, o populismo de direita no Brasil é tão conservador perante até mesmo as instituições da democracia liberal burguesa, que chega a ser revolucionário. Não à toa, o bolsonarismo é adepto da guerra cultural olavista, travada na política e na revisão histórica.

Enfim... o hegemonismo é a política da esquerda que faz o jogo da direita, é uma política que não ousa e que não cria, que é estagnada, acomodada, conformista e que vive de passado. É a política da esquerda pequeno-burguesa, branca e de classe média, intelectual e universitária. É a política dos partidos, dos sindicatos e da grande maioria das associações políticas. É a política das esquerdas religiosas, caretas e moralistas, que se acham superiores porque são “civilizadas”.

Isso é o hegemonismo de esquerda, do qual o populismo lulista é parte integrante e fundamental.

REFERÊNCIAS

ABREVAYA, S. “Diante do avanço do populismo de direita, ‘o único caminho é desenvolver um populismo de esquerda’. Entrevista com Chantal Mouffe”. *IHU-Online*, São Leopoldo, 26 nov. 2018. Disponível em: <http://www.ihu.unisinos.br/78-noticias/584930-diantedo-avanco-do-populismo-de-direita-o-unico-caminho-e-desenvolver-um-populismo-deesquerda-entrevista-com-chantal-mouffe>. Acesso em: 27 set. 2021.

AB’SABER, T. *Lulismo, carisma pop e cultura anticrítica*. SP: Hedra, 2011.

ALVES, A. Angela Davis: “Quando a mulher negra se movimenta, toda a estrutura da sociedade se movimenta com ela”. *El País Brasil*, Salvador, jul. 2017. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2017/07/27/politica/1501114503_610956.html, acesso em 22 set. 2020.

ARDITI, B. “Populism is Hegemony is Politics? On Ernesto Laclau's On Populist Reason”. *Constellations*, vol. 17, núm. 2, 2010.

ARTIGAS, J. M. Las tensiones del populismo en el poder. Pueblo e instituciones en la teoría de Ernesto Laclau. *Inguruak*, 62, 2017.

BALSA, J. Las dos lógicas del populismo, su disruptividad y la estrategia socialista. *Revista de ciencias sociales*, segunda época. Nº 17, otoño de 2010.

_____. Pensar la hegemonía y la estrategia política en Latinoamérica. *Prácticas De Oficio*, número 17, agosto de 2016.

BARROS, S. Inclusión radical y conflicto en la constitución del pueblo populista. *CONfines de Relaciones Internacionales y Ciencia Política*, vol. 2, núm. 3, enero-mayo, 2006.

BIGLIERI, P. *Hacia un duelo del populismo*. 2016. Disponível em: https://www.academia.edu/27692193/_Hacia_un_duelo_del_populismo Acesso em: 22 set. 2020.

BOITO, A. O lulismo é uma forma de bonapartismo? Uma crítica às teses de A. Singer. *Crítica marxista*, n.37, 1ª sem., 2013.

BOSCATTI, Ana Paula Garcia. *A Bunda e a “Natureza” Nacional: a Fabricação Sexopolítica da Brasilidade nos Anos 70 e 80*. 2020. 344 f. Tese (Doutorado Interdisciplinar em Ciências Humanas) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2020.

BOULOS, G.; SIMÕES, G. Outra governabilidade era possível. A relação contraditória com o movimento social. In: MARINGONI, G.; MEDEIROS, J. (orgs.) *Cinco mil dias: o Brasil na era do lulismo*. SP: Boitempo / Fundação Lauro Campo, 2017.

BIANCHI, A. *O que é um golpe de estado?* Blog Junho, 2016. Disponível em: <http://blogjunho.com.br/o-que-e-um-golpe-de-estado/>, acesso 18 jun. 2018;

BRAGA, R.; BIANCHI, A. Brazil: the Lula government and financial globalization. *Social*

Forces, Chapel Hill, v. 83, n. 4, 2005.

BRAGA, R. Apresentação. In: OLIVEIRA, F.; BRAGA, R.; RIZEK, C. (orgs.). *Hegemonia às avessas: economia, política e cultura na era da servidão financeira*. São Paulo: Boitempo, 2010.

_____. *A política do precariado: do populismo à hegemonia lulista*. São Paulo: Boitempo, 2012.

_____. Terra em transe: o fim do lulismo e o retorno da luta de classes. In: SINGER, A.; LOUREIRO, I. *As contradições do lulismo: a que ponto chegamos?* SP: Boitempo, 2016.

BURGOS, R. Bloco histórico, crise orgânica e emergência do novo povo brasileiro. *Revista Práxis e Hegemonia Popular* (Revista da IGS-B), n.1, setembro de 2016.

CASTELLS, M. Carta aberta aos intelectuais do mundo. *El País*, São Paulo, 10 out. 2018. Disponível em: <https://sul21.com.br/opiniao/2018/10/carta-aberta-de-manuel-castells-aos-intelectuais-do-mundo/>. Acesso em: 27 set. 2021.

CIGNACHI, H. *Ascensão e crise do lulismo: compromisso de classes e acumulação capitalista no Brasil contemporâneo (1989-2016)*. Tese (Doutorado em Sociologia Política). Programa de Pós-graduação em Sociologia Política, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2018.

COMUNA ARGENTINA. “Comuna Argentina: texto fundacional y firmantes del nuevo espacio de intelectuales”. Pagina 12. 7 jun. 2020. Assinam, por exemplo: Jorge Alemán, Paula Biglieri, Luis Blengino, Atilio Borón, Luciana Cadahia, Horacio González, Gloria Perelló, etc. Disponível em: <https://www.pagina12.com.ar/270770-comuna-argentina-texto-fundacional-y-firmantes-del-nuevo-esp>. Acesso em 22 set. 2020.

CONDE, G. “Lula devastador”. *Brasil 247*. 10 nov. 2019. Disponível em: <https://www.brasil247.com/blog/lula-devastador> Acesso em 22 set. 2020.

CORONEL, V.; CADAHIA, L. Populismo republicano: más allá del Estado versus pueblo. *Nueva sociedad*, jan/fev. 2018.

COUTINHO, C. N. A hegemonia da pequena política. In: OLIVEIRA, F.; BRAGA, R.; RIZEK, C. (orgs.). *Hegemonia às avessas: economia, política e cultura na era da servidão financeira*. São Paulo: Boitempo, 2010.

DE LA TORRE, C. “Populism in Latin America.” In: KALTWASSER, C. R. et al. *The Oxford Handbook of populism*. Oxford University Press, 2017.

FISHMAN, A.; VIANA, N.; SALEH, M. “Eua estão com faca e queijo na mão”. *The Intercept Brasil*, Vaza Jato: as mensagens secretas da Lava Jato (parte 24). 12 mar. 2020. Disponível em: <https://theintercept.com/2020/03/12/lava-jato-driblou-governo-ajudar-americanos-doj/> acesso em 22 set. 2020.

FONSECA, C. O anonimato e o texto antropológico: dilemas éticos e políticos da etnografia ‘em casa’. *Teoria e Cultura*, Juiz de Fora, V.2/N.1 e 2 Jan/Dez 2008, pp.39-53. Disponível em: <https://teoriaecultura.ufjf.emnuvens.com.br/TeoriaeCultura/article/viewFile/1106/910>, acesso

18 jul. 2018.

FROSINI, F. “Pueblo” y “Guerra de posición” como clave del populismo. Una lectura de los “Cuadernos de la cárcel de Antonio Gramsci. Cuadernos de ética y filosofía política. *Revista de la Asociación Peruana de Ética y Filosofía Política* ASPEFIP. Año 3, N° 3, setiembre de 2014.

_____.; BALSAS, J.; LÓPEZ, E. *La política y el poder en el Estado de masas: el análisis de Gramsci en los “Cuadernos de la cárcel”*. Seminario de Doctorado: LESET-IdHCS, Doctorado en Ciencias Sociales, Doctorado en Sociología, Universidad Nacional de La Plata, Argentina. 6-15 junio, 2017.

GLYNOS, J. et al. *Discourse analysis: varieties and methods*. National Centre for Research Methods, 2009. Disponível em: <http://eprints.ncrm.ac.uk/796/1/discourse_analysis_NCRM_014.pdf>. Acesso: 15 jun. 2015.

GORTÁZAR, N. G.; ALESSI, G. “PCC, a irmandade dos criminosos”. *El País Brasil*. São Paulo, 12 jun. 2020. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2020-06-12/pcc-a-irmandade-dos-criminosos.html> acesso em 22 set. 2020.

GRAMSCI, A. Cuaderno 6 (VIII) 1930-1932. Miscelánea. In: *Cuadernos de la cárcel*. Edición crítica del Instituto Gramsci. A cargo de Valentino Gerratana. Tomo 3. Trad. Ana María Palos. México, D. F.: Ediciones Eras, 1984.

_____. Cuaderno 14 (I) 1932-1935. Miscelánea. In: *Cuadernos de la cárcel*. Edición crítica del Instituto Gramsci. A cargo de Valentino Gerratana. Tomo 5. 2.ed. Trad. Ana María Palos. México, D. F.: Ediciones Eras, 1999.

_____. Caderno 13 (1932-1934). Breves notas sobre a política de Maquiavel. In: *Cadernos do cárcere*. Vol.3. Ed. e Trad. Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000a.

_____. Carta a Tatiana Schutz (7 de setembro de 1931). In: *Cartas do Cárcere*. V2. Trad. Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000b.

HECK, D. E.; SILVA, R. S.; FEITOSA, S. F (orgs.). *Povos indígenas: aqueles que devem viver – Manifesto contra os decretos de extermínio*. Brasília: Cimi – Conselho Indigenista Missionário, 2012. Disponível em: https://cimi.org.br/wp-content/uploads/2017/11/Cimi-40-anos_manifesto-contra-decretos-exterminio.pdf Acesso em: 22. Set. 2020.

HELD, D. O elitismo competitivo e a visão tecnocrata. In: *Modelos de democracia*. Belo Horizonte: Paidéia, 1987.

JINKINGS, I.; DORIA, K.; CLETO, M. (orgs.) *Por que gritamos golpe? Para entender o impeachment e a crise política no Brasil*. SP: Boitempo, 2016.

KALTWASSER, C. R. et al. *The Oxford Handbook of populism*. Oxford University Press, 2017. Disponível em: <https://books.google.com.br/books?id=18ypAQAACAAJ&printsec=frontcover&hl=pt-BR#v=onepage&q&f=false>. Acesso em: 21 set. 2020.

KOPTTIKE, H. *Podemos e a hipótese populista na Espanha*. Dissertação de mestrado, UFSC, 2018.

KRENAK, A. *O amanhã não está à venda*. Cia. Das Letras, 2020.

Disponível em: <http://www.zendobrasil.org.br/wp-content/uploads/2020/04/Ailton-Krenak-O-amanha%CC%83-na%CC%83o-esta%CC%81-a%CC%80-venda-1.pdf-1.pdf>

Acesso em 22 set. 2020.

LACLAU, E. Para uma teoria do populismo. In: *Política e ideologia na teoria marxista: capitalismo, fascismo e populismo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

_____. *Nuevas reflexiones sobre la revolución de nuestro tiempo*. Buenos Aires: Ediciones Nueva Visión, 1990.

_____. Democracy and the question of power. *Constellations*, Blackwell Publishers, Oxford, Malden, vol. 8, n.1, 2001.

_____. Consideraciones sobre el populismo latinoamericano. *Cuadernos del Cendes*. Año 23. N° 62. Tercera época. Mayo-Agosto 2006a.

_____. Inclusão, exclusão e a construção de identidades. In: AMARAL JR., Aécio; BURITY, Joanildo Albuquerque. (orgs.). *Inclusão social identidade e diferença: perspectivas pós-estruturalistas de análise social*. São Paulo: Annablume, 2006b.

_____. La deriva populista y la centroizquierda latinoamericana. *Revista de la CEPAL*, Santiago de Chile, n.29, ago. 2006c.

_____. Populismo: ¿qué nos dice el nombre? In: PANIZZA, F. (Comp.). *El populismo como espejo de la democracia*. Buenos Aires, FCE, 51-70, 2009.

_____. Da emancipação à liberdade. In: *Emancipação e diferença*. Rio de Janeiro: UERJ, 2011a.

_____. Por que os significantes vazios são importantes para a política? In: *Emancipação e diferença*. Rio de Janeiro: UERJ, 2011b.

_____. Poder e representação. In: *Emancipação e diferença*. Rio de Janeiro: UERJ, 2011c.

_____. Entrevista a Mauro Cerbino. In: CERBINO, Postmaxismo, discurso y populismo: un diálogo con Ernesto Laclau. Íconos. *Revista de Ciencias Sociales*. Num. 44, Quito, septiembre 2012.

_____. *A razão populista*. São Paulo: Três Estrelas, 2013.

_____. Why constructing a people is the main task of radical politics. In: *The rhetorical foundations of society*. London/New York: Verso, 2014a.

_____. *The rhetorical foundations of society*. London/New York: Verso, 2014b.

_____.; MOUFFE, C. *Hegemonia e estratégia socialista: por uma política democrática radical*. Rio de Janeiro: Intermeios, 2015.

LAVIGNE, N. *Em defesa do populismo* (Entrevista com Ernesto Laclau), 19/04/2014. Disponível em: <<https://www.cartacapital.com.br/internacional/em-defesa-do-populismo-2515.html>>. Acesso em 15 nov. 2017.

LÓPEZ-FONSECA, O. GORTÁZAR, N. G. “A cocaína que viajava no avião da comitiva de Bolsonaro”. *El país Brasil*. Madri / SP, 3 jul. 2019. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2019/07/02/politica/1562091519_351309.html, acesso em: 22 set. 2020.

LÖWY, Michael. Dois anos de desgoverno – a ascensão do neofascismo. *A terra é redonda*. 9 fev. 2021. Disponível em: <https://aterraeredonda.com.br/dois-anos-de-desgoverno-a-ascensao-do-neofascismo/>. Acesso em: 5 mar. 2021.

MANIFESTO DO PIARAÇU – das lideranças indígenas e caciques do Brasil na Piraçu, 17 jan. 2020. Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/1HSsR0JnJcw3MYIKRzrinzgWsjVicw43s/view>, Acesso em: 22. Set. 2020.

MANSO, B. P. *A república das milícias: dos esquadrões da morte à era Bolsonaro*. São Paulo: Todavia, 2020.

MARCHART, O. In the name of the people: populist reason and the subject of the political, *Diacritics*, núm. 35(3), 2005.

MARINGONI, G.; MEDEIROS, J. Prefácio em seis tempos. In: MARINGONI, G.; MEDEIROS, J. (orgs.) *Cinco mil dias: o Brasil na era do lulismo*. SP: Boitempo / Fundação Lauro Campos, 2017.

MATRAGA, J. Esquerda controlável: Lula e o PT nasceram de um projeto da ditadura militar. *Aventuras na história*, 2020. Disponível em: <aventurasnahistoria.uol.com.br/noticias/reportagem/historia-lula-e-o-pt-nasceram-de-um-projeto-da-ditadura-militar.phtml>. Acesso set. 2020.

MENDONÇA, D. Por que não seria o “lulismo” populista? In: MENDONÇA, D.; RODRIGUES, Léo Peixoto. LINHARES, Bianca. (orgs.) *Ernesto Laclau e Seu Legado Transdisciplinar*. Brasília, Intermeios, 2016.

_____.; MACHADO, I. S. Apresentação do Dossiê: O Populismo e a Construção Política do Povo. *Mediações - Revista de Ciências Sociais*. v.26, n.1 - jan./abr. 2021. Disponível em: <https://www.uel.br/revistas/uel/index.php/mediacoes/article/view/42098/pdf>. Acesso em: 27 set. 2021.

_____.; LINHARES, B. F. “Eu sou uma ideia”: o discurso do Lulismo no Brasil. 2021. Disponível em: https://drive.google.com/drive/folders/1ton1Z2aWli1iPjcFONX9f5DA_7PiJKCh?fbclid=IwAR3fK2PT2hs6cp31PIbj6Nsd1wX6ofAkIUDD7dvCA4czUUFcD80XEp1aSE, acesso em: 30 out. 2021.

MICHELS, R. A base conservadora da organização; a democracia e a lei férrea da oligarquia; considerações finais. In: CRUZ, M. B. (comp). *Teorias sociológicas*. 2ª. Ed Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1995.

MOUFFE, C. *Por un populismo de izquierda*. Buenos Aires: Siglo XXI Editores Argentina, 2018.

_____. *On the political*. London / New York: Routledge, 2005.

MUDDE, C. How populism became the concept that defines our age. *The Guardian*, nov. 2018.

_____.; KALTWASSER, C. R. *Populism: a very short introduction*. Oxford University Press, 2017.

NEGRI, A. Primeiras observações sobre o desastre brasileiro. *Revista Cult*, São Paulo, 29 nov. 2018. Disponível em: <https://revistacult.uol.com.br/home/antonio-negri-desastre-brasileiro/>. Acesso em: 27 set. 2021.

NOBRE, M. Anexo – “Pemedebismo” e “lulismo”: um debate com André Singer. In: *Imobilismo em movimento: da abertura democrática ao governo Dilma*. SP: Cia. Das letras, 2013.

OLIVEIRA, F. *Crítica à razão dualista: o ornitorrinco*. SP: Boitempo, 2003.

_____. Hegemonia às avessas. In: OLIVEIRA, F.; BRAGA, R.; RIZEK, C. (orgs.). *Hegemonia às avessas: economia, política e cultura na era da servidão financeira*. São Paulo: Boitempo, 2010.

_____.; BRAGA, R.; RIZEK, C. (orgs.). *Hegemonia às avessas: economia, política e cultura na era da servidão financeira*. São Paulo: Boitempo, 2010.

PANIZZA, F. Introducción. El populismo como espejo de la democracia. In: *El populismo como espejo de la democracia*. Buenos Aires: FCE, 2009.

PAULANI, L. M. Desenvolvimentismo, planejamento e investimento público nos cinco mil dias do lulismo. In: MARINGONI, G.; MEDEIROS, J. (orgs.) *Cinco mil dias: o Brasil na era do lulismo*. SP: Boitempo / Fundação Lauro Campo, 2017.

PINHEIRO-MACHADO, R. Entrevista: ‘Bolsonaro é o populista que mais se aproximou do fascismo na história’, diz Federico Finchelstein. *The Intercept*, Rio de Janeiro, 7 jul. 2020. Disponível em: <https://theintercept.com/2020/07/07/bolsonaro-populista-fascismo-entrevista-federico-finchelstein/>. Acesso em: 27 set. 2021.

PINTO, C. Comunicação oral na Mesa Redonda *Teoria do discurso e a conjuntura brasileira e internacional*, com Céli Regina Jardim Pinto, Érica Simone Almeida Resende e Sebastián Barros, no *II Simpósio Pós-Estruturalismo e Teoria Social: Ernesto Laclau e seus Interlocutores*. Pelotas, 25, 26 e 27 de setembro de 2017.

RETAMOZO, M. La teoría del populismo de Ernesto Laclau: una introducción, *Estudios*

Políticos, núm. 41, mayo-agosto, 2017.

_____. Posmarxismo: entre el populismo y lo nacional popular en América Latina. *Religación. Revista de Ciencias Sociales y humanidades*. Vol 3, nº 12, Quito, Trimestral, Diciembre, 2018.

RICCI, R. *Lulismo: da era dos movimentos sociais à ascensão da nova classe média brasileira*. Brasília: Fundação Astrojildo Pereira / Rio: Contraponto, 2013.

_____. “Neste domingo, a esquerda brasileira acovardada deu lugar aos jovens da periferia”. O autor fala em “ocaso” do lulismo, “como numa corrida de bastão”. Em: *Viomundo*, 8 ju. 2020. Disponível em: <https://www.viomundo.com.br/politica/ruda-ricci-neste-domingo-a-esquerda-brasileira-acovardada-deu-lugar-aos-jovens-da-periferia.html> acesso em 22 set. 2020.

ROCHA, C. *O ensaio populista do lulismo: do Nordeste à periferia de São Paulo*. Comunicação oral no II Simpósio Pós-Estruturalismo e Teoria Social: Ernesto Laclau e seus Interlocutores. Pelotas, 25, 26 e 27 de setembro de 2017.

SAFATLE, V. Um problema de imagem. In: MARINGONI, G.; MEDEIROS, J. (orgs.) *Cinco mil dias: o Brasil na era do lulismo*. SP: Boitempo / Fundação Lauro Campo, 2017.

_____. “Como a esquerda brasileira morreu”. *El País Brasil*, 10 fev. 2020. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/opiniaio/2020-02-10/como-a-esquerda-brasileira-morreu.html> Acesso em 22 set. 2020.

_____. “Para a esquerda, morrer é só o começo”. *El País Brasil*, 27 fev. 2020. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/opiniaio/2020-02-27/para-a-esquerda-morrer-e-so-o-comeco.html>. Acesso em 22 set. 2020.

SANTOS, B. de S. A inauguração do passado *IHU Online*, São Leopoldo, 09 jan. 2019. Disponível em: <https://vermelho.org.br/2019/01/09/boaventura-sousa-santos-a-inauguracao-do-passado/>. Acesso em: 27 set. 2021.

SANTOS; PERRUSO; OLIVEIRA (orgs). *O pânico como política: o Brasil no imaginário do lulismo em crise*. Rio de Janeiro: Mauad, 2020.

SILVA, M. G.; RODRIGUES, T. C. M. O populismo de direita no Brasil: neoliberalismo e autoritarismo no governo Bolsonaro. DOSSIÊ – O Populismo e a Construção Política do Povo. *Mediações - Revista de Ciências Sociais*. v.26, n.1 - jan./abr. 2021. Disponível em: <https://www.uel.br/revistas/uel/index.php/mediacoes/article/view/42098/pdf>. Acesso em: 27 set. 2021.

SINGER, A. Raízes sociais e ideológicas do lulismo. *Novos Estudos - CEBRAP*, (85), 2009.

_____. *Os sentidos do lulismo: reforma gradual e pacto conservador*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

_____. A (falta de) base para o ensaio desenvolvimentista. In: SINGER, A.; LOUREIRO, I. *As contradições do lulismo: a que ponto chegamos?* SP: Boitempo, 2016a.

_____. Por uma frente ampla, democrática e republicana. In: JINKINGS, I.; DORIA, K.; CLETO, M. (orgs.) *Por que gritamos golpe?* Para entender o impeachment e a crise política no Brasil. SP: Boitempo, 2016b.

_____. A ideia de lulismo. In: MARINGONI, G.; MEDEIROS, J. (orgs.) *Cinco mil dias: o Brasil na era do lulismo*. SP: Boitempo / Fundação Lauro Campo, 2017.

_____. *O lulismo em crise: um quebra-cabeça do período Dilma (2011-2016)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

_____.; LOUREIRO, I. Apresentação – elementos para uma cartografia do desenvolvimentismo lulista. In: _____. *As contradições do lulismo: a que ponto chegamos?* SP: Boitempo, 2016.

SINGER, A. et al. “A hora e a vez de os democratas agirem”. *Carta Maior*. 25 abr. 2020. Disponível em: <https://www.cartamaior.com.br/?%2FEditoria%2FPolitica%2FA-hora-e-a-vez-de-os-democratas-agirem%2F4%2F47296#.XqTNafiaGLw.facebook>
Acesso em: 22 set. 2020.

SOUTHIER, D. *Em defesa de Gramsci: por uma leitura crítica de Laclau e Mouffe*. II Simpósio Pós-Estruturalismo e Teoria Social: Ernesto Laclau e seus Interlocutores, no Grupo de Trabalho 1 – Teoria do Discurso e seus interlocutores. 25 a 27 de setembro de 2017, UfPel, Pelotas-RS. Disponível em: <https://wp.ufpel.edu.br/legadolaclau/files/2017/10/Diane-Southier.pdf>. Acesso em 22 set. 2020.

_____. *A “ralé” do lulismo*. Pesquisa e política no Movimento Lula Livre em Curitiba. I Seminário Sociologia e Política, Programa de Pós-graduação em Sociologia Política, UFSC, Florianópolis, 20 e 21 set. 2018, Disponível em: <https://ppgsociologia.paginas.ufsc.br/files/2018/11/ANAIS-COMPLETOS-FINAL-compressed.pdf>, acesso em 30 out. 2021, p.321.

SOUZA, J. *Ralé brasileira: quem é e como vive*. Belo Horizonte: UFMG, 2009.

_____. *A tolice da inteligência brasileira: ou como o país se deixa manipular pela elite*. São Paulo: LeYa, 2015.

_____. *A radiografia do golpe*. RJ: Leya, 2016.

_____. *A elite do atraso: da escravidão à Lava-Jato*. Rio de Janeiro: Leya, 2017.

STAVRAKAKIS, Y. Antinomies of Formalism: Laclau’s Theory of Populism and the Lessons from Religious Populism in Greece, *Journal of Political Ideologies*, núm. 9 (3), 2004.

WEBER, M. *Parlamento e governo na Alemanha reordenada*. Coleção “Os pensadores”. 2ª ed. São Paulo: Abril Cultural, 1980.

_____. Tipos de dominação [Cap.III, §14]. In: *Economia e Sociedade*. Brasília: UnB, 1994.

APÊNDICE: Tese da violência, da autodefesa e do “bundamolismo” de esquerda: um manifesto populista radical

*Porque es el tiempo de vivir contra el imbécil y el señor
 Porque es el tiempo de luchar contra el prejuicio y el dolor
 Porque es el tiempo de empezar, pongo mi brazo y mi canción
 Y si mi brazo nada es, igual que es nada la canción...
 Saldré a morir por el amor... mis veinte años y un fusil
 Y si me matan por decir que hoy en la mesa falta el pan
 Será el cañón y no el rosal el que repita la canción...
 Si el tiempo nuevo ha de venir, lo quiero nuestro, hoy, aquí
 Porque estoy harta de esperar, amando un mundo sin amor...
 ¡Escúchenme... quiero ser flor... pero si no... seré fusil!*

(Mercedes Sosa, “Canción por el fusil y la flor”.
 Composição: Damián Sánchez / Bernardo Palombo, 1970)

Para encerrar verdadeiramente esta tese, gostaria de propor um exercício discursivo populista radical, irreverente, de um ponto de vista anarco-marxista.

Trata-se de um manifesto no qual utilizo a retórica populista com base na lógica de confrontação antagônica “nós” X “eles”, “povo” X “elites”, “pobres” X “ricos”, “trabalhadores” X “capitalistas”, articulando hipotéticas demandas democráticas (ocupação territorial, demarcação de terras, autodefesa, renda básica universal, revolução agrária, etc.), as quais, fazendo parte do mesmo discurso, se transformariam em demandas populares. Busco também uma linguagem direta e acessível, bastante provocativa, como muitas vezes se coloca a própria retórica populista.

Obviamente, vamos partir do contexto acadêmico de produção desta tese, dialogando com intelectuais do campo lulista e populista (do Brasil e da Argentina) e com acontecimentos recentes do contexto pandêmico.

Proponho uma verdadeira tese, no sentido de expor explicitamente meu posicionamento. Uma tese autêntica não só é explicitamente posicionada como também propõe alguma forma de ser da realidade. Por isso, articulada à crítica ao hegemonismo (“bundamolismo”) de esquerda, elaboramos uma tese da violência e da autodefesa territorial e local.

Não excluo a possibilidade ou, até mesmo, a necessidade de um projeto hegemônico em larga escala, apenas procuro demonstrar a urgência de uma ênfase na autonomia, que considero vital para o povo e para o próprio sucesso de um projeto hegemônico que possa vir a se articular com o tempo. É uma crítica autonomista do Estado e da esquerda institucional, populista-hegemônica e liberal.

Isso por si só já vale para vários contextos. No Brasil, especialmente por sua extensão continental e diversidade de culturas, a proposta de ocupação territorial e autodefesa é ainda mais pertinente.

Aqui entramos com a crítica ao “bundamolismo” e a necessidade de sua superação, para que os povos existentes no Brasil possam, de fato, fazer frente ao capitalismo voraz das elites internas e externas em nosso território.

O que é o bundamolismo?

Em primeiro lugar, é uma *metáfora*, uma analogia, uma comparação. É uma imagem que se evoca na cabeça do leitor. É *retórica*. Na retórica, as palavras se relacionam com as imagens (embora não só). Mas, como palavra, até mesmo uma imagem aparentemente tão óbvia, como uma “bunda mole”, pode acabar causando confusão nas mentes de leitores com mil significados diferentes entre si.

Então, devemos nos perguntar: a que significados gerais se remete o bundamolismo?

E logo responderemos: à preguiça, à falta de movimento e à falta de ação e de exercício; àquilo que não tem rigidez nem oferece resistência, porque não tem treino para isso. UMA (1) bunda mole não é necessariamente ruim, mas elevada à prática política nacional, acaba chegando ao ponto do bundamolismo.

“Por que esta obsessão com a bunda?”, alguém poderia perguntar... Freud explica, mas prefiro responder como uma intelectual da nossa geração (Boscatti, 2020)¹⁸⁴. Se a bunda é o símbolo nacional que a ditadura de 64 nos legou, o “bunda-lulismo” é um dos seus herdeiros, é o símbolo prático da esquerda bunda mole e burguesa.

O bundamolismo como conceito não possuía nenhum rastro na literatura acadêmica até hoje, embora já tenha sido reivindicado como crítica ao conformismo e à falta de criatividade no marketing publicitário¹⁸⁵.

¹⁸⁴ Na sua tese de doutorado, Ana Paula Garcia Boscatti descreve como a indústria cultural da ditadura militar de 1964 alçou a bunda ao posto de símbolo nacional, com o intuito de incentivar o turismo sexual no país. Ver: BOSCATTI, Ana Paula Garcia. *A Bunda e a “Natureza” Nacional: a Fabricação Sexopolítica da Brasilidade nos Anos 70 e 80*. 2020. 344 f. Tese (Doutorado Interdisciplinar em Ciências Humanas) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2020.

¹⁸⁵ Ver: “Bundamolismo”. Carlos Merigo. 16.fev.2006. Disponível em: <https://www.b9.com.br/427/bundamolismo/amp/>, acesso em 29 mar. 2021.

No campo político, apenas o jornalista Renato Rovai, da Revista Fórum, criticou a política de esquerda algumas vezes com essa palavra, referindo-se à falta de enfrentamento contra o bolsonarismo em 2020. Para Rovai, o bundamolismo é sinônimo de covardia, falta de resistência e falta de confronto da esquerda “democrata” e “progressista” contra o fascismo no Brasil ¹⁸⁶. De um modo geral, usamos o bundamolismo no mesmo sentido, embora de um ponto de vista mais radical, reivindicando a produtividade retórica da palavra.

Por que bundamolismo e não outro conceito qualquer, já consagrado por alguma autoridade do campo de estudos? Primeiramente, porque aqui estamos fazendo uma provocação teórica e política tanto ao nosso próprio objeto de pesquisa quanto aos intelectuais do campo. É uma provocação irreverente para o debate. Segundamente, por uma questão explicativa: é o tema da metáfora e da imagem que rapidamente se forma na cabeça do leitor.

Hegemonismo, arreguismo, covardismo, conciliacionismo, passivismo, peleguismo, ou até mesmo o conceito de “imobilismo” ¹⁸⁷ podem ser usados como sinônimos de bundamolismo. No entanto, nenhum deles expressa em sua integridade aquilo que estamos querendo dizer. Além disso, fogem totalmente da autenticidade e da irreverência que estamos tentando imprimir nesta tese.

Em segundo lugar, o bundamolismo é a mesma prática que pode ser observada empiricamente no caso do hegemonismo. Ao bundamolismo se aplicam as mesmas características e a mesma crítica.

O bundamolismo é a política da esquerda burocratizada e elitista. É um abismo entre prática e teoria, um curto circuito entre hegemonia e autonomia. É uma forma de política passiva, pacífica, confusa e vacilante. É a política de conciliação com os inimigos do povo. É uma política do medo, da capitulação, de “uma esquerda resumida à política do pânico” ¹⁸⁸.

O bundamolismo é a prática da esquerda que fica em casa durante a pandemia com a desculpa do vírus e acaba colaborando com uma ditadura sanitária em vez de protestar contra o governo. É a política da esquerda liberal e incoerente. É um cretinismo parlamentar, uma covardia e um arreguismo perante as elites. É a política de uma esquerda que não mobiliza o

¹⁸⁶ Ver: “Pelo fim do bundamolismo; enfrentar os fascistas nas ruas já”. Renato Rovai. *Revista Fórum*. 26 fev. 2020. Disponível em: <https://www.google.com/amp/s/revistaforum.com.br/blogs/blogdorovai/pelo-fim-do-bundamolismo-enfrentar-os-fascistas-nas-ruas-ja/amp/>, acesso em 29 mar. 2021.

¹⁸⁷ NOBRE, Marcos. *Imobilismo em movimento: da abertura democrática ao governo Dilma*. São Paulo: Cia. das Letras, 2013.

¹⁸⁸ Ver: SANTOS; PERRUSO; OLIVEIRA (orgs). *O pânico como política: o Brasil no imaginário do lulismo em crise*. Rio de Janeiro, Mauad, 2020. No prefácio do livro, Paulo Arantes comenta: “As já desgastadas palavras de ordem acerca da iminente avalanche fascista de fato podem semear o pânico nos momentos de agonia eleitoral, porém, no *day after* da catástrofe ou do triunfo, a vida continua sendo tocada no ritmo dos arranjos eleitorais correntes e instituições idem. O “pânico como política” passa de fato um outro recado: não entrem em pânico, pois logo estaremos dando continuidade à nossa política pacificadora de sempre, justamente a gestão da emergência nossa de cada dia.” Disponível em: <https://outraspalavras.net/crise-brasileira/uma-esquerda-reduzida-a-politica-do-panico/>, acesso em 28 mar. 2021.

povo e que culpa os pobres pela conjuntura. É a militância pós carta ao povo brasileiro, que se conformou de que não há alternativas ao poder, julgando toda ação de enfrentamento real como uma irresponsabilidade.

O bundamolismo é uma política que se mantém totalmente dentro da ordem estabelecida, mesmo quando prega por mudanças. É sinônimo de conciliação, de não enfrentamento, de desarticulação com a base popular, de falta de mobilização, de acordo com as elites burguesas.

Por que o lulismo é um bundamolismo? Porque ele é um populismo de baixo grau no antagonismo com as instituições, porque enfatiza a estratégia hegemônica em detrimento da autonomia popular e, por isso, se distancia do povo ao chegar no poder. Basicamente, o bundamolismo lulista é o contrário do conflito, ou melhor, é a administração do conflito. É um populismo fraco, passivo e em decadência.

São formas de pensar agarradas ao passado, agarradas a cargos, agarradas a modelos de conciliação que não são mais possíveis. São formas de pensar e de atuar que já se mostraram extremamente nocivas para a luta social do povo, mas que mesmo assim seguem ativas.

O “bunda-lulismo” em seu modelo de conciliação com a burguesia foi mais uma tentativa pacífica e, conseqüentemente, frustrada de mudança dentro da ordem. Uma mudança que logo se mostrou insuficiente e que foi barrada pelos detentores do poder. Não era e nunca foi intenção do lulismo radicalizar, e esse foi justamente o seu grande limite. Insistindo em velhos modelos, o bundamolismo só se estende no tempo como práticas e ideias desconexas e incoerentes.

Não parto do princípio de que o lulismo deveria radicalizar, até porque esse nunca foi seu intuito. Reconheço isso, bem como os avanços em termos da “inclusão radical” de demandas da sociedade brasileira, principalmente com relação à diminuição da pobreza. Mas de radical, aqui, vemos essa inclusão apenas em comparação com a enorme desigualdade social brasileira.

O tema da radicalização é um deslizamento de sentido retórico dentro das próprias conclusões desta tese quanto ao que seria uma política mais efetiva no contexto atual, de um ponto de vista populista radical. Aqui entra o tema da autodefesa territorial, na “tese da violência”, em contraposição explícita ao bundamolismo do populismo de esquerda no Brasil.

O lulismo, de fato, não radicaliza. Esse nunca foi seu intuito. Muito pelo contrário. Mesmo o populismo de alto grau do lulismo da redemocratização, que continha uma boa articulação entre autonomia e hegemonia, já se propunha pacífico.

No entanto, a não radicalização é parte intrínseca de sua incoerência enquanto política que se diz popular. Pois mesmo as poucas mudanças alcançadas com o lulismo no governo, um populismo de baixo grau na articulação autônoma, não se mantêm ou então são facilmente revertidas pela falta de reformas estruturais, reformas que o lulismo não fez justamente porque não radicalizava. O resultado está aí hoje: quem radicaliza é a extrema direita, com toda a retórica populista.

A falta de enfrentamento por meio da mobilização popular de esquerda foi o que propiciou a reação de um populismo de extrema direita no Brasil (que aqui é sinônimo de fascismo ou de neofascismo). O lulismo, ao articular-se com as elites, deixou de articular o povo, que por sua vez passou a ser articulado por um novo populismo, porém fascista, e ainda mais conservador no que diz respeito aos costumes retrógrados da sociedade brasileira: o machismo, o racismo, a homofobia, o vira-latismo, o entreguismo, o fundamentalismo religioso, etc. Esse populismo de extrema direita é tão conservador perante até mesmo as instituições da democracia liberal burguesa que chega a ser revolucionário. Não à toa, o bolsonarismo é adepto da guerra cultural olavista, travada na política e na revisão histórica.

Como vimos, o lulismo articulou o consenso com os inimigos do povo e, uma vez no poder, usou e deu armas que foram usadas contra o povo e contra o próprio lulismo.

Por isso, articulamos nossa interpretação teórica da hegemonia e do populismo ao tema da violência e do Estado, de um ponto de vista populista radical de esquerda.

Sem um programa econômico estratégico e de autonomia para o povo e sem articular a dimensão da violência, inevitável para a mudança que uma democracia radical demandaria, o populismo de esquerda será sempre absorvido pelas elites econômicas e políticas, fazendo uso do poder de violência estatal contra o próprio povo. O populismo de esquerda não democratiza os meios de violência. Isso quer dizer que ele não deslegitima o uso da violência pelo Estado, que poderia ser feito com a proliferação de poderes populares, paralelos e autônomos.

Essa interpretação está baseada na própria teoria da hegemonia, por mais estranha que possa parecer ao campo de estudos. Se toda hegemonia envolve um poder coercitivo e violento, ainda que seja consensual, um verdadeiro poder contra hegemônico também deveria fazer uso da violência. Para o arrepio dos moderados gramscianos, é o próprio texto de Gramsci que suporta essa ideia, no *Caderno 13* dos escritos do cárcere, quando ele aborda o momento militar na análise das relações de força.

Diz Gramsci: “se [um]a nação oprimida, para iniciar a luta pela independência, tivesse de esperar a permissão do Estado hegemônico para organizar seu próprio exército no sentido estrito e técnico da palavra, teria de esperar bastante tempo”. E continua: “[...] pode ocorrer que

a reivindicação de ter um exército próprio seja concedida pela nação hegemônica, mas isto significa que uma grande parte da luta já foi travada e vencida no terreno político-militar” (Gramsci, 2000a, p.43).

Embora a maior parte da intelectualidade “gramscista” ou “laclausista” simplesmente ignore o momento “militar” das relações de força, focando apenas nos aspectos culturais da hegemonia, nesta tese ele não passa despercebido. Melhor, ele se articula ao tema da violência, fundamental na política.

Alguém poderia objetar que estaríamos propondo neste trabalho uma espécie de “república de milícias” – como se já não vivêssemos em uma, porém de direita, o que já foi constatado até em um recente livro ¹⁸⁹, publicado pelo cientista político Bruno Paes Manso (USP).

Enquanto isso, supostos liberais e a maior parte da esquerda continuam defendendo o desarmamento do povo, diante de inimigos que estão se armando até os dentes e que se identificam com o bolsonarismo ¹⁹⁰.

Enfim... o bundamolismo é a política da esquerda que faz o jogo da direita, é uma política que não ousa e que não cria, que é estagnada, acomodada, conformista e que vive de passado. É a política da esquerda pequeno-burguesa, branca e de classe média, intelectual e universitária. É a política dos partidos, dos sindicatos e da grande maioria das associações políticas. É a política das esquerdas religiosas, caretas e moralistas, que se acham superiores porque são “civilizadas”.

Isso é o bundamolismo, do qual o “bunda-lulismo” é parte integrante e fundamental.

¹⁸⁹ MANSO, B. P. *A república das milícias: dos esquadrões da morte à era Bolsonaro*. São Paulo: Todavia, 2020.

¹⁹⁰ Na prática, não só o porte de armas por civis já está legalizado no Brasil, como o número de registros de novos “Colecionadores, Atiradores e Caçadores” (CACs) aumentou em 243% desde o início do governo Bolsonaro. A caça ao javali – único animal que pode ser caçado no território brasileiro por ser considerado um animal predatório – virou um pretexto para a multiplicação de novos registros: já são mais de 409 mil CACs, número maior que o de todos os militares na ativa (334.500) nas três forças – exército, marinha, aeronáutica – e quase a totalidade (416.923) do efetivo das polícias militares de todo o país. Cada CAC pode possuir até 30 armas, entre elas até 15 fuzis, podendo comprar até 90mil munições por ano. Ou, seja, na prática, o bolsonarismo está legalizando as milícias de direita no Brasil.

Ver: “Registros de armas de fogo pelos CACs explodem no Brasil - mas quem são eles? Colecionadores, Atiradores e Caçadores são a categoria que mais tem se beneficiado com os decretos presidenciais que facilitam acesso a pistolas, fuzis e espingardas”. Lucas Ninno, *National Geographic*. 18 de jun. de 2021. Disponível em: <https://www.nationalgeographicbrasil.com/cultura/2021/06/registro-de-armas-de-fogo-por-cacs-explode-no-brasil-quem-sao-eles>, acesso em 30 out. 2021.

Ver também: HBO Brasil. GREG NEWS | CACs. Youtube, 8 out. 2021. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=JWpHuGoajUM>, acesso em 2 nov. 2021.

Vimos nesta tese que a literatura sobre o lulismo é, ao mesmo tempo, uma expressão e um resumo da história brasileira recente e atual, como o próprio lulismo é uma experiência e também uma expressão da história brasileira, de seus conflitos e estruturas reais.

É o caráter nacionalista, branco, burguês, religioso e institucionalista do populismo de esquerda no Brasil que o impede de avançar e estabelecer novos horizontes de atuação, barrados pelo golpismo de direita. A ênfase na articulação com parte da burguesia e do estamento político como base de um populismo de conciliação é o que impede a polarização que faria avançar um campo de esquerda autônomo, com maior base de articulação na sociedade civil.

Com o esgotamento desse modelo, parecido com o que houve nas décadas de 1950 e 60 – porém pior – ou a esquerda se move para uma polarização bem definida, que ainda está em vias de construção, ou teremos longos anos de governos de direita pela frente (mesmo que pareçam de “esquerda”).

O populismo de esquerda no Brasil morreu duas vezes, para complementar o que diz Vladimir Safatle¹⁹¹. E o seu coveiro, agora, é um real populismo de extrema direita brasileiro, fascista, com direito a líder carismático de feições populares, base militar e eleitoral, organizações civis, evangélicas e milicianas, que apostam na radicalização (polarização), enquanto a esquerda se debate com velhos modelos.

A radicalização já está dada do lado de lá, bem como a crescente insatisfação popular. Mas o polo de esquerda não responde à altura, e abre mão da sua capacidade de mobilização social (horizontalismo) para além das eleições (verticalismo). Segue a desconexão entre as duas dimensões no movimento.

Prova disso é que, antes das eleições de 2020, em meio à “panicodemia”, quem saiu às ruas foram os setores de extrema direita, ou, no campo popular, só a juventude da periferia¹⁹². O lulismo, aparentemente velho demais, preferia ficar em casa. Sim, era por uma questão de saúde, mas não deixava de ser bundamolismo. Até porque para fazer campanha eleitoral, todos deram um jeito de sair de casa poucos meses depois.

Junte-se a isso, o fator da “martirização” de Lula e dos lulistas.

Em agosto de 2018, quando terminei de redigir a primeira versão do trabalho de campo, eu e meu companheiro voltamos ao Acampamento Marisa Leticia para distribuir cópias

¹⁹¹ SAFATLE, V. “Como a esquerda brasileira morreu”. *El País Brasil*, 10 fev. 2020. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/opiniao/2020-02-10/como-a-esquerda-brasileira-morreu.html> Acesso em 22 set. 2020.

¹⁹² Ver: RICCI, R. “Neste domingo, a esquerda brasileira acovardada deu lugar aos jovens da periferia”.

O autor fala em “ocaso” do lulismo, “como numa corrida de bastão”. Em: *Viomundo*, 8 ju. 2020. Disponível em: <https://www.viomundo.com.br/politica/ruda-ricci-neste-domingo-a-esquerda-brasileira-acovardada-deu-lugar-aos-jovens-da-periferia.html> acesso em 22 set. 2020.

impressas aos acampados. Havia um clima de desconfiança e não quiseram nos receber para dormir. Mesmo assim, fizemos a entrega de vários exemplares. Foi uma conversa rápida. A coordenadora então declarava que o local representava uma luta contra o “imperialismo” estadunidense, e por isso deveria ser mantido.

Lembrei, então, daquele assessor parlamentar do PT de Santa Catarina que havia tentado nos convencer de sair do Acampamento na primeira viagem. Ele também usou o argumento do “imperialismo” para explicar o golpe de Estado e a importância de nos mantermos “saudáveis” para mudar a “História”.

Até concordo com o tema do imperialismo, pois realmente o Brasil nunca deixou de ser uma colônia. Com o lulismo e seu *carisma pop* “global”, como diz Tales Ab’Sáber¹⁹³, de liderança regional na América Latina e articulação internacional com o Brics, o país apenas colocou as asinhas de fora. Só achei curioso que ambos (coordenadora do Acampamento e assessor parlamentar de SC) tenham usado o mesmo argumento, embora para conclusões bem diferentes.

Mas... por que eleger um inimigo tão difuso quanto o “imperialismo”? Qual o sentido disso? Por que não identificar um inimigo real e mais próximo? Por exemplo, eles eram atacados pela polícia, mas recorriam à própria polícia para “proteção”. Queriam fazer tudo dentro da lei, pois tinham medo que o local fosse invadido para alguma “busca e apreensão”. Enquanto isso, expunham seus próprios corpos num bairro militar e policial, correndo o risco, de qualquer forma, de serem novamente atacados.

A direção do PT e a CUT eram contra o Acampamento porque se algo de ruim acontecesse, eles poderiam ser responsabilizados. Mas, mesmo assim, usavam a experiência para dar audiência à demanda Lula Livre e às campanhas eleitorais que viriam logo em seguida. Da mesma forma, até hoje usam a luta do MST para se autopromoverem, mas na hora de pegar em armas, como o movimento costumava fazer para se autodefender ao ocupar terras e plantar comida para o povo... “oh, não, aí já é demais... a luta armada não deu certo no Brasil”.

A juventude bunda mole do PT, por sua vez, fazia festa e depois pegava Uber para ir dormir em hotel. Certo dia, faziam uma roda de violão no acampamento, já passava da meia noite, até que alguém chegou e pediu para que parassem o som, pois as pessoas queriam dormir. “Não tem nada pra comemorar aqui”, disse alguma alma sensata...

As coisas não mudam nesse país porque as direções ditas populares, em seus modos de vida e organização, são esquerdas bunda mole e burguesas. Mesmo quando falam em

¹⁹³ AB’SABER, T. *Lulismo, carisma pop e cultura anticrítica*. SP: Hedra, 2011.

revolução, não têm coragem de sair de casa, muito menos de pegar em armas. Nem os dirigentes do PCO (Partido da Causa Operária), que defendem Lula e o armamento, mais lulistas do que o próprio PT, parecem saber o que significa ter uma arma na mão. De certo, esperam que o povo faça isso por eles. Estão sempre esperando as “condições objetivas” de luta.

Enquanto isso, é a direita que facilita o acesso do cidadão ao armamento, que se alia à polícia, às milícias, e aos narcotraficantes, além de contar com a defesa da tropa de choque ideológica da classe média fascista, com os recursos dos grandes burgueses, dos juízes, das igrejas...

O PT, por sua vez, também é uma burguesia. Eles são amigos de burgueses, ou pelo menos foram, por um tempo. E continuam sendo burgueses eles mesmos. Por isso é que a Lava Jato conseguiu igualar Lula a Marcelo Odebrecht. Eles eram próximos. A esquerda pacífica quer ser burguesa. Mesmo que não sejam burgueses em termos de posse dos grandes meios de produção, são burgueses no seu modo de pensar e no seu estilo de vida. Lula recebeu o sítio de “presente”... Não sejamos ingênuos... Fotos da perícia provam que ele e dona Marisa estavam bem instalados e tinham lá seus pertences, mesmo que não fossem seus “proprietários legítimos”.

São ESQUERDA BUNDA MOLE E BURGUESA: partidários, dirigentes, sindicalistas, intelectuais, acadêmicos, universitários... Socialistas de iphone, esquerda pequeno-burguesa, esquerda caviar, esquerda cirandeira, esquerda branca de classe média, esquerda coxinha, esquerda namastê, esquerda católica, esquerda paz e amor, esquerda gratilux, esquerda festiva... “Comunistas” que querem desenvolver o capitalismo na base da superexploração do meio ambiente e da mão de obra barata.

Em relação ao próprio Lula, é preciso dizer que sua prisão foi realmente uma fraude eleitoral, mas ele diz que foi proibido de ser candidato, quando na verdade ele desistiu da candidatura para não confrontar o STF. O tribunal mandou que retirasse a candidatura e ele obedeceu. Se a tivesse mantido, pelo tempo dos trâmites legais até que os juízes cassassem a candidatura, seu nome e sua imagem teriam que aparecer na urna, tornando explícita a fraude eleitoral. Isso deslegitimaria a eleição, pois Lula era o único que realmente concorria com Bolsonaro. Mas como ele estava preso e sua soltura dependia do STF, ele não quis confronto com os juízes.

Então nos perguntamos: se não era para deslegitimar a eleição, então por que levar a candidatura tão longe? Se era para abrir mão no último minuto, por que criar a confusão daquela ridícula chapa que chamaram de “triplex”? Se era para colocar o Haddad, candidato almofoadinha e elitista, de nome estranho e desconhecido, sem o menor apelo popular, e que

ainda por cima tinha acabado de perder a prefeitura de São Paulo... por que levar adiante a candidatura de Lula?

Se era para não confrontar os juízes, mais valia Lula nem ter concorrido. Aqui também fica evidente o elitismo lulista. O que vimos foi mais uma tentativa de concentrar poder em detrimento do povo.

Enquanto isso, os intelectuais lulistas – Emir Sader entre eles, que ouvi em palestra pública organizada pelo movimento Lula Livre na UFSC às vésperas das eleições – defendiam que a lenda da “transferência de votos” de Lula para Haddad se confirmaria.

Eles nunca acertavam as próprias “previsões”, tão cheios de si, e ainda mudavam de ideia em cima da hora. “Não vai ter golpe”. Teve. “Não vão prender o Lula”. Prenderam. “Eleição sem Lula é fraude”. Respaldaram a eleição. “Lula é o candidato do povo”. Colocaram o Haddad. “Bolsonaro não vai ganhar”. Ganhou. “Agora é 2022”... Aham... Já vimos esse filme. E os intelectuais continuam encenando...

Em novembro de 2019, o apóstolo maior do lulismo na linguística, da Unicamp, Gustavo Conde ¹⁹⁴, se regozijava com o discurso de Lula ao sair da prisão. Segundo ele, Lula tinha “calado a boca de Bolsonaro”. Conde dizia gostar tanto do ex-presidente, pelo seu caráter “humano”, que pensava nele sempre: ao beijar seu filho, ao acariciar um animal, ao regar as plantas, ou ao deitar a cabeça no travesseiro... Achei que ia dizer que batia até punheta pensando n’Ele.

Gustavo Conde é mesmo uma peça rara do lulismo. É impressionante como ele consegue mitologizar o Lula ao mesmo tempo em que aborda seu lado tão “humano”... Uma tese poderia ser escrita só com os textos dele, para exemplificar o que Lula significa, a paixão quase cega, o amor que ele inspira. Se pegássemos os textos de Conde e trocássemos “Lula” por “Cristo”, eles poderiam ser lidos tranquilamente numa missa que ninguém notaria a diferença.

O problema desse tipo de louvor é que ele obscurece a realidade. Como assim Lula calou Bolsonaro? O cara que tem milícias, militares, polícias, órgãos de investigação, pastores, latifundiários, mercado financeiro, empresários, classe média fascista e o “imperialismo” de seu lado? Puro delírio.

Eu também admiro o Lula, devo confessar, apesar de tudo. Acredito que sua prisão foi uma fraude eleitoral. Uma prisão, de fato, política, já que TODAS as prisões são políticas. Mas louvá-lo não ajuda em nada a entendermos o tamanho da tarefa que temos pela frente. Esse é

¹⁹⁴ CONDE, G. “Lula devastador”. *Brasil 247*. 10 nov. 2019. Disponível em: <https://www.brasil247.com/blog/lula-devastador>
Acesso em 22 set. 2020.

um dos maiores erros dos lulistas, seu caráter religioso, que apreendi quando estava lá na Vigília Lula Livre.

Outro problema é que Lula, quando não aposta na religião, resolve apostar na “pátria”.

Em 2020, pedia que o Movimento Lula Livre virasse “Brasil Livre”¹⁹⁵. Parecia querer se associar aos moleques de direita do “MBL”...

No dia 7 de setembro de 2020, lançou um discurso de 20 minutos¹⁹⁶, que seus seguidores chamaram de “pronunciamento” (TV 247)¹⁹⁷. Segundo Lula, o inocente, o Brasil devia ser pensado “para todos”. Defendeu o auxílio emergencial de míseros 600 reais para o povo (novamente as migalhas!) e apenas que os ricos pagassem mais imposto. Não falou em renda básica universal, que seria o mínimo, nem em reparação real para os pretos, pobres, mulheres, indígenas, ou para o meio ambiente que ele agora diz defender. “Desenvolvimento”, “progresso”, ele ainda usa essas palavras... Parece que não aprendeu nada.

“O inferno dos pobres é o paraíso dos ricos”, Lula cita Vitor Hugo. Mas é o inferno por quê? Por que os ricos pagam pouco imposto ou por que exploram os pobres com a posse dos meios de produção? Isso ele não diz. Se dissesse, teria que articular o tema da violência. Mas Lula é “pacífico”, “democrata”, “populista”.

Diz que não é a favor de transformações pelo alto ou de pacto com as elites (!!!), mesmo que tenha sido exatamente isso o que ele fez no governo (e que continua tentando fazer fora dele).

Mas, então... se não é pacto, será guerra? Ele também não diz. Não pode. Não combina com um senhor de 70 e tantos anos que quer ganhar o Nobel da paz. Deixa isso pros jovens!

Ainda entre os intelectuais lulistas, no início da pandemia, nossos interlocutores¹⁹⁸, uspianos bundamolistas, continuavam defendendo a pretensa democracia republicana.

São “marxistas” que se dizem “democratas”, mas acreditam no Estado hobbesiano. Uma identificação bizarra entre vertentes e linhas teóricas completamente díspares. Como marxistas, deveriam se dizer, no mínimo, socialistas. Mas não. Acreditam na justificativa da existência do Estado como protetor do direito à vida (!!!).

¹⁹⁵ Ver: “Lula pede que ‘Lula Livre’ vire ‘Brasil Livre’”. *Revista Fórum*. 30 mai. 2020. Disponível em: <https://revistaforum.com.br/politica/lula-pede-que-lula-livre-vire-brasil-livre/> acesso em 22 set. 2020.

¹⁹⁶ Ver: “7 de setembro | Lula fala ao Brasil”. Canal Lula no Youtube. 7 set. 2020. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=1H9KuXvxpP4> acesso em 22 set. 2020.

¹⁹⁷ Ver: “O pronunciamento histórico de Lula ao Brasil no 7 de setembro, comentado na TV 247”. TV 247 Youtube. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=mG2-OEmb6Q> acesso em: 22 set. 2020.

¹⁹⁸ Ver: SINGER, A. et al. “A hora e a vez de os democratas agirem”. *Carta Maior*. 25 abr. 2020. Assinam: André Singer, Christian Dunker, Cicero Araújo, Felipe Loureiro, Laura Carvalho, Leda Paulani, Ruy Braga e Vladimir Safatle. Disponível em: <https://www.cartamaior.com.br/?%2FEditoria%2FPolitica%2FA-hora-e-a-vez-de-os-democratas-agirem%2F4%2F47296#.XqTNafiaGLw.facebook> Acesso em: 22 set. 2020.

Usam organizações de favela como fetiche político. Querem levar a favela para a universidade para estudar marxismo, mas eles mesmos não vão até ela.

Propõem um “gesto contundente” para tirar Bolsonaro do governo, mas não dizem qual. Ora, que esse governo tem que acabar... isso é óbvio. A questão é: como? Com um “impítima”? E depois? Também não dizem. Eles nunca levam seu pensamento às últimas consequências.

Dizem que a pandemia, mesmo em pleno governo autoritário, “abriu uma janela de oportunidades para os setores democráticos” (???). Parecem empreendedores querendo aproveitar a crise para ganhar dinheiro.

O Safatle que, corretamente, vinha dizendo que a esquerda brasileira morreu ¹⁹⁹, que Bolsonaro quer fazer uma revolução conservadora (nesse caso muito mais fácil de se fazer do que uma revolução “transformadora”) e que seria preciso “preparar-se para a guerra” ²⁰⁰, sem política de “frente ampla”, também assina o manifesto dos democratas marxistas hobbesianos. Estranho, porque em outras falas ²⁰¹, ele parece muito mais consciente, apontando o Estado não como protetor da vida, mas como promotor da guerra e da morte. Falava da “necropolítica” ²⁰² do deixar morrer pelo vírus, perfeita a um governo neofascista... Mas... como ele vai se preparar para a guerra? Assinando manifesto e se fazendo passar por “democrata”?

São “marxistas” limpinhos e cheirosos de apartamento! Ficaram em casa em autoexílio (“quarentena”) durante o holocausto do bolsovírus. E agora vão escrever para as futuras gerações como foram difíceis esses “tempos sombrios”. Já que seu exílio se tornou doméstico, eles ficaram no Brasil. Eram contra os black blocks, mas foram obrigados a sair de casa mascarados, o que para um protesto sob ditadura teria sido perfeito... Mas mesmo assim eles se negavam... Deixa que os jovens se arrisquem sozinhos!!!

As contradições da esquerda bunda mole e pacífica parecem realmente insolúveis...

Democracia republicana? De cu é rola! O lulismo já provou: não funciona!

E entre os gramsci-laclausistas também não é diferente.

¹⁹⁹ SAFATLE, V. “Como a esquerda brasileira morreu”. *El País Brasil*. 10 fev. 2020. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/opiniao/2020-02-27/para-a-esquerda-morrer-e-so-o-comeco.html> Acesso em: 22 set. 2020.

SAFATLE, V. “Para a esquerda, morrer é só o começo”. *El País Brasil*, 27 fev. 2020. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/opiniao/2020-02-27/para-a-esquerda-morrer-e-so-o-comeco.html>. Acesso em 22 set. 2020.

²⁰⁰ SAFATLE, V. “Preparar-se para a guerra”. *El País Brasil*. 4 abr. 2020. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/opiniao/2020-04-20/preparar-se-para-a-guerra.html> Acesso em: 22 set. 2020.

²⁰¹ SAFATLE, V. “Bolsonaro se vê à frente de uma revolução em marcha e não vai parar”. André Barrocal entrevista Safatle. *Carta Capital*. 27 abr. 2020. Disponível em: https://www.cartacapital.com.br/politica/bolsonaro-se-ve-a-frente-de-uma-revolucao-em-marcha-e-nao-vai-parar/?fbclid=IwAR14t9BUTYVzDU6w3f_ZQ3Lmnywk7384_TBg7i09zCRnUBrYPgiABtrHih8 Acesso em 22 set. 2020.

²⁰² Termo emprestado do filósofo camaronês Achille Mbembe (Universidade de Witwatersrand, Joanesburgo, África do Sul). Sobre esse tema, ver recente entrevista de Mbembe para a Folha de S. Paulo: BERCITO, D. “Pandemia democratizou poder de matar, diz autor da teoria da ‘necropolítica’”. *Folha de S. Paulo*. 30 mar. 2020.

Em junho ²⁰³ de 2020, foi “a vez dos democratas” argentinos, com sua imaginação latino-bundamolista! São outros que querem convencer, por meio do Estado, a burguesia “local” sobre a importância do “nacional”. Não é à toa! Se chamam “Comuna Argentina”, mas são democratas-populistas-utópicos! Eles mesmos são burgueses. Seu modo de vida é burguês. Fazem congressos “gramscianos” em “avenidas culturales corrientes” e tomam um copinho de café por módicos 10 reais!

Também defendem a quarentena! A mesma quarentena que estava sendo usada para segregar o povo que eles dizem defender lá na Argentina. As pessoas não podiam circular nem entre bairros... Uma espécie de ditadura sanitária peronista! Que os comuna-demo-hipócritas defendiam!

“Libertad sin igualdad es dominación”, dizem. Pois quarentena sem igualdade ES CAMPO DE CONCENTRACIÓN!

O isolamento social, numa pandemia, deve ser incentivado, não imposto. Caso contrário, é ditadura, mesmo que o governo se diga de esquerda. Pois, como pode o povo se isolar, por exemplo, saindo das grandes cidades, se não puder sair nem de casa?

Os latino-bundamolistas reivindicam, ainda, a experiência dos “governos populares” como “horizonte” de luta e propõem uma “imaginação democrática latino-americana” para uma “democracia mais intensa e extensa”. É a “democracia radical e plural” que eles defendem. Dizem também defender o meio ambiente e os indígenas, mas ignoram o desastre daqueles governos “populares” na natureza...

Descer ao chão de terra e plantar água pela vida? Nunca! Pegar em armas? Jamé!

Como bons intelectuais, continuam sentados, estudando e escrevendo o dia todo em ambientes urbanos, esse dreno de vidas e energias planetárias ²⁰⁴, consumindo com “consciência” enquanto “produzem” “conhecimento”. Falam em novas formas de vida, mas não fazem a mudança real nem em suas PRÓPRIAS VIDAS. Apenas propagandeiam “democracia” “radical”, limpinha e cheirosa, de dentro de seus apartamentos!

Ah, “essa crítica é muito pesada...”

Pois não posso ser utópica ao ponto de exigir do meu inimigo que tenha compaixão

²⁰³ COMUNA ARGENTINA: texto fundacional y firmantes del nuevo espacio de intelectuales. Pagina 12. 7 jun. 2020. Assinam, por exemplo: Jorge Alemán, Paula Biglieri, Luis Blengino, Atilio Borón, Luciana Cadahia, Horacio González, Gloria Perelló, etc. Disponível em: <https://www.pagina12.com.ar/270770-comuna-argentina-texto-fundacional-y-firmantes-del-nuevo-esp>. Acesso em 22 set. 2020.

²⁰⁴ De acordo com o intelectual indígena Ailton Krenak, em *O amanhã não está à venda* (2020), publicado pela Cia. Das Letras no início da pandemia, “as cidades são sorvedouros de energia: se faltar eletricidade, as pessoas morrem fechadas nos seus apartamentos, sem conseguir descer”. Disponível em: <http://www.zendobrasil.org.br/wp-content/uploads/2020/04/Ailton-Krenak-O-amanha%CC%83-na%CC%83o-esta%CC%81-a%CC%80-venda-1.pdf-1.pdf>. Acesso em 22 set. 2020.

comigo, assim como não posso deixar de criticar quem se diz meu amigo, mas que vive como meu inimigo!

Democracia radical sem violência? Consenso com os inimigos? Comuna bundamolistas argentinos!

E os laclausistas brasileiros também não estão isentos. Em plena pandemia, a intelectualidade se reunia virtualmente para discutir textos em inglês que não eram nem do Laclau, mas de seus comentadores! Um pós-marxismo que mais parecia um pós-viralatismo! E assim se contentavam com o debate ferrado de ideias pela internet, onde perdiam de lavada para a extrema direita.

Céli Pinto, me desculpe, mas vou te pegar “pra cristo”. Em junho de 2020, a professora da UFRGS especialista em Laclau publicava no Facebook que já tinha estudado “muita teoria política na vida”, mas preferia falar sobre “as hemorróidas do Bolsonaro”. Comentei, sem ofendê-la, que o problema tinha sido, justamente, ter passado muito tempo sentada, estudando... Que enquanto o governo fascista estava armando a população, a esquerda bunda mole ficava comentando o menos relevante... Estudar tanto para isso?

A professora, então, ao verificar meu perfil acadêmico, se disse “surpreendida” porque esperava “outro tipo de pessoa”. Se colocou no pedestal da ciência e, por tabela, ainda me chamou de ignorante e de bolsonarista! Logo em seguida, me bloqueou na rede social. Antes disso, respondi que já sabia que esse seria o tom da conversa, pois conheço bem a academia e meus colegas. Não conseguem descer do púlpito “científico” e se acham superiores porque “estudaram muito”.

Professora, pode ficar tranquila! A base da CIÊNCIA é a CRÍTICA. Se não sabe brincar, não desce pro play!

Ela acha que representa a ciência e não sabe discutir com a base? Esse é o mesmo problema do lulismo: o CURTO CIRCUITO entre verticalismo e horizontalismo... Aqui, vemos “bien clarito”: é um abismo entre teoria e prática, que se expressa no conflito entre as gerações que continuam se apegando aos escombros da nova-velha república liberal-lulista, mas que se ofendem pelas poucas palavras da geração que viverá ainda por muitos anos essa “herança maldita”.

O conhecimento científico é extremamente importante, jamais o negaria! Desde que ele seja também político, isto é, voltado à prática e à melhoria efetiva e imediata da vida das pessoas, sem ostentação, em prol de uma vida simples e tranquila. Mas muitos intelectuais de esquerda que estão na universidade não fazem isso. Não fazem nem ciência e nem política. Só ostentam seus títulos e estilos de vida, leem livros como se fossem bíblias, citam os versículos

uns dos outros e chamam o padre e o “padrão” para se autolegitimarem. Seus “debates” são tão impeditivos que nunca se aproximam do “povo” ou da “classe” que dizem defender. A linguagem acadêmica funciona como um código de exclusão burguês.

Na verdade, esses intelectuais são mais do que apenas uma esquerda bunda mole e burguesa, são uma verdadeira casta. Quando finalmente entendi isso, vendo o desastre que se aproximava depois do golpe de Estado de 2016 e da eleição de Bolsonaro respaldada pela esquerda, resolvi me refugiar no campo. Mas nem os mais radicais no pensamento que eu conheço querem abrir mão do conforto de seus apartamentos. Um conforto ilusório, na verdade. E sustentado por muita exploração.

Quando vi que me tornava eu mesma uma burguesinha bunda mole de esquerda, de tanto conviver com os círculos acadêmicos, parei de querer publicar em revistas “científicas” que ninguém lê. Não quis mais ficar lustrando meu nome para ser citado “pelas futuras gerações”. Pensei: vou plantar minha própria comida que ganho mais... E, paradoxalmente (ou não), é num governo de direita autoritário que hoje eu poderia ter acesso facilitado a uma arma legalizada...

Vivendo no campo, a capacidade de autodefesa é imperativa. Aliás, em todos os cantos! Não posso esperar pela polícia para que me defenda! Mas a esquerda bunda mole e burguesa não está pronta para essa conversa. Ela é hipócrita, incoerente na teoria e na prática, fala em “democracia radical”, mas tem horror à violência e às armas, deixando o campo livre para a extrema direita. Assim, ela abre mão de defender o direito mais fundamental do ser humano: a autodefesa.

Enquanto a esquerda “pensa”, “debate”, “estuda” e publica o que ninguém lê, a direita simplesmente vai lá e faz. Eu sei, o debate cultural é importantíssimo. Olavo de Carvalho estava aí para provar. Um anti-gramsciano mais gramsciano que os próprios gramscianos! Um intelectual orgânico de fato da revolução fascista e conservadora em curso no Brasil, um populismo radical de extrema direita. Mas com uma “pequena” diferença: ele defendia o poder da violência, enquanto na esquerda esse tema é tabu. Os intelectuais da esquerda bunda mole e burguesa quando leem “intelectual orgânico” acham que se trata de um “intelectual gourmet”...

É preciso definir: a violência está potencialmente em todos os lugares, a política é sobre a vida e é também sobre a morte. Enquanto a esquerda se faz de coração frágil, a direita não tem medo de usar o punho de aço. A LINGUAGEM da direita É A VIOLÊNCIA. A violência, aliás, é uma linguagem universal. Sem palavras, só violência. Mas que funciona. Da violência só se protege com mais violência ou com uma ameaça maior.

Parte da população que hoje está se armando não o faz, necessariamente, para defender

o “anti-presidente” (como a jornalista Eliane Brum qualifica Bolsonaro, um governante sem oposição real que faz oposição a si mesmo). O cidadão “de bem” busca armamento é para atacar e se defender de seus potenciais inimigos de classe e de raça.

Se houver um levante popular à altura da ameaça do governo (isso ainda precisa ser construído) ou caso a guerra de classes se intensifique, aí sim, será guerra civil. Mas se formos falar de guerra de classes, já vivemos em guerra civil permanente, desde a invasão colonial do Brasil...

A polícia se baseia no ódio e o povo se defende como pode. O “povo”, o “povão”, os “bandidos”, os “criminosos” – de quem a esquerda burguesa, branca e bunda mole quer se distinguir por um senso de superioridade moral – só querem fazer seus negócios em paz. Mas se a polícia proíbe porque quer roubar seu produto, é óbvio que vai ter violência! As facções, mesmo assassinas, olho por olho, dente por dente, são mais éticas ²⁰⁵ do que a maioria dos partidos.

Durante a pandemia, as polícias, as milícias e as forças armadas ²⁰⁶ estavam tentando monopolizar o comércio ilegal de drogas, fechando as fronteiras internacionais, e ainda movimentando o comércio legal de armas, já que a esquerda se recusa, limpinha e cheirosa demais, a articular esses campos politicamente!

A questão é a AUTODEFESA, da qual a esquerda bunda mole e burguesa abre mão. Na verdade, por serem burgueses, já se sentem defendidos, pois com seus códigos de exclusão acham que se distinguem dos “bandidos”. Por isso, criticam o uso das armas e defendem que o povo fique à mercê do poder de violência do Estado.

Porém, uma vez no poder, essa mesma esquerda usa o aparato para reprimir o povo brasileiro, e até o de outros países, como no caso da “missão de paz” – vulgo invasão e massacre – do exército brasileiro no Haiti, durante o lulismo (que hoje Bolsonaro celebra, distribuindo altos cargos aos militares envolvidos nessa operação que se desenrolou sob a batuta dos Estados Unidos) ²⁰⁷.

²⁰⁵ Ver: GORTÁZAR, N. G.; ALESSI, G. “PCC, a irmandade dos criminosos”. *El País Brasil*. São Paulo, 12 jun. 2020. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2020-06-12/pcc-a-irmandade-dos-criminosos.html> acesso em 22 set. 2020.

²⁰⁶ LÓPEZ-FONSECA, O. GORTÁZAR, N. G. “A cocaína que viajava no avião da comitiva de Bolsonaro”. *El país Brasil*. Madrid / SP, 3 jul. 2019. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2019/07/02/politica/1562091519_351309.html, acesso em: 22 set. 2020.

²⁰⁷ Segundo Miguel Borba Sá (UFRJ), que escreveu tese de doutorado sobre o assunto (O Haiti no discurso político brasileiro: do Haitianismo à Missão das Nações Unidas para Estabilização do Haiti (Minustah)), a invasão em nome da “paz”, para controlar os recursos naturais e “pacificar” o povo do Haiti, deixou o país “mais endividado, mais pobre, mais destruído, [e] com um sistema político mais repressivo”, além de ter provocado uma epidemia de cólera, milhares de estupros e assassinatos. Provavelmente, o exército brasileiro trabalhou também na rota da cocaína que passa pelo Haiti e abastece os EUA. Ver: “Há dois anos terminava a missão do Exército brasileiro no Haiti: ‘Sucesso para quem?’”. Emily Dulce entrevista Miguel Borba Sá, *Brasil de Fato*, 15 out. 2019. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/especiais/ha-dois-anos-terminava-a-missao-do-exercito-brasileiro-no-haiti-sucesso-para->

Não é um suposto conservadorismo do povo, mas o bundamolismo da esquerda que atravança a mudança. Disposição de luta há, e muita, o povo brasileiro é lutador por nascença. Mesmo martirizados, os acampados do Lula Livre o demonstram.

Diante disso, vai a velhíssima questão: vale investir na transformação das velhas estruturas ou na criação de novas? Como acabar com a dominação estatal-burguesa?

É necessário proliferar e democratizar os meios de violência, acabando com a legitimidade de violência do Estado! Nesse ponto, é fundamental a questão do TERRITÓRIO.

Menos populismo, mais ocupação armada de territórios e fábricas! Menos partidos, mais cooperativas urbanas e agrárias! Menos Estado, mais poderes populares e autônomos! Menos agronegócio, mais permacultura, agroecologia e agrofloresta!

Não é de “inclusão” que se trata, é de reparação violenta!

Banqueiros, grandes empresários, grandes pastores, latifundiários, milicianos e militares, políticos profissionais milionários... Não há conciliação possível com o inimigo!

As lições de amor são maravilhosas, mas elas não se ensinam a quem não nos tem amor! Se muitas vezes não podemos confiar nem nos nossos próprios amigos, quem dirá nos nossos inimigos de classe!

Se todos tivessem o mesmo poder de violência e ameaça, aí sim a liberdade e a igualdade seriam possíveis. Pois, realmente, a liberdade só é possível entre iguais, entre aqueles que se respeitam pela força da violência. Mas como não são todos os que têm os meios de coerção e como o Estado é a sua fonte “legítima”, trata-se de criar e proliferar novas legitimidades fora do Estado burguês: NOVOS POVOS, NOVOS PODERES, territorializados, paralelos, descentralizados, autônomos e independentes.

Meu papel aqui não é o de passar uma mensagem de esperança. Quem faz isso é pastor. Minha mensagem é direta e realista. Do meu ponto de vista, temos duas opções, e nenhuma delas inclui continuar fazendo o mesmo de sempre. Ou mudamos nossas formas de vida imediatamente, ocupando e defendendo nossos territórios pela força da violência, se necessário; ou partimos “pra cima deles” para tomar os meios de produção.

TERRA, ÁGUA, FILHOS LIVRES. AUTODEFESA.

É de isolamento que se trata para enfrentar a esta e às próximas pandemias? Pois na cidade é impossível. Quarentena em apartamento ou na favela? É prisão.

Bora pro mato, galera!

(Bacurau do sul, 2020-2021)